

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS – RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA LETICIA DE OLIVEIRA

**OS MÚLTIPLOS RURAIS DE CÁCERES-MT: EM MEIO À APARENTE
HOMOGENEIZAÇÃO, UM DIVERSO RURAL TRANSPARECE**



Rio Claro
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS – RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA LETICIA DE OLIVEIRA

**OS MÚLTIPLOS RURAIS DE CÁCERES-MT: EM MEIO À APARENTE
HOMOGENEIZAÇÃO, UM DIVERSO RURAL TRANSPARECE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientadora: Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Rio Claro
2018

910.12 Oliveira, Ana Leticia de
O48m Os múltiplos rurais de Cáceres-MT : em meio à aparente
homogeneização, um diverso rural transparece / Ana Leticia
de Oliveira. - Rio Claro, 2018
249 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientadora: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

1. Geografia rural. 2. Rural. 3. Ruralidade. 4.
Diversificação no campo. 5. Agricultura familiar. I. Título.

ANA LETICIA DE OLIVEIRA

**OS MÚLTIPLOS RURAIS DE CÁCERES-MT: EM MEIO À APARENTE
HOMOGENEIZAÇÃO, UM DIVERSO RURAL TRANSPARECE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (Orientadora)
UNESP/Rio Claro – SP

Profa. Dra. Onélia Carmem Rossetto
UFMT/ Cuiabá-MT

Profa. Dra. Vera Maria Favila Miorin
UFSM/ Santa Maria - RS

Profa. Dra. Ana Claudia Giannini Borges
UNESP/Jaboticabal – SP

Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
UNESP/Rio Claro – SP

Resultado: APROVADO.

Rio Claro/SP, 28 de agosto de 2018.

Dedico à minha família, ao amor e à paz.

Cai a tarde tranquila e sonolenta.
Paira em tudo suave nostalgia.
Outubro! O sabiá um trino tenta
E a cigarra no bosque assobia.

Crepúsculo de outrora... em marcha lenta
Da estrada coleando a morraria
Nordeste que a cidade alimenta,
Surge o carro-de-bois – à frente o guia.

Dos produtos da terra vem pesado.
Rude mancal no eixo torturado
Lança no ar fortíssimo ruído:

Canto inculto do atrito da madeira
Na faina do transporte pioneira
De manter o mercado abastecido.

Carro de Bois
Natalino Ferreira Mendes (1993)

AGRADECIMENTOS

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Rio Claro e ao Programa de Pós-graduação em Geografia, pela possibilidade de um estudo de excelência, público e gratuito.

Coordenação de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pela disponibilidade de bolsa.

Instituto Federal de Mato Grosso Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo, pelo apoio à realização e conclusão.

Os produtores e produtoras rurais, e demais entrevistados, que gentilmente concederam suas histórias, informações e experiências.

Professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, pela orientação e paciência. Não tenho palavras para expressar a honra de ter sido tua orientanda.

Ao professor e professoras membros da banca examinadora que dedicaram seu tempo na leitura do trabalho e por suas preciosas contribuições: Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Profa. Dra. Ana Claudia Giannini Borges, Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira, Profa. Dra. Onélia Carmem Rossetto, Profa. Dra. Vera Maria Favila Miorin.

Professora Vera Maria Fávila Miorin, que iniciou-me na Ciência Geográfica e sempre me incentivou a seguir rumo ao doutorado.

Minha família, que mesmo distante foi combustível constante no meu caminho.

Denise Lemes, companheira de vida e de ciência, cujo apoio foi essencial para a conclusão dessa jornada.

Marina Silveira Lopes grande amiga que participou dessa trajetória.

Meus amigos de Pós e agora de vida: Sibeli Fernandes, Rogério Fonseca, Yume Kikuda, Alessandra Guimarães e Elaine Ramos.

Todos aqueles que direta e indiretamente dedicaram palavras de incentivo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Apesar de, inicialmente, o espaço rural de Cáceres - MT aparentar relativa homogeneização na forma da grande propriedade pecuária, um reconhecimento mais próximo demonstra uma realidade bastante diferente. A partir desse entendimento, defende-se aqui a tese de que o espaço rural de Cáceres é diversificado, dinâmico e múltiplo. E em busca dessa comprovação, definiu-se como objetivo geral deste trabalho, reconstruir o processo de organização do espaço agrário de Cáceres, procurando demonstrar sua estrutura atual que é baseada na presença predominante da pecuária e na emergência de novas atividades, ou seja, o caráter diversificado de seu espaço rural. Para a realização da pesquisa utilizou-se, como metodologia central, o método misto de John Creswell no qual se utiliza como método principal o qualitativo, dentro do qual se aninha o quantitativo, sustentado por pesquisas bibliográficas, entrevistas, questionários, trabalho de campo e profundas reflexões. Com o desenvolvimento da pesquisa reconheceu-se a presença marcante da pecuária e da intensa concentração de terras. No entanto, observa-se, também, um rural diversificado, no qual são encontradas realidades bastante distintas que englobam: desde estabelecimentos rurais menores que 10 hectares até outros com mais de 1000 hectares; pecuária extensiva em contraste com a policultura agrícola; trabalho de mão de obra familiar contrapondo-se ao assalariado; atividades agropecuárias e atividades não-agrícolas como o turismo e a agroindústria. Enfim, discute-se nesse texto, o entendimento de que não há nada de homogêneo ou estagnado no espaço rural de Cáceres, e sim a existência de dinamismo, constante transformação e múltiplas realidades.

Palavras-chave: Rural. Ruralidade. Diversificação no campo. Agricultura familiar.

ABSTRACT

Although the rural area of Cáceres - MT initially appears relative homogenization in the form of the large livestock farm, a closer recognition shows a quite different reality. From this understanding, it is defended here the thesis that the rural area of Cáceres is diversified, dynamic and multiple. In search of this evidence, it was defined as the main goal of this composition, to rebuild the process of organization of the agricultural area of Cáceres, trying to demonstrate its current structure based on the predominant presence of extensive livestock and on the emergence of new activities, that is, the diversified character of its rural area. In order to carry out the research, the mixed method of John Creswell was used as central methodology, in which the qualitative method is used as the main one, and the quantitative method is inside it, supported by bibliographical research, interviews, questionnaires, fieldwork and deep reflections. With the development of the research it was recognized the remarkable presence of livestock and the intense concentration of land. However, a diversified rural area is also observed, in which, very distinct realities are found, ranging from rural establishments smaller than 10 hectares to others with more than 1000 hectares; the extensive livestock, predominant in some areas, in counterpoint agricultural polyculture in others; the family wage labor and the presence of livestock farming and non-agricultural activities such as tourism and agribusiness. Finally, it is discussed in this text, the understanding that there is not anything homogeneous or stagnant in the rural area of Cáceres, but there is dynamism, constant transformation and the existence of multiple realities.

Keywords: Rural. Rurality. Diversification in the field. Family Agriculture.

RESUMEN

Aunque, inicialmente, el espacio rural de Cáceres - MT aparente relativa homogeneidad, en forma de gran propiedad ganadera, un reconocimiento más cercano demuestra una realidad muy distinta. Partiendo de ese entendimiento, se defiende aquí la tesis de que el espacio rural de Cáceres es diverso, dinámico y múltiple. Y en busca de esa comprobación, se definió como objetivo general de este trabajo, reconstruir el proceso de organización del espacio agrario de Cáceres, buscando demostrar su estructura actual, basada en la presencia predominante de la ganadería y en el surgimiento de nuevas actividades, o sea, el carácter diversificado de su espacio rural. Para la realización de la investigación se utilizó, como metodología central, el método mixto de John Creswell en el que se utiliza como método principal el cualitativo, dentro del cual se anida el cuantitativo, sostenido por investigaciones bibliográficas, entrevistas, cuestionarios, trabajo de campo y profundas reflexiones. Con el desarrollo de la investigación se reconoció la presencia notable de la ganadería y de la intensa concentración de tierras. Sin embargo, se observa, también, un ambiente rural diverso, en el cual se encuentran realidades muy distintas que engloban: desde establecimientos rurales menores de 10 hectáreas hasta establecimientos con más de 1000 hectáreas; ganadería extensiva en contraste con el policultivo agrícola; trabajo de mano de obra familiar contraponiéndose al asalariado; actividades agropecuarias y actividades no agrícolas como el turismo y la agroindustria. En suma, se discute en ese texto, el entendimiento de que no hay nada de homogéneo o estancado en el espacio rural de Cáceres, sino la existencia de dinamismo, constante transformación y múltiples realidades.

Palabras clave: Rural. Ruralidad. Diversificación en el campo. Agricultura familiar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Cáceres - MT.....	22
Figura 2 – Organização do espaço rural a partir de suas dimensões	27
Figura 3 – Estratégia aninhada concomitante.....	28
Figura 4 – Esquema metodológico da tese	29
Figura 5 – Esquema das categorias de análise do espaço para o rural de Cáceres - MT.....	36
Figura 6 – Espaço rural pelos pilares Terra-Capital-Trabalho	51
Figura 7 – Ilustrações da Mata de Poaia e do Poaieiro.....	75
Figura 8 - Localização das Fazendas Jacobina e Descalvados.....	84
Figura 9 - Vista da sede da Fazenda Jacobina	86
Figura 10 - Vista da sede da Fazenda Descalvados.....	89
Figura 11 - Ilustração do Boiadeiro (pantaneiro)	93
Figura 12 - Sequência da evolução territorial de Cáceres-MT.....	96
Figura 13 - Mapa de distribuição de assentamentos rurais em Cáceres-MT.....	99
Figura 14 - Mapa de altimetria de Cáceres - MT	104
Figura 15 - Mapa das unidades geomorfológicas de Cáceres- MT	105
Figura 16 - Ilustração do Pantanal.....	108
Figura 17 - Climograma de Cáceres – MT (1971-2009).....	109
Figura 18 - Dinâmica hidrológica e fluvial de Cáceres – MT	112
Figura 19 - Perfil da dinâmica hidrológica em Áreas Úmidas	112
Figura 20 - Localização do Pantanal	114
Figura 21 – Praça da Feira.....	129
Figura 22 – Mercado do Produtor	130
Figura 23 - FEISOL.....	131
Figura 24 - Mapa de localização das áreas visitadas	134
Figura 26 – Assentamento Cinturão Verde	136

Figura 27 – Assentamento Sapicuá	137
Figura 28 – Localidade Facão - São José	137
Figura 29 - Propriedade olericultora próxima à cidade	138
Figura 30 - Fazendas próximas ao Cinturão Verde e ao Sapicuá.....	139
Figura 31- Sistema de irrigação de horta no Cinturão Verde	144
Figura 32 – Trabalho coletivo entre vizinhos.....	169
Figura 33 – Igrejas presentes no espaço rural.....	170
Figura 34 – Festa religiosa no espaço rural	171
Figura 35 - Mapa de localização de estabelecimento de turismo no espaço rural de Cáceres – MT	192
Figura 37 – Edificações nas fazendas Ressaca e Facão.....	194
Figura 38 – Atrações e instalações da Dolina Água Milagrosa.....	195
Figura 39 – Cartazes de divulgação de festas rurais.....	196
Figura 40 – Potencialidades turísticas no espaço rural.....	197
Figura 41 - Bancas com produtos artesanalmente transformados	202
Figura 42 – Banca de produtos e sede de projeto de produtoras agroindustriais	202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Forma de obtenção da propriedade	141
Gráfico 2 - Tamanho das propriedades segundo os entrevistados	142
Gráfico 3 - Número de residentes nas propriedades.....	146
Gráfico 4 - Principal atividade desenvolvida na propriedade.....	148
Gráfico 5 - Principais produtos da agricultura entre os entrevistados	149
Gráfico 6 - Principais frutas produzidas pelos entrevistados	150
Gráfico 7 - Principais criações pecuárias entre os entrevistados.....	152
Gráfico 8 - Sistemas de produção indicados pelos entrevistados.....	154
Gráfico 9 - Equipamentos mecânicos disponíveis nas propriedades.....	155
Gráfico 10 - Meios de transporte utilizados pelos entrevistados.....	156
Gráfico 11 - Pirâmide etária das famílias entrevistadas	161
Gráfico 12 - Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas	162
Gráfico 13 - Profissões exercidas fora da propriedade por membros das famílias	165
Gráfico 14 - Frequência com que a família vai ao supermercado	166
Gráfico 15 - Relações dos entrevistados com os vizinhos.....	168
Gráfico 16 - Religião das famílias entrevistadas	169
Gráfico 17 - Fatores para o sucesso na agricultura na visão dos entrevistados.....	172
Gráfico 18 - Dificuldades em residir no campo na visão dos entrevistados	174
Gráfico 19 - Função da agricultura para a sociedade na visão dos entrevistados	177
Gráfico 20 - Prioridade de Investimento em caso de lucratividade.....	178
Gráfico 21 - Motivos que levariam à venda da terra pelos entrevistados.....	179
Gráfico 22 - Origem dos assentamentos e comunidade	181
Gráfico 23 - Número de famílias nos assentamentos e comunidade	182
Gráfico 24 - Gêneros agrícolas produzidos nos assentamentos e comunidade	183
Gráfico 25 - Tipos de frutas produzidas nos assentamentos e comunidade	183

Gráfico 26 - Gêneros pecuários produzidos nos assentamentos e comunidade	184
Gráfico 27 - Principal produção dos assentamentos e comunidade	185
Gráfico 28 - Destino da produção dos assentamentos e comunidade.....	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões da nova ruralidade segundo Gomez (2001)	44
Quadro 2 - Produção do Engenho de Santo Antônio da Jacobina (1795, 1796 e 1797)	85
Quadro 3 - Municípios emancipados a partir de Cáceres-MT.....	95
Quadro 4 – Classificação dos solos de Cáceres-MT	237
Quadro 5 – Atrações e estabelecimentos turísticos de Cáceres - MT	238
Quadro 6 - Assentamentos do INCRA em Cáceres – MT.....	246
Quadro 7 - Relação de comunidades rurais em Cáceres - MT	248

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População rural residente em Cáceres-MT, 1995/96 e 2010.....	100
Tabela 2 - População residente em Cáceres-MT, 2010	118
Tabela 3 - Estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar em Mato Grosso e Cáceres, 2006	118
Tabela 4 - Número e Área de Estabelecimentos Rurais no Município de Cáceres, 2006	119
Tabela 5 - Estrutura Fundiária em Mato Grosso, 2006	119
Tabela 6 - Produção pecuária de Cáceres – MT, 2006.....	120
Tabela 7 - Produtos de origem animal em Cáceres – MT, 2015	121
Tabela 8 - Lavouras Temporárias em Cáceres – MT, 2006	122
Tabela 9 - Lavouras Permanentes em Cáceres – MT, 2006	123
Tabela 10 - Utilização das terras em Cáceres – MT, 2006.....	124
Tabela 11 - Localização das propriedades visitadas, Cáceres – MT, 2017	140
Tabela 12 - Disponibilidade de água e energia elétrica nas propriedades.....	143
Tabela 13 - Recursos de comunicação utilizados pelos entrevistados, 2017	144
Tabela 14 - Número de cômodos nas residências dos entrevistados, 2017	145
Tabela 15 - Caráter da administração e mão de obra das propriedades, 2017	147
Tabela 16 - Produção oriunda a agricultura e principal destino, 2017	151
Tabela 17 - Produção oriunda da pecuária e principal destino, 2017.....	153
Tabela 18 - Relação dos entrevistados com órgãos de apoio e financiamento, 2017.....	157
Tabela 19 - Assistência técnica e financiamento recebidos pelos entrevistados, 2017.....	158
Tabela 20 - Tempo de propriedade e dedicação à agropecuária pelos entrevistados, 2017 ...	159
Tabela 21 - Principal atividade geradora de renda para as famílias entrevistadas, 2017	160
Tabela 22 - Renda mensal das famílias entrevistadas, 2017	163
Tabela 23 - Tipos de produtos adquiridos pelas famílias no supermercado, 2017.....	167
Tabela 24 - Empresas e outras organizações por seção, divisão, grupo e classe da classificação de atividades (CNAE 2.0), 2015.....	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Afecor – Associação dos Feirantes e Comércio Rotativo de Cáceres
ARPEP – Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal
AUs – Áreas Úmidas
CAIs – Complexos Agroindustriais
CEMPRE – Cadastro Central de Empresas
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
COMDERS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COOCRIJAPAN – Cooperativa de Criadores de Jacaré do Pantanal Ltda.
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DTC – Departamento de Terras e Colonização
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Empaer – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEISOL – Feira de Economia Solidária e Agroecologia
FIPE – Festival Internacional de Pesca
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GIAS – Grupo de Intercâmbio em Agroecologia
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso
IMEA - Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso
INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização Ltda.
INTERMAT – Instituto de Terras do Mato Grosso
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PLADESCO – Plano de Desenvolvimento Econômico-Social da Região Centro-Oeste

PMC – Prefeitura Municipal de Cáceres

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

POLOCENTRO – Programa Integrado de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Brasil

POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SEBRAE MT - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso

SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SMA – Secretaria Municipal de Agricultura de Cáceres

SEPLAN – Secretaria de Estado e Planejamento

SINOP S.A. – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste

TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar

TRM – Turismo no Meio Rural

UF – Unidade da Federação

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Tese.....	24
1.2 Objetivos	25
1.3 Justificativa do campo de estudo	25
1.4 Abordagem Metodológica	26
1.5 Estrutura da tese	32
2 O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	34
2.1 O espaço (rural) e sua totalidade.....	34
2.2 O espaço rural e a ruralidade	39
2.2.1 Agricultura familiar: diversidades no espaço rural	48
2.2.2 Programas governamentais de apoio à agricultura familiar	53
2.2.3 O rural e a ruralidade não estão condenados ao eminente fim.....	56
3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL A PARTIR DA DIMENSÃO HISTÓRICA	61
3.1 Formação e organização do espaço rural mato-grossense	61
3.1.1 As atividades econômicas de Mato Grosso: quando o ritmo é ditado pelo mercado	73
3.2 A história de formação do espaço de Cáceres, como um prosseguimento da história mato-grossense	79
3.2.1 O tempo sobre o espaço: as fazendas que dominaram a história agropecuária de Cáceres	83
3.2.2 Século XX: um período de transformações.....	94
3.2.3 A história recente e a reforma agrária	97
4 DIMENSÃO NATURAL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	102
4.1 A dimensão natural na organização do espaço rural	102
4.2. A produção agropecuária de Cáceres configurando a dimensão econômica	117
5 O ESPAÇO RURAL DE CÁCERES PELA AGRICULTURA FAMILIAR COMO EXPRESSÃO DA DIMENSÃO SOCIAL	128
5.1 O contato inicial	128
5.2 As localidades visitadas	133
5.3 As propriedades visitadas	140

5.4 Dimensão técnica e produtiva	147
5.5 Dimensão social e econômica	159
5.6 A visão dos produtores	172
5.7 A diversidade local pelas representações	180
6 CÁ CERES: UM RURAL DIVERSIFICADO E A BUSCA POR POLÍTICAS	
CONSISTENTES	189
6.1 As atividades não-agrícolas como novas possibilidades do rural.....	189
6.1.1 Turismo rural.....	190
6.1.2 O rural como potencialidade (agro)industrial	198
6.2 A garantia da soberania do rural a partir do apoio ao pequeno produtor	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS	212
APÊNDICE A	226
APÊNDICE B.....	233
APÊNDICE C	235
APÊNDICE D	236
APÊNDICE E.....	237
APÊNDICE F.....	238
APÊNDICE G	243
ANEXO A.....	246
ANEXO B.....	248

1 INTRODUÇÃO

Ao observar a história e evolução territorial brasileira se constata que estas, sempre estiveram ligadas ao desenvolvimento e expansão das atividades econômicas, principalmente da agropecuária. Isto explica a opção do Brasil, em muitos momentos de sua história, por políticas socialmente injustas, como a utilização de mão de obra escrava, a apropriação indevida de áreas produtivas e a concentração da terra em nome do crescimento de uma economia baseada na valorização das atividades ligadas ao agropastoril, destinadas ao mercado externo (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Assim, ao analisar a evolução político-econômica brasileira, observa-se que ela iniciou hegemonicamente rural e alcançou o urbano. Valorizou a agricultura, a indústria e, por fim, os serviços, galgando, paulatinamente, todos os setores de expansão possíveis da economia em seu conjunto.

Em busca da incorporação de novas áreas econômicas, a ocupação do território brasileiro se deu de formas variadas conforme o momento histórico em que estava inserida, como: as entradas e bandeiras dos Séculos XVII e XVIII; a Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas na primeira metade do Século XX ou os projetos de ocupação e colonização do Governo Militar na segunda metade (MORENO, 2007). Para isso contou com os Governos Estaduais e empresas estatais e privadas, com o intuito de elaborar e efetivar seu planejamento de ocupação.

No entanto, essa ocupação não se dá de forma isolada, uma vez que é acompanhada de perto pela expansão das atividades econômicas, em especial aquelas ligadas aos setores agropecuários e extrativistas. Com isso, os novos núcleos populacionais criados eram acompanhados por incentivos à abertura de áreas agricultáveis junto às florestas nativas e sua efetiva exploração, principalmente com atividades de extrativismo de madeira e minérios (diamante e ouro) e pecuária extensiva (FERREIRA, 2001; CAVALCANTE; COSTA, 1999).

Com a expansão e domínio territorial do Brasil, também se dá a construção de um espaço social e econômico, e sua organização refletirá sobre as formas todos os processos que ocorreram ao longo do tempo e levaram às suas formações. Assim, tempo e espaço se conjugam e se complementam, sendo essa relação demonstrada nas diferentes formas que se apresentam sobre os espaços e nas relações invisíveis dadas sobre essas.

Isso pode ser observado no Mato Grosso, um dos estados brasileiros mais dinâmicos em termos de crescimento econômico e produção agrícola. O Celeiro do Brasil¹, como passou a ser conhecido, é responsável pela maior produção de grãos e gado bovino, voltados principalmente para o mercado externo. Com isso, o estado e os produtores investem pesadamente em novas tecnologias produtivas e maquinários utilizados principalmente onde predomina o agronegócio. Segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA, 2015), entre 2009 e 2013 o volume de venda de colheitadeiras cresceu 90%, enquanto de tratores cresceu 107% no estado.

No entanto, sendo esses produtos oriundos da monocultura e produzidos em larga escala, acabam por intensificar ainda mais a já existente concentração de terras, que hoje são apontadas como mais de 77% da área produtiva, sob o domínio de 7,6% do total de propriedades registradas (IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006b). Esse processo de inserção de tecnologias e aumento produtivo, sem alteração da estrutura fundiária, é conhecido como modernização conservadora².

Não fugindo da realidade presente no Mato Grosso, o município de Cáceres concentra ainda mais suas terras nas mãos de poucos proprietários. Cerca de 83,5% de sua área agrícola está concentrada em 5,8% das propriedades do município (cada uma com mais de 1000 hectares), conforme dados disponíveis em IBGE (2006a). Soma-se a esse contexto, o fato de o município possuir economia centrada intensamente sobre a pecuária bovina que, nos moldes extensivos em que se desenvolve, necessita de grandes porções de terra, principalmente por localizar-se no Pantanal Mato-grossense, na porção Sudoeste do estado (Figura 1), que inunda parte de seu território nos meses de chuva.

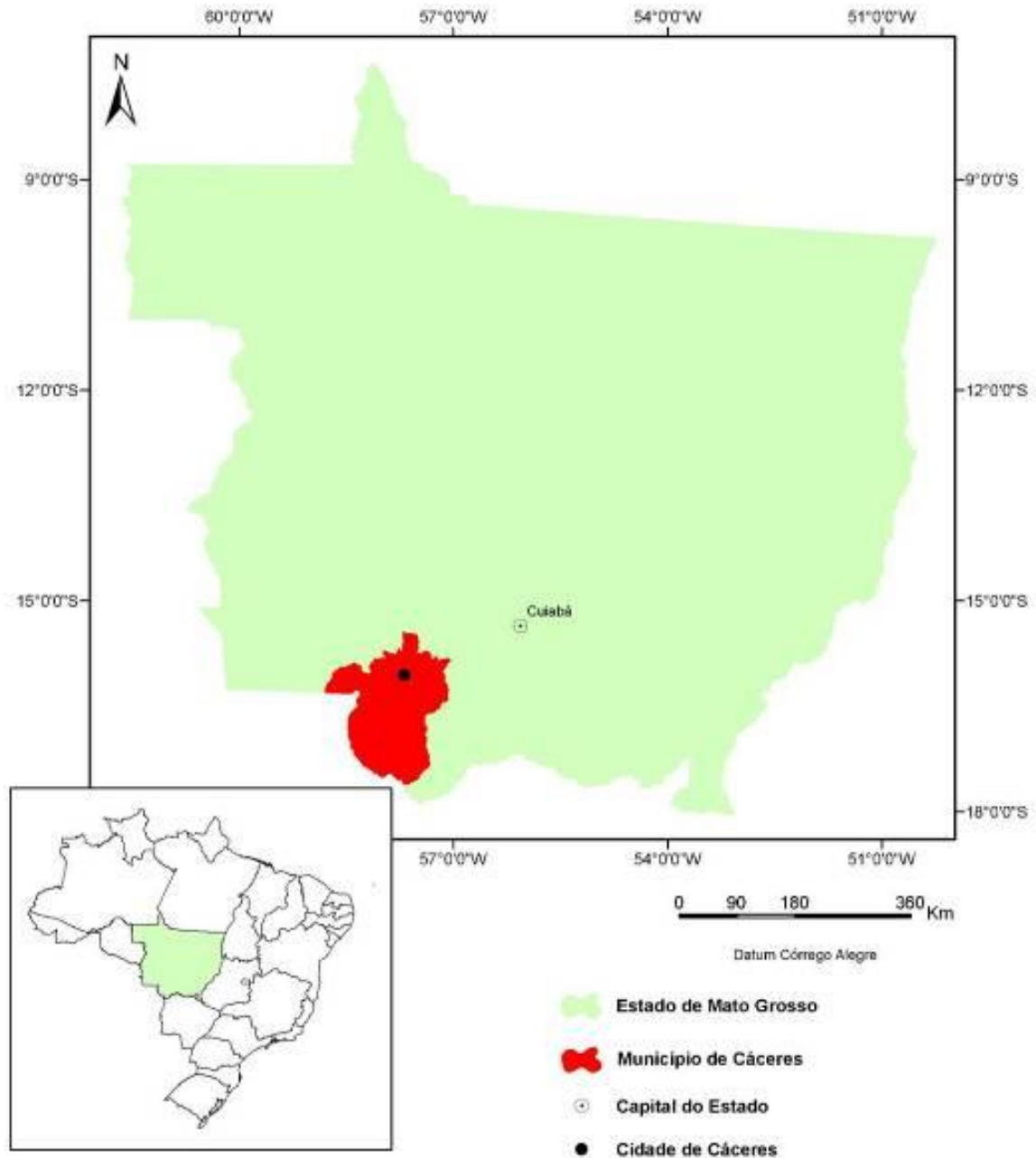
No entanto, assim como em outras partes do Brasil e o do mundo, um novo rural (e ruralidade) começa a emergir e se tornar cada vez mais presente na realidade do município, sendo visível à observação *in loco*. Cresce em seu espaço a presença de atividades múltiplas,

¹ Vários são os estudos e textos publicados que se referem ao Mato Grosso através da expressão “celeiro” e para todos eles o sentido dado é o mesmo: um centro de referência quanto à produção agropecuária, seja em termos de quantidade ou qualidade, voltando-se principalmente à grande demanda do mercado externo ou de agroindústrias nacionais. Ainda, contempla a adoção de novas tecnologias para a produção e a expansão da fronteira agrícola. Entre os quais lista-se: ABREU, Silvana de. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 19, v.2,n.21. p.169-181. Jul/dez.2003.

² Termo cunhado por Barrigon Moore Junior para se referir ao desenvolvimento capitalista no Japão e na Alemanha. No Brasil, foi amplamente utilizado por autores como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, José Graziano da Silva e outros, para fazer referência aos processos de modernização técnica na agricultura brasileira, sem alteração nas bases tradicionais de sua estrutura fundiária. Para informações mais detalhadas sobre o termo e seu uso, recomenda-se a leitura de PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. vol. 40. n. 03. Jul-Set. 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em: 30 ago. 2016.

tanto de caráter agrícola como não-agrícola, demonstradas por suas dezenas de pousadas e áreas turísticas, pelo crescimento constante dos condomínios e ranchos nas áreas rurais e nas proximidades do Rio Paraguai, pela busca dos agricultores familiares em comercializar seus produtos em feiras, bancas espalhadas pela cidade, para programas governamentais de aquisição de alimentos, entre outros.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Cáceres - MT



Fonte: Neves (2008).

Esse processo é amplamente discutido por importantes autores como Maria José Carneiro (1998a; 1998b; 2001; 2008) que, em suas diversas obras, defende a preposição de que o rural ou a ruralidade não pode mais ser definido pura e simplesmente por seus aspectos agrícolas. Principalmente em um contexto onde cresce a busca pelo rural como opção de residência, turismo e lazer e onde o “antigo agricultor” passa a se transformar em um indivíduo pluriativo, com noções de gerência, atendimento ao público, processamento (agroindustrialização) de seus produtos, entre outros (SCHNEIDER, 2003; CARNEIRO, 1998b).

Conforme essas novas funções sobre esse espaço vão se instalando ou ampliando, o rural passa a apresentar, de maneira mais explícita, seu carácter diversificado. Com isso, o rural e a ruralidade vão se transformando e adequando às necessidades dos mercados e das populações que ali se inserem, sem que isso marque o fim da sua existência.

Cáceres possui 1999 estabelecimentos rurais caracterizados como agricultura familiar segundo o IBGE (2006a), o que configura aproximadamente 79% do total. Isso é bastante significativo e pode ser observado em determinadas áreas do município a partir do predomínio de assentamentos rurais em pequenas propriedades. Esses agricultores são importantes para garantir a diversidade produtiva do município, principalmente em se tratando de gêneros alimentícios.

A partir do (re)conhecimento dessa realidade, passou-se a refletir sobre algumas de suas particularidades, surgindo questionamentos que necessitam de respostas:

- A) Como se deu de fato a estruturação e evolução da organização do espaço agrário de Cáceres? Por que a terra está tão concentrada em grandes estabelecimentos, enquanto os pequenos são mais numerosos?
- B) Como vem se dando a resistência da agricultura familiar e da pequena propriedade nesse meio conservador e quais suas estratégias?
- C) Como se apresenta a diversidade no espaço rural cacerense?
- D) As feiras e o comércio local podem contribuir com a manutenção/desenvolvimento da agricultura familiar?
- E) O turismo presente no município pode auxiliar em uma ressignificação do rural?
- F) Quais têm sido as transformações recentes mais significativas no espaço rural de Cáceres?

Em busca dessas respostas, parte-se aqui de pensamento levantado por Moro (1991, p.23) quanto à organização do espaço, considerando que “envolve o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem”. Dessa forma, para se compreender a organização de um dado espaço, se faz necessário compreender a fundo cada um dos aspectos, elementos e relações que ocorrem sobre ele.

Complementa-se essa ideia com Santos (1988, p.12) quando traz que “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento”. Daí a relevância da busca do entendimento da realidade como um todo, do espaço em análise, em sua totalidade.

Com essas premissas, busca-se o entendimento do espaço rural de Cáceres e de suas especificidades, partindo-se do entendimento que é um espaço plural com a presença forte de dois vieses principais: de um lado a marcante presença da grande propriedade agropecuária; do outro, a emergência de um rural diversificado e multifuncional. É com isso que se estabelecem os fundamentos para o desenvolvimento desse estudo.

1.1 Tese

Com base nas concepções e reflexões acima apresentadas, defende-se aqui a tese de que apesar de ser reconhecido a partir de uma aparente homogeneidade, baseada na concentração de terras e na pecuária, o espaço rural de Cáceres é diversificado, dinâmico e múltiplo.

O fato de serem encontradas no mesmo município realidades tão distintas, que vão desde estabelecimentos rurais menores que 10 hectares a outros com mais de 1000 hectares, da pecuária extensiva e semiextensiva à policultura agrícola, da mão de obra familiar à assalariada, da atividade agrícola à não-agrícola, permite compreender o quão diverso é esse espaço rural. Não há nada de homogêneo, não há nada de estagnado, há sim constante transformação nesse espaço.

Esse reconhecimento se dá pela marcante presença da pecuária e pela emergência de atividades diversificadas como comercialização dos produtos agrícolas em feiras, do setor turístico (rural, histórico e ecológico) e crescimento da busca do rural como alternativa residencial através dos condomínios e ranchos. Enfim, o rural do município começa a se reinventar e precisa ser reconhecido por sua heterogeneidade.

1.2 Objetivos

Em busca de comprovar a tese que se propõe, definiu-se o como objetivo geral: reconstruir o processo de organização do espaço agrário de Cáceres, procurando demonstrar sua estrutura atual com base na presença predominante da pecuária extensiva e semiextensiva e na emergência de novas atividades, ou seja, o caráter diversificado de seu espaço rural.

Para tal, estabelecemos como objetivos específicos:

- A) o resgate e discussão de conceitos-chave para a pesquisa focando-se no espaço geográfico, organização espacial, rural e ruralidade e diversidade na agricultura familiar;
- B) o entendimento da realidade ambiental, social e econômica da área estudada;
- C) a identificação da diversidade do rural em Cáceres a partir das principais atividades agrícolas e não-agrícolas do município e como essa diversidade torna-se alternativa ao contexto socioeconômico atual.

1.3 Justificativa do campo de estudo

Para compreender a proposta aqui apresentada, primeiramente se faz necessário destacar os motivos que levaram o município de Cáceres a ser eleito para o referido estudo:

- A) Notadamente há uma ampla concentração de médias e grandes propriedades rurais, que destinam-se, principalmente, à atividade pecuária.
- B) É um dos municípios mais antigos do estado de Mato Grosso, sendo percebidas características históricas em suas paisagens urbana e rural.
- C) Cáceres é um dos municípios turísticos de Mato Grosso, possuindo um setor em crescimento e um número significativo de pousadas, hotéis e barcos-hotéis, além de balneários, clubes e fazendas históricas.
- D) Nota-se a existência de feiras onde os produtos agropecuários são predominantes e onde a figura do produtor/feirante está presente.
- E) Apesar dos números apresentados pelo IBGE demonstrarem certa homogeneização produtiva e fundiária, *in loco* percebe-se a existência de um rural diversificado e a forte presença da agricultura familiar.

Pontos como esses aguçaram a curiosidade sobre o rural de Cáceres e foi possível perceber que nem sempre a diversificação é colocada em destaque e valorizada. Isso nos motivou a buscar sua comprovação e demonstrá-la ao longo da tese.

A partir dessas considerações e dos objetivos traçados, optou-se por uma metodologia que consiga abranger a complexidade existente nesse espaço rural. Encontrou-se isso em Creswell (2007) que propõem, entre outros, o uso de uma metodologia mista a partir da associação de técnicas qualitativas com técnicas quantitativas, que complementam-se em determinadas fases da pesquisa. Consideramos ser essa uma proposta que alia-se bem ao entendimento do espaço rural como uma totalidade, realidade concreta de elementos e relações, constituída por dimensões que relacionam-se entre si e permitem entender suas formas, funções, estruturas e processos (SANTOS, 2008).

1.4 Abordagem Metodológica

Quando se propõe um estudo que busca o entendimento da organização do espaço rural, muitas são as variáveis a serem levadas em consideração. Precisa-se considerar não apenas cada um dos elementos necessários para a construção do entendimento sobre a temática, mas também as complexidades acerca de cada um desses e todas as relações que estão envolvidas entre si.

Sobre isso, Santos (1988, p. 10) dispõe que a compreensão das noções de tempo e espaço é imprescindível para se “interpretar a sequência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma determinada área: esse método é o único que nos permite definir corretamente uma sociedade e um espaço”.

É partir daí que se opta por uma abordagem que sistematize todos os elementos, atores e relações relevantes no entendimento da organização do espaço rural. Procuramos sistematizar essa abordagem no esquema representado pela Figura 2, que demonstra o espaço rural sendo constituído e compreendido a partir das dimensões histórica, social, política, econômica e natural.

Nessa forma de abordagem, pode-se levar em consideração o Princípio da Conexão ou conexidade defendido por Jean Brunhes (1962), no qual os fatores antrópicos e os fatores naturais não podem ser estudados isoladamente, pois agem em consonância, uma vez que possuem relação íntima e recíproca. Também, o Princípio da Atividade que trata do

dinamismo do fato geográfico, já que tudo está em constante transformação, independente da velocidade com que isso aconteça, pois todos os fatores estão em constante movimento.

Figura 2 – Organização do espaço rural a partir de suas dimensões



Elaboração: OLIVEIRA, Ana Leticia de (2017).

Com a união do pensamento de Milton Santos (1988) e Jean Brunhes (1962), percebe-se a importância do estudo do espaço rural como uma totalidade (realidade concreta das ações e das coisas) em constante transformação e reorganização.

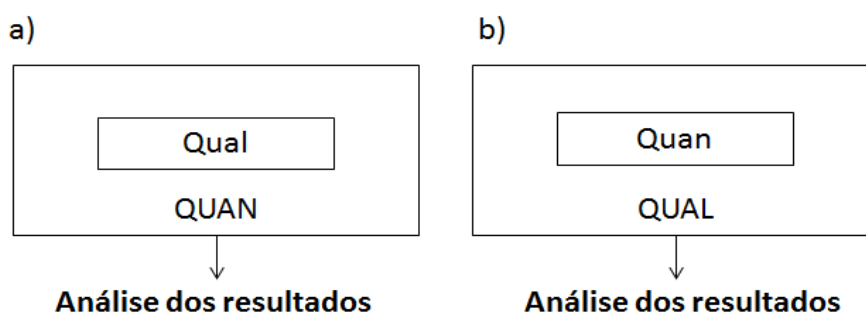
Esse entendimento nos levou à compreensão de que, quando se busca realizar um estudo científico, a definição da metodologia se torna um dos momentos mais importantes a serem pensados com critério, uma vez que sua atuação irá definir o sucesso, ou não, na busca das respostas aos questionamentos e ao alcance dos objetivos alvitrados. Com base nisso, buscou-se algo capaz de auxiliar no entendimento de todos os processos de construção e reconstrução territorial e transformação espacial ocorridos na área de estudo.

O método misto é apresentado por Creswell (2007, p.30) como sendo aquele no qual o pesquisador aborda aspectos tanto quantitativos, quanto qualitativos em intensidades iguais ou diferentes, de acordo com sua proposta de trabalho. O autor complementa “para o pesquisador que usa métodos mistos, o pragmatismo abre as portas para métodos múltiplos, diferentes

visões de mundo e diferentes suposições, além de diferentes formas de coleta e análise de dados no estudo de métodos mistos”.

Dentro dessa proposta, a estratégia aninhada concomitante permite ao pesquisador dar maior ênfase a um método dentro do qual será embutido outro, que o complementar, ajudando-o a resolver o problema levantado. A Figura 3 traz a representação esquemática dessa estratégia segundo Creswell (2007). A primeira situação (a) indica o que seria uma estratégia aninhada concomitante, onde a quantificação apresenta-se como método principal e tendo aninhado dentro dela a qualificação, como secundária; já na segunda situação (b) o inverso é observado, a qualificação apresenta-se como método principal e a quantificação, embutida nela, apresenta-se como um recurso auxiliar.

Figura 3 – Estratégia aninhada concomitante



Fonte: Creswell (2007, p.217)

No caso desse estudo, opta-se por usar como método principal o qualitativo, dentro do qual se aninha o quantitativo. Isso permitiu trabalhar com maior relevância informações bibliográficas, observações de campo e entrevistas, enquanto que técnicas quantitativas de questionários e informações censitárias auxiliaram para comprovar as anteriores.

A partir de então, optou-se por dividir o desenvolvimento do estudo em três grandes segmentos, que podem ser visualizados na Figura 4. O primeiro se constitui pelas reflexões teóricas necessárias ao entendimento mais profundo de cada um dos conceitos ou temas levantados na tese. Para tal, busca-se trabalhar com o conceito de espaço, a organização do espaço rural e as principais discussões realizadas sobre esses; também se preocupa em compreender o rural e a ruralidade, a diversidade do rural e a pluriatividade.

O segundo momento está relacionado às reflexões metodológicas propriamente ditas, nas quais se preocupa estabelecer os procedimentos mais adequados para se buscar as respostas demandadas pelos objetivos e a compreensão da tese. Também é neste que se

delimitam as principais técnicas a serem utilizadas, bem como as principais fontes a serem consultadas.

Por fim, o terceiro segmento preocupa-se com as reflexões acerca do objeto de estudo em todos os seus aspectos. No caso, o espaço agrário de Cáceres e todos os múltiplos elementos e emaranhados de relações que o constituem, de modo a buscar uma profunda compreensão sobre aquele.

Figura 4 – Esquema metodológico da tese



ORG.: OLIVEIRA, Ana Leticia de (2017).

Para tal, utilizou-se a realização de um estudo teórico, através de um levantamento bibliográfico abrangendo os principais conceitos abordados direta ou indiretamente nessa tese.

Como sustentação teórico-conceitual busca-se fundamentação sob os conceitos de espaço e organização do espaço, rural e ruralidade, agricultura familiar e pluriatividade. Para tanto, perpassamos distintos campos de estudo como geografia, sociologia rural, antropologia e economia.

Também foi realizado o levantamento e reflexão sobre a legislação brasileira, histórica e vigente, que envolve temas ligados ao espaço rural e ao homem do campo. Com o objetivo de compreender o suporte legal da definição da agricultura familiar; do uso do solo; da realização das atividades econômicas; e do acesso a terra, ao crédito e ao mercado consumidor.

Ainda compreendeu-se a necessidade de um aprofundamento, através de estudos bibliográficos e levantamento de dados, sobre a ocupação do território do Mato Grosso e Cáceres, as políticas promovidas pelos governos Estadual e Federal para o provimento de tal ocupação e os principais processos envolvidos. Para isso, realizou-se a coleta de dados junto a órgãos oficiais e acervos históricos, bem como análises de materiais bibliográficos já publicados. Essa etapa foi importante para ajudar a reconstruir o processo de ocupação e (re)organização do espaço rural do estado e município em estudo.

Quanto à constituição da dimensão natural do espaço, procurou-se realizar a descrição daqueles aspectos que vêm a influenciar o desenvolvimento das atividades e gênero de vida que ocorrem no espaço rural. Podem-se perceber as diferenças de culturas realizadas nas partes mais elevadas e acidentadas, das porções mais planas e alagadiças; buscou-se compreender as variações climáticas ao longo do ano que influenciam nas dinâmicas hidrológicas e pluviais. E por fim, as diferentes condições de solo para os cultivos e pastagens. Para essa etapa, optou-se por buscar dados e informações já sistematizadas por outros pesquisadores em seus estudos realizados sobre a área e que auxiliaram para traçar reflexões nessa tese.

Em busca de dados que demonstrem a atual situação desse território, foram levantadas pesquisas junto a órgãos e instituições como IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, através de seus bancos de dados periodicamente atualizados. Também foram coletados materiais junto a órgãos estaduais e municipais sobre a realidade econômica e populacional do universo estudado. Essas informações servem de suporte quantitativo para demonstração da realidade em estudo, principalmente em se tratando dos dados dos censos Demográfico e Agropecuário, como perfil da estrutura fundiária, evolução das atividades econômicas e perfil demográfico.

Para levantamento de dados primários, optou-se por focar em agricultores familiares do município, uma vez que se tem aqui o entendimento de que representam bem a diversidade da agricultura deste³. A partir daí elaborou-se um questionário detalhado composto de questões fechadas e abertas, que permitem o levantamento de dados quantitativos e qualitativos dessa população (Apêndice A). Além de sua contribuição respondendo aos questionamentos, abriram suas propriedades para que fossem visitadas em trabalhos de campo e permitissem uma análise empírica do espaço rural.

Em um primeiro momento, optou-se por fazer a aplicação dos questionários aos agricultores oriundos do espaço rural de Cáceres e que atuam junto às feiras do município. No entanto, percebeu-se que apenas esses não dariam as respostas necessárias sobre o rural de Cáceres e optou-se por abrir o leque de observação e percebeu-se a necessidade de considerar outros agricultores que auxiliariam a demonstrar a diversidade do espaço rural. Isso ocorreu porque foi perceptível uma alteração profunda na feira do primeiro campo e coleta de dados realizados no primeiro semestre de 2016 para a coleta no primeiro semestre de 2017. No total foram aplicados 30 questionários, sendo que destes 23 entre feirantes e 7 entre produtores que possuem outras vias de comercialização.

A primeira coleta foi realizada em três feiras que ocorrem na área urbana: a) a Praça da Feira, a mais tradicional e maior feira de Cáceres, localiza-se próxima ao centro da cidade e concentra bancas de diversos ramos (vestuário, agricultura, utensílios, pastelarias e outros); b) o Mercado do Produtor já foi uma das principais feiras do município onde eram comercializados produtos rurais e pescados, porém, pelo seu afastamento do centro (localiza-se às margens da BR 070), redução da pesca no Rio Paraguai e abertura de outras áreas de comercialização foi perdendo importância; c) e a FEISOL – Feira de Economia Solidária e Agroecologia, também conhecida como Feirinha da UNEMAT⁴, a mais recente e estimulada por professores e pesquisadores dessa instituição, no momento é a feira que mais oferece produtos da agricultura familiar do município e com a característica agroecológica.

Juntamente com a aplicação desses questionários, deu-se início às visitas às propriedades. Quando foram feitas as primeiras visitas aos estabelecimentos dos produtores-feirantes, pode-se conhecer melhor a realidade das comunidades rurais onde vivem. Com isso, sentiu-se a necessidade de conhecer e entrevistar também a outros agricultores que possuem produções significativas e que não atendem às feiras. Alguns desses participam de programas

³ O reconhecimento da agricultura familiar como expoente da diversidade do espaço rural brasileiro pode ser visualizado em Schneider e Cassol (2017).

⁴ Recebe esse nome por ocorrer no pátio do Campus Jane Vanini, da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres-MT.

de aquisição de alimentos para as escolas da rede pública, outros atendem às forças armadas presentes no município e outros fornecem seus produtos a supermercados e restaurantes.

Também foram aplicados questionários a 11 representantes de assentamentos rurais e comunidade tradicional (Apêndice B), buscando consolidar informações adquiridas junto aos entrevistados na etapa anterior. O número e escolha dos entrevistados se deu de maneira aleatória, conforme sua disponibilidade após um primeiro contato em uma sessão do COMDERS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Além desses, foram entrevistadas duas lideranças de associações de pequenos produtores do município que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Através de informações disponibilizadas por essas pode-se entender a dinâmica desse programa em Cáceres, a atuação dos agricultores familiares e suas expectativas (Apêndice C).

Também foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com 2 representantes da Secretaria Municipal de Agricultura de Cáceres (SMA), ação que permitiu identificar o olhar da administração municipal sobre a realidade do espaço rural do município (Apêndice D). Também, disponibilizaram dados tabulados sobre as localidades e comunidades rurais, além de informações sobre as políticas públicas e ações governamentais sobre a agricultura familiar.

Tomou-se o cuidado de incorporar ao estudo de caso às mais distintas realidades que identificamos no município: feirantes e não feirantes; diferentes localidades; propriedades com produção muito diversificada e com pouco diversificada; níveis de tecnologia produtiva e investimento distintos. Para isso, foi fundamental a realização de diversas visitas a campo que ocorreram desde 2015, mas que intensificaram-se a partir da segunda metade de 2016. As observações permitiram reconhecer distintas realidades e situações que foram posteriormente verificadas a partir das entrevistas e questionários.

E, por fim, de posse de todas as informações relevantes, foi realizado o cruzamento e a análise de todos os dados coletados em busca de atender aos objetivos propostos. A partir daí, construíram-se os capítulos visando apresentar os resultados encontrados.

1.5 Estrutura da tese

Após a apresentação dessa introdução, traz-se o Capítulo 2 intitulado “*O estudo da organização do espaço rural a partir da revisão bibliográfica*”, que consiste em uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos e temas utilizados nessa tese. Buscou-se distintos autores para apresentar nosso entendimento sobre espaço, organização do espaço rural,

ruralidade, agricultura familiar e diversidade no campo. Consideramos que não seria possível a realização do estudo proposto sem a busca desses entendimentos.

No Capítulo 3 “*A organização do espaço rural a partir da dimensão histórica*” é exposta a dimensão histórica, com a apresentação construção e organização histórica do espaço rural de Mato Grosso e, especificamente, do município de Cáceres. Essa apreensão é importante, uma vez que foi verificada com a tese a influência que os processos históricos realizaram sobre a estrutura rural do município até os dias atuais, através das políticas desenvolvidas.

Já no Capítulo 4 “*Dimensão natural na organização do espaço rural e desenvolvimento das atividades agropecuárias*” são apresentadas as dimensões natural e econômica. Primeiramente traçamos a dimensão natural através dos elementos que constituem esse espaço, uma vez que esses vão influenciar diretamente a organização do espaço rural de Cáceres e de sua estrutura produtiva. Isso motiva a trazer logo após a dimensão econômica, através da análise de dados estatísticos e informações disponíveis sobre o município em institutos, órgãos públicos e publicações já realizadas.

O Capítulo 5 “*O espaço rural de Cáceres pela agricultura familiar como expressão da dimensão social*” procura trazer fundamentalmente a dimensão social, a partir de informações coletadas diretamente com personagens desse espaço analisado, os agricultores e os representantes de cooperativas e associações. São eles que permitem a comprovação da tese apresentada, pois demonstram a diversidade existente no espaço rural, objeto desse estudo.

No Capítulo 6 “*Cáceres: um rural diversificado e a busca por políticas consistentes*” se propõe a trazer a apresentação das atividades não agrícolas desenvolvidas no espaço rural cacerense ou mesmo na cidade, mas que estejam intimamente ligadas ao campo. Também discute-se sobre as políticas públicas que envolvem esse espaço, com ênfase à agricultura familiar.

Por fim traçam-se as considerações finais, que buscam discutir a conexão das informações e resultados coletados em todas as etapas da pesquisa, além de apresentar a síntese final da tese. Após apresentam-se as bibliografias utilizadas ao longo do texto, bem como apêndices e anexos relevantes de serem constados.

2 O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Quando se propõe um estudo acerca da organização e dinâmica de um espaço rural, surgem algumas demandas que, por vezes, devem ser atendidas antes da busca e consolidação por resultados. Para entender melhor esses processos, inclusive sobre a organização do espaço agrário e a agricultura familiar de Cáceres, objeto de estudo dessa tese, se reconhece a importância do entendimento teórico e metodológico dos conceitos de espaço e organização espacial, conforme propõe esse capítulo.

As relações resultantes do trabalho humano sobre a natureza são complexas, envolvendo distintos e variados atores e todo o emaranhado de relações existentes entre eles. Com isso, sua interpretação e compreensão são igualmente complexas, exigindo entendimento do espaço em sua totalidade.

Essa complexidade se acentuou ao longo da história da humanidade, juntamente com a própria sociedade. Conforme esta evoluía, transformavam-se e intensificavam-se sua interação e atuação sobre o espaço natural, constituindo assim, novas relações e gerando novas formas e funções sobre o espaço.

Dessa forma, para compreender um espaço rural específico se faz necessário percorrer, ainda que brevemente, os entendimentos teóricos sobre os conceitos que o permeiam. Busca-se assim, o reconhecimento do conceito fundamental do espaço, a organização do espaço rural, a agricultura familiar e o entendimento da metodologia que será abordada na investigação.

2.1 O espaço (rural) e sua totalidade

O espaço não deve ser concebido como algo simplório ou de fácil definição. Cada um terá suas especificidades e complexidades, principalmente quando se propõe o compreender em profundidade. Ora essa complexidade provém do emaranhado de relações ali existentes, ora pela diversidade de atores e processos envolvidos, ou ainda, pela interpretação que se dá a esses.

Como brevemente apontado na introdução, o espaço rural de Cáceres pode, superficialmente, parecer homogêneo apresentando uma padronização até mesmo repetitiva para olhos pouco atentos. No entanto, ao debruçar-se sobre sua realidade evidencia-se uma

riqueza de detalhes através de formas e funções variadas, estruturas e processos intrincados e profundos, e essas são características próprias do entendimento da totalidade de um espaço.

Definir o conceito de espaço ou os processos de sua organização não é uma tarefa fácil, uma vez que diversas são as ciências e campos de estudo que dão diferentes interpretações para essa palavra. No entanto, pode-se conduzir uma sistematização para seu entendimento em uma perspectiva própria da geografia.

O espaço geográfico, tão importante referência nos estudos da ciência geográfica (senão o seu principal objeto de investigação), organizado e reorganizado pela sucessiva e constante ação da sociedade, não passou por esses processos como um conceito inerte ou estático. Seguiu as mudanças sociais e as transformações da Geografia como ciência, sendo considerado por muitos autores o principal conceito de referência nos estudos dessa, tendo em vista sua capacidade de compreender e explicar a complexidade das relações entre os agentes sociais e o meio natural em sua totalidade.

Ao longo da história do pensamento geográfico, esse conceito sofreu variações teóricas, práticas ou mesmo em intensidade de relevância, seguindo as mudanças sociais e políticas de acordo com o contexto histórico em que esteve inserido. Mas, foi nas últimas décadas do século XX que se firmou como a base da geografia, principalmente a partir de autores como Henri Lefebvre, H. Isnard, Milton Santos e outros, sendo que cada um deu sua própria interpretação e fez suas propostas de análise. De alguma forma, todos contribuíram para a construção da linha de raciocínio dessa tese e trouxeram elementos importantes.

No entanto, é com Santos (1988, p.12), que se utiliza aqui o principal entendimento de espaço. Especialmente quando discorre que “deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento”. Daí a relevância da busca e entendimento da realidade e do espaço rural de Cáceres em sua totalidade e todas as relações e dinâmicas que o permeiam.

Em Santos (1997, p.1), o espaço é tido “como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia”. O autor ainda complementa que “o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais”. Deste modo, orienta-se ao entendimento de que o espaço contém uma combinação de elementos com a sociedade, bem como a complexidade de suas relações.

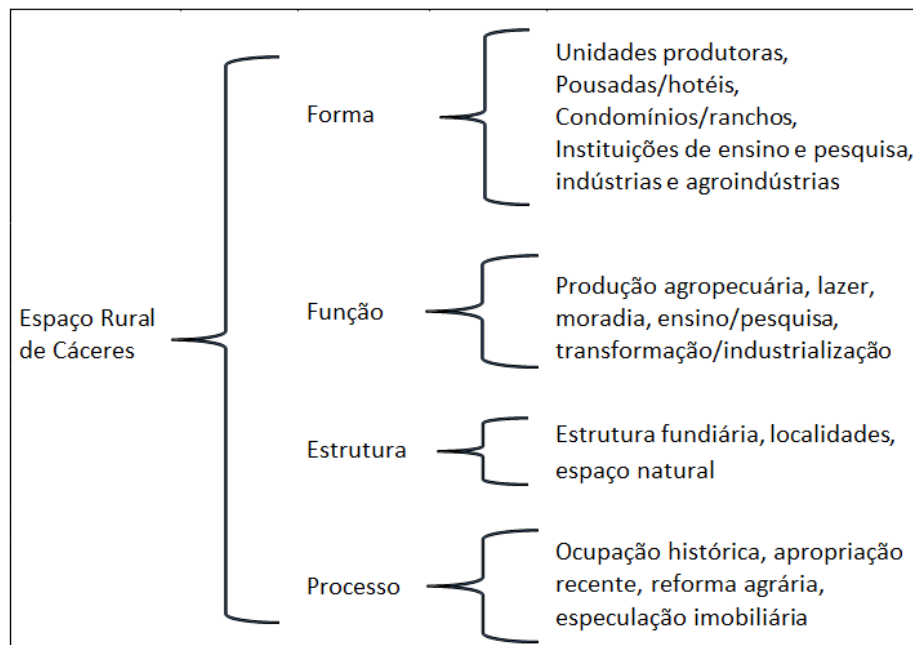
Embora os estudos tenham obtido significativos avanços não respondiam sobre as categorias de análise do espaço. Santos (1977; 1978) chama a atenção para as formas

constituintes da paisagem, revelando o modo de produção existente, permitindo que, através delas (as formas) se alcance as funções criadoras, os processos geradores e as estruturas de sustentação, como também a dinâmica da produção e da reprodução de uma dada formação socioeconômica. A partir disso, o espaço deveria ser analisado apoiando-se nas categorias: estrutura, processo, função e forma e deveriam ser consideradas em suas relações dialéticas.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985, p.52)

As categorias do espaço propostas por Milton Santos podem ser reconhecidas no estudo do espaço rural de Cáceres a partir das formas presentes em sua paisagem, das funções empregadas a cada uma delas, das complexas estruturas presentes nessa realidade e dos processos que levaram à sua formação. Esse entendimento pode ser visualizado no esquema esboçado a seguir (Figura 5).

Figura 5 – Esquema das categorias de análise do espaço para o rural de Cáceres - MT



Elaboração: OLIVEIRA, Ana Leticia de (2017).

As formas as quais nos referimos aqui, dizem respeito às infraestruturas, podendo ser mais generalizadas como unidades e estabelecimentos, ou detalhadas a partir do entendimento

das instalações nelas presentes (casas, roças, pastagens, açudes, estábulos, etc. ...). As funções, pressupõe o papel desempenhado por cada forma observável ou imaterial, que estarão ligadas à (sobre)vivência dos atores ali envolvidos ou atividades produtivas desempenhadas (agrícolas ou não), vivências sociais e características culturais.

A estrutura envolverá os grandes conjuntos ligados à organização das formas e funções, como à complexidade da organização produtiva, à estrutura fundiária ou mesmo às bases naturais sobre as quais ocorrerá a ação da sociedade. E os processos que abordaram, entre outros, a relação tempo-espço e os eventos que levaram à sua organização.

Lefebvre (1976) em sua obra *Espacio y Política*, argumentou que o espaço possui um papel ou uma função fundamental na estruturação da totalidade, da lógica e do sistema. Para o autor, o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. O que pode ser interpretado como a reprodução da própria sociedade.

Com isso, pode-se entender não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao conceito de espaço, embora reconhecendo que modo de produção, formação socioeconômica e espaço sejam categorias interdependentes (SANTOS, 1977). Ao avançar nessa linha de pensamento, o autor entende que os modos de produção de um dado território criam formas espaciais que constituem uma linguagem própria, e isso pode ser observado ao analisar as formas presentes hoje nos espaços, como o objeto de estudo dessa tese.

Complementando os entendimentos até aqui levantados, buscamos também a compreensão da concepção de Isnard (1978, p.16) de que o espaço geográfico pode ser distinguido do espaço natural a partir de suas características específicas, uma vez que projeta a sociedade que o organizou expressando “sua finalidade, racionalidade e história”. Assim, “sociedade e espaço constituem um todo indissociável em um sistema de interações onde a sociedade se cria, criando o espaço”. Os elementos que constituem esse todo (que pode ser referido como espaço) possuem uma relação de coerência, mas sem necessariamente apresentar rigidez.

Entendemos aqui que, apesar de espaços geográfico e natural serem distintos, o natural serve de suporte material onde o primeiro será construído. Assim, se torna inviável pensar a organização de um espaço (principalmente rural), sem preocupar-se em conhecer e compreender as características e interações do espaço natural.

Esse ponto de vista nos guia ao reconhecimento necessário da compreensão do ambiente natural sobre a qual se organizou o espaço rural de Cáceres, para isso buscou-se estudos de outros pesquisadores (NEVES, 2008; NEVES; CRUZ, 2007; MIRANDA;

AMORIN, 2000; NEVES; NUNES; NEVES, 2011). Encontrou-se assim, um ambiente pantaneiro, alagadiço, de solos fracos e pouco profundos, cercado de uma província serrana de solos ricos, mas com grande declividade. Um ambiente com características climáticas específicas, de clima tropical com estações de chuva e de seca, bem definidas. Um ambiente que, com suas particularidades, possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, porém, com o predomínio da pecuária. Uma estrutura que merece ser compreendida com mais profundidade em suas características e implicações.

Com esse entendimento baseado em Isnard (1978), o espaço pode ser entendido como uma matéria-prima modelada pela ação humana conforme suas necessidades, podendo tornar-se cada vez mais raro com o esgotamento de sua disponibilidade, sua ocupação. Isso possivelmente levará a disputas: no sentido literal, se considerarmos os muitos conflitos já ocorridos pela ocupação e domínio de dados territórios; ou metafórico, quando visto como um recurso rentável passível de apropriação pelo capital. Assim, quanto menor sua disponibilidade, mais valorizado economicamente se tornará.

O autor ainda reconhece a existência de diferentes espaços (mental, econômico, social, etc. ...), e destaca, principalmente, a necessidade da geografia envolver-se ou limitar-se em seu próprio objeto de estudo, a organização do espaço pelo homem. Por organização o autor considera que “deve-se entender uma preparação do espaço. Toda organização supõe uma matéria-prima, uma finalidade e meios de ação” (Ibid. p.6).

Esse entendimento pode ser exemplificado sobre as relações de apropriação sobre o espaço rural. Conforme áreas produtivas se esgotam, seja pela intensa ocupação ou pelo uso irracional de seus recursos, novos espaços com potenciais agrícolas são incorporadas; por vezes, isso se dá sobre áreas ocupadas por populações mais frágeis, como comunidades tradicionais, de pequenos estabelecimentos ou de proteção ambiental, levando a choques de interesses e gerando conflitos. Porém, nem sempre a incorporação de novas zonas se dá para o atendimento imediato de demandas produtivas, pode se dar como áreas de reserva ou especulação imobiliária, ambos, amplamente encontrados no Mato Grosso.

Esse enfoque chama atenção para a necessidade de considerar a relação espaço-tempo através dos processos desencadeados ao longo da história. Milton Santos (2008) é um dos autores que destaca a importância de compreender as sucessões (e simultaneidades) históricas sob o aspecto de suas influências na organização e dinâmica do espaço.

A partir dessas considerações, passa-se a ter maior segurança para começar a traçar os caminhos à organização do espaço rural, e pode-se fazer referência aqui ao entendimento de Moro (1991, p.23). O autor entende que a organização do espaço “envolve o estudo das

relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais”. A economia, a política, a demografia, a cultura e a natureza são alguns dos aspectos por ele destacados.

É com esse entendimento que se busca compreender o espaço rural de Cáceres, que foi moldado sob um intenso processo histórico de apropriação de terras e desenvolvimento de atividades produtivas, como encontrado nas referências consultadas. Um espaço com características naturais que, em um primeiro momento, favoreceu a pecuária extensiva, mas que posteriormente demonstrou potenciais para a agricultura de pequena produção diversificada.

Esses conflitos ou contradições são visualizados na intensa concentração de terras em poucos grandes estabelecimentos e na pouca terra disponibilizada aos muitos pequenos estabelecimentos. Contradição que pode ainda ser visualizada na comercialização final desses produtos, quando a larga produção pecuária é entregue a grandes agroindústrias para exportação, e a pequena produção diversificada chega ao mercado consumidor local através de feiras ou pequenas bancas espalhadas pela cidade, conforme observado em campo e com as informações levantadas com a pesquisa.

Esses antagonismos e contrapontos acabam por auxiliar na construção e organização de um espaço diversificado e plural, aspecto no qual se centra esse estudo. Todavia, para sua compreensão é necessário um resgate do espaço rural e da diversidade das atividades desenvolvidas sobre esse.

2.2 O espaço rural e a ruralidade

A compreensão do espaço rural e sua organização perpassa a necessidade do entendimento sobre o que é o rural e quais são seus atributos centrais. Essa discussão não é recente e nem mesmo concluída. Muitos são os autores que divergem entre si e propõem distintos entendimentos e apontamentos sobre esse conceito, e sua aplicação prática. Sobre isso Ferreira e Maia (2010) defendem o entendimento de que nas últimas décadas o rural passa por uma renovação de seus princípios sob a ótica do desenvolvimento rural.

Por bastante tempo o rural foi tratado como um conceito construído a partir do urbano ou uma ideia que o simplificaria como sendo aquilo que resta depois da definição do urbano. Assim, traduziria todas aquelas características espaciais e produtivas que não pertenciam a esse segundo. Carregava uma imagem de grotesco e atrasado, chegando ao ponto da criação

de personagens jocosos (quando não ridicularizados) disseminados na mídia, no imaginário popular e por vezes na própria ciência. Quem não se lembra do Jeca Tatu⁵?

Ricardo Abramovay (2000; 1999; 1998b) se destaca por ser um dos principais autores que discute o rural e as relações desse com o urbano⁶. Considera que, no Brasil, é comum o entendimento de um rural relacionado com precariedade, carência e atraso, fazendo com que seja visto a partir de uma condenação à decadência política, econômica e cultural. O autor demonstra que não é “difícil constatar que não existe qualquer razão para que o meio rural seja associado *conceitualmente* à idéia de que nele permanecem apenas os que não conseguem aventurar-se em direção às cidades e que seu declínio é somente uma questão de tempo” (ABRAMOVAY, 2000, p.01)⁷.

A existência desse entendimento também é lembrada e criticada por Gomez (2001, p.8)

Tal concepción tampoco daba cuenta de los efectos de la globalización en los espacios rurales. Del surgimiento de una agropecuaria moderna, surgen otras actividades que rescatan las particularidades regionales y locales, ligadas a la residencia, el ocio, al deporte, pequeñas actividades industriales, prestación de servicios, agroindustrias, etc.

Enfim, essa visão tradicional não se interessa em reconhecer ou discutir a heterogeneidade presente no rural, expressa por fenômenos como “condiciones ecológicas, diferentes escalas de producción, nivel de uso de los factores de producción, encadenamiento de los eslabones, pluriactividad y relaciones sociales internas” (Ibid., p.8).

A partir do entendimento desses autores, percebe-se que a visão tradicional não pode ser validada como uma realidade no contexto atual, uma vez que o espaço rural é múltiplo e diversificado, sendo representado por diferentes níveis técnicos, particularidades sociais e culturais e relevância econômica.

É preciso reconhecer o rural como um espaço dinâmico e possuidor de amplas potencialidades de desenvolvimento socioeconômico. Isso pode ser exemplificado a partir do estudo do espaço rural de Cáceres proposto nessa tese, que justamente visa desmistificar essa ideia do rural homogêneo ou mesmo estagnado.

De qualquer maneira, definir o que é o espaço rural não é tarefa fácil, uma vez que diferentes abordagens são feitas por distintas áreas do conhecimento. Igualmente, cada país

⁵ Personagem de Monteiro Lobato, personificação do atraso, da ignorância e da indigência. O personagem pertencia à obra *Urupês*, publicada originalmente em 1918.

⁶ Uma de suas principais pesquisas é o projeto *Distribuição espacial da população brasileira: concentração versus desconcentração*, executado pela Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, que gerou o texto referenciado como Abramovay (2000).

⁷ Grifos do autor.

tem definições próprias do que considera como rural, o que torna esse conceito ainda mais fluído em muitas possibilidades de entendimento.

Para Abramovay (2000) pode-se destacar três aspectos de convergência entre distintos entendimentos sobre o rural: a relação com a natureza; a relativa dispersão populacional; e a dependência do rural ao sistema urbano. Cada um deles merece ser entendido individualmente. Isso pode ser visualizado no município em estudo, de maneira bastante suave.

Em se tratando do primeiro aspecto é cada vez mais comum o reconhecimento da importância das relações entre a sociedade e a natureza no entendimento do espaço geográfico. Isso já foi discutido, em outros termos por Christofolletti (1987) e Suertegaray (2001), ao apresentar o entendimento da relação sociedade-natureza na organização do espaço geográfico.

Tal situação pode ser observada no rural de Cáceres, uma vez que esse espaço e as atividades econômicas desenvolvidas foram diretamente influenciadas pelas características naturais ali encontradas. As áreas pantaneiras com seu relevo plano, alagadiço e recoberto por pastagens naturais permitiram o desenvolvimento da pecuária extensiva em grandes propriedades; enquanto, suas áreas de relevo mais acidentado, com solos mais profundos e ricos, permitiram a instalação de pequenos sítios de produção diversificada.

Ainda é necessário o entendimento de que a forma como o homem vem se relacionando com a natureza não influencia apenas nas atividades econômicas, mas também na manutenção e reprodução da própria natureza. Nos trabalhos de campos e entrevistas realizadas com pequenos agricultores de Cáceres, percebe-se que uma noção mais integradora do homem com o meio vem crescendo, principalmente na realização de produção orgânicas e agroecológicas, com baixo uso de agroquímicos ou ainda com cuidados no manejo de sua propriedade. Estes inclusive já encontraram um novo mercado consumidor para seus produtos diferenciados em uma feira local, voltada para a produção orgânica e economia solidária.

Ortega (1996, p. 244) dá destaque à essa integração quando discorre que as “transformaciones sociales que comienzan es una redefinición de lo rural, en el sentido de comprender este espacio de la sociedad como la vinculación con los recursos naturales, el manejo de los mismos y, concretamente, la vinculación de la sociedad con la propia naturaleza”. Continua, trazendo que uma visão de futuro deve incorporar a relação ambiental e espacial, e não apenas aspectos puramente econômicos da ruralidade, mas no reconhecimento da sociedade como integrante da própria natureza. Com isso demonstra a forte e pujante relação entre ruralidade e sustentabilidade.

Quanto ao segundo aspecto, dispersão populacional, Abramovay (2000) afirma que esta torna-se um ponto tão importante na sociedade contemporânea quanto sua relação com a natureza. Ao contrário do que se pensa, pouca densidade populacional não representa solidão ou baixo convívio social nos espaços rurais, uma vez que tende a intensificar as relações familiares e acentuar (ou ao menos estimular) a convivência em comunidade.

Primeiramente é necessário trazer aqui que é natural que haja uma dispersão populacional maior no campo do que na cidade e Cáceres segue esse mesmo padrão observado em quase todo território nacional. Aproximadamente 12,93% da população cacerense localiza-se no espaço rural, enquanto cerca de 87,07% no espaço urbano (IBGE, 2010), considerando que esse último corresponde a uma pequena área do município, pode-se reconhecer que concentrará população muito maior que o primeiro.

A dispersão populacional no espaço rural de Cáceres será mais intensificada nas áreas de predomínio do Pantanal, onde se localizam a maior parte das grandes fazendas pecuárias. Outro fator importante na definição desse cenário pode ser relacionado com o curso de inundações periódicas das áreas pantaneiras, uma vez que interferem no gênero de vida das populações dessas áreas. Rossetto (2009, p. 99) dá destaque ao relativo isolamento e importância das relações familiares quando traz que “essa situação foi fortalecida ao longo do processo histórico mediante as condições da paisagem natural caracterizada por longo período de cheias que dificultava os deslocamentos”, além “da paisagem cultural expressa pela grande extensão das fazendas e distância entre as sedes dessas propriedades”. Ainda assim, hoje essa realidade também vem se transformando com as tecnologias e intervenções sobre o meio natural.

Já nas proximidades da cidade e nas áreas de maior declividade, onde estão localizados os estabelecimentos menores (sítios e chácaras), como os oriundos dos assentamentos a concentração populacional será maior, uma vez que espacialmente as famílias estarão mais próximas. A interligação entre as famílias também será mais constante, uma vez que, por localizarem-se em áreas mais elevadas, não sofrerão com o isolamento provocado pelos períodos de cheias dos rios.

Essa dispersão por vezes é compensada pela convivência em comunidade, normalmente relacionada às festas nos salões comunitários ou nas muitas igrejas, principalmente católicas e evangélicas, presentes no município. Identificou-se, durante o estudo, a significativa realização de festas religiosas, novenas e cultos entre os entrevistados.

Ainda, a relativa dispersão populacional encontrada no campo por aqueles que optam por esse espaço em detrimento das cidades, é associada com a sensação de segurança e

tranquilidade, pouco encontradas na cidade. Esse entendimento é defendido por autores que explicam o rural a partir do reconhecimento da existência de atividades não-agrícolas, como moradia e/ou lazer, turismo e outros (ABRAMOVAY, 2000; GOMEZ, 2001; FERREIRA; MAIA, 2010; DELGADO et al, 2013).

Em Cáceres, o campo tem sido buscado com o intuito da instalação de moradia principal ou segunda moradia, o que pode ser observado pela presença de condomínios fechados ou sítios e chácaras. Alguns sem ser destinados a atividades agrícolas, apenas para lazer em finais de semana ou habitação permanente.

A comprovação de que a dispersão do rural não representa isolamento em relação ao urbano, vem representada a partir do terceiro aspecto apontado anteriormente, à dependência com o sistema urbano. Nesse é importante enfatizar que, apesar de haver o reconhecimento da significância do rural com suas características próprias, não se deve deixar de dar igual relevância para as relações que estabelece com as áreas urbanas próximas ou não. Abramovay (2000) reconhece que populações dispersas das áreas rurais que mantém estreitas e intensas relações com áreas urbanas, tendem se desenvolver/manter melhor que aquelas distantes⁸ e isoladas.

Essa proximidade pode ser demonstrada a partir de diferentes aspectos, como as feiras de produtos rurais localizadas na área urbana. No caso de Cáceres são quatro principais, sendo a mais conhecida e frequentada a que ocorre na chamada Praça da Feira, que contém capacidade para 100 expositores; no entanto, nem todos os espaços estão ocupados apenas por agricultores, alguns são usados para venda de produtos oriundos da Bolívia⁹ ou comercialização de gêneros produzidos na cidade. As feiras são importantes espaços de integração da população urbana e rural, e aproximação da realidade desses espaços.

A dependência em relação à cidade também se dá pelo acesso aos sistemas de serviços públicos como escolas, hospitais, serviços jurídicos, sociais e outros, que localizam-se fundamentalmente nela. O espaço rural de Cáceres possui poucos serviços como esses e em geral, estão localizados nos aglomerados populacionais das sedes dos distritos como Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte D'Oeste e Nova Cáceres.

O comércio também se torna um ponto de aproximação, uma vez que há a necessidade de busca na cidade de produtos, implementos e suporte técnico para o desenvolvimento das

⁸ Para distante, dá-se aqui o sentido de desconectividade, isolamento de relações. Não necessariamente enfatizando a distância física propriamente dita.

⁹ A proximidade com o país vizinho e os baixos preços lá encontrados, estimulam a presença de comerciantes que trazem daquele produtos como eletrônicos, roupas, calçados e bebidas.

atividades produtivas. Também é na área urbana que estão localizados os escritórios de importantes empresas, que fazem a compra da produção agropecuária.

Essa relação do rural com o urbano pode ser discutida sobre diversos enfoques, uma vez que a questão foi apresentada por vários autores. Cada um considerando uma intensidade diferente nas relações, ora com maior predomínio e interferência do urbano, ora com maior resistência do rural.

A intensidade dessas relações pode ser evidenciada a partir do entendimento das relações rural-urbano e das particularidades de cada espaço que levam a necessidade da compreensão da ruralidade. Novamente, esse conceito não será unanimidade entre os autores ou as áreas de conhecimento, assim como sofrerá transformações e adequações conforme os contextos históricos, social, cultural e econômico em que estiver inserido.

Esse conceito também se torna importante para o entendimento do espaço rural de Cáceres, uma vez que permite evidenciar sua diversidade. Uma metodologia interessante que auxilia a esse reconhecimento é proposta por Gomez (2001), cujas informações buscamos sintetizar aqui, através do Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões da nova ruralidade segundo Gomez (2001)

Dimensão	Caracterização*	Fragmento	Cáceres**
a) En cuanto a espacio y actividades.	- Baixa densidade demográfica; - Atividades diversificadas: agrícolas e não agrícolas; - Atividades econômicas e serviços.	Se trata de espacios con una densidad relativamente baja, donde se realizan actividades tales como: la agricultura, forestal, ganadería, artesanía, establecimientos dedicados a reparaciones, las industrias pequeñas y medianas, pesca, la minería, extracción de los recursos naturales y turismo rural. A su vez, se realizan servicios y otras actividades como la educación, salud, gobierno local, transporte, comercio y deporte. (p.21)	- A baixa densidade populacional no espaço rural, abaixo de 3 hab/km² (IBGE, 2010). - Atividades agrícolas e pecuárias: criações, pequenas roças, lavouras, pomares, ... - Atividades não-agrícolas: turismo, gastronomia, hotelaria, agroindústrias.
b) En cuanto a	- Grupos sociais pequenos; - Forte relações sociais; - Relações de parentesco; - A micro história	“Esta relación personal tiene una fuerte base en las relaciones vecinales, con una prolongada presencia y de parentesco entre una parte significativa de los habitantes”. (p. 22) “[...] lo rural significa considerar grupos relativamente pequeños, dentro del ámbito donde las	- Proximidade de grupos familiares nas localidades interioranas. - Forte ligação cultural: comunidades indígenas e quilombolas.

su especificidade	tem peso importante sobre o desenvolvimento social; O rural permite manter traços da identidade local, frente aos processos de globalização.	relaciones personales se puedan desarrollar y donde la micro historia tiene un peso importante en la vida de las comunidades en la actualidad". (p.23) "Lo rural, en definitiva, a pesar del proceso de globalización en marcha, es una de las condiciones que permite mantener algunos rasgos de identidad frente a las fuerzas globales y homogéneas que se expresan a través de los medios de comunicación, del consumo, etc". (p.23)	- Forte presença da religiosidade. - Importante participação da constituição fundiária e recente reforma agrária. - Manutenção de traços tradicionais e culturais na produção e comercialização de produtos.
c) En cuanto a su alcance.	- Pode-se incluir como parte da ruralidade, determinados espaços considerados como urbanos; - Partindo das relações sociais rurais, o rural deve ser considerado o centro das relações e não a periferia; - Compreensão da articulação dos habitantes rurais entre si e com os urbanos; - Integração das concentrações urbanas e seu entorno rural; - Integração do trabalho urbano e rural; - Deve-se considerar situações intermediárias entre a existência do rural e sua ausência.	"Esta proposición incluye determinados espacios normalmente considerados como urbanos como parte de la ruralidad." (p.23) "El tipo de relación social que caracteriza la ruralidad depende, en un grado importante, del grado de articulación entre los habitantes rurales tradicionalmente considerados como tales y los habitantes de concentraciones urbanas, depende de los grados de integración que exista entre estas concentraciones urbanas y su entorno rural". (p.26) "Hay que destacar que los mercados de trabajo urbano y rural tienden a integrarse y a terminar con la segmentación que se observó en el pasado". (p.27)	- Nas áreas periféricas da área urbana de Cáceres, existem hortas e pomares que produzem para atender ao mercado local: feiras, mercados e restaurantes. - Para muitos dos entrevistados, o rural é tido como o espaço mais importante (produtivo e de vivência) e o urbano é visto como o centro de comercialização (venda dos produtos e compra de insumos). - Existência de chácaras de produção olerícola no espaço urbano, e de condomínios residências e restaurantes no espaço rural.

*Reflexões oriundas de Gomez (2001); **Informações coletadas através da pesquisa.

Org.: OLIVEIRA, Ana Leticia de (2017).

O autor acaba por propor um entendimento da nova ruralidade a partir de três dimensões: a) o tipo de espaço e as atividades que se realizam; b) a especificidade que a distingue de outras situações; e c) o alcance que abrange o rural. Para observá-lo,

organizamos o quadro a partir de transcrições do autor elencando os itens dimensão, caracterização e o fragmento em que aparece em seu texto; também apresenta-se nele a exemplificação no espaço rural de Cáceres a partir de observações realizadas em campo e materiais coletados ao longo da pesquisa.

A partir desses apontamentos, fica evidente a importância de considerar como características significativas do novo rural a forma de uso (diversificado) deste espaço, os tipos de relações sociais existentes dentro de si e as relações estabelecidas com o urbano. Cada uma dessas deve ser considerada ao propor o entendimento do rural frente às novas necessidades (ou possibilidades) colocadas sobre os agricultores.

Para Abramovay (2000) a ruralidade, assim como o rural, não pode ser definida exclusivamente pela agricultura, mas sim pela ampla gama de atividades que ali podem ocorrer e em diferentes formas de interação. Para exemplificar isso, o autor recorre à definição da FAO/SDA¹⁰ (1998, apud ABRAMOVAY, 2000, p.6):

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessário uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele.

Sérgio Schneider também traz a discussão da ruralidade como sendo heterogênea e não apenas circunscrita por atividades agrícolas. Com isso, dá-se respaldo ao surgimento no espaço rural, tanto de atividades agrícolas como não-agrícolas que auxiliem na revalorização e reconhecimento desse espaço no contexto do mundo atual.

Embora não exista acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea. Portanto, aquela idéia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento ou a tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perderam seu sentido. (SCHNEIDER, 2009, p.8)

¹⁰ O autor busca fundamentar-se nos relatórios da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) cuja referência indica: FAO/SDA. *Program on rural indicators*, 1998, mimeo.

Graziano da Silva (1999, p.28) também reconhece essa linha de entendimento de que “o rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e oferta de mão-de-obra”. Vai muito além, se tornando fornecedor de “água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas”.

A partir daí, o autor lança mão ao entendimento do “novo rural brasileiro”, como uma referência às recentes transformações que observa nesse espaço. Isso se daria de tal modo que não significa apenas dizer que novas atividades foram inseridas no campo, mas também que aquelas que são tradicionalmente dele passam a ter um novo significado. Isso pode ser visto quando alimentos típicos da culinária rural passam a ser industrializados ou mesmo restaurantes são abertos em sítios ou fazendas; a criação de peixes torna-se pesque-pague; as trilhas de condução de gado passam a ser utilizadas como trilhas para turismo ecológico ou histórico; e assim por diante.

Essas atividades são hoje amplamente reconhecidas em Cáceres, uma vez que a proximidade com o Rio Paraguai permitiu a criação do turismo ecológico e da pesca esportiva. Ao atrair esse público, passou a oferecer opções ligadas diretamente ao espaço rural, como pousadas e restaurantes em estabelecimentos que possuem atrativos naturais e/ou históricos.

A culinária dita “caseira” atrai consumidores aos restaurantes de sítios e fazendas em busca de sabores tipicamente rurais. Em geral as mulheres da família produzem os alimentos em fogões de lenha e panelas de barro, utilizando elementos do próprio estabelecimento rural como carnes caipiras (animais criados de forma rústica pela agricultura familiar local) e amplo uso de mandioca, banana e peixe (alimentos que compõem a alimentação da população local). Esse é um exemplo de atividade que não foi inventada pela nova ruralidade, sempre foi praticada pela família, mas agora ganha uma roupagem de opção econômica.

Com essa discussão, reconhece-se a existência e significância das transformações no campo, porém sem uma homogeneização. Apesar de algumas áreas sofrerem com uma padronização produtiva, principalmente com a produção monocultora, os espaços de existência de agricultura familiar permanecem sendo diversificados, mesmo que para isso seja necessário se reinventarem ou readequarem às exigências do mundo atual.

Isso tem-se percebido em Cáceres. Enquanto os grandes estabelecimentos têm se dedicado a uma ou duas atividades específicas, os pequenos, geralmente tocados pela família,

dedicam-se a diversidade da policultura e mesmo da pluriatividade de modo a manterem-se ativos e sobreviverem social e economicamente.

2.2.1 Agricultura familiar: diversidades no espaço rural

A agricultura familiar surge como outro conceito fundamental a ser trazido aqui e configura-se como um dos principais temas de discussão da sociologia rural e da geografia agrária. A discussão sobre essa temática é antiga, perpassando diferentes linhas teóricas¹¹ e interpretações, algumas tratando da agricultura familiar, da produção familiar ou mesmo do campesinato. No entanto, um ponto é comum à maioria dos autores: o trabalho essencialmente familiar, principal característica identificada no reconhecimento prático da realidade.

Essa concepção foi defendida por Alexander Chayanov, um dos primeiros autores a discutir o trabalho familiar e a organização unidade produtiva dentro do modo de produção capitalista. O autor também demonstra termos similares utilizados para discutir unidades com organizações exploratórias pautadas na mão de obra dos membros da família.

Los terminos de unidad economica familiar, unidad economica de trabajo, unidad economica de trabajo familiar y unidad economica familiar de trabajo significan en este articulo la explotacion economica de una familia campesina o artesana que no ocupa obreros pagados sino que utiliza solamente el trabajo de sus propios miembros, aun alli donde esta caracteristica no se mencione explicitamente. (CHAYANOV, 1975, p.1)

O autor ainda chama atenção para o fato de que é a própria família quem organiza o trabalho de acordo com suas necessidades.

En este regimen, la familia dirige bajo su propia responsabilidad la explotacion y dispone de la produccion lograda. Las necesidades de la familia la estimulan a aumentar su energia de trabajo, y la cantidad de producto la determina el equilibrio, propio de la explotacion familiar, entre la cantidad de esfuerzos de la familia y el grado de satisfaccion de sus necesidades. (Ibid, p.18)

Para estabelecer seu conceito de agricultura familiar, Abramovay (1998), utiliza-se fundamentalmente do entendimento de que esta se trata da produção desenvolvida nas pequenas propriedades rurais sendo realizada, exclusiva ou majoritariamente, por mão de obra da própria família. Em casos de excepcionalidade, pode se utilizar também de trabalhadores

¹¹ Reconhecemos a existência de diferenças conceituais entre esses termos, no entanto, o que levamos em conta fundamentalmente aqui, é o trabalho familiar realizado na pequena propriedade (unidade familiar).

assalariados ou contratados, no entanto, a maioria do trabalho continua sob domínio da família.

Esse é o princípio fundamental que utilizaremos, uma vez que o caráter do trabalho familiar nas pequenas unidades foi amplamente observado em campo, nos questionários aplicados e nas entrevistas realizadas. Poucas são as unidades que utilizam-se de trabalho extrafamiliar e, quando isso ocorre, comumente é de maneira temporária e esporádica.

Wanderley (1996) discute a agricultura familiar como um conceito genérico, que permite a incorporação de um leque diversificado de situações específicas e particulares. Dentre elas, a autora apresenta o campesinato tradicional com forte carga cultural e a agricultura mais moderna, que se organiza a partir das demandas do mercado. De qualquer forma, destaca a importância das relações familiares, da preocupação com o futuro, das heranças culturais e da produção de subsistência agregada à destinada a comercialização.

Em outro momento a autora traz o entendimento de que o

agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet (2001: 80), “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura (WANDERLEY, 2003, p.47).

A autora considera que a agricultura familiar ainda guarda traços camponeses, ao mesmo tempo em que necessita se adaptar as exigências da agricultura moderna, “tanto porque ainda tem que ‘enfrentar’ os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (Id., 1996, p.15).

Essas características foram visualizadas desde os primeiros momentos em que a pesquisa começou a ser realizada com os agricultores familiares de Cáceres que, muitas vezes, trazem fortes traços culturais e com fortes relações familiares, tanto em termos sociais, como no trabalho nas unidades. Igualmente, demonstram longas lutas para garantir o acesso a terra e ao capital, bem como almejam o reconhecimento da agricultura familiar em um ambiente onde esses recursos são destinados principalmente a grande produção. Essa situação é comum na agricultura brasileira, como já lembrado pela autora supracitada, que sempre privilegiou a grande produção em detrimento dos pequenos produtores.

Para efeito legal no Brasil, a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) define o que entende por agricultura familiar com o intuito de orientar as políticas públicas destinadas às demandas dessa realidade. Seu entendimento de agricultor familiar e/ou empreendedor familiar rural se dá sobre aquele que desenvolve atividades no meio rural, não detenha área maior que quatro módulos fiscais¹², utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades do estabelecimento, “tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento” e por fim, dirija o estabelecimento com sua família.

Percebe-se que, para sua definição, essa lei considera variados pontos, como tipo da mão de obra, que seria composta principalmente pela família, que também faria a gestão do empreendimento; o tamanho do estabelecimento, que pode ser entendido por classificações diversas como sendo pequeno; e a renda familiar que seria produzida a partir das atividades desenvolvidas no próprio estabelecimento. Nota-se que ela não confere caráter exclusivamente agrícola dentro do estabelecimento, mas sim predominantemente, abrindo para o entendimento de que a família pode vir a complementar sua renda através de outros meios.

Isso se observa *in loco* na área de estudo, quando um ou mais membros da família buscam desenvolver atividades não-agrícolas em sua propriedade, como transformação de produtos, abertura de pequenos comércios (bares, revenda de cosméticos e outros). Ou mesmo fora da propriedade, como trabalhadores assalariados ou diaristas em outras propriedades rurais, ainda na cidade, trabalhando no comércio ou prestando serviços como na construção civil.

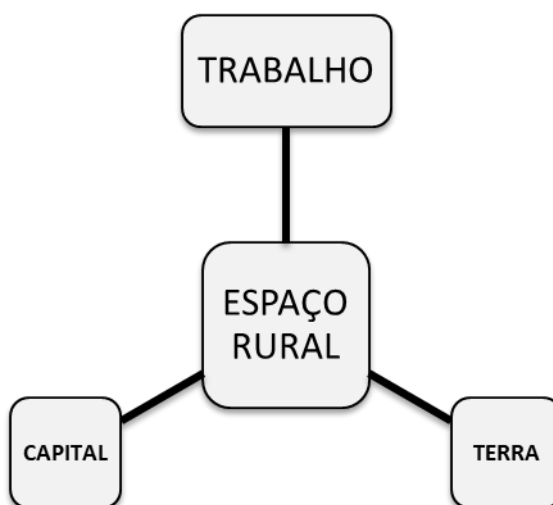
A ideia da forma organizativa da produção em unidades familiares remonta às discussões e teorias levantadas por Chayanov e sua Escola da Organização e Produção. Pode-se vincular aqui o caráter da exploração do espaço rural estar pautado nos três pilares de apoio terra-capital-trabalho. Salamoni (1992, p.63) chama atenção para o fato de que a “posição teórica altamente específica” de Chayanov,

¹² Módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979 (BRASIL, 1979) e utilizada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para definição do tamanho das propriedades rurais em pequenas, médias e grandes. Ele varia para cada município uma vez que leva em consideração: “a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante”; ainda, “(c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de ‘propriedade familiar’”(EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2017, p.1).

propugnava que a distribuição dos recursos – TERRA, TRABALHO E CAPITAL – nas unidades produtivas familiares, estava guiada por uma racionalidade singular, capaz de tornar a propriedade camponesa um elemento fundamental, tanto para o funcionamento geral da economia, como para a organização do espaço, nas diferentes escalas.

Concepção similar é encontrada em Meneghini e Miorin (1995) e nos permitiu a construção do modelo apresentado na Figura 6. Nesse, a terra é representada pela unidade produtiva ou propriedade, que servirá como suporte físico para instalação da habitação, benfeitorias, plantações e pastagens; enquanto o capital financiará o desenvolvimento e execução das atividades produtivas e a manutenção e reprodução social da família; por fim, o trabalho é a representação do esforço da mão de obra ao executar toda e qualquer atividade necessária, o caráter familiar, assalariado ou temporário dessa dependerá da realidade de cada unidade.

Figura 6 – Espaço rural pelos pilares Terra-Capital-Trabalho



Elaboração: OLIVEIRA, Ana Leticia de (2017) a partir de Meneghini e Miorin (1995).

No entendimento de Chayanov sobre esses pilares, o trabalho seria o principal recurso (motivo que o leva a ter destaque no esquema proposto), enquanto que a terra e o capital seriam recursos complementares “variáveis em função dos mercados de terra e da acumulação interna da família, respectivamente” (SALAMONI, 1992, p.65). A utilização desses, de forma intensiva ou não, “está intimamente ligada à satisfação das necessidades da família”, uma vez que são essas as principais influenciadoras da organização interna da unidade familiar.

Esses três aspectos são necessários para a existência do espaço rural e das atividades que lá são realizadas, porém, a intensidade com que cada um ocorrerá dependerá de situações específicas como: a quantidade de terras disponíveis, a acessibilidade ou não de recursos financeiros, a disponibilidade ou não de mão de obra familiar, o tipo de atividades a serem realizadas, as características naturais, sociais, políticas e econômicas, entre outros. No caso da agricultura familiar, é muito comum a existência de pequenas propriedades que consistem em pouca terra disponível e ausência ou escassez de capital, o que leva a uma intensificação do uso da mão de obra, principalmente dos membros familiares.

A importância desses fatores é muito salientada pelos agricultores familiares quando entrevistados. Muitas vezes citam a falta de espaço em suas pequenas propriedades como um dos fatores de limitação de crescimento, bem como a falta de capital. Outras vezes, salientam que o fato de os filhos terem saído dessas impede que se aumentem suas áreas produtivas ou ainda, que os membros familiares estão envelhecendo, o que dificulta que continuem trabalhando dinamicamente na produção.

Levando em consideração o pilar “terra”, pode-se destacar que o fato de realizar-se em uma propriedade pequena, com área escassa e recursos limitados, faz com que a produção familiar necessite diversificar-se, inovar e maximizar sua utilização para garantir sua manutenção. Evidentemente, isto dependerá também das características naturais, sociais, culturais e econômicas do lugar em que se inserem (OLIVEIRA, 2011).

A diversificação da produção através da policultura aparece, então, como uma das estratégias de sobrevivência social e econômica necessárias na atualidade (WANDERLEY, 2004). Para que isso ocorra, utiliza-se do desenvolvimento de cultivos intercalados, criação de diferentes animais, divisão dos campos, uso intensivo do solo em diferentes períodos e de acordo com as estações do ano e, por vezes, realização de trabalho não-agrícola na propriedade ou fora dela.

Pode-se considerar, a partir das pesquisas realizadas, que a diversificação da produção e a realização de trabalhos variados pela família garantem não somente a subsistência da família rural como também possibilitam a comercialização do excedente no mercado consumidor próximo. Isso pode ser exemplificado no caso das feiras, da venda de “porta-em-porta”, pequenos pontos espalhados pela cidade, outros meios de acesso ao consumidor ou participando e como fornecedor de produtos aos programas governamentais de aquisição de alimentos.

Os recursos gerados com todas as atividades desenvolvidas permitirão a geração de renda, que custeará novamente a produção, manterá a propriedade e permitirá à família a

aquisição de bens ou produtos que não podem produzir na unidade. Isso demonstra “a capacidade de persistência e de adaptação dos produtores rurais em contextos sociais, econômicos, políticos e ambientais diferenciados, levando-os a adotarem diferentes estratégias de reprodução econômica e social para garantirem a manutenção da família e da sua cultura” (FERREIRA; HESPANHOL; SALAMONI, 2016, p.29).

Consequentemente, a diversificação da produção, ou mesmo, a diversidade de situações da agricultura familiar levará igualmente a uma diversificação do espaço rural. Ele demonstrará, a partir de suas formas e paisagens, variações significativas e suas funções também se alterarão, tornando-se cada vez mais complexas, com amplas possibilidades de atuações.

2.2.2 Programas governamentais de apoio à agricultura familiar

Desde a década de 1990 a agricultura familiar tem recebido maior atenção por parte das políticas governamentais. Exemplo disso são os programas de acesso ao crédito e os programas de aquisição de alimentos fomentados por entidades dos governos em diferentes níveis, que têm se tornado uma viável opção para os agricultores familiares comercializarem seus produtos. Considera-se importante trazer aqui uma discussão a respeito, ainda que de forma tímida, uma vez que os mesmos foram identificados nas pesquisas realizadas em Cáceres.

Inicia-se aqui, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que foi criado através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996, tendo como “finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo de propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996, p. 1). Esse foi um importante passo para o estímulo da agricultura familiar uma vez que, conforme discorre Oliveira (2015, p.33) era “destinado a fornecer créditos com baixa taxa de juros de custeio e investimento aos agricultores familiares ou suas organizações”. O autor ainda analisa que “o programa apresentava novidades institucionais ao revelar a intenção de promover o desenvolvimento social do meio rural e o reconhecimento da agricultura familiar como segmento social/econômico produtivo”.

Enquanto o PRONAF destinava-se a promover o acesso do agricultor familiar ao crédito para financiar suas atividades, outros programas passam a pensar na aquisição de sua produção. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003 no

âmbito do Programa Fome Zero¹³, pela Lei nº 10.696 de 2 de julho 2003 (OLIVEIRA, 2015) com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e criar um sistema de armazenamento, distribuição e comercialização dessa produção. Vê-se em seu artigo 19:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades: (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

§ 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2003, p.1)

O programa funciona de modo que os alimentos são adquiridos diretamente dos “agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social” (SEAD – SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, s/d). Parte desses produtos é destinada para doação através de entidades socioassistenciais como bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e outros; outra parte, é adquirida pelas organizações da agricultura familiar para formação de estoques e comercialização futura.

Para a definição do valor das aquisições da produção a ser pago para a agricultura familiar, utiliza-se como referência uma base “obtida pela CONAB em três pesquisas de preços do mercado atacadista local ou regional verificados nos últimos 12 meses” (OLIVEIRA, 2015, p.43). Com isso “a fixação dos preços leva em conta as características dos mercados locais, o que condiz com a diversidade entre regiões brasileiras”¹⁴.

Reforçando o PAA, surge em 2009 o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Implementado pelo Governo Federal, visa oferecer “alimentação escolar e ações de

¹³ Foi um programa estabelecido pelo Governo Federal que visava a erradicação da fome através e promoção da segurança alimentar, através da aquisição e distribuição de produtos oriundos da agricultura familiar.

¹⁴ CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública”. É executado de forma que o Governo Federal, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa recursos suplementares aos estados, municípios e escolas da rede federal para a aquisição dos alimentos.

A partir da Lei nº11.947, de 16/6/2009 (BRASIL, 2009), ficou definido que 30% do valor repassado pelo PNAE devem ser utilizados para aquisição direta dos produtos junto à agricultura familiar, objetivando estimular a atividade e promover um desenvolvimento local socialmente sustentável. Em seu artigo 14 estabelece que

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:

- I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;
- II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;
- III - condições higiênico-sanitárias inadequadas. (BRASIL, 2009, p.1)

Com isso, pode-se observar entendimento pela Lei de algumas particularidades e necessidades oriundas da agricultura familiar e da pequena produção como: a priorização da aquisição junto à comunidades mais sensíveis economicamente, como os assentamentos da reforma agrária e as comunidades tradicionais, o que lhes representa uma possibilidade mais viável de acesso ao mercado consumidor; também o reconhecimento da dificuldade que esse público tem em cumprir determinadas burocracias como a emissão de nota fiscal, as adequações a exigências sanitárias ou mesmo o fornecimento constante de produtos por longos períodos.

Deve-se dar destaque ainda aos programas que permitiram o acesso a terra onde esses pequenos produtores puderam se instalar e passar a produzir. Em 1998 é instituído o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, o Banco da Terra, sob a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998). Seu objetivo é financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Na prática, permitiria a aquisição de um imóvel rural por trabalhadores rurais não proprietários de terras, podendo o valor ser liquidado em até 35 anos.

Esse Fundo, assim como o Crédito Fundiário, permitiu a muitos agricultores familiares de Cáceres acesso à terra.

Em 2003 é instituído o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) incorporando, entre outros, o Banco da Terra (SANTORI, 2017). Seu objetivo também é permitir o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra, ou com pouco recurso, através de crédito para aquisição de imóveis rurais ou ainda como investimento para melhorias de sua infraestrutura. Nessa modalidade o beneficiário faz as negociações da compra e o Fundo atua como espécie de empréstimo, possuindo taxas de juros significativamente inferiores às do mercado.

Todos esses programas aqui vinculados encontram-se presentes em Cáceres e foram citados pelos agricultores entrevistados como sendo importantes para a composição da renda familiar e garantia de um mercado consumidor para seus produtos. Isso motivou a organização de parte dos agricultores familiares do município em associações para que pudessem participar dos editais e chamadas públicas para esses programas, o que demonstra também sua potencialidade como ferramenta de resistência.

2.2.3 O rural e a ruralidade não estão condenados ao eminente fim

Como seria possível pensar o esgotamento do rural ou sua completa urbanização quando o vemos se transformar, adaptar e reagir todos os dias, e de diversas formas?

Buscando responder a isso e apresentar nosso entendimento sobre o dinamismo e transformação do espaço rural e sua (re)existência, retomam-se aqui autores com os quais se aproximam nossos pensamentos sobre o rural e ruralidade.

As transformações que ocorrem no campo hoje, em suas variadas intensidades, são apresentado por Wanderley (2000) como oriundas de processos externos e internos. Dentre os externos podem-se colocar as questões relativas às recentes e profundas mudanças nas relações econômicas e políticas no mundo, e estas recaem sobre o rural através da regulação das produções agrícolas e da valorização do meio rural.

Estas questões, já bem conhecidas pela Geografia, podem ser aqui mencionadas de maneira geral como: “a) a globalização da economia em seu conjunto; b) a presença cada vez maior das instâncias internacionais – ou macrorregionais – na regulação da produção e do comércio agrícolas”; ainda, “c) a profunda crise do emprego, que atingiu as sociedades modernas em seus diversos setores; e d) as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e as novas formas de sua regulação” (Ibid., p. 96).

Quanto aos processos internos, a autora aponta que o “profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade” (Ibid., 2000, p. 96). Assim, rural e urbano se aproximam cada vez mais, o que não significa dizer que irão se uniformizar, uma vez que localmente essas transformações (internas) não são percebidas como um avanço da cidade sobre o campo, mas sim como o resultado de iniciativas e ações dos rurais em articulação com os urbanos.

Desse modo, prevê-se que, em uma sociedade moderna, o desenvolvimento rural dependerá também da sua capacidade de atração de atividades econômicas e produtivas variadas, principalmente as não-agrícolas e não apenas do dinamismo das atividades agrícolas. Também estará envolta a uma ressignificação das funções sociais, para atender aos interesses de classes distintas que tendem a ingressar no rural.

As novas possibilidades têm permitido que inúmeras atividades passem a ser realizadas pelas famílias do campo em Cáceres, ou que aquelas tradicionalmente desenvolvidas sejam ressignificadas. As atividades não-agrícolas passam a crescer de importância, ao lado das agropecuárias. Por exemplo, para algumas famílias estudadas, a feira tornou-se mais importante do que a própria produção daquilo que é comercializado.

Continuando, a autora atenta para a existência de conflitos no cotidiano do campo. E é normal que haja conflitos de interesses e focos de contradições sobre o meio rural. No próprio entendimento de espaço, principalmente por Milton Santos (1985; 1988; 2008), já fica clara sua natureza conflitiva e contraditória.

No Mato Grosso, toda a agressividade das transformações que ocorreram no campo nos últimos anos faz com que as disputas por terras se intensifiquem, seja como meio de produção para instalação de culturas rentáveis, seja ela mesma como objeto de especulação imobiliária (ARRUDA, 2007). A partir daí conflitos variados são identificados, como disputas de terras entre o capital e comunidades tradicionais, a sobrevivência dos pequenos agricultores frente à expansão da agricultura capitalista e a manutenção dos recursos naturais em contradição com a exploração máxima.

Com isso se observa que o espaço rural é hoje um espaço múltiplo e heterogêneo, o que faz com que sua identidade seja igualmente variada, exemplificada pelos muitos grupos presentes dentro desse espaço, conforme discute Mormont (1990). Essa heterogeneidade incide sobre os espaços em sua dimensão material,

mas é “somente fazendo desta divisão do espaço uma dimensão da vida social e procurando entender como ela se articula às outras dimensões, considerando a divisão rural-urbano como objeto e não como quadro de análise, que se pode fazer uma análise do rural que permita compreender, para além dos discursos, as problemáticas e o sentido das transformações em curso na sociedade global.” (MORMONT, 1996, p.175, apud, WANDERLEY, 2000, p.130).

Para o autor, o rural é entendido como uma categoria de pensamento do mundo social, sendo ao mesmo tempo político-ideológica e transacional. Wanderley (2000, p.130) explica que “por ela, é possível ‘compreender a sociedade’, ‘classificar e distinguir as pessoas e as coisas’ e ‘construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo’”. Continuando, o meio rural poderia ser visto como valor indispensável “ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como “mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais” (MORMONT, 1996, p.175, apud, WANDERLEY, 2000, p.131).

Mais uma vez, traz-se aqui o objeto de estudo dessa tese, dentre as identidades construídas nessas novas possibilidades de compreender o rural e suas novas funções sociais, pode-se referir a esse com sua função de habitação. Os condomínios rurais ou sítios de lazer ou mesmo moradia fixa, presentes em Cáceres, remetem bem às funções não-agrícolas do rural. Grupos e famílias se deslocam da cidade para o campo em busca da tranquilidade e, por vezes, religação com sua origem ou passado vividos no campo.

Essa nova funcionalidade do espaço rural também é discutida por Carneiro (1998b), que destaca a ocorrência de dois conjuntos de fenômenos que ajudam a pensar a ruralidade hoje, ressaltando que cada região (como no caso do Brasil) possui suas próprias especificidades. O primeiro deles remete ao crescimento do reconhecimento do rural como um potencial ao lazer e uma possibilidade de domicílio, sem necessariamente estar ligado às atividades agrícolas. Isso é remetido pela intensidade com que vem sendo procurado para tais atividades e, ao mesmo tempo, tem ampliado os fornecedores desses serviços com o surgimento de pousadas, pacotes turísticos específicos, investimentos imobiliários no campo como condomínios e loteamentos, etc.

O segundo ponto faz referência ao aumento das atividades multivariadas desenvolvidas pela família do campo, a chamada pluriatividade, como forma de garantir sua reprodução econômica e social através de diferentes atividades agrícolas e não-agrícolas. O foco da pluriatividade não necessariamente se dará através da inserção de novas atividades, mas também pela resignificação daquelas anteriormente desenvolvidas pela família.

Utilizando-se do exemplo dos países desenvolvidos, Carneiro (1998b, p.54) chama a atenção para “a rápida adaptação do agricultor familiar ao processo de modernização, com técnicas avançadas e a contribuição da cultura do agricultor familiar (*farming culture*) na formulação de respostas à crise do modelo produtivista, como a pluriatividade”. Essa se apresenta como alternativa para a família rural, frente à pressão das transformações econômicas e produtivas.

Sérgio Schneider define a pluriatividade utilizando-se da ideia de fenômeno social e econômico,

através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais e familiares. (SCHNEIDER, 2003, P.112)

Ainda que a família rural passe a disponibilizar parte de seus membros ou seus recursos para as atividades não-agrícolas ou fora da unidade, isso não necessariamente resultará na decadência da agricultura familiar. Pelo contrário, pode ser essa uma estratégia de manutenção e resistência da unidade como um todo¹⁵.

O fato de a pluriatividade ser praticada por um grupo, não significa que todas as famílias (ou indivíduos) se adequarão a esse modelo. Wanderley (2000, p.121) chama atenção para o fato de que o desempenho profissional dos agricultores, bem como sua importância e significado no meio rural dependerão de: “por um lado, sua capacidade de adquirir a competência, cada vez mais complexa, exigida pela própria atividade agrícola e, por outro, sua capacidade de ocupar os espaços não-agrícolas que se expandem no meio rural”. Continua, “em consequência, a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica, na verdade, a reconstrução de sua própria identidade profissional”.

É inevitável, como visto no texto acima, que todas as transformações que vem ocorrendo no rural não afetem todos seus aspectos, como a organização espacial, estruturas produtivas, gêneros de vida e significações simbólicas. Pode-se considerar que o espaço rural

¹⁵ Sobre isso, Wanderley (2000, p.121) pondera: “Por outro lado, a perda de importância econômica da agricultura nem sempre se traduz por uma perda proporcional da importância dos agricultores na vida local. Sobre esta questão, Fitchen, analisando o meio rural do Estado de Nova Iorque, não hesita em afirmar que, mesmo onde ela é uma atividade secundária e decrescente, ‘a agricultura é ainda vitalmente importante, econômica, social e sobretudo culturalmente e pode ainda prover uma substancial base como parte de uma mais ampla identidade rural complexa’ (p. 263).”

em geral contempla múltiplas realidades, sejam agrícolas ou não; de subsistência ou comercial; de autonomia ou dependência; entre outros.

Esse é o caso de Cáceres onde, apesar da importância e predominância da pecuária extensiva, outras atividades têm emergido no espaço rural como uma alternativa à agricultura familiar ou novas possibilidades de investimentos externos. Não obstante da sua constituição histórica e características naturais bem específicas, o amplo espaço rural do município está longe de homogêneo, como se propõem discutir nas próximas páginas.

3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL A PARTIR DA DIMENSÃO HISTÓRICA

Toda evolução da sociedade levará a uma evolução da organização do espaço, “a cada geração humana corresponde uma geração espacial” (ISNARD, 1978, p. 10). No entanto, essas transformações não necessariamente ocorrerão de forma rápida. Cada espaço, cada sociedade, possui um tempo próprio em que irá se transformar; por vezes, sofrendo interferências mais agressivas, outras mais brandas; algumas mais profundas, atingindo suas bases, outras mais suaves e superficiais.

Para compreender tal processo, optamos aqui por trazer a história de ocupação e construção do espaço mato-grossense, pois através dela é possível compreender o contexto da construção e organização do espaço rural de Cáceres. Para isso, parte-se da ideia de Isnard (1978), na qual o espaço é entendido como uma matéria-prima modelada pela ação humana, conforme suas necessidades.

Esse e outros fatores levaram a ocupação do espaço mato-grossense, destinando-o, principalmente para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

3.1 Formação e organização do espaço rural mato-grossense

Como apresentado anteriormente, o estado de Mato Grosso se destaca no contexto brasileiro como sendo o grande “celeiro” produtivo de agropecuários do país. Para chegar a esse patamar passou por um longo processo de ocupação e formação territorial, o que gerou inúmeras particularidades sobre seu espaço rural. São diferentes períodos de ocupação; legislações nacionais e estaduais; concessão de sesmarias; estímulos econômicos para determinadas atividades; inserção de novas técnicas e tecnologias e as recentes ações de reforma agrária.

Em partes, isso é resultado de contínuas investidas territoriais e econômicas que remontam séculos de história. A colonização e a ocupação do que hoje é o estado de Mato Grosso, tidas como oficiais, foram processos lentos que tiveram início a partir do século XVIII, com entradas e bandeiras que descobriram seu grande potencial aurífero na região de Cuiabá. Essas atividades passaram a incentivar o povoamento da região (CAVALCANTE; COSTA, 1999).

Esses grupos de exploração do interior do Brasil foram de grande relevância para o descobrimento de novas potencialidades em áreas pouco conhecidas e, posteriormente, para a

sua ocupação. Com isso, no caso de Mato Grosso, o extrativismo mineral deu as bases para as atividades econômicas da região. Igualmente, originaram os primeiros núcleos populacionais e, para a manutenção desses, as primeiras roças e criações de animais desenvolveram as bases da agropecuária.

O aspecto geopolítico foi decisivo para a construção de aldeamentos e ocupação do território do Antigo Mato Grosso¹⁶

surgiram assim, em plena decadência da economia mineradora, os núcleos urbanos mato-grossenses de Vila Bela, em território já conhecido (1752) e os novos núcleos (mistos de aldeamento de índios e postos militares) de Vila Maria, atual Cáceres (1778), Poconé (1781), Albuquerque (1778), Corumbá (1778), Miranda (1797) e, também, os Fortes Coimbra (1775) e Príncipe da Beira (1776). (ABREU, 2001, p.46)

No entanto, a economia que foi alavancada com a extração do ouro passou a minguar e depender de outros componentes, como uma reduzida pecuária pantaneira e a incorporação de novos produtos oriundos do extrativismo e da agricultura. Destaca-se assim a erva-mate (onde hoje é o Mato Grosso do Sul), a poaia¹⁷ na região ao sul de Cuiabá e a borracha na porção norte do estado. Apesar da relevância regional, essas atividades não conseguiram atrair grandes contingentes populacionais e grande expressão econômica. De qualquer forma, a agricultura e a pecuária se organizavam para atender à demanda regional, mesmo não consistindo em produções muito bem estruturadas (SILVA, 2015). Para compreender as sucessões produtivas, tem-se a necessidade de trazer mais detalhadamente o processo de ocupação desse espaço, e de organização da estrutura fundiária e das atividades desenvolvidas.

A concessão de sesmarias foi fundamental para a estruturação e organização do espaço rural do Mato Grosso, ao ponto de ser citada em todos os materiais que tratam da história do estado e de Cáceres. Silva (2008), demonstra esse processo, comum nas colônias portuguesas, que consistia na doação de terras pertencentes à Coroa com o intuito de povoar e ocupar áreas, principalmente nas proximidades dos limites de seu território. Além de aumentar a produção destinada ao abastecimento interno e fornecimento para o mercado europeu.

O interessado solicitava ao governo da Capitania de Mato Grosso determinada quantidade de terras, especificando o uso que daria a elas e sua condição para instalar o empreendimento, como terras que já possuía, recursos financeiros e técnicos e o número de

¹⁶ Utilizaremos a nomenclatura de Antigo Mato Grosso para referir ao território que pertenceu aos atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul antes da divisão dos dois estados.

¹⁷ Planta com utilidade farmacêutica extraída de porções do Cerrado, nas proximidades de Cáceres.

escravos e trabalhadores que tinha a sua disposição. Com base no interesse da província na instalação do empreendimento a concessão era dada ou não (SILVA, 2008).

Era comum a concessão ser dada às pessoas de influência política ou econômica, que já possuíam áreas produtivas ou que as obtinham por mérito, ao prestar serviços à coroa, como é o caso de militares. Essa prática levou a constituição de grandes áreas pertencentes a um mesmo proprietário ou família, como se verá mais a frente, ao tratarmos das fazendas históricas de Cáceres.

Em sua tese, Silva (2015, p. 30) faz a análise de documentos históricos como inventários *post-mortem* e solicitações de sesmarias entre o período de 1751-1834. A autora identifica que dentro do termo de Cuiabá¹⁸, na capitania¹⁹ de Mato Grosso, o espaço rural era constituído de diversos cenários, entre eles: “roças, sítios, fazendas e currais, compunham, junto com as áreas de mineração, elementos de ocupação e fixação nos espaços de conquistas”, que “entrelaçaram os interesses pessoais e dos grupos, fossem mineiros, comerciantes, oficiais mecânicos, roceiros, lavradores e senhores de engenho”.

A autora destaca que essas denominações são bastante genéricas e não têm a preocupação de categorizar de forma exata os estabelecimentos rurais, até porque muitos dos documentos e solicitações analisados foram escritos pelos próprios solicitantes, que acabavam por caracterizar sua propriedade conforme seu interesse ou conhecimento. Apesar da complexa pluralidade de expressões utilizadas nesses documentos, conseguiu agrupar as denominações em três grupos (chácaras, sítios e fazendas), conforme as características do período.

A chácara era delimitada como “a menor unidade de terra rural, cujas principais características, além de ser uma pequena extensão de terra, são a proximidade com núcleos urbanos e a dedicação preferencial à agricultura” (Ibid, p.31). Nesse caso, a sua maioria estava próxima à Vila do Cuiabá, principal centro comercial da capitania. Em geral, esses locais produziam gêneros alimentícios para a manutenção do estabelecimento e abastecimento interno da capitania, além de mineração para exportação.

Já a definição de sítio é mais complexa, e é utilizada de diversas formas: *sítio com sesmaria*, *sítio de morada*, *sítio com terras de lavradia*, *sítio com fazenda*, *sítio com engenho*. Assim, pode estar relacionada com a grande produção agrícola da época, associada com o

¹⁸ Termo é a expressão utilizada por Silva (2015) para delimitar as duas divisões existentes dentro da capitania de Mato Grosso com referência ao núcleo urbano á que se reportavam; essas seriam o termo de Cuiabá (porção sul da capitania, à qual se localizava a Vila Maria que hoje é Cáceres) e o termo de Mato Grosso (porção norte da capitania, sob tutela da Vila Bela).

¹⁹ Capitânias foram as divisões administrativas do Brasil Colônia, definidos pela Coroa Portuguesa.

beneficiamento (em geral da cana e produção de farinha), com a produção agrícola ligada à criação de bovinos, com lavouras associadas à mineração ou, ainda, à lavoura destinada à subsistência e atendimento do mercado interno. Em geral, “estes podem ser nominados propriedades rurais compostas essencialmente por casas, benfeitorias e terras” (Ibid., p.34).

Por fim, as fazendas se caracterizam por possuir áreas mais extensas destinadas à criação de bovinos, equinos e muares, lembrando a importância dos animais para transporte de cargas. Esses estabelecimentos também foram retratados como sesmarias de pastagens e, em geral, estavam localizados nas porções do termo mais afastadas da Vila do Cuiabá, o que nos leva a entender a convergência sobre as áreas da Vila Maria (hoje Cáceres).

Isso demonstra a diversidade do espaço rural mato-grossense desde tempos mais antigos. Obviamente esse processo de ocupação e organização do espaço com diferentes grupos sociais e interesses não foi pacífico, conflitos ocorreram ao longo de todo seu decurso.

A disputa de terras está presente no Mato Grosso há bastante tempo, e isso pode ser visualizado em Silva (2013). A autora faz um importante relato a partir da análise de documentos históricos, que diz respeito a uma reclamação formal que lavradores da capitania de Mato Grosso fizeram ao governador e capitão-geral Caetano Pinto de Miranda Montenegro em meados de 1800, a respeito da invasão de *gado vacum* (bovinos) em suas lavouras.

Para justificar tal demanda, buscam subsídio no princípio jurídico que deu sustentação à concessão de sesmarias através do cultivo. “Evocaram a importância do ‘trabalho na agricultura base fundamental para a conservação dos Estados, cujo razão mereceram sempre os lavradores, os supremos impetrantes aos auxílios graças’” (SILVA, 2013, p. 2). Percebe-se que o grupo utilizou de sua condição de lavradores (agricultores) para justificar seu direito sobre a área ocupada, próxima a capital Vila do Cuiabá.

Na outra ponta, foram ouvidos os criadores de gado acusados da invasão. Esses utilizaram diversos argumentos em sua defesa, principalmente tentando desqualificar os reclamantes com a baixa capacidade produtiva, ou a inserção de outras atividades nas áreas específicas de lavouras, como a criação de bovinos de leite ou a presença de engenhos. Ainda, reclamaram da necessidade de área de repouso próximo a Vila do Cuiabá, para o gado oriundo de áreas mais longínquas.

O relato apresentado por Silva (2013) remete aos conflitos de interesse entre dois grupos, sobre o domínio das áreas próximas ao mercado consumidor ou às vias de escoamento de sua produção. O impasse em questão foi resolvido com o posicionamento da Câmara da Vila do Cuiabá, que reconheceu a reclamação dos lavradores através do entendimento de que a agricultura era uma atividade importante para o abastecimento interno

da capitania; ao mesmo tempo, os criadores de gado deveriam tirar seus animais para áreas mais remotas ou manter em suas próprias terras pastagens suficientes para atender as necessidades deles.

A própria autora reconhece que esse conflito demonstra como os espaços rurais da capitania de Mato Grosso foram organizados de acordo com os grupos sociais que ali foram se instalando. Ainda, que havia o fato de o Estado estar atuando como agente ativo para garantir que seus interesses também fossem atendidos.

Outra característica importante desse período é o uso de mão de obra escrava dentro da capitania. Assim como havia uma diversidade de estabelecimentos, a força de trabalho era igualmente diversificada, existindo estabelecimentos predominantemente escravistas, outros que associam o escravo ao trabalho da família e ainda aquelas exclusivamente familiares (SILVA, 2015).

Em geral, as propriedades destinadas à pecuária na capitania de Mato Grosso utilizavam menos mão de obra escrava, uma vez que faziam o uso do trabalho indígena (VOLPATO, 1987, apud, SILVA, 2015). Ainda assim, é possível identificar em diversos estudos a forte presença de escravos nos grandes empreendimentos agrícolas, variando de acordo com a especialidade de cada um.

Dentre as obras levantadas, foi possível observar a existência da mão de obra escrava e sua utilização principalmente nos engenhos de processamento da cana de açúcar e produção de farinha. Dados sobre isso são apresentados especialmente em estudos da área de História, que se dão através da análise de documentos: declarações de alforria, registros de compra e venda de escravos ou registro de comprovação de propriedade desses, além dos relatos de exploradores da região, que inclusive citam o número de indivíduos nessa condição nas fazendas por onde passaram.

Também é importante destacar que o governo da capitania de Mato Grosso sempre priorizou atividades agrícolas que suprissem as demandas de abastecimento, principalmente através de gêneros alimentícios oriundos das lavouras ou pastagens, além das atividades de mineração que gerariam significativas parcelas de rendimento. Por isso, em 1723, é publicado um regimento que proibia a construção de engenhos sob o argumento da necessidade de manter áreas agrícolas produtivas e de que a cachaça produzida poderia gerar problemas de comportamento dos escravos utilizados, principalmente nas áreas de mineração.

Sobre isso, Vanda da Silva (2015) afirma que a lei não serviu a todos de maneira equitativa e autorizações foram sendo deferidas ou indeferidas de acordo com os interesses dos grupos que detinham o poder em cada período. Ao longo do século XVIII vários

engenhos foram instalados, mesmo em discordância da lei, aumentando a produção de cachaça, açúcar, rapadura e farinhas de milho e mandioca. Porém, no início do século XIX novas interpretações passam a ser dadas à função da capitania de Mato Grosso e novamente concessões de engenhos são negadas.

A autora destaca que, neste período, com a reorganização política e econômica decorrentes da transferência da família real de Portugal para o Brasil, o papel das áreas produtivas próximas à fronteira precisava ser revisto. Aponta também que “com a movimentação na fronteira a capitania tinha que garantir o abastecimento dos estabelecimentos de fronteira, portanto nesse momento era mais útil a produção de mantimentos do que de aguardente” (Ibid., p.47). Mais uma vez a função de provedor de alimentos se sobrepõe às outras possibilidades econômicas. Ainda assim, em 1818, novas concessões são expedidas para a construção de engenhos, retomando o crescimento de suas atividades.

Com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), passam a configurar no Mato Grosso ilhas de atividades econômicas: a exploração de borracha oriunda dos seringais do Norte do Mato Grosso; o extrativismo da poaia e a pecuária na região de Cáceres; os latifúndios produtores de cana de açúcar ao longo das margens do rio Cuiabá, a pecuária bovina na região pantaneira hoje compreendida pelo Mato Grosso do Sul, financiada por capital nacional e internacional (ABREU, 2001).

A partir da década de 1850, após a proclamação da Lei de Terras, a concessão de sesmarias é cessada completamente e passa a vigorar em Mato Grosso e todo o território nacional o regime de compra e venda de terras, com isso o estado brasileiro passa a organizar o acesso e regularização fundiária. Com base na Lei de Terras, em 1892 é instituída a primeira Lei de Terras Estadual, a Lei nº20 de 20 de novembro de 1892, “que dispunha sobre o processo de revalidação das sesmarias, legitimação da posse e venda das terras devolutas, definindo-as inclusive” (MORENO, 2007, p.65). Outras normativas também foram estabelecidas com o intuito de regulamentar a transição do uso de mão de obra escrava para o trabalho livre e a criação de órgãos responsáveis por implementar e fiscalizar esses processos.

As leis estaduais, mais uma vez, passaram a beneficiar grandes estabelecimentos, uma vez que excluía o direito de posse àqueles que não tivessem condição de realizar a compra das terras que já ocupavam ou de novas áreas, e deu preferência de compra de áreas contínuas por grandes proprietários e por vezes, mesmo burlando a lei e seus princípios de compra e venda, distribuiu gratuitamente grandes extensões de terras. Sobre a Lei estadual de 1892, Moreno (2007, p.67) diz que “ao invés de beneficiar os pequenos posseiros, garantindo-lhes a

propriedade territorial com a democratização do solo, a lei produziu, ao contrário, enormes latifúndios, adjudicando a títulos gratuitos vastas extensões de terras a particulares”.

Esse é mais um exemplo de influência política que as elites agrárias dispunham ao longo de toda a história do estado. Não apenas sobre os processos produtivos, mas também ao acesso e permanência na terra, e mesmo às políticas públicas implantadas sobre seu território.

As tentativas de arranjo espacial e integração nacional das porções mais afastadas do Brasil somente passam a ter maior atenção do Governo Federal após 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder. Pela proximidade da região Sudeste e da infraestrutura já disponibilizada, a região que hoje pertence ao Mato Grosso Sul passou a desenvolver uma economia e política mais dinâmicas, enquanto o norte, semiabandonado, minguava para sua manutenção, consumindo grandes quantidades de recursos provenientes do seu coirmão ao sul.

Abreu (2001) ainda chama atenção para o fato de que apesar de o Mato Grosso ser considerado um vazio pelo poder político nacional, nas primeiras décadas do século XX isso não se pode observar na prática, uma vez que

é possível indicarmos, em Mato Grosso, a existência de cidades que se originam nas áreas de garimpo, a que já nos reportamos; destilarias, engenhos e usinas de açúcar às margens do rio Cuiabá; uma imensa área de campos para a exploração dos ervais nativos no Cone Sul mato-grossense; grandes fazendas de gado de criação extensiva no Pantanal; cidades e propriedades surgiram depois da Guerra do Paraguai, ou ainda, ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; lavouras de cereais (arroz, milho e feijão) instaladas em solos férteis de áreas de mata e que se destinavam, já, aos mercados consumidores do Sudeste brasileiro; bem como povos indígenas disputando terras com os ‘colonizadores’. (ABREU, 2001, p.46-47)

Somente a partir da década de 1950, conforme Piaia (2003), programas de efetiva colonização do Mato Grosso surgem através de órgãos como INTERMAT – Instituto de Terras do Mato Grosso e DTC – Departamento de Terras e Colonização. Ainda assim, as terras ao norte continuavam pouco povoadas e produtivas.

Já na década 1960, com o Governo Militar, um novo direcionamento é dado para a ocupação do território mato-grossense, com incentivos fiscais e de crédito que privilegiavam a instalação de latifúndios, dando os pilares para a estrutura fundiária vigente até os dias atuais. Para isso foram fundamentais órgãos como o Banco da Amazônia, a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (Ibid.).

A SUDECO, bem como a SUDAM, foram responsáveis por significativa atuação do Governo Federal no estado de Mato Grosso durante praticamente toda a segunda metade do século XX. Parte dessa atuação foi marcada pelo envolvimento direto e indireto com a entrada do capital privado (nacional e externo). Sua atuação esteve vinculada ao grande projeto de integração e desenvolvimento econômico pretendido principalmente pelo Governo Militar, juntamente a outros órgãos de igual relevância. O Projeto Nacional *Brasil Potência*, segundo Abreu (2003, p. 173), “previa o fortalecimento do capital monopolista alicerçado na indústria multinacional que, no espaço mato-grossense se realizaria na substituição da agricultura de subsistência e da policultura em favor da monocultura comercial para ampliação do mercado nacional”²⁰. Essas transformações seriam apresentadas à população como o grande projeto de integração nacional.

Nesse sentido, as diferenças de intervenção e de resultados dar-se-ão pela capacidade de se estabelecer a conciliação das frações dominantes de classe no âmbito nacional e regional com os interesses do capital monopolista multinacional, desempenharão, no caso do espaço mato-grossense, a SUDECO e em parte a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia -, como tributárias para promover os interesses do capital no território nacional. (ABREU, 2003, p. 173)

A autora considera que as transformações ocorridas desde a década de 70 no espaço mato-grossense, refletiram de maneira significativa sobre o modo de produzir e viver, tanto para a população que já o habitava quanto para aqueles que para lá se deslocavam. Isso pode ser exemplificado pelo processo de deslocamento das áreas rurais para as áreas urbanas: “este aspecto relaciona-se com as mudanças que ocorrem nas áreas rurais, origem da maioria das populações das cidades do espaço mato-grossense e estão diretamente ligadas a (re)organização da agricultura brasileira subordinada a indústria” (ABREU, 2003, p.173).

A SUDECO assumiu um papel propagandístico, principalmente sobre a reforma agrária, incentivando a imigração para zonas de fronteira, que seriam ocupadas por pequenas e médias propriedades. Porém, isso não aconteceu, uma vez que as empresas colonizadoras responsáveis por essa ocupação se apropriaram de grandes parcelas de terras (que serviram à especulação imobiliária), cujo valor cresceu significativamente a partir da implementação de certa infraestrutura.

²⁰ É importante destacar que a autora se refere ao espaço mato-grossense como sendo aquele anterior à divisão dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma vez que parte significativa de seu estudo sobre SUDECO engloba o período antes da separação de ambos.

Até os meados do século XX, a população e as atividades econômicas concentravam-se predominantemente nas porções mais ao sul, hoje contempladas pelo Mato Grosso do Sul. Enquanto às áreas ao norte, hoje pertencentes ao Mato Grosso, permaneciam em parcial isolamento com uma população rarefeita. Esses dois estados só separaram-se na década de 1970 com a Lei Complementar de 11/10/1977 (FERREIRA, 2001).

Abreu (2003, p.170) considera que a divisão do espaço mato-grossense, ocorrida em 1977 “foi legitimada no processo de planejamento e de políticas públicas regionais do III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento”. Isso deu origem às duas Unidades da Federação (UF), sendo o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul implantados em 1979. Cada uma delas passava então a ter políticas voltadas a sua realidade e atender às suas especificidades.

Para o “novo” estado de Mato Grosso que surgia, esse processo de desmembramento foi importante, pois permitiu que ele recebesse atenção própria do Governo Federal através de políticas públicas de infraestrutura, e efetivasse a ocupação de seu amplo e vazio território para desenvolver-se como uma potência agropecuária. Com isso, projetos de colonização, em distintas partes do estado, começam a surgir através da parceria do Estado e da iniciativa privada, atraindo migrantes de diversas partes do país. Esses eram agricultores vindos do sul e sudeste, expulsos pela modernização da agricultura; nordestinos fugindo de uma situação de estagnação econômica; além de populações atraídas pelos programas de crescimento e ocupação do Centro-Oeste desde a construção de Brasília (PIAIA, 2003).

Nesse contexto, várias foram as empresas colonizadoras que promoveram a ocupação de áreas no Centro Oeste. Especificamente em Mato Grosso se destacam “Rio Branco e Jaurú, em Cáceres-MT; Colonizadora SINOP S/A, em Aripuanã e Juruena; INDECO em Aripuanã, nas Glebas de Paranaitá e Alta Floresta; a CODEMAT também em Aripuanã entre outras” (ABREU, 2001, p.61)²¹.

A atuação prática desenvolvida pela SUDECO “comungava com o ideário de propostas de interesses (privados) nacionais e internacionais, vinculados ao capital monopolista, de modo a consolidar relações de produção e marcas espaciais próprias que são, ao mesmo tempo, *novas e velhas – novas*”, isso “porque incorporaram as mudanças provocadas pelos instrumentos de indução; *velhas*, porque continuaram (e continuam) reproduzindo relações de poder que são próprias às especificidades do capitalismo no Brasil” (Ibid., p.22).

²¹ SINOP S/A - (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná); INDECO - (Integração, Desenvolvimento e Colonização LTDA); CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

A SUDECO foi extinta em 1990 como consequência da crise econômica gerada pela dívida pública oriunda do processo de desenvolvimento das décadas anteriores, através de investimentos externos; por sua incapacidade (pós-1980) de gerir o processo desenvolvimento; pela perda de poder organizacional do território para os conglomerados industriais de capital privado, que assumiram seu papel (ABREU, 2001; ABREU 2003). Programas de desenvolvimento foram criados visando o diagnóstico da situação do estado e futuros planejamentos, como o PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico-Social da Região Centro-Oeste (1972) com suas três edições, que visavam a expansão de mercados, a ampliação das áreas produtivas, como mineração sobre áreas até então pouco exploradas, e a inserção da soja.

O primeiro plano (1973-1975), proposto em 1973, definiu 13 áreas-programas na Região Centro-Oeste nas quais seriam promovidas a instalação de “grandes fazendas, os chamados polos agropecuários, agroflorestais e agrominerais, para propiciar a exploração das riquezas naturais; sem mencionar a (re)orientação dos fluxos migratórios internamente no país, guiados pelas colonizadoras” (LAMOSO, 1984, apud, ABREU, 2003, p.173). Estava em consonância ao PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) de 1964.

Segundo a autora, a ideia era levantar potenciais áreas que pudessem se tornar polos de desenvolvimento, definindo a função que caberia a cada uma delas dentro dos objetivos do grande projeto nacional e dos interesses do capital privado nacional, das multinacionais e do Estado. Assim, para a área que hoje pertence ao Mato Grosso, foram definidos dois nichos: a integração nacional através de novas áreas de produção, o que englobaria os municípios de Aripuanã, Peixoto, Xingu e Cáceres; e de corredor de exportação através da tecnificação e industrialização da agropecuária, nos eixos Cuiabá-Rondonópolis.

A autora continua trazendo que dentre os quatro municípios cujo propósito era a integração de novas áreas, três deles receberam impulsos oriundos da interferência da SUDAM (Aripuanã, Peixoto e Xingu), por se localizarem nas terras do Norte e estarem sob sua tutela. Esses benefícios se deram através de incentivos fiscais para a instalação de empresas e políticas de colonização e de produção agrícola. Enquanto isso, Cáceres, localizado na porção sudoeste, não foi contemplado com tais incentivos.

Já o II PLADESCO (1975-1980) incorpora o discurso da integração do território e incorporação do processo produtivo, como estabelecido pelo II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Estabelece-se, assim, um Mato Grosso visto como uma “Fronteira Econômica”, o que acabou gerando uma ampla concentração fundiária, com terras agrupadas em grandes investimentos do capital privado.

O III PLADESCO (1980-1984) acabou por assumir compromisso com a ideia de Mato Grosso como Nova Fronteira brasileira, cuja função se estabelecia na produção de carnes e grãos cujo valor comercial tornava-se cada vez mais atrativo. Isso se deu através da incorporação de novas e velhas terras a esse modelo produtivo, gerando uma redução significativa da policultura e produções menos comerciais.

Esse plano viabilizou a criação do POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil) que foi instituído em 1981 (BRASIL, 1981). Esse abrangeria os municípios localizados ao longo da rodovia que liga Cuiabá (incluindo Cáceres) a Porto Velho, no estado de Rondônia, e objetivava, entre outros, uma maior integração nacional através de projetos de ocupação e desenvolvimento rural (entendido aqui como aumento da produção e renda). Isso se daria através da construção e pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho e estradas vicinais, projetos de colonização e assentamento, regulação fundiária e apoio ao desenvolvimento de “atividades produtivas (pesquisa e experimento agrícolas, assistência técnica e extensão rural, crédito, armazenamento e comercialização), bem como a expansão dos serviços sociais (educação e saúde) e a melhoria na infra-estrutura de pequenas comunidades rurais” (Ibid., p.1).

Apesar de não conseguir cumprir suas metas plenamente, o POLONOROESTE permitiu o desenvolvimento de uma ativa faixa de municípios e atividades agropecuárias ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho que, conforme o planejamento, foi pavimentada e dinamizada. Alguns programas de colonização se efetivaram na porção sudoeste do estado e permitiram uma maior ocupação da área, e o aumento da produção agrícola da região através da criação de empregos diretos e indiretos (FERREIRA, 2014).

Esses e outros programas e planos foram fundamentais para ocupação do estado de Mato Grosso e para desenvolvimento de uma forte economia baseada no setor agropecuário. Com isso, os processos de organização do espaço rural foram bastante dinâmicos, ainda que, por vezes, mantendo certo conservadorismo, como é o caso da concentração fundiária.

Após a década de 1990, contrastes e contradições são observados no estado. A pecuária passa a ganhar ainda mais força, expandindo também uma estrutura de terras baseada no latifúndio e grandes propriedades (FERREIRA, 2001), ao mesmo tempo em que são instalados assentamentos da reforma agrária (SILVA, 2014), normalmente em áreas de menor interesse ao capital.

Por fim, os anos 2000 intensificam o processo iniciado na década de 70 com a Revolução Verde, uma crescente expansão da agricultura mecanizada. Hoje uma nova reconfiguração produtiva se instala, motivada pela expansão do complexo agroindustrial da

soja. Assim, áreas mais afastadas da capital Cuiabá, como a fronteira oeste e o norte do estado, historicamente relacionadas com as atividades de extração de minerais como ouro e diamante, extração de madeira e pecuária extensiva, passam a ter a presença de grandes empresas agroindustriais e ver a substituição dessas atividades pelo cultivo de grãos, principalmente da soja.

Isso vem gerando uma nova transformação espacial, com a introdução de maquinários, dinamização do setor de transportes, substituição de estruturas agrícolas e reconfiguração social e econômica. Além de causar pressão ainda maior sobre os pequenos agricultores e comunidades tradicionais dessas regiões, que lutam para manter seus estabelecimentos e a agropecuária diversificada.

Moreno (1999, p.87 e 88) chama atenção para o controle “do poder político-econômico pelos mesmos grupos dominantes que historicamente se alternaram no comando do Estado, desde a implantação do regime republicano”, o que “permitiu a manipulação do processo de apropriação capitalista da terra, segundo seus interesses e o das classes rural e empresarial”. Como visto anteriormente, essa não é uma situação exclusiva desse período, visto que desde a fase colonial, classes dominantes tiveram influências sobre os governos e intervieram a seu favor, mantendo-se a frente da política até os dias atuais.

Vívian Dan resume de maneira interessante o dinamismo pelo qual se constituiu o espaço mato-grossense.

O espaço mato-grossense vai sendo produzido, moldado, através de sucessivos reordenamentos e podemos notar que essas situações foram dinâmicas e resultaram dos poderes constituídos em cada um desses períodos: num primeiro momento para assegurar a expansão das fronteiras nacionais (no final do século XVII até a primeira metade do século XVIII), na exploração aurífera e expansão do capitalismo na fase mercantil (primeira metade do século XVIII), exportação de matérias-primas (segunda metade do século XIX até início do século XX), desenvolvimento comercial e, portanto, fortalecimento dos laços capitalistas, com a melhoria nos sistemas de comunicação almejando relações comerciais freqüentes, lucros e investimentos, expansão das atividades agropecuárias, agricultura e colonização (primeira metade do século XX) visando a apropriação capitalista da terra: atividade agrícola ou especulativa. Novas feições ao espaço geográfico mato-grossense foram impressas e continuam esse movimento porque este processo de construção do espaço é dinâmico. (DAN, 2010, p.32)

Essas transformações e o dinamismo geraram contextos produtivos muito específicos, e que podem ser melhor observados a seguir, através da sucessão de atividades econômicas.

3.1.1 As atividades econômicas de Mato Grosso: quando o ritmo é ditado pelo mercado

Como tratado até agora, o espaço que hoje entendemos como o estado de Mato Grosso passou por um longo e complexo processo de ocupação e formação. Esses sempre estiveram ligados aos interesses das elites locais, dos detentores de poder, do Estado Nacional e também do mercado consumidor, uma vez que sempre foi um estado fornecedor de produtos agropecuários e extrativistas. Com isso, entendemos a importância de organizar aqui, de forma cronológica, as principais atividades econômicas que se desenvolveram nesse espaço.

O extrativismo mineral se apresenta como a primeira atividade significativa do Mato Grosso, estando ligado ao processo de descoberta de suas terras pelas frentes das entradas e bandeiras do Século XVIII. Esse processo inicia-se com a descoberta do ouro nas minas de Cuiabá, e se estendeu por áreas próximas ao núcleo de mesmo nome que surgiria a partir dessa atividade. Posteriormente, na fronteira oeste, uma nova fase de mineração vai ocorrer no século XX, com a produção de ouro e diamante, principalmente na metade norte do Mato Grosso, conforme essas áreas passavam a ser colonizadas.

No primeiro século de efetiva ocupação após a chegada dos bandeirantes, essa atividade sustentou os pequenos aglomerados que surgiam e se tornou o principal produto enviado aos centros do Sudeste brasileiro. Essa prática chegou a extrair, apenas no ano de 1737, 80 arrobas²² de ouro (SOARES, 2003) nos sertões de Mato Grosso.

A ampla produção aurífera aliada à necessidade de proteção das fronteiras em disputa com a Espanha fez com que a Coroa Portuguesa se decidisse pela criação da Capitania de Mato Grosso na região, em 1748 (SILVA, 2015). Destaca-se que, inicialmente, a sede da nova capitania é instalada em Vila Bela da Santíssima Trindade, apenas posteriormente transfere-se para onde hoje é Cuiabá.

Deve-se ressaltar que paralelamente a essa atividade passaram a ser realizadas a agricultura de subsistência e a pecuária bovina para abastecer a comunidade que ali surgia.

[...] a produção agrícola nas áreas de mineração de Mato Grosso esbarrava sempre numa conotação de subsistência, o que em parte é verdade, pois no princípio se fazia a roça para subsistir no local por mais tempo, mas, à medida que aumentava a quantidade de pessoas, a produção de alimentos foi aumentando e se especializando a partir do investimento do excedente da mineração, assim os limites da agricultura de subsistência foram ultrapassados. (SILVA, 2015, p.18)

²² Unidade de medida de massas do Sistema Imperial de Medidas usada em Portugal e no Brasil. 1 arroba equivaleria a 32 arrateis ou a 14,7kg no período, na atualidade foi arredondado para 15kg.

A autora ainda evoca a ideia de que a crise na mineração, na primeira metade do Século XIX, foi o estopim para o estímulo e desenvolvimento de novas atividades na província de Mato Grosso, principalmente da agricultura. Com isso, o rearranjo das atividades econômicas foi feito a partir da solicitação da concessão de sesmarias para a produção pecuária e para a instalação de engenhos.

Essas unidades produtivas forneceram ao mercado consumidor produtos oriundos da cana de açúcar como açúcar, cachaça, melado e rapadura, além de parte deles ainda produzir farinha (Ibid.). Os engenhos localizavam-se nas proximidades da Vila do Cuiabá sendo concentrados principalmente em São Pedro del Rei e Serra Acima (hoje Poconé e Chapada dos Guimarães, respectivamente), antigas áreas mineradoras e que precisaram se reorganizar.

Os séculos XVIII e XIX são marcados pela criação desses estabelecimentos que objetivavam ampliar a produção de gêneros não contemplados, ao menos em escala comercial, pelas fazendas de criação de animais ou pequenos sítios existentes na capitania de Mato Grosso. Para tal, cidadãos de diversas classes sociais e profissões passaram a solicitar sesmarias com o intuito instalar engenhos. Silva (2015) analisa solicitações de concessão realizadas por pequenos roceiros, grandes fazendeiros, militares e até mesmo membros da Igreja Católica, sendo que o critério de deferimento dependia do momento histórico e interesse dos líderes de governo e da Coroa.

A concessão de sesmarias para essa finalidade fez com que se construíssem grandes fazendas, com capacidade de produzir produtos suficientes para o abastecimento do mercado regional e nacional (SILVA, 2008). Como consequência, acabaram por auxiliar na formação de uma elite agrária em Mato Grosso, solidificada a tal ponto que perpassou gerações.

Faz parte dessa realidade a fundação da Fazenda Jacobina, localizada onde hoje é Cáceres. Originalmente formada por sesmarias destinadas a criação de gado, seus proprietários solicitaram e foram atendidos diversas vezes com a concessão de áreas para a instalação e ampliação do engenho e de áreas de criação (SILVA, 2015).

As atividades dos engenhos, em especial da produção do açúcar, foram importantes até a primeira metade do século XX, quando a produção passa a ser estimulada e crescer no sudeste do Brasil, onde também localizavam-se os principais mercados consumidores. Ainda, o esgotamento dos solos, baixa produtividade dos canaviais e insuficiência técnica e tecnológica (MORENO; HIGA, 2009), também contribuíram para o decréscimo da atividade no estado, que só voltou a ser estimulada nas últimas décadas do século XX.

Além das atividades desenvolvidas pelos engenhos, o extrativismo vegetal também foi fundamental para a arrecadação de impostos e desenvolvimento da economia de Mato Grosso

ao longo de sua história. Destaque especial pode ser dado a um produto específico da região, a poaia, também conhecida como ipeca (*Cephalis Ipecacuanha*). Uma planta rasteira da família das rubiáceas cujas raízes têm alta concentração da emetina, um alcaloide muito utilizado na composição de diferentes medicamentos e que, por isso, foi (e ainda é) visada pela indústria farmacêutica. Dentre suas aplicações estão: a fabricação de xaropes, pastilhas, pílulas, pós-vomitório, chás e infusões (TEIXEIRA, 2008). Essa planta é também de grande utilidade no trato dos sistemas respiratório e digestivo.

Essa planta foi muito extraída das matas da região de Cáceres, “nas depressões do Guaporé e do Alto Paraguai, entre o Planalto dos Parecis e a Planície do Pantanal” (Ibid., p.14) e se tornou ali uma das principais atividades econômicas nos Séculos XIX e XX, inclusive recebendo do codinome de “ouro preto de Mato Grosso”, oriundo de seu alto valor comercial. Além do município já citado, outros significativos extratores de poaia foram Barra do Bugres, Tangará da Serra e Denise, que tiveram sua produção exportada principalmente para a Inglaterra. Sua importância é demonstrada na obra *Tipos e Aspectos do Brasil*, elaborado pelo IBGE (1975) e o “poaieiro”, trabalhador da extração da poaia, foi ilustrado por Percy Lau na Figura 7.

Figura 7 – Ilustrações da Mata de Poaia e do Poaieiro



Fonte: Percy Lau, IBGE (1975)

O valor comercial dessa planta, ao mesmo tempo que foi uma “dádiva” aos cofres de Mato Grosso, levou também ao risco de extinção da poaia no estado. Teixeira (2008, p.17) traz que “a exploração indiscriminada e a ocupação desencadeada pela expansão da agricultura moderna, que faz uma conversão da vegetação original, diminuindo a ocorrência da planta no seu ambiente natural, colocam a ipeca em via de extinção”. Após a segunda metade do Século XX, foi realizado o incentivo de produção (plantação) da poaia, o que ocorre até os dias de hoje. Ela, porém, já não possui grande relevância econômica.

Essa atividade permitiu o surgimento do núcleo de Barra do Bugres. No entanto, seu efeito foi maior do que apenas esse impacto pontual, permitiu também a interiorização da economia do Estado, atraiu populações e estimulou relações comerciais internas e externas (MORENO; HIGA, 2009).

O final do século XIX e início do século XX também marcam o período de ascensão da extração da borracha no Mato Grosso, fundamentalmente realizada nas porções amazônicas do estado (região setentrional) e incentivada também no Vale do Guaporé (fronteira oeste). Garcia (2005, p.44) apresenta que “no final do século XIX a borracha já era um dos principais itens da limitada pauta de exportação e da receita de Mato Grosso, apesar da presença do Estado brasileiro naquela região de fronteira ser praticamente nula”, com isso demonstrando a relevância do produto. Ainda assim, parte significativa da borracha extraída era contrabandeada como sendo oriunda da Bolívia, o que evitava o pagamento de impostos ao Brasil e gerava renda menor ao Mato Grosso.

Essa atividade foi desenvolvida principalmente com uso de mão de obra de indígenas, de nordestinos e de bolivianos no Vale do Guaporé. Há relatos, como de Garcia (2005) e Peclát (2011), de trabalho exploratório e em condições precárias, que teriam levado inclusive à morte de muitos trabalhadores. Moreno e Higa (2009) consideram que, pelo fato da atividade ser desenvolvida no período da estiagem, por vezes contou com a mesma mão de obra utilizada na coleta da poaia no período chuvoso.

Apesar dessa atividade não ser desenvolvida em Cáceres, parte das receitas da extração da borracha ajudaram a financiar a pecuária e a produção de charque no município no início do Século XX e a fortalecer o núcleo populacional já existente. A mesma empresa belga, Compagnie des Produits Cíbils, que atuava na produção de borracha do Vale do Guaporé possuía a Fazenda Descalvados em Cáceres, uma referência em criação, abate e transformação da carne bovina. Para essa, destacamos momento específico ao falar da história de Cáceres nas próximas páginas.

A borracha entra em decadência ainda na primeira década do século XX, quando passa a ser substituída no mercado internacional pela produção asiática (MORENO; HIGA, 2009). Essa crise foi também sentida na Fazenda Descalvados, quando a proprietária e administradora belga supracitada, entra em processo de falência e realiza a venda desse estabelecimento. Isso acaba por marcar uma nova fase de crescimento da pecuária na região pelas mãos de outros produtores, que serão posteriormente vistos.

A pecuária tem sua história até mesmo confundida com a expansão e construção do território de Mato Grosso, com as primeiras reses inseridas na primeira metade do século XVIII (GARCIA, 2005). Sua inclusão se deu com o intuito de abastecer as áreas mineradoras, tanto como instrumento de tração, como fonte de alimentação. Somente na primeira metade do século XIX a pecuária é implantada no Pantanal e, após, passa a ser sua principal atividade econômica.

Em meados do século XIX a atividade se torna uma das principais fontes de arrecadação do Mato Grosso, com comercialização para Minas Gerais e São Paulo. No entanto, é apenas após a Guerra do Paraguai (1865-1870) que a atividade se expande através da adoção de práticas já realizadas na Argentina e Uruguai, com a instalação das primeiras charqueadas nas áreas do Pantanal para a produção de charque destinado à venda para os mercados brasileiro e europeu (GARCIA, 2005).

Apesar da importância das charqueadas durarem até a primeira metade do século XX, a pecuária de corte permanece até hoje como uma das principais atividades econômicas do estado. Os modelos de produção extensiva perduram nas regiões do Pantanal (Sudoeste) e Floresta (Norte), enquanto a intensiva e semi-intensiva aparecem em partes do Cerrado, totalizando a maior produção do Brasil, cerca de 13,6% em 2015 (IBGE, 2016).

Enquanto produtos de extração como ouro, borracha e poaia entraram em queda, a pecuária continuou a se expandir e acompanhar a crescente demanda de seus produtos no mercado internacional. As próprias leis nacionais e estaduais de apropriação de terras, como a Lei de Terras de 1850, beneficiaram os produtores praticantes de pecuária e agricultura, o que levou a expansão de suas áreas de influência e, em consequência, a ampliação dessas atividades.

De qualquer forma, essa se tornou a principal atividade das planícies pantaneiras, dominando suas áreas alagadiças, de geografia propícia para sua prática (PEREIRA, 1956; CHIOVETO, 2014). Os campos de pastagens naturais permitiram a criação de bovinos por muitos anos e hoje, mesmo com o relativo esgotamento de algumas áreas, passam a dar lugar a pastagens plantadas, que permitem uma criação ainda mais intensiva para atender as grandes

demandas dos mercados nacional e internacional (ABREU; MORAES; SEIDL, 2001). O mesmo ocorre com as atividades agrícolas que, por anos, viram o crescimento da produção de cana de açúcar e seu processamento nos engenhos com o amplo uso de mão de obra, e veem hoje a ascensão da agricultura mecanizada das últimas décadas.

Marcadamente, a década de 1970 torna-se cenário para a transformação do espaço rural em um grande fornecedor de matérias-primas e a terra não é mais apenas um recurso para a produção, é também um objeto de venda, de especulação imobiliária (ARRUDA, 2007). Esse contexto é dominado pelo que chamamos de Revolução Verde, com a expansão da mecanização agrícola, expansão das monoculturas e a forte produção de grãos. Por ser essa a atividade mais recente e mais ativa, tem atraído o olhar de vários pesquisadores que buscam entendê-la através do avanço do capital, dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e principalmente da soja (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

A expansão desse cultivo altera substancialmente o espaço rural de Mato Grosso nas últimas décadas, como a reorientação dos grandes estabelecimentos para o controle dos grandes grupos empresariais e de investimentos, por vezes substituindo a figura do latifundiário tradicional. Também, grandes áreas antes destinadas para a criação extensiva de gado passam a dar lugar para imensos campos que alternam a produção de soja, milho, algodão e canola, de acordo com as vantagens do mercado ou as estações do ano (ARRUDA, op.cit.).

As relações de trabalho igualmente se alteraram. Nesses estabelecimentos a figura do agricultor ligado a terra e a produção, dá lugar a funcionários assalariados e qualificados nas novas tecnologias produtivas e que, por vezes, atuam nestas como operários, em linhas de montagem.

Esse modelo levou o Mato Grosso a se tornar um dos maiores produtores de grãos do mundo e a ser considerado o Celeiro do Brasil. Porém, em seu interior, contrastes ainda existem com os conflitos entre grandes e pequenos produtores, fortalecimento das grandes propriedades ao mesmo tempo em que a luta por reforma agrária se intensifica e onde comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, lutam para a manutenção de suas áreas de reserva e sobrevivência. Situações como essas costumam levar à conflitos, principalmente em detrimento da expansão das áreas produtivas sobre territórios dessas populações (ARRUDA, 2007).

Apesar da expansão do modelo do grande agronegócio e produção em larga escala, as pequenas propriedades persistem. Essas, em grande número de unidades, mas pequena

concentração de terras, mantém suas raízes na subsistência e produção diversificada de gêneros alimentícios, reproduzindo o modo de vida muito peculiar dos pequenos agricultores.

Entremeando todos os momentos de predomínio de diferentes atividades produtivas, desenvolveu-se a agricultura de subsistência e de pequenas produções para o mercado local (SILVA, 2015). Sempre estiveram presentes os pequenos produtores, que cultivavam aqueles gêneros que não eram priorizados como produto comercial estratégico, mas que eram fundamentais para a manutenção das populações locais e atendimento dos núcleos urbanos.

Nos escritos de Castrillon (2006) é possível observar que as próprias fazendas especializadas possuíam suas pequenas roças ou criações para suprir as necessidades alimentares de sua população. Igualmente, nas proximidades dos núcleos urbanos, surgiram pequenos sítios, chácaras e roças que forneciam para a população citadina os produtos para sua manutenção.

As pequenas unidades também foram estimuladas nos programas de ocupação desenvolvidos no estado, sendo elas estratégicas para o povoamento e abastecimento das novas áreas abertas. Por fim, com os programas de reforma agrária, desenvolvidos pelo INCRA e Banco da Terra, a agricultura familiar e a pequena produção passam a ter maior representação junto à estrutura fundiária e produtiva no estado, mesmo que ainda escondidas pelo predomínio das grandes propriedades e da produção comercial em larga escala (SILVA, 2014).

Lógica histórica semelhante ao Mato Grosso como um todo, pode ser observada em Cáceres. Por isso, optamos por traçar em separado sua realidade.

3.2 A história de formação do espaço de Cáceres, como um prosseguimento da história mato-grossense

Como entendido até agora é impossível desmembrar a história de Cáceres da formação e ocupação de Mato Grosso, uma vez que esteve presente e atuante durante praticamente todos os momentos vivenciados, da Capitania ao estado em sua configuração atual.

A fundação da Vila Maria do Paraguai, que mais tarde se tornaria Cáceres, situa-se entre a Vila do Cuiabá e a Vila Bela da Santíssima Trindade e se deu sobre a prerrogativa de que serviria como ponto de apoio entre os dois principais polos de influência da Capitania de Mato Grosso em um contexto do ciclo do ouro. A vila fundada em 1778 cujo nome seria em homenagem a D. Maria, rainha de Portugal, teria a importante missão de contribuir com a defesa das áreas fronteiriças na porção Oeste do Brasil, efetivando as delimitações marcadas

pelo Tratado de Madri de 1750. Chaves (2011, p.17) traz que “o Tratado de Madri é uma peça chave da diplomacia lusa para se entender a criação de novas povoações a oeste do território da América portuguesa – a criação da Vila Maria do Paraguai, em 6 de Outubro de 1778, se enquadra nesse cenário”.

Sua localização estratégica, às margens do navegável Rio Paraguai, permitiria um acesso fluvial fácil com a Capitania de São Paulo, o que contribuiria para seu progresso e sua estabilização como uma importante vila. Além de permitir mais uma via de escoamento de produtos do país pela Bacia Platina.

O autor supracitado discorre sobre isso, demonstrando que “a Coroa pretendia também fomentar a criação de novas rotas terrestres e fluviais que possibilitassem atender as exigências dos núcleos urbanos, surgidos na primeira metade do século XVIII” (Ibid., p.12). Essas rotas serviriam tanto para o escoamento dos produtos oriundos da região (já vislumbrando seu potencial para instalação de fazendas régias), como para a circulação das tropas militares e da população, estimulando-a a ocupar essas distantes áreas imperiais.

Fatores ligados às possibilidades econômicas também foram determinantes para a ocupação dessas áreas, como solos ricos nas áreas de vales, água em abundância e áreas de pastagens naturais, amplas e planas (oriundas do Pantanal). Isso já demonstra o potencial que essa área teria para a principal atividade que a dominou, a agropecuária, expressa principalmente pela pecuária extensiva e pelos engenhos (expandidos pelos séculos XVIII e XIX) como percorridos por Péclat (2011) e Silva (2015).

Dentro de suas potencialidades econômicas e necessidades de ocupação e proteção, Vila Maria acaba por construir sua identidade pautada em duas características básicas: o militarismo e a agropecuária. Isso é demonstrado por Sousa (2013, p.26) quando discorre que “na hierarquia do sistema colonial em Vila Maria fez-se distinguir uma identidade do aldeamento em torno do destacamento militar”, e a outra que remete aos “fazendeiros brancos no isolamento de suas fazendas com a subsistência ou auto-suficiência de seus cultivos ou gado bovino e cavalar”²⁴.

Quanto ao desenvolvimento das atividades agropecuárias pode-se dizer que Vila Maria (e posteriormente Cáceres) seguiu dinamismo semelhante ao restante da província. Construiu-se como um potencial produtor de gêneros alimentícios e matérias-primas voltadas a abastecer seu interior e outras regiões do país, como também exportou parte dos produtos gerando receitas para a Coroa.

²⁴ O termo cavalar, de origem portuguesa, é utilizado nos documentos históricos para se referir aos equinos criados ou utilizados como instrumento de trabalho nas propriedades rurais.

A produção agropecuária ao longo da história pode ser identificada a partir da análise de documentos, como é feita por Castrillon (2006). A autora demonstra alguns dados da cobrança de impostos na Vila Maria do Paraguai, sendo que neles é possível reconhecer alguns gêneros que eram produzidos em seu espaço rural, na segunda metade do século XIX. Destaca-se ainda que esses tributos eram definidos pelo governo provincial,

Para exemplificar, tomamos os produtos alimentícios produzidos à época para o abastecimento de Vila Maria do Paraguai, tais como: arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, açúcar, toucinho, carne seca, rapadura e queijo. Segundo Joaquim Ferreira Moutinho, os preços desses produtos, eram: *o alqueire de milho por 5, 6 até 10\$000, um dito de feijão por 9, 10 até 16\$000; um dito de arroz por 11, 12 até 18\$000; uma arroba de açúcar 20\$000; uma canada ou 40 garrafas de cachaças 40\$000; uma garrafa 1\$500; uma vara de fumo 2, 3 e 4\$000; uma arroba de café 24, 26 e 30\$000.* (CASTRILLON, 2006, p.51)²⁵

Percebe-se com isso a existência de uma produção relativamente diversificada de gêneros alimentícios, que eram utilizados para suprir as demandas da própria Vila Maria, como também a serem enviados à Vila do Cuiabá. A autora ainda destaca impostos cobrados sobre a compra e venda de escravos, vistos como mercadorias e propriedades.

As meias sisas²⁶ de escravos ladinos também eram impostos recolhidos pelo governo provincial. Esse tipo de imposto consta na documentação registrada pela coletoria e, conforme podemos observar, João Leite da Silva Freire pagou meia sisa correspondente a 800\$000 porque comprou de Jose Dulce e Francisco Villa uma escrava de nome Luzia, e matriculada sob nº 396. (CASTRILLON, 2006, p.51-52)²⁷

Outro produto de destaque na Vila Maria foi à extração e a comercialização da poaia. Sobre os documentos e estudos que encontrou a respeito dessa, Castrillon (2006) destaca que a produção da Vila Maria era vendida ao Rio de Janeiro e viabilizava uma boa margem de lucros ao produtor e impostos à Vila e Província. Sobre a poaia, o gado e a aguardente a autora traz que:

[...] por arroba pagava-se em Vila Maria 65\$000réis e de frete 12 a 14\$000réis por arroba, sendo vendida no Rio de Janeiro a 3\$600 a libra. Na visão de Francis Castelnau, o preço da arroba da poaia no Rio de Janeiro era de 850réis, e na década de 1830 o preço desse produto se comparado a épocas anteriores, ainda deixava boa margem de lucros. Quanto ao gado vacuum, pagava-se em Vila Maria por cabeça o imposto de 600réis e 65\$000 e de frete 12 a 14\$000 vendida no Rio de Janeiro a 3\$600 a libra. Quanto ao gado vacuum pagava-se em Vila Maria por cada cabeça o imposto de 600réis e pela canada de aguardente o imposto de

²⁵ Grifos da autora

²⁶ Por sisa se entende imposto direto que era cobrado por transmissão de propriedades e bens. No caso específico aplicado à venda do escravo, entendido como um bem.

²⁷ Por escravos ladinos se entende aqueles africanos já aculturados que falavam a língua portuguesa ou que já eram nascidos no Brasil; porém o termo também é usado para aqueles que possuíam habilidades para os trabalhos domésticos (MULTIRIO, 2017).

200 réis. Todos esses produtos provinham das propriedades rurais existentes em Vila Maria do Paraguai. (Ibid., p.52).

Arruda (2011, p.136) também apresenta uma análise dos impostos registrados pela coletoria da Vila Maria, indicando os principais produtos tributados na povoação, no entanto, por nosso interesse, destacamos aqui apenas aqueles oriundos do rural. O autor considera que encontrou nos documentos “uma produção rural intensa nos derivados do gado, algumas culturas e principalmente a cultura extrativa da poaia, o que sugere uma atuação, não só no mercado interno da vila, mas fazendo parte da pauta de exportação, produtos de procedência do gado e do extrativismo”.

O autor dá destaque ao que chama de “dízimo dos gêneros da lavoura” quando apresenta informações encontradas acerca da tributação dos produtos rurais. Considera que, no período estudado, o século XIX, havia certa diversidade de produtos oriundos do campo que eram comercializados na Vila ou exportados, como: fumo, carne seca, toucinho, feijão, mandioca, poaia, açúcar, aguardente e milho. Esse último muito recorrente já que era utilizado no abastecimento interno e produzido por pequenos roceiros e sitiantes das proximidades da Vila (CASTRILLON, 2006).

Considera ainda que foi possível identificar diferenças, ao que denominou de pequenos e grandes produtores a partir da quantidade de produtos manifestada nos documentos. Vê-se isso no trecho a seguir.

O produtor rural pagava menor alíquota de imposto, mas ele era obrigado a manifestar a quantidade trazida, sendo possível, nesse caso, diferenciar o pequeno agricultor dos demais, como por exemplo, em relação ao pequeno produtor, “o Sr. Mariano Ramos manifestou; 3 alqueires de feijão e 3 arrobas de toucinho”. Em outro exemplo, vemos que “o Sr. Alferes Eustaquio Tobias da Costa Magalhaes manifestou o gênero seguinte de sua propriedade: 6 alqueires de milho”. Ele pagou 3.600 réis, dez por cento.

Já em relação ao grande produtor, temos o seguinte exemplo: “O Snr. Deodoro Antonio Cardoso, manifestou os gêneros seguintes de sua propriedade: 25 arrobas de açúcar”. Como podemos ver, ele pagou 31,250 réis. E, ainda, encontramos os seguintes registros: “o Snr. Joaquim Pereira manifestou os gêneros seguintes de sua propriedade: 153 arrobas de poaia”. Ele pagou 306,000 réis; o alferes Francisco Pinto de Arruda manifestou 125 arrobas de poaia. (ARRUDA, 2011, p.142)

Obviamente o autor acima citado não considerou as particularidades de cada gênero, das produções ou das propriedades. No entanto, seu estudo permite identificar parcialmente a produção do período e os diversos montantes produzidos por diferentes produtores. Com seus apontamentos, ainda foi possível identificar a existência de pequenos roceiros e sitiantes nas

áreas próximas ao núcleo da Vila Maria, isso em um contexto de domínio das grandes fazendas, como apresentaremos posteriormente.

Outro aspecto marcante para a história do município se dá no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870) que, mesmo não ocorrendo diretamente na Vila Maria, a colocou como um potencial alvo. Elmar Arruda demonstra isso afirmando que,

do ponto de vista do desenvolvimento da guerra, esse território correspondia à região economicamente mais dinâmica da província naquele momento e que ajudaria no abastecimento das tropas paraguaias, principalmente com o fornecimento de carne, já que tinha um importante rebanho bovino espalhado pelas fazendas recém formadas na região, rebanho esse que, em boa parte, foi levado para o Paraguai e utilizado como provisão de guerra.(ARRUDA, 2011, p.55)

Mais uma vez, as vocações militar e agropecuária são delimitadas em um dos episódios mais marcantes da história da fronteira oeste do Brasil. Isso ainda está presente nos dias atuais uma vez que, além da pecuária, o serviço militar é uma importante fonte de rendimentos e emprego no município.

Em 1874 a Vila Maria do Paraguai passou a ser chamada de São Luiz de Cáceres, sendo elevada à categoria de cidade. Esta leva, em seu novo nome, homenagens ao santo padroeiro São Luiz e ao seu fundador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (COUTINHO, 2015).

No período que se estende do final do Século XIX ao início do Século XX, o espaço rural de São Luiz de Cáceres e sua economia como um todo são influenciados diretamente por grandes empreendimentos, inclusive de capital estrangeiro, principalmente no setor da pecuária. É aí que se destacam investimentos de empresas e empresários uruguaios, argentinos, belgas e norte americanos voltados para a criação, abate e processamento de carnes (seca e enlatada) (PÉCLAT, 2011; FERREIRA, 2014).

Esses empreendimentos estiveram ligados a um longo processo sucessório de transformação de antigas fazendas tradicionais, ao atendimento das demandas oriundas de novos mercados em ascensão.

3.2.1 O tempo sobre o espaço: as fazendas que dominaram a história agropecuária de Cáceres

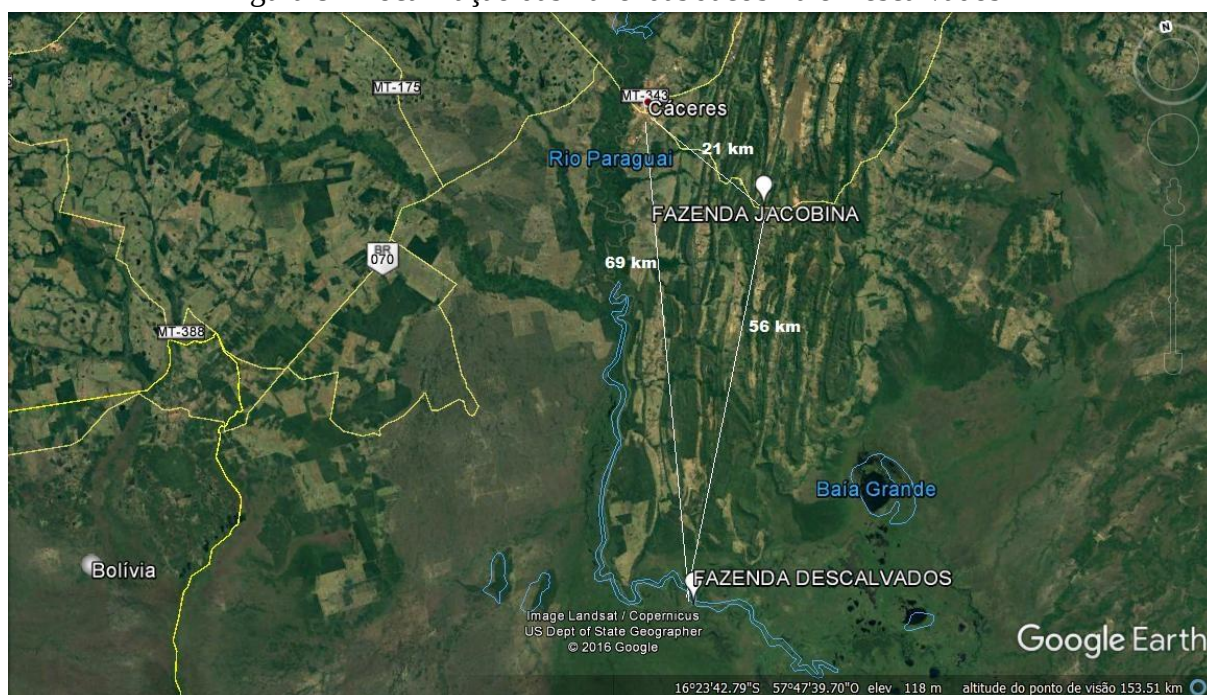
Como visto anteriormente, desde o século XVIII, o território que hoje pertence ao Mato Grosso tem servido ao desenvolvimento de atividades econômicas, principalmente

agropecuárias e extrativas. Primeiramente para atender as necessidades de abastecimento da Coroa Portuguesa, e hoje aos mercados internos e externos do país.

A Fronteira Oeste de Mato Grosso é marcada pela presença de grandes fazendas, que deixaram carimbadas no tempo e no espaço profundas marcas relacionadas à estrutura fundiária, estrutura produtiva, gênero de vida e paisagem. Algumas dessas fazendas serviram como referência regional e mesmo nacional na produção de bovinos e seus derivados, açúcar e cachaça nos engenhos e cultivos alimentares de subsistência e comercialização.

Dentre aquelas que se localizaram em Vila Maria, selecionamos duas que consideramos as mais relevantes, tanto por seu porte dimensional, como por sua importância histórica. São elas a Fazenda Jacobina e a Fazenda Descalvados, cujas localizações são demonstradas na Figura 8 abaixo, na qual é possível observar também as distâncias em linha reta entre ambas e de cada uma delas da área urbana de Cáceres.

Figura 8 - Localização das Fazendas Jacobina e Descalvados



Fonte: Google Earth (2017), adap. OLIVEIRA, Ana Leticia de (2017)

É de comum entendimento entre muitos dos autores da história de Mato Grosso e de Cáceres que, de todas as propriedades agropecuárias existentes na Capitania de Mato Grosso, aquela que surgiu da concessão de sesmarias e mais se destacou foi o Engenho Santo Antônio da Jacobina que, segundo Sousa (2013), foi fundado pelo Alferes Leonardo Soares de Souza. Seu destaque se dá por ter sido o maior fornecedor privado de mantimentos (alimentícios e

matéria-prima) da Fronteira Oeste de Mato Grosso, fundamental também na história regional e de Vila Maria.

O autor relata, ainda, a existência de um pedido de concessão de sesmaria por Leonardo Soares de Souza em 06 de maio de 1782, referente à Sesmaria Flexas. Em 1790 solicita uma nova sesmaria de meia légua na paragem chamada Jacobina²⁸. Esse é o registro mais antigo que foi encontrado em nosso estudo sobre a origem da Fazenda Jacobina e indica sua fundação original nesta data. Como era comum ao período, tal solicitação foi feita sobre a argumentação da necessidade das terras com o intuito de criação de gado bovino e equinos. Segundo Silva (2015, p.63), “em seu pedido afirmou que já ocupava o lugar com cultivados, gado, éguas e escravos havia mais de 10 anos”.

Conforme Silva (2015) “o alferes Leonardo Soares de Souza enviou ao mestre de campo uma estimativa de sua produção dos anos de 1795, 1796 e 1797, declarando que possuía dois engenhos de água e bois, sendo um de cana e outro de farinha”. O alferes demonstrava sua produção de açúcar, cachaça e rapadura e informava que no ano de 1798 ampliaria sua produção de farinha para 600 alqueires. Segue a demonstração da produção no Quadro 2.

Quadro 2 - Produção do Engenho de Santo Antônio da Jacobina (1795, 1796 e 1797)

Ano	Produto	Quantidade
1795	Cachaça	162 canadas
	Açúcar	218 arrobas
	Rapadura	2 milheiros
1796	Cachaça	111 canadas
	Açúcar	218 arrobas
	Rapadura	156 milheiros
1797	Cachaça	156 canadas
	Açúcar	218 arrobas
	Rapadura	2 milheiros

Fonte: Silva (2015, p.62-63).

²⁸ O autor ainda relata a existência e a transcrição de outros documentos, que demonstram a concessão de outras sesmarias a Leonardo Soares de Souza e que serviram para aumentar vertiginosamente o tamanho da Fazenda Jacobina. Mesma situação aconteceu quando essa já estava nas mãos de seus herdeiros.

Ao longo do século XIX, a pecuária se desenvolve na região sudoeste de Mato Grosso e, desde suas primeiras décadas, a Fazenda Jacobina já tinha destaque como sendo uma grande criadora de bovinos e produtora de alimentos. Segundo Sousa (2013), seus produtos eram reconhecidos na capitania pela qualidade e pelos bons preços.

A Fazenda Jacobina (Figura 9), para Silva (2015, p.66-67), “fazia parte de um conjunto de outros engenhos, como já demonstramos, que contribuíram para o abastecimento da fronteira através da entrega de mercadorias no Armazém Real”. Ainda, para a autora, “os engenhos foram importantes também por contribuírem com as rendas da municipalidade e com a Coroa, por meio dos contratos de aguardente e pagamento de subsídios, respectivamente”. Sousa (2013, p.28) afirma que, desde 1795, “com boa produção o engenho da Jacobina passou a contribuir com as fazendas régias no abastecimento dos armazéns reais” e de militares lotados nas áreas da fronteira, uma vez que as fazendas régias já não supriam tais demandas.

Figura 9 - Vista da sede da Fazenda Jacobina



Fonte: OLIVEIRA, A. L. de. Estudo de campo (2017)

Ao falecer, em 1813, Leonardo Soares de Souza deixa seu legado para a única filha, Maria Josepha de Jesus Leite, casada com o Sargento-Mor João Pereira Leite. Este, no momento do matrimônio, já possuía significativas terras que foram anexadas à Jacobina, ampliando ainda mais a extensão da propriedade. Conforme Garcia (2005), seus proprietários

foram adquirindo mais e mais terras, a ponto de João Pereira Leite dizer ironicamente para membros da Expedição Langsdorff²⁹ que possuía mais terras que o imperador de Portugal.

Sobre isso, Sousa (2013) retrata que outra informação passada aos membros da expedição é que “além da Jacobina, possuía João Pereira Leite ainda dezoito sesmarias” (FLORENCE, 1827, p. 165 apud, SOUSA, 2013, p.59)”. Quando o esposo morre, Maria Josepha de Jesus Leite passa a administrar a fazenda juntamente com seu filho, Major João Carlos Pereira Leite. Esse último, por sua vez, continuou a expansão do legado familiar nas terras denominadas Descalvados, Jauru, Cambará. A grandiosidade da Fazenda é demonstrada por Garcia (2005) no fragmento abaixo.

As terras da Jacobina se estendiam em um vasto território, desde as regiões altas do oeste de Mato Grosso até o Pantanal norte, na fronteira com a Bolívia, ultrapassando o rio Paraguai no sentido leste-oeste.

A parte das terras da fazenda Jacobina que ficava na margem direita do rio Paraguai, até a fronteira natural com a Bolívia, no Pantanal norte, era formada por campos, entremeados por pequenos capões de mata fechada. Nessa região o major João Carlos Pereira Leite tomou posse de um conjunto de sesmarias onde teve grande desenvolvimento a criação de gado, que aí se espalhou rapidamente. Dessas sesmarias, a mais importante foi aquela a que se deu o nome de “fazenda do Cambará”, que centralizava a criação de gado na parte da antiga Jacobina. No início da década de 60 do século XIX, já havia mais de 20 mil cabeças de gado na fazenda do Cambará. Mais ao sul dessa fazenda, também na margem direita do rio Paraguai, havia uma região de terras altas chamada “Escalvado”, onde, ainda no período colonial, costumeiramente se instalava uma fortificação militar para impedir o avanço dos espanhóis, em direção à Vila Maria e Vila Bella. (Ibid., p.60-61)

Além da grande fazenda herdada, João Carlos Pereira Leite ainda tomou posse de outras sesmarias. Uma parte delas ele denominou de Fazenda Cambará que, posteriormente, com a área localizada ao sul, fará parte de outra importante fazenda que trataremos a seguir, a Descalvados.

Outra questão notável é o destaque que se dá ao uso de mão de obra escrava até 1889, com a proclamação da Lei Áurea. Muitos relatos foram feitos por viajantes e expedicionários que passaram pelo local, como Georg Heinrich Langsdorff e Hércules Florence (da mesma expedição).

²⁹ Expedição patrocinada pela Rússia e chefiada pelo médico alemão naturalizado russo Georg Heinrich von Langsdorff, percorreu significativa parte do Brasil, inclusive o Mato Grosso, entre 1824 e 1829 para realizar estudos naturais, sociais, linguísticos, etnológicos e culturais. Contava com uma equipe formada por cientistas, naturalistas, botânicos e artistas que realizou alguns dos primeiros estudos dessa natureza envolvendo áreas remotas do país. Ao final, muitas foram as baixas entre membros originais em decorrência, principalmente, de doenças tropicais (CANDIDO, 2017).

Em dado apresentado por Silva (2015), no ano de 1798 a Fazenda Jacobina empregava 42 escravos adultos e 17 escravos menores no trabalho. Já nos relatos de Hércules Florence (1827, apud, SOUSA, 2013, p.59) tem-se que a população da Fazenda seria maior que a da própria Vila Maria, possuindo “duzentos escravos de trabalho dos dois sexos e sessenta crianças’ e, ainda, ‘quase igual numero de gente forra entre agregados, crioulos, mulatos e índios”.

Arruda (2011) também chama atenção à questão da escravidão ao analisar documentos sobre a compra e venda de escravos na Vila Maria, apresentando as taxações existentes sobre essa transação. Vendidas como um produto, essas pessoas eram usadas no trabalho na cidade e no campo, realizando trabalhos pesados ou aqueles considerados menos dignos.

Após a segunda metade do século XIX, a mão de obra escrava passa a ser substituída pela livre, seja por alforria ou pelo nascimento de crianças em “ventre livre”. Isso se dá concomitante ao início do desmembramento da Fazenda, após o falecimento do Major João Carlos Pereira Leite em 1880 e sua mãe, Dona Maria Josepha, em 1888 (COUTINHO, 2015).

Essas transformações convergem com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), que faz surgir uma nova onda de possibilidades emergindo sobre o Mato Grosso e as áreas fronteiriças. Garcia (2005) atenta para a abertura da comercialização de produtos, como borracha para os mercados internacionais, a retomada da navegação pelo Rio Paraguai, o aumento dos fluxos comerciais, a crescente produção pecuária e a industrialização de carne bovina, que se dava na região para atendimento do mercado internacional.

Esses fatores estimularam na região o surgimento das charqueadas e fazendas de criação de bovinos, quase como um prolongamento das atividades que se desenvolviam na região platina. Não apenas o capital nacional passa a se interessar nessa área, mas também o internacional, que já trabalha nos ramos do comércio e extrativismo no Mato Grosso. Esse é o caso da Fazenda Descalvados que, para Garcia (2005), foi o maior empreendimento agroindustrial do Mato Grosso no período, marcando a presença estrangeira na fronteira Brasil-Bolívia entre 1880 e 1910.

A Fazenda Descalvados (Figura 9), cujo nome significa campo limpo ou campo aberto, é um dos marcos da grandiosidade da pecuária em Cáceres, tendo sido fundada por João Carlos Pereira Leite a partir da expansão de sua fazenda denominada Cambará (PÉCLAT, 2011; GARCIA, 2005). Localizada a cerca de 150 km distante da cidade (90 km via terrestre e 60km via fluvial à jusante) na margem direita do Rio Paraguai, passou por diversas fases desde sua criação.

Figura 10 - Vista da sede da Fazenda Descalvados



Fonte: Parchen (2017)

Em 1876, a Fazenda Descalvados foi adquirida pelo argentino Rafael Del Sar e realizou a instalação de uma charqueada rudimentar ao modelo das encontradas nas regiões platinas (Ibid.). Seu intuito era de beneficiar e conservar a carne oriunda do abate de animais, assim não precisaria levar o gado a percorrer em caminhada a grande distância até o mercado consumidor de Uberaba, Minas Gerais.

Segundo o autor supracitado, a instalação da charqueada em Descalvados foi um bom negócio para Del Sar, que garantia matéria-prima abundante, e para João Carlos Pereira Leite, que passou a ter um forte consumidor para o gado que criava. No entanto, a charqueada não teria dado o retorno esperado ao seu proprietário.

Com a morte de João Carlos Pereira Leite, em 1880, seus bens foram a leilão, sendo arrematados em 1881 pelo uruguaio Jaime Cibils Buxareo, que também adquiriu de Rafael Del Sar a área correspondente a Descalvados. Experiente empresário do ramo da pecuária e processamento bovino no Uruguai e na Argentina, pretendia instalar no Mato Grosso uma fábrica de enlatados e extrato de carne (GARCIA, 2005).

Buxareo entendia que essas terras seriam propícias para a atividade pela proximidade com a produção da matéria-prima, já que a região possuía fazendas de criação de bovinos, e pela facilidade de escoamento da produção via Rio Paraguai. Foi a visão que se tinha das terras mato-grossenses, com suas riquezas e potencialidades, que convenceu o uruguaio a fazer tal investimento. Essa visão é apresentada por Alba Mariani³⁰.

³⁰ Em seu texto, a autora traz o relato das impressões da viagem descritas por Buxareo em seu diário de viagem, retrata ainda, detalhadamente o espaço encontrado por ele ao chegar na área adquirida e organização que lá realizou, bem como um interessante perfil desse empreendedor. Destaca-se que posteriormente, esse se tornaria

Todos coincidían en la riqueza de los territorios del ignorado Mato Grosso. En su suelo se encontraban minerales: carbón, plata, hierro, oro, cobre, piedras preciosas. Y en especial las praderas naturales se prestaban para la cría a extensión de ganado bovino, ovino y caballar, así como, para la producción agrícola de trigo, avena, lino, papas, viñedos y frutas de climas templados y tropicales: algodón, tabaco, café, plátanos, cacao y caña de azúcar, además de abundantes maderas, plantas medicinales y especias. (MARIANI, 2003, p.10)

No ano de 1882 a fábrica de enlatados foi construída com a instalação da moderna tecnologia disponível para o período, incluindo máquinas a vapor. Seus investimentos foram altos, mas o uruguaio acreditava que, em curto período, os recuperaria, uma vez que tinha conhecimento dos mercados consumidores e entendia que os conquistaria com o fornecimento de um produto de qualidade (GARCIA, 2005).

Em 1895 Buxareo vende Descalvados (fazendas, indústria, rebanhos,...) para a sociedade belga *Compagnie des Produits Cíbils* na qual era acionista majoritário. O investimento propunha a produção de derivados de carne, principalmente extrato de carne, que tinham boa aceitação no mercado europeu, para onde eram exportados. Juntamente com essas atividades, a empresa investiu em outros ramos no Mato Grosso, como extração de borracha no Vale do Guaporé. Tendo seu auge em 1903, com um aumento significativo da procura por seus produtos, seu êxito foi tamanho que acabou por servir de propaganda para outros investimentos de mesma bandeira em Mato Grosso, ao ponto de se instalar na Fazenda Descalvados um Vice-consulado Belga (Ibid.).

Em 1905 as atividades de exploração de borracha desenvolvidas pela *Compagnie des Produits Cíbils* começam a entrar em declínio, enquanto, igualmente, se observava queda na produção ligada a bovinos, o que acabou por forçar a companhia a liquidar-se, dando origem a empresa *Société Industrielle et Agricole au Brésil*. Garcia (2005) aponta possíveis fatores para a crise que levou a substituição de uma empresa por outra, como abate indiscriminado de machos e fêmeas, ataques de ladrões de gado ou ainda as epidemias, que constantemente matavam os equinos utilizados no manejo dos bovinos.

No entanto, o que teria sido decisivo para a substituição de uma companhia por outra seria de ordem geopolítica. A mudança da razão social e a incorporação de capital à empresa seriam tentativas de orientação de suas atividades frente às transformações políticas e de colonização que ocorriam na fronteira.

A mão de obra utilizada pela empresa belga era basicamente dividida em duas frentes. A primeira, seus compatriotas ou pessoas de confiança, altamente qualificadas e que eram

influente em Mato Grosso, estando inclusive a frente de grupos revolucionários, como também demonstra Garcia (2005).

responsáveis pelas atividades de gestão. Já no trabalho braçal, realizado nos campos de criação e na fábrica, a preferência se dava por indígenas (principalmente Guató e Bororos), platinos (corrientinos e paraguaios) e cearenses.

E em 1912 a referida empresa belga é vendida, à *Brazil Land Cattle & Packing Company*, de bandeira estadunidense e que se dedicava à criação e abate de bovinos para a fabricação de extrato de carne e caldo de carne enlatados. Garcia (2005) considera que a atuação dessa nova empresa marca a abertura de uma nova fase, com a presença de grandes empresas capitalistas e a implantação de modelos monopolistas, não apenas nas áreas fronteiriças de Mato Grosso, mas em todo o país.

Cada um desses ciclos que conduziram a história de Descalvados é repleto de aquisições de novas áreas, contínuas ou não, por parte de seus proprietários ampliando sua área de domínio. Bem como, de incorporação de matéria-prima (rebanhos) para sanar a crescente demanda.

Em 1945, Descalvados é adquirida pelos Irmãos Lacerda & Ltda, que assumem os negócios na fazenda a partir da produção e comércio de charque. Em entrevista concedida a Péclat (2011), José Lacerda, um dos irmãos presentes na sociedade, narra que entre 1945 a 1949 a fazenda chegou a abater 10.000 reses por safra destinadas à produção de charque, e a admitir cerca de 600 empregados. A sociedade da família chega ao fim em 1949 e a fazenda passa a pertencer e ser administrada unicamente por Luiz Esteves de Pinheiro Lacerda.

A Fazenda Descalvados abrigou mais de 80 famílias de forma contínua e permanente e, em tempos de “matança”³¹, esse número subia consideravelmente. A autora encontrou documentos, como um Livro Caixa de 1945, com registro de 453 trabalhadores.

Sob a administração de Luiz Lacerda o aproveitamento dos animais era feito quase que por completo: produção de charque (vendida para o Nordeste e Sudeste), graxa (sebo comercializado para fabricação de sabonetes em São Paulo), farelo e farinha de ossos, tratamento e comercialização do couro e, ainda, produção de adubo com as sobras.

Péclat (2011) narra que em 1965, Luiz Lacerda organiza a última grande matança de animais para findar a produção de charque, pois entendia que essa já não se apresentava como rentável. Passa a se dedicar, então, à pecuária extensiva para venda de gado gordo (que era transportado para São Paulo). Com isso, muitos trabalhadores foram dispensados pelo baixo uso de mão de obra nessa nova atividade. Essa prática perdura e entra em decadência, até que, em 1990, ocorre a falência total desta fazenda.

³¹ Denominação dada ao período de abate dos animais para a fabricação de charque, expressão muito utilizada pelos antigos trabalhadores da Fazenda Descalvados entrevistados por Péclat (2011).

Os animais criados e abatidos (posteriormente, no novo modelo, vendidos vivos) eram oriundos da compra de outras fazendas e da busca e captura de animais ao longo da planície pantaneira. De acordo com as narrações de história oral por parte de antigos trabalhadores da fazenda Descalvados, mesmo após o fim da charqueada, a prática de *bagualhação* continuava (Ibid.). Essa consistia na busca dos “bois *baguá*” (nativos) pelo Pantanal, que seriam amansados e utilizados, ora engordados para a charqueada, ora para serem trocados por bois nelore (troca de dois ou três por um). Esses animais teriam sido introduzidos na região por colonizadores ibéricos a cerca de 300 anos.

Começou a bagualhação. Pega a laço e amarra. Cada comitiva era de 80 pessoas. Então, dividia a comitiva para pegar o boi baguá. Encontrava a hora certa para seguir com a vaquejada. Laçava o boi, misturava 30 boi manso e o boi manso levava o boi bravo. Em cada bagualhação pegava 400, 500, 700 cabeças por dia, mais ou menos a base. 1.000 cabeças de gado invernado e separado só do boi bravo. Tem amarelo, branco, vermelho que chama de boi tucura. O tucura não tem valor. Nelore é para peso, gado bom. Ai, trocou dois tucura por um nelore que deu 3.000 bois (José Vilarvas, 72 anos, aposentado). (Ibid., p.134)

Como visto acima, os números de animais “coletados” nas atividades eram bastante expressivos, e isso é demonstrado pela autora através do relato de outros entrevistados. Esses dados remontam aos períodos de transição da dedicação da fazenda à charqueada para a pecuária extensiva, uma vez que a prática da bagualhação não foi imediatamente abandonada.

Essa é uma típica prática pantaneira e nota-se nas narrativas dos pantaneiros uma forte carga emocional, o que evidencia que foi muito mais que uma atividade econômica, é uma herança cultural. Ser pantaneiro e estar ligado aquela prática é um gênero de vida, pois envolve aprendizado prático (por exemplo, o fato de cada pantaneiro da comitiva fabricar seu próprio laço) e passado de pai para filho (ou de padrinho a afilhado); a divisão de tarefas; as normas de conduta; as comemorações com o êxito das tarefas. Essas deixam em seus atores a nostalgia e o saudosismo, como vislumbrado em relatos como o acima referido (PÉCLAT, 2011). Percy Lau (1979) traz a ilustração do boiadeiro, que na prática remete também a figura do pantaneiro (Figura 11).

A Fazenda Descalvados, assim como a Jacobina e outras do período, tornou-se grande ícone do espaço rural de Cáceres, cada uma com suas especificidades. Grandes concentrações de terras, elevadíssimo número de trabalhadores assalariados (e escravos até 1889) e forte influência econômica e política regional³².

³² Há relatos em Péclat (2011) sobre a análise de documentos e correspondências onde candidatos a governadores e apoiadores de candidatos à presidência pedem apoio dos proprietários e responsáveis por esses empreendimentos.

Figura 11 - Ilustração do Boiadeiro (pantaneiro)



Fonte: Percy Lau, IBGE (1975, p.459)

Entende-se que o porte dessas fazendas, tanto em tamanho como influência, pode ter contribuído significativamente (juntamente com outros fatores) para a manutenção de uma estrutura fundiária bastante concentrada. Isso porque, assim como cresceram incorporando grandes extensões de terra com aquisições por compra e incorporação de sesmarias, foram se desmembrando (por divisão de heranças e/ou vendas) em porções ainda significativas.

Em campo se observou que alguns desses estabelecimentos ainda perduram e, mesmo desmembradas, preservam sua arquitetura original e abrem suas portas para a visita de turistas que buscam sua história ou simplesmente a gastronomia dos restaurantes locais. Ainda, essas fazendas demonstram a persistente concentração fundiária, bastante comum nessas áreas pantaneiras.

Enfim, por muito tempo, essas fazendas serviram como ponto central da região, ou mesmo do estado, para ligá-los ao restante do Brasil através de suas redes de relações. Influenciaram diretamente decisões políticas (ou ao menos tiveram reconhecimento de sua relevância na política regional), adaptaram-se a mercados nacionais e externos e conectaram Cáceres a outras áreas. Esses investimentos permitiram o reconhecimento da vila e de sua produção por diferentes partes do Brasil e do mundo, além de garantir significativa influência no cenário político nacional.

3.2.2 Século XX: um período de transformações

O Século XX, em Cáceres assim como no restante do estado, é marcado por intensas transformações econômicas e políticas. Sucessões governamentais, novos projetos e programas e novas exigências do mercado produtivo, passam a conferir ressignificações espaciais.

Em 1938, a cidade passa a ser chamada apenas de Cáceres³⁴ sendo-lhe conferida a categoria de município (SOUSA, 2013). Mesmo período em que, sob o Governo Vargas, Mato Grosso e o oeste brasileiro passam a ser vistos como uma possibilidade de expansão populacional e área produtiva nacional (SZUBRIS, 2014).

Mesmo a região da fronteira oeste do estado tendo recebido alguns contingentes populacionais oriundos dos programas de colonização, a maior parte da população e investimentos governamentais (incentivos econômicos) acabaram por centrar-se principalmente na metade sul (hoje Mato Grosso do Sul). A porção norte cuja maior cidade de influência era Cuiabá e nesse caso de interesse, Cáceres, passaram por um período de relativo isolamento. Poucos projetos e programas governamentais chegaram até essa região na primeira metade do Século XX (ABREU, 2001).

Sobre a década de 1950, Dan (2010, p.30) apresenta que o povoamento da região de Cáceres “esteve ligado a uma mudança na estrutura fundiária em que o Estado iniciou o processo de colonização assentando colonos, com novos núcleos de produção e comunidades, o que viria resultar em novos municípios que se emancipam da grande região de Cáceres”. Esses colonos passam a desenvolver atividades ligadas à agricultura de subsistência e a pecuária, principal atividade ali desenvolvida.

Já na década de 60, é construída a ponte sobre o Rio Paraguai que marca, de maneira prática e simbólica, a entrada da migração em direção ao sudoeste e oeste do estado de Mato Grosso. Sobre isso Szubris (2014, p.27) discorre que “dado o desenvolvimento da região, surgiram muitos povoados e glebas que se instalaram nas terras pertencentes ao município de Cáceres, inicialmente denominadas de Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Porto Esperidião, Figueirópolis D'Oeste, Salto do Céu e Jauru”, que posteriormente deram origem a outros municípios.

³⁴ Em resumo, as denominações para a povoação ao longo da história foram: “Vila Maria do Paraguai (1778-1812), sendo reduzido para Vila Maria (1813-1850), Vila de São Luis do Paraguai (1850-1859), Vila Maria (1859-1874), São Luis de Cáceres (1874-1938), Cáceres (1938 aos dias atuais)” (SOUSA, 2013, p. 18).

Os municípios emancipados a partir de Cáceres podem ser visualizados no Quadro 3 elaborado por Ferreira (2014). Nessa, primeiramente Cáceres é identificado como município “mãe” a partir do qual, o autor identifica cada geração de municípios que se desmembraram: a 1ª geração se trata daqueles que se emanciparam diretamente da unidade “mãe”; a 2ª geração daqueles que emanciparam a partir da 1ª geração; e a 3ª geração, daqueles que se emanciparam a partir da 2ª geração.

Quadro 3 - Municípios emancipados a partir de Cáceres-MT

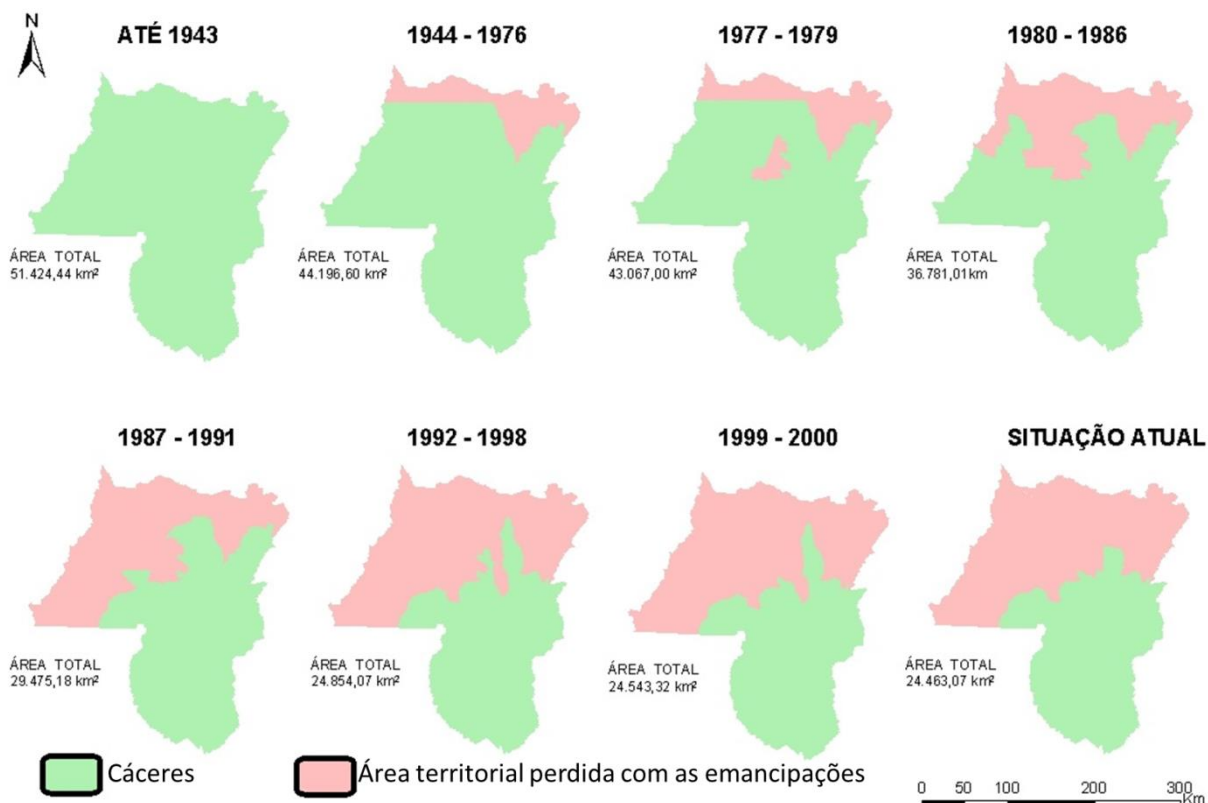
MÃE	1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração
Cáceres	Barra do Bugres	Arenápolis	Nova Marilândia
			Santo Afonso
		Tangará da Serra	
		Denise	
		Nova Olímpia	
	Mirassol D'Oeste	Porto Estrela	
		Araputanga	Indiavaí
		São José dos Quatro Marcos	
	Rio Branco	Glória D'Oeste	
		Reserva do Cabaçal	
	Salto do Céu	Lambari D'Oeste	
	Jauru		
		Figueirópolis D'Oeste	
	Curvelândia	Porto Esperidião	

Fonte: Ferreira (2014, p.146).

Essa fragmentação deu origem a 21 municípios e em termos de área causou a Cáceres uma perda significativa de aproximadamente 52,42 % de seu território (dos 51.424, 44 km² que possuía até 1943, hoje restam apenas 24.463,07Km²). Silva (2014) chama atenção para o fato de esse processo causar perda significativa da área agricultável do município, principalmente em suas porções norte e noroeste. A sequência desse desmembramento pode ser observada na Figura 12.

A década de 1970 foi importante para uma reestruturação do campo mato-grossense para atender às novas demandas oriundas da Revolução Verde, como visto anteriormente. Cáceres também se reorganiza e passa por transformações profundas, sendo beneficiada, mesmo que de forma tímida, por programas nacionais.

Figura 12 - Sequência da evolução territorial de Cáceres-MT



Fonte: Adap. de Neves (2008).

Assim como os municípios que estavam se emancipando a partir de seu território, Cáceres foi englobado no Programa de Integração Nacional através do POLOCENTRO (Programa Integrado de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Brasil) e do POLONOROESTE. Segundo Dan (2010), algumas de suas intervenções aparecem no fragmento abaixo.

[...] efetuou não só a pavimentação da estrada Cuiabá-Porto Velho, mas também construiu estradas vicinais, melhorou a infra-estrutura de armazenagem, assistência técnica, realizou ações de regulamentação fundiária, demarcou áreas indígenas e implantou projetos de colonização ao longo da rodovia, o que contribuiu para acelerar a apropriação capitalista da terra (formando grandes latifúndios para atividades agrícolas, agropecuária ou com fins especulativos) por grupos empresariais e investimentos que atingiram o entorno de Cáceres. (Ibid., p.33)

Com isso, se percebe que ocorreram investimentos sobre a região de Cáceres que influenciaram a organização de seu espaço rural direta e indiretamente. Em geral, as grandes ações realizadas até a década de 1990 pelos Governos Federal e Estadual se deram em demarcação e legalização de grandes porções de terras e acabaram por privilegiar um modelo de concentração da estrutura fundiária.

No entanto, a partir da década de 1990, esse cenário é novamente alterado em função de ações de demarcação de terras para reforma agrária por parte do INCRA. A partir de 1996, ano de fundação do primeiro assentamento no município, foram instalados 21 assentamentos da reforma agrária, 1821 famílias e 97.676,32 hectares, segundo dados apresentados por Silva (2014). A autora comenta a significância desse processo afirmando que “a implantação dos assentamentos rurais em Cáceres/MT causaram, primeiramente, mudanças espaciais, com um rearranjo socioespacial e territorial, dinamizando o espaço do latifúndio que era pouco ocupado e que gerava pouco emprego e renda”. Continua, “não chegou a alterar o quadro de concentração fundiária, comum ao Estado, mas implicou numa ressocialização das famílias e na implantação de novas dinâmicas de organização social, econômica e política” (SILVA, 2014, p.130).

Ao longo de sua tese a autora defende ainda como esses assentamentos, que possuem um número significativo de famílias, contribuem para a (re)produção da agricultura familiar no município, através da pequena produção diversificada. Isso é importante para demonstrar a existência da pequena propriedade e produção, da agricultura familiar e da diversificação existente no espaço rural em estudo.

3.2.3 A história recente e a reforma agrária

Como já visto, a forte concentração de terras em Cáceres configura-se como um processo historicamente construído. Igualmente, a recente desconcentração vem sendo resultado de fatores internos ligados às famílias rurais e externos, relacionados com os programas de reforma agrária e políticas de acesso a terras.

Rossetto e Girardi (2012) chamam atenção para o desmembramento das grandes fazendas, a partir da década de 1990, por direitos de herança. Esse processo começa a ser mais recorrente nessa década

de forma que as grandes propriedades passaram a ser juridicamente desconcentradas, embora as terras continuassem geralmente nas mãos de uma mesma família quando não eram vendidas a terceiros. Este processo é comumente chamado pelos fazendeiros locais de “reforma agrária familiar”, fazendo menção a uma suposta reforma agrária ocorrida por conta da sucessão hereditária das terras. Esses fazendeiros assumem realmente esta sucessão como uma “reforma agrária”. (Ibid., p. 144).

Os autores ainda destacam a relação social existente dentro das grandes propriedades pantaneiras entre os proprietários e os trabalhadores que lá viviam. Em geral, configuravam-

se na condição de habitar e produzir nas fazendas e em contrapartida servir como mão de obra excedente para a atender períodos de maior demanda de trabalho na unidade. Seriam camponeses dependentes e sem terras.

Esta relação social de produção, presente nas origens da produção capitalista das fazendas de gado do Pantanal, é exemplo claro do desenvolvimento contraditório do capitalismo na pecuária pantaneira, de forma que a produção capitalista origina e faz uso de relações não-capitalistas de produção, criando, recriando e mantendo o campesinato de forma subordinada. (ROSSETO; GIRARDI, 2012, p. 145).

Apesar da predominância dessas grandes fazendas no município, os pequenos produtores rurais sempre estiveram presentes, produzindo principalmente gêneros alimentícios consumidos pela população local. Ainda assim, o processo de disseminação dos pequenos estabelecimentos é recente, principalmente a partir da década de 1990.

Em dados oficiais do INCRA (2017) constam como criados e executados 20 projetos de assentamentos datados entre 1995 a 2012, conforme pode ser observado no Anexo A dessa tese. Esses possuem capacidade de atender 2125 famílias, no entanto encontram-se assentadas 1683 famílias. Isso demonstra que pelo controle realizado pelo INCRA, nem todos os lotes disponíveis foram ocupados.

Já, em dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura (SMA, 2017) de Cáceres os 20 projetos de assentamentos atenderiam 1890 famílias, conforme observado no Anexo B. Essa discrepância entre as duas fontes, possivelmente seria explicada pelo conhecimento *in loco* realizado pelo órgão municipal, que pode ter verificado a ocupação de lotes vagos por famílias que não são reconhecidas oficialmente pelo cadastro INCRA.

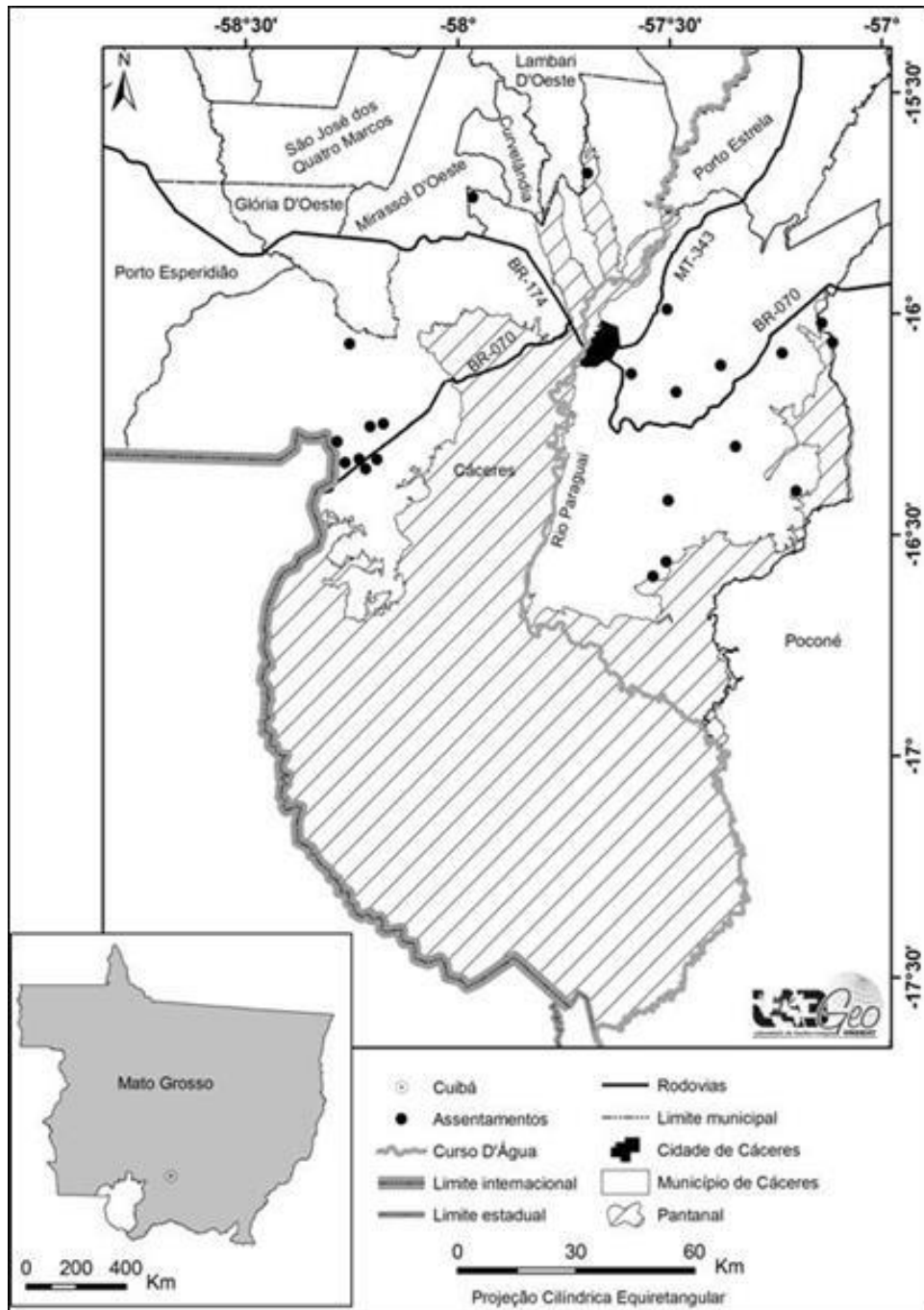
Situação semelhante foi verificada na realização de trabalhos de campo para essa tese, uma vez que se teve conhecimento através de entrevistados sobre ocupação espontânea de alguns lotes vagos em assentamentos visitados, sem a participação dos órgãos reguladores.

No município ainda existem outros 6 assentamentos formados a partir 2005 através do Programa Nacional do Crédito Fundiário e do Banco da Terra (SMA, 2017). Juntos esses contemplam 327 famílias, que tiveram acesso a terra através de condições facilitadas como taxas de juros baixas e longo tempo para quitação da dívida, conforme relatado por agricultores considerados nessa pesquisa.

Em mapa apresentando por Silva (2014, p. 129), Figura 13, observa-se a localização dos assentamentos rurais de Cáceres analisados pela autora. Pode-se visualizar que todos se encontram fora da área do pantanal, localizando-se nas porções da Depressão do Alto

Paraguai e Província Serra³⁵. Explicação para tal distribuição pode estar no fato da porção pantaneira ser ocupada essencialmente por grandes fazendas pecuárias, enquanto as demais áreas são periféricas a essa atividade e destinaram-se à pequenas propriedades da agricultura familiar.

Figura 13 - Mapa de distribuição de assentamentos rurais em Cáceres-MT



Fonte: SILVA (2014, p.129)

³⁵ Para referência das feições geomorfológicas, pode-se observar o mapa representado na Figura 15 na página 105.

De acordo com Silva (2014, p. 124) “com a política nacional de Reforma Agrária e, consequentemente, com a implantação dos assentamentos rurais, ocorreram transformações substanciais na estrutura fundiária deste município”, bem como na configuração de sua população. Pode ser observado a partir de dados do IBGE (2010; 1996) que a população rural aumentou em 3.369 entre os anos de 1995 a 2010, período aproximado de instalação da maior parte dos assentamentos (Tabela 1). Isso pode ser explicado pelo aumento de assentamentos rurais dentro do período considerado.

Tabela 1 - População rural residente em Cáceres-MT, 1995/96 e 2010

População residente rural	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
1995/96	5.718	71	2.287	29	8.005	100
2010	6.324	55,60	5.050	44,40	11.374	100

Fonte: IBGE (2010; 1996)

Estudos realizados em assentamentos do município demonstram uma variada produção agrícola e pecuária. Scheuer, Botti e Neves (2015) identificaram a policultura nos sete assentamentos em que realizaram estudos, numerando ao menos 16 itens na produção agrícola e 4 itens na pecuária. Na tese já citada de Silva (2014) a autora também identifica diversificação da produção agropecuária nos assentamentos, além de acrescentar produtos beneficiados (queijos, doces, pães, salames e outros) e artesanato.

Essas ações permitiram ao espaço rural de Cáceres uma nova dinâmica e uma maior diversificação. Uma vez que em uma realidade “onde impera a pecuária extensiva, os assentamentos rurais se colocaram como uma possibilidade de articulação de novas oportunidades de produção e geração de emprego e renda” (Ibid., p.130).

Para a autora supracitada “a implantação dos assentamentos rurais em Cáceres/MT causaram, primeiramente, mudanças espaciais, com um rearranjo socioespacial e territorial, dinamizando o espaço do latifúndio que era pouco ocupado e que gerava pouco emprego e renda”. E continua “não chegou a alterar o quadro de concentração fundiária, comum ao Estado, mas implicou numa ressocialização das famílias e na implantação de novas dinâmicas de organização social, econômica e política” (SILVA, 2014, p.130).

Girardi e Fernandes (2008, p. 76) defendem que a “reforma agrária é socialmente justificável e indispensável para proporcionar o desenvolvimento do Brasil”. Isso é pautado utilizando como argumentação: a insegurança alimentar que assola parte da população brasileira; a concentração fundiária e o agronegócio que beneficiam pequena parcela de

produtores e os impactos ambientais gerados por esse modelo. Para todos esses aspectos, a reforma agrária seria um fator de modificação e ressignificação do campo brasileiro, permitindo assim um desenvolvimento mais pleno. Na mesma linha Medeiros (2007) também defende que a reforma agrária pode levar desenvolvimento aos municípios através da geração de ocupação e postos de trabalho, ampliação e diversificação da oferta produtiva e melhoria da qualidade de vida da população beneficiária.

No entanto, para que a possibilidade de desenvolvimento de fato ocorra, é necessário um modelo de reforma agrária não conservador. Ou seja, é necessário que, de fato, se realize uma reconfiguração fundiária que permita acesso ao crédito e a bens de produção aos agricultores assentados, garanta-lhes as infraestruturas necessárias como água, luz e vias de acesso em boas condições e dê-lhes acesso aos mais variados mercados consumidores.

4 DIMENSÃO NATURAL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Como vimos anteriormente, não se pode pensar a organização do espaço rural sem observar todos os aspectos envolvidos. Percebemos a importância do tempo na materialização das formas e das funções dadas a essas. Igualmente, destacamos aqui a necessidade de reconhecer e compreender a dimensão natural, sobre a qual ocorrerá um complexo conjunto de processos, que influenciará na organização e dinamização do espaço rural.

Apesar de trazermos, nas próximas páginas, uma descrição da natureza de Cáceres, não pretendemos aqui reduzi-la a um conjunto isolado e fragmentado de características, uma vez que, sendo o espaço um conjunto indissociável de elementos e ações, precisa ser entendido em sua totalidade (SANTOS, 2008; SUERTEGARAY, 2001). Pelo contrário, almeja-se entender como esse espaço influenciou para o assentamento das populações em sua área, bem como as possibilidades e potencialidades de atividades econômicas ou de subsistência ali desenvolvidas.

4.1 A dimensão natural na organização do espaço rural

Ao afirmar que Cáceres encontra-se no Pantanal Mato-grossense, é natural que se crie a visão de que apenas esse bioma e suas características são encontradas no município (em sentido generalizador), formando uma percepção que leva a uniformidade daquele espaço. No entanto, o município é vasto e heterogêneo. Há uma predominância de determinadas características, mas jamais a homogeneização.=

Quando se adentra no território de Cáceres vindo da região de Cuiabá, sentido leste-oeste, observa-se que desde a entrada na área do município um paredão de rochas e vegetação fechada mais densa que o tradicional Cerrado predominante na Depressão Cuiabana. Ainda que se esperava, de imediato, encontrar a extensa planície pantaneira, é surpreendido por uma serra que a corta na metade leste do município.

Nesta porção leste do município, observará algumas fazendas de criação de bovinos, entremeadas de pequenas propriedades de produção diversificada. Na base dos morros, verá sítios com suas pequenas roças de mandioca ou plantações de banana e também espaços destinados à criação de animais de pequeno porte em seus “galinheiros ou chiqueiros”, pastagens para os bovinos de corte ou leite, ou mesmo, em alguns casos, ovinos e equinos.

Adentrando na Província Serrana, através dos meandros sinuosos da estrada, observa-se o relevo acidentado, recoberto de mata com espécies oriundas do cerrado. E, assim que transpor a serra, já se aproxima da área urbana de Cáceres, cortando suas áreas periféricas através da BR-070. Às margens da rodovia, no portal da cidade, observará um acampamento de agricultores sem-terra ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que ali esperam os desdobramentos dos longos processos de desapropriação de fazendas e a instalação em assentamentos.

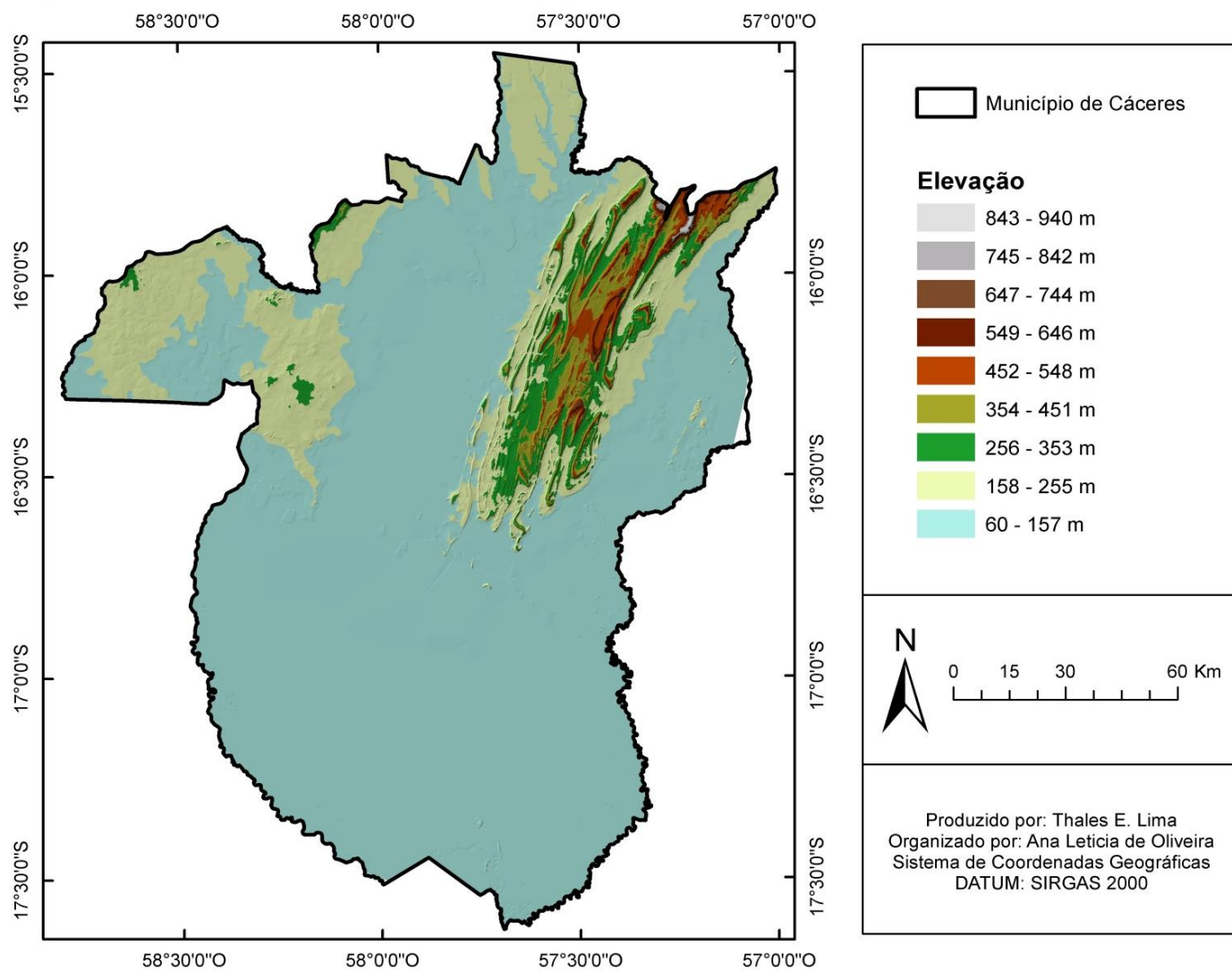
Percorre-se assim cerca de 5 ou 6 km pela periferia da cidade. Ao término da área urbana chega-se à ponte Marechal Rondon, sobre o Rio Paraguai. Ao atravessá-la, no sentido leste-oeste, dirige-se à fronteira oeste de Mato Grosso, representada pela fronteira do Brasil com a Bolívia ou os municípios de Porto Esperidião, Glória d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, ou ainda poderá seguir na rodovia até o estado de Rondônia.

Após a ponte, por alguns quilômetros, visualizará a Planície do Rio Paraguai, a paisagem típica do Pantanal, com suas vastas áreas de pastagens ainda naturais ou já transformadas para atender a demanda alimentar da bovinocultura de corte. E, no horizonte norte, verá o início das áreas mais altas da Depressão do Rio Paraguai.

Também se percebe facilmente, salvo exceções, o clima característico da região, com suas elevadas temperaturas o ano todo, com intensas chuvas no verão e secas no inverno, aspectos marcantes dos climas de regiões tropicais. Nas áreas mais altas do município de Cáceres, sente-se o calor se abrandar, uma vez que, em maiores altitudes, a temperatura tende a reduzir. Já nas áreas mais baixas, na planície do Rio Paraguai, tem-se a sensação de mais calor, intensificada pelos fracos ventos que ali sopram.

A Figura 14 apresenta um mapa produzido originalmente por Neves (2008), e reorganizado para esta tese, com referência à altimetria da Bacia do Alto Rio Paraguai e destaque ao município de Cáceres. Nele é possível visualizar a região serrana, na porção nordeste do município, cujas altitudes mínimas correspondem 256 metros e as máximas atingem a classe de 781 a 910 metros, representadas no mapa em cores que mesclam do verde ao marrom escuro. Enquanto isso, na maior parte do município, encontra-se as altitudes de 50 a 157 metros, representada pela cor azul e que corresponde à porção pantaneira. Demonstra ainda a ocorrência de uma porção intermediária corresponde à uma formação em depressão, de 158 a 255 metros, representada pela cor bege.

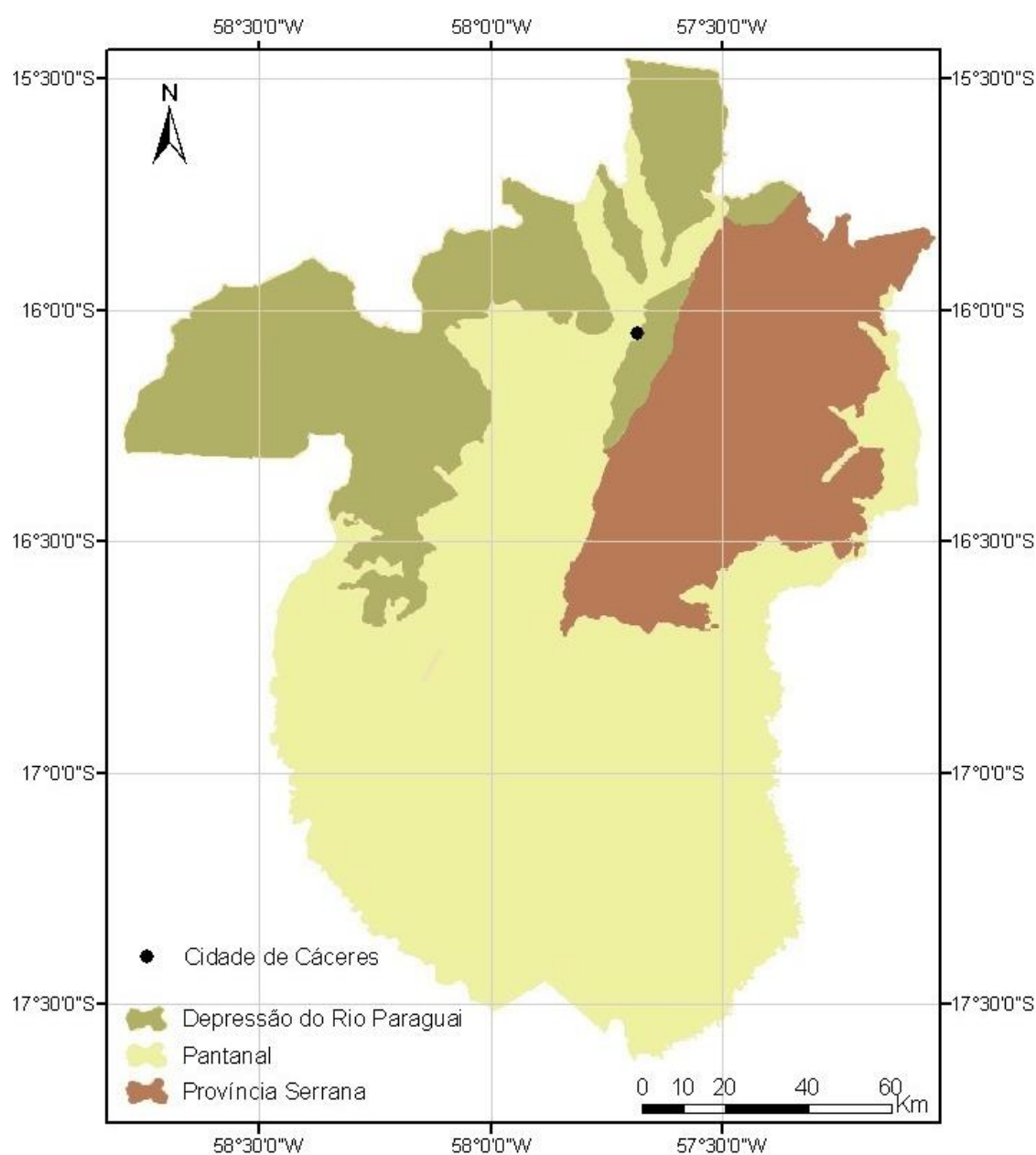
Figura 14 - Mapa de altimetria de Cáceres - MT



Fonte: NEVES (2008); Org. OLIVEIRA, Ana Leticia de (2018).

Em comparação, ainda é possível visualizar o mapa das unidades geomorfológicas do município de Cáceres, produzido pelo mesmo autor (Figura 15). Percebe-se que as maiores altitudes verificadas no mapa anterior convergem com a unidade denominada Província Serrana (representada no mapa pela cor marrom), enquanto que as porções de altitude intermediária (171 a 290 metros) pertencem à unidade da Depressão do Rio Paraguai (em verde). Já a maior parte do município, que possui as menores altitudes, compõe a Planície Pantaneira representada pela cor bege (chamada pelo autor do mapa de Pantanal).

Figura 15 - Mapa das unidades geomorfológicas de Cáceres- MT



Fonte: Adap. de Neves (2008).

A Província Serrana, localizada na porção nordeste (metade leste) do município, faz parte das Serras Residuais do Alto Paraguai. Ross (2009, p.363) apresenta essa unidade geomorfológica como um conjunto de serras que pode ser caracterizado como “uma extensão área estreita e alongada, predominantemente esculpida em forma de cristas sustentadas por estruturas dobradas antigas, associadas à morfoestrutura do Cinturão Orogênico Paraguai-Araguaia”.

Sobre as condições da Província Serrana em Cáceres Neves e Cruz (2007, p.46) discorrem que “encontra-se coberta por cerrados, pastagens e pequenas áreas destinadas à agricultura nos vales, na qual emergem uma infinidade de minas e nascentes de pequenos rios que abastecem as pequenas e médias propriedades rurais da região”. Essas informações podem ser facilmente constadas ao observar as paisagens dos morros do município.

A Depressão do Rio Paraguai, denominada por Ross (2009) de Depressão do Alto Paraguai, localiza-se nas porções norte e noroeste do município. Essa é uma superfície que sofreu aplainamento por pediplanação, tendo sua origem ligada a abatimentos tectônicos relacionados com a orogenia andina. Essa depressão seria recoberta por “áreas de cerrado e mata galeria (floresta estacional semi-decidual aluvial) e cerrado e pantanal a noroeste. Atualmente, boa parte destas áreas, está retalhada por áreas de pastos, reflorestamentos e de pequenos cultivos” (NEVES; CRUZ, 2007, p.46). Os autores ainda afirmam que restaram apenas, da cobertura original a “mata galeria ao longo dos canais fluviais e alguns remanescentes de cerrado, que abrigam importantes rios e nascentes que alimentam o pantanal mato-grossense, como os rios Paraguai, Jauru, Cabaçal, Sepotuba, Ixu, Padre Inácio, entre outros”.

Já as áreas do Pantanal, ou Planície Pantaneira, localizam-se nas porções centrais e sul do município. Caracterizam-se como uma planície fluvial com topografia mais plana e de baixas altitudes, de 120 a 300 metros. Deve-se considerar que, apesar de uma aparente uniformidade em sua topografia, o pantanal apresenta feições particulares como: as baías, as cordilheiras, as vazantes e os corixos, cujas definições podem ser encontradas em Ross, Vasconcelos e Castro Júnior (2005).

As baías são “pequenas depressões no terreno, de variadas formas (circulares, semicirculares ou irregulares), contendo água ou não. Podem estar ou não recobertas por espécies vegetais aquáticas”. Já as cordilheiras “são faixas do terreno (em média mais longas que largas), normalmente de 3 m acima do nível de base local, e que balizam as baías ou direcionam as vazantes”. Possuem importância na vida da população pantaneira, principalmente àquela ligada a atividade pecuária, uma vez que essas áreas são mais elevadas

que às áreas vizinhas, servindo de refúgio aos animais no período das chuvas e é onde comumente localizam-se as sedes das fazendas. Por fim, as vazantes caracterizam-se como “amplas depressões alongadas, localizadas entre vazantes, que funcionam como curso fluvial com até vários quilômetros de extensão e que podem ter caráter intermitente, perene, ou estar ligando baías ou cursos d'água”. Por fim, os corixos são “cursos d'água de caráter perene, que ligam baías contíguas ou mesmo cursos d'água de maiores portes, com maior poder erosivo que as vazantes (apresentam leitos mais escavados, normalmente mais estreitos e profundos)”.

A geomorfologia interfere significativamente nas atividades agropecuárias, ampliando ou reduzindo as possibilidades produtivas. Em geral, em terrenos mais acidentados, a agricultura costuma ser desenvolvida com menor inserção de tecnologia, o que pode ser exemplificado pela inviabilidade de uso de maquinários e tratores em grandes declividades. Igualmente, a criação extensiva de animais é dificultada pela grande perda energética e massa corpórea desses ao deslocarem-se por essas áreas.

Já nas áreas mais planas costumam ser amplamente desenvolvidas as atividades agropecuárias, conforme Sousa, Arantes e Ferreira (2015) quando demonstram que 98,5% das pastagens do Pantanal estão concentradas em áreas com menos de 8% de declividade. Ali a agricultura também consegue se mecanizar mais facilmente. No caso da Planície Pantaneira, sua ampla extensão, baixas declividades e cobertura natural de gramíneas são utilizadas há séculos para o desenvolvimento da pecuária de corte. Suas pequenas cordilheiras servem como abrigo para os animais nos períodos de cheia dos rios.

Essas características já eram traçadas por José Veríssimo da Costa Pereira em IBGE (1975), ao realizar uma descrição do Pantanal. Nessa mesma obra, pode-se observar a ilustração realizada por Percy Lau (Figura 16) que demonstra esse cenário.

Algumas áreas planas, que não sofrem inundações periódicas, têm sido utilizadas atualmente para o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada. No caso do município de Cáceres, essa atividade ainda apresenta-se de forma tímida, com poucas lavouras de soja ou milho, como observado em dados estatísticos sobre a produção agropecuária do município. Ainda assim, esse último gênero é encontrado com maior facilidade, já que é utilizado na alimentação dos animais em períodos de escassez de pastagens.

Ainda, dentro de um estudo sobre o espaço rural, sente-se a necessidade de apresentar as características geológicas e de solos. Isso porque essas são fundamentais para os potenciais agropecuários de um espaço.

Figura 16 - Ilustração do Pantanal



Fonte: Percy Lau (IBGE, 1975, p.499)

Os tipos de solos encontrados no município são: Gleissolos, onde localiza-se a zona urbana; Neossolos, Luvisolos e Plintossolos na porção leste, em direção a Cuiabá; Planossolos; Plintossolos e Gleissolos na porção sul, que corresponde à área do Pantanal. Para compreender melhor as características desses solos, recorreremos à adaptação da tabela montada por Miranda e Amorim (2000)³⁶, que consta no Apêndice E. Em geral, são solos rasos e pouco profundos, com características que oscilam entre o argiloso e arenoso, conforme a área de ocorrência.

Quanto à potencialidade agrícola, os autores apresentam uma classificação baseada em dados do IBGE. Na área urbana, onde predominam os Gleissolos, a fertilidade é considerada baixa por possuir como principal limitador a pouca disponibilidade de nutrientes, porém as características físicas são boas, planas e suavemente onduladas. Em geral, na área urbana, são observáveis poucos usos agropecuários, como hortas urbanas que se utilizam de adubos e outros aditivos, sintéticos ou orgânicos, para melhorar a fertilidade do solo.

Já na maior parte do município, que corresponde à área do Pantanal, com os tipos Planossolos, Plintossolos e Gleissolos, a profundidade é rasa a pouco profunda, sendo “áreas

³⁶ Para elaboração de sua classificação, os autores recorreram a dados do IBGE, SEPLAN (Secretaria de Estado e Planejamento) e Embrapa.

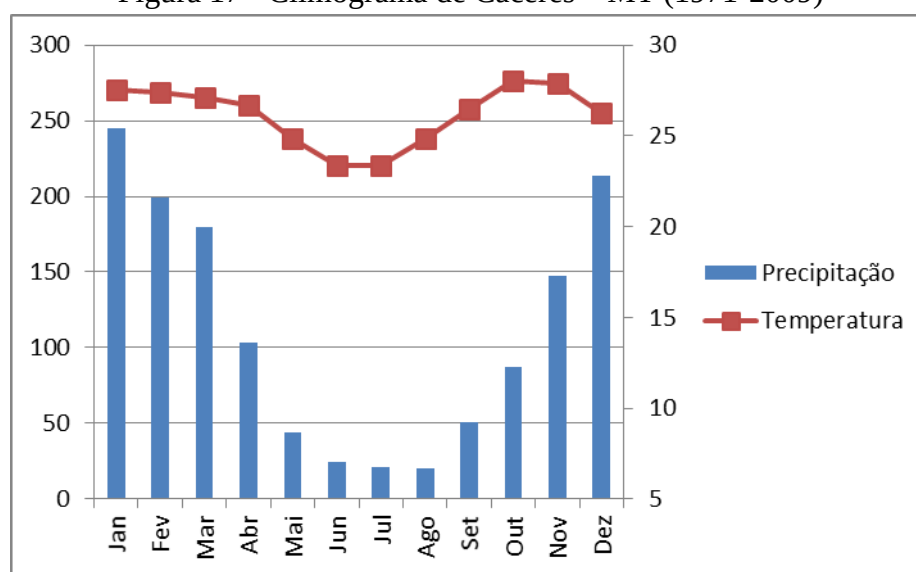
atualmente desaconselháveis à utilização agrícola, pela presença de uma ou mais limitações de caráter acentuado, tais como: fertilidade muito baixa, alta salinidade, reduzida profundidade, presença de pedregosidade, rochosidade, textura arenosa, [...]” (Ibid., p.16). Em geral, essas áreas são utilizadas principalmente para a prática da pecuária extensiva, atividade não tão exigente quanto à qualidade do solo.

Segundo a classificação proposta pelas autoras, às únicas áreas que possuem solos considerados de fertilidade alta correspondem a porção nordeste do município, onde localiza-se a Província Serrana. Nessa área os solos apresentam características físicas boas, planas e suaves, e praticamente não apresentam nenhuma limitação. Isso pôde ser observado no trabalho de campo, nos quais verificou-se que é justamente nessa porção do município que se localizam a maior parte das pequenas propriedades dedicadas à policultura.

Obviamente esses não são os únicos fatores influenciadores das atividades agropecuárias. As condições climáticas, principalmente de temperatura e precipitação, também interferem na vivência e no trabalho humano.

O clima da área em estudo pode ser classificado como tropical típico, possuindo características térmicas de altas temperaturas o ano todo, com médias em torno de 26°C, sendo que as médias maiores se concentram entre outubro e novembro (28°C) e as menores entre junho e julho (aprox. 23°C), conforme visualizado na Figura 17. Essa representa o climograma de Cáceres que foi elaborado através do levantamento de dados climáticos do município de 1971 a 2009, realizado pelos pesquisadores Neves, Nunes e Neves (2011).

Figura 17 - Climograma de Cáceres – MT (1971-2009)



Fonte: Adap. de Neves, Nunes e Neves (2011, p.62).

Percebe-se marcadamente as duas estações existentes, em se tratando de precipitação. As maiores precipitações estão concentradas entre os meses de novembro a março, período chamado de verão úmido; as menores precipitações concentram-se de maio a setembro, no entanto, pode-se compreender a extensão do inverno seco de abril a outubro³⁷. São esses períodos de diferenças na precipitação que acabam por possibilitar as cheias e baixas vazões dos rios pantaneiros, características marcantes nesse ambiente.

Segundo os autores, essas características podem ser classificadas pela teoria de Köppen como um clima Tropical quente e úmido, com inverno seco (Awa). Segundo essa classificação, define-se o significado: A – clima tropical chuvoso; w – chuvas de verão; a – verões quentes com temperatura média do ar acima de 22°C no mês mais quente.

A importância do clima para a produção agropecuária, tanto em viabilidade quanto em produtividade, é apresentado por Ayoade (1996). O autor entende que os cultivos possuem limites climáticos, assim, mesmo que a tecnologia evolua e amplie as possibilidades, existe um limite de adaptação das plantas ou animais ao clima. Isso explicaria, em partes, porque cada local do mundo tem seus próprios cultivos ou criações predominantes.

O clima atua sobre as produções agropecuárias através de seus elementos fundamentais como a temperatura, radiação solar e umidade (precipitação). Isso considerando também o microclima que atua nas proximidades de onde a atividade está sendo desenvolvida. Por exemplo, nas regiões tropicais as atividades agropecuárias beneficiariam espécies adaptadas ou resistentes às temperaturas elevadas, e a uma estação seca e outra chuvosa.

Para o autor supracitado, a radiação solar (abundante nas áreas tropicais) é de fundamental importância para as atividades agrícolas, uma vez que é a energia que ativa os sistemas. Ainda é a radiação que ajuda a definir as características térmicas do ar e do solo e possibilita a fotossíntese, tanto para as plantas produzidas pela agricultura, como para aquelas que servirão de alimento para os animais.

Já a temperatura do ar e do solo afeta os processos de crescimento das plantas, possuindo para cada uma índices que podem ser mínimos, ótimos ou máximos (Ibid.). As temperaturas também podem definir as taxas de evapotranspiração das plantas e evaporação do solo e, como consequência, influenciar no ressecamento deste. No caso dos animais utilizados/criados pela pecuária, esses podem se adaptar ou não ao clima de uma região que não seja a sua de origem.

³⁷ A população local costuma chamar os períodos das chuvas de “época das águas” ou “período das cheias”, enquanto os períodos mais secos são referidos como “seca” ou período seco.

Por fim, a presença da água é fundamental para qualquer organismo vivo e, no clima, é calculada em sua existência ou não e em sua quantidade, através dos índices de umidade e/ou precipitação. Ayoade (1996, p.267) chama atenção para o fato de a água propiciar “o meio pelo qual os agentes químicos e os nutrientes são carregados através da planta. A água é também o principal constituinte do tecido fisiológico vegetal e um reagente na fotossíntese”.

No caso do clima tropical, em que as estações de chuva e seca são bem marcadas, os cultivos precisam se adaptar ao excesso ou falta de disponibilidade do recurso água. Essa adaptação pode ser natural, na qual as plantas regulam sua absorção hídrica ou antrópica quando o homem define os melhores meses para plantio e colheita de sua produção. Igualmente, os animais também sofrem interferência desse elemento, uma vez que a disponibilidade nutricional de gramíneas, por exemplo, se amplia nos meses chuvosos e reduz significativamente nos meses secos (Ibid.).

Essa configuração física (geomorfológica, pedológica e climática) do território é fundamental para marcar as características marcantes do Pantanal. Primeiramente, é necessário destacar que essa área inundável é uma das maiores do mundo, com aproximadamente 137.000 km² (CUNHA; PIEDADE; JUNK, 2015).

Na vasta rede hidrográfica que compõem a Bacia do Paraguai são encontrados rios de relevância regional e mesmo nacional, sendo o principal o próprio Paraguai. Esse que, como já visto, foi cenário da Guerra do Paraguai e importante rio de potencial econômico e de transportes.

A dinâmica hidrológica do município, cuja característica física marcante é o Pantanal, é bem específica. As marcas dos períodos de chuva ou seca podem ser claramente vistas na dinâmica das vazões dos rios. Para Cunha, Piedade e Junk (2015, p. 86) “o Pantanal é uma AU sujeita a um pulso de inundação monomodal previsível, com uma pronunciada fase aquática e outra terrestre que se alternam anualmente”³⁸.

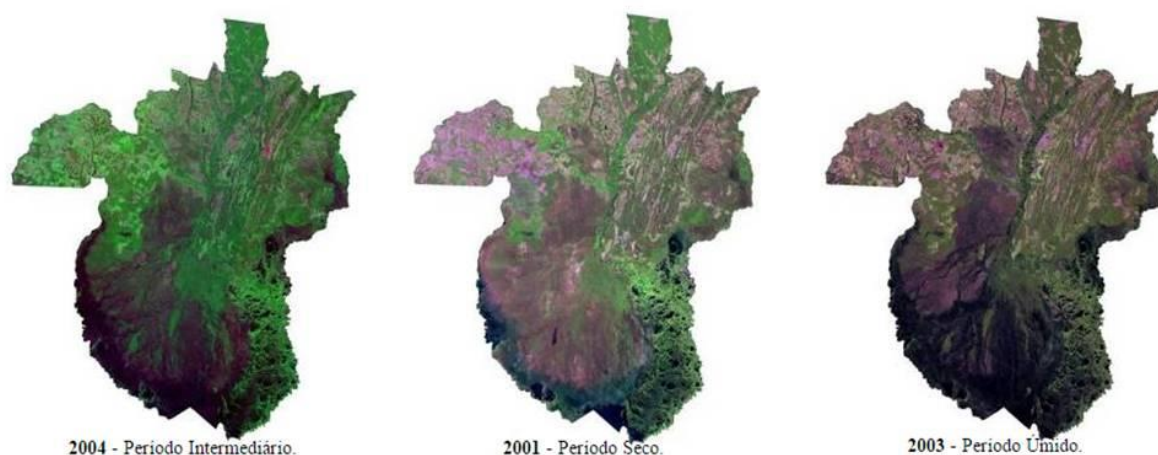
Mais uma vez, remetemos aqui às representações confeccionadas por Neves (2008). Pelas imagens de satélite tratadas pelo autor, é possível visualizar as diferenças da superfície alagada conforme os períodos do ano (Figura 18). Nas imagens, as colorações mais escuras demonstram a presença de água ou umidade no solo, enquanto as colorações mais claras as áreas da planície Pantaneira com umidade reduzida.

Percebe-se marcadamente que, nos meses de verão, têm-se os maiores índices pluviométricos, e são nesses que ocorrem as cheias dos rios pantaneiros. Dessa forma, pela

³⁸ A sigla AU corresponde à Áreas Úmidas

grande quantidade de água precipitada, as áreas alagadas tomam conta das planícies do Pantanal. Já nos meses em que ocorrem as menores precipitações, o chamado “período da seca”, os rios do Pantanal retraem-se. Consequentemente, as áreas alagadas diminuem, dando espaço a áreas de pastagem.

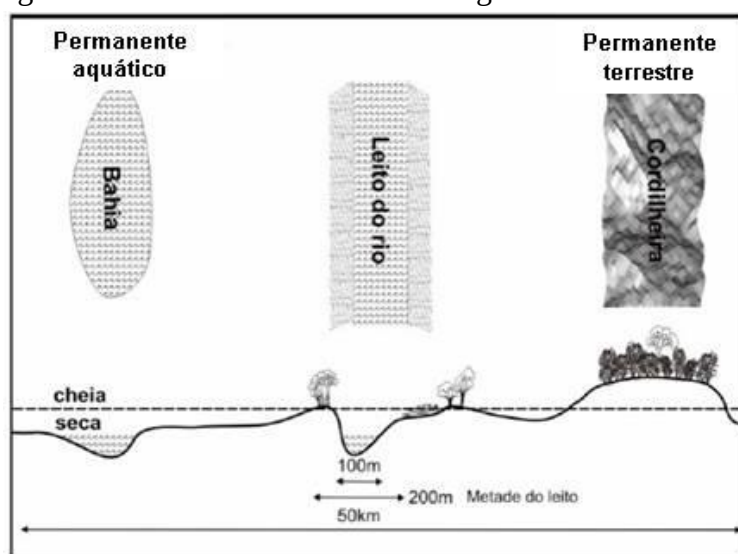
Figura 18 - Dinâmica hidrológica e fluvial de Cáceres – MT



Fonte: NEVES (2008).

Em comparação, é possível observar o quanto as áreas alagadas se ampliam e tomam conta das áreas alagadiças. Esse comportamento também é demonstrado por Cunha, Piedade e Junk (2015, p.40) através de um perfil para Áreas Úmidas (AUs) o que, consequentemente, pode ser aplicado ao Pantanal, vide Figura 19.

Figura 19 - Perfil da dinâmica hidrológica em Áreas Úmidas



Fonte: Adap. de Cunha, Piedade e Junk (2015, p.40)

O perfil demonstra o comportamento do nível das águas em relação aos períodos secos e às cheias, sendo possível perceber claramente as áreas permanentemente alagadas ou aquáticas (bahias), aquelas que ficam alagadas apenas nas cheias e aquelas permanentemente secas ou terrestres (cordilheiras). No caso do Pantanal, essas últimas nunca são alagadas, pois são levemente mais altas do que as áreas próximas. É para essas áreas que o gado é levado nos períodos de cheia dos rios.

Rossetto (2009) chama a atenção para o fato de que a dinâmica hídrica natural do Pantanal vem sendo alterada por anomalias climáticas e pela intervenção antrópica nos últimos anos. É o caso da construção de estradas que bloqueiam a água nos locais por onde passam, das drenagens artificiais construídas para evitar alagamento ou rebaixar a água mais rapidamente ou ainda a construção de barragens em determinadas áreas seja com o objetivo de barrar a entrada da água em suas pastagens, seja para segurá-la nos períodos secos.

Quanto ao sistema Pantanal Cunha, Piedade e Junk (2015) apresentam a extensão do Pantanal como uma expressiva área úmida, com um complexo bioma, que se estende por três países: o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, como demonstrado na Figura 20. A porção sul do pantanal brasileiro encontra-se no estado de Mato Grosso do Sul, já a porção mais ao norte se localiza justamente no município de Cáceres. Seus limites são definidos por unidades geomorfológicas mais elevadas, como planaltos e depressões ou resquícios da Província Serrana.

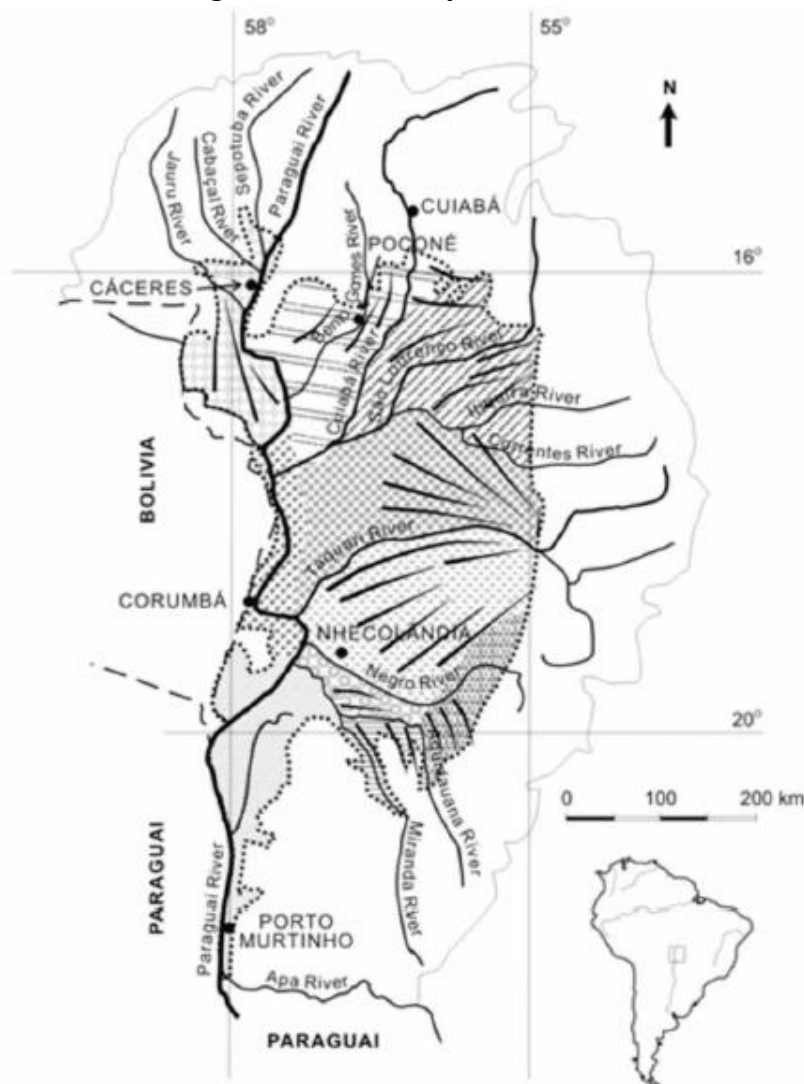
O Pantanal entendido como Bioma, resultado das características geológicas, geomorfológicas, climáticas, hidrológicas e pedológicas, pode ser considerado um dos mais complexos do mundo. Isso porque se configura como um “mosaico de espécies”. Buscando apresentar essa complexidade, os autores supracitados trazem que, a partir de classificações realizadas por outros pesquisadores, as vegetações podem ser organizadas em:

(1) um tipo de floresta semidecídua sazonal; (2) quatro tipos de savana (cerrado): savana florestada (cerradão), floresta de árvores baixas e arbustos sazonalmente inundável (cerrado aberto), parque de savana sazonalmente inundável, incluindo campos de murundus, paratidal, piauval e campos com capões, e savanas de campos sazonalmente inundáveis, incluindo campos de *Thalia geniculata*, *Ipomoea carnea*, e *Combretum lanceolatum*; (3) sistemas de transição ou áreas de tensão ecológica de dois tipos: florestas perenes sazonalmente inundáveis, e vegetação aquática flutuante (batumes); e (4) os sistemas secundários, incluindo áreas desmatadas e o solo descoberto. (CUNHA; PIEDADE; JUNK, 2015, p.90)

Cada um desses complexos de vegetações é complementado por uma infinidade de animais, que os habitam e se adaptam às suas condições. Economicamente, esses também são

aproveitáveis, seja estimulando o turismo ecológico e de observação, seja a partir da pesca ou do manejo, no caso dos peixes e jacarés, respectivamente (Ibid.).

Figura 20 - Localização do Pantanal



Fonte: Cunha, Piedade e Junk (2015, p.87)

Concluindo os biomas que compõem o município de Cáceres, retornamos aqui às áreas mais altas (Província Serrana e Depressão), que são recobertas por espécies típicas do cerrado, caracterizando esse bioma. Nesse caso, também há influência direta do período das chuvas e do período das secas, uma vez que as espécies que ali habitam precisam adaptar-se ao excesso ou falta de água, respectivamente.

Essa característica pode ser facilmente visualizada ao se observar os morros da Província Serrana pois, nos meses de chuva, sua coloração verde, a densidade das copas das

árvores e a umidade presente no ar indicam a abundância das águas. Já nos meses mais secos, as colorações em diferentes tons de marrom e as copas das árvores mais espaçadas e menos densas, denunciam as folhas igualmente secas, sofridas pela falta de água, que pode se estender por alguns meses.

Coutinho (2006) defende a ideia de que o Cerrado é um complexo, um domínio³⁹, que compreende diversos ecossistemas ou mesmo biomas. Isso pode ser visualizado na prática ao se comparar ambientes da Baixada Cuiabana (próximo a Cuiabá), onde a configuração da vegetação é mais espaçada de árvores pequenas e arbustos, com as áreas da Província Serrana, no município de Cáceres, onde os morros são cobertos por uma vegetação de médio porte e mais densa. Ou ainda, ao se comparar com as áreas de mata ciliar, ao longo dos rios encravados nos domínios desse bioma, que possuem vegetação mais heterogênea e adaptada a maior umidade dessas áreas.

Para o autor, o cerrado não tem uma fisionomia única, uniforme ou homogênea, porém, pode ser apresentado a partir de três divisões, cujas características já estão embutidas em suas próprias denominações: “a campestre (campo limpo de Cerrado), a savânica (campo sujo de Cerrado, campo cerrado e cerrado *sensu stricto*) e a florestal (cerradão), constituída por florestas tropicais estacionais escleromorfos semidecíduas mais abertas, arvoredos ou “woodlands” (savana florestada)” (COUTINHO, 2015, p. 19).

Podem-se comparar aqui esses dois biomas⁴⁰, reconhecendo em ambos sua complexidade e a ideia de mosaico. Diferenciam-se, fundamentalmente, quanto a sua configuração pelo fato de o cerrado apresentar suas subdivisões mais claramente definidas em grupos relativamente uniformes, enquanto o pantanal apresenta um mosaico cujas espécies relacionam-se entre si, sem formar necessariamente grupos ou divisões homogêneas.

Esses biomas são pressionados pela ação humana há bastante tempo, porém, nas últimas décadas, a expansão agropecuária e o crescimento das demandas por seus produtos têm ampliado ainda mais essa pressão. O Mato Grosso, sendo responsável por uma das maiores produções agrícolas do Brasil, acaba por ter seus ambientes naturais comprometidos (CHIOVETO, 2014).

³⁹ Para o autor, a ideia de identificar o Cerrado como um domínio ao invés de apenas um bioma, é confiar-lhe uma noção de maior complexidade e heterogeneidade. Demonstra isso em: “O bioma é um tipo de ambiente bem mais uniforme em suas características gerais, em seus processos ecológicos, enquanto que o domínio é muito mais heterogêneo” (COUTINHO, 2015, p.20).

⁴⁰ Optamos aqui por manter a expressão biomas ao invés de domínios, para não adentrarmos em discussões conceituais profundas sobre os dois conceitos, uma vez que não é o objetivo.

Obviamente, as interações e impactos sobre o ambiente se dão de formas distintas, de acordo com o tipo e escala de atividade que ali é realizada. Grandes empresas agropecuárias e pequenos estabelecimentos familiares se relacionarão de maneiras diferentes com o meio, e se apropriarão e organizarão o espaço rural de acordo com suas necessidades.

Mais uma vez traz-se aqui Rossetto (2009) que chama atenção para inserção da modernização do atual no Pantanal. Para atender o aumento das demandas de mercado, superar a sucessiva redução do tamanho das propriedades pelo desmembramento por herança e encontrar uma alternativa aos desgastes e enfraquecimento dos solos após sucessivos anos de uso, os produtores da região optam pelo uso de novas técnicas produtivas.

Essas dão conta da substituição das pastagens nativas por plantadas, uso mais intensivo do solo, utilização de insumos químicos substituindo os processos naturais de limpeza e fertilização do solo, que antes eram realizados pelo ciclo normal das águas (Ibid.). Isso tem levado ao aumento da degradação das áreas de mata ciliar, erosão do solo e consequente assoreamento dos rios, contaminação do solo e água por agroquímicos e dependência cada vez mais dos recursos produtivos artificiais. Os impactos provocados por esses processos não são apenas naturais, mas também socioculturais.

Com uma referência ao texto de Augusto Cesar Proença, Péclat (2011, p.23) discorre que o autor “diz que tudo no Pantanal depende das águas. São elas que condicionam os diversos tipos de vida, levam o ser humano a ter necessidade de mudanças nas grandes enchentes”. Continua, “empurram o gado para cima das cordilheiras, quebram a monotonia da planície, ilhando muitas fazendas, obrigando ao emprego de canoas que substituem os cavalos para conduzir a criação aos lugares mais altos”. Essa é uma clara referência à realidade das inundações do Pantanal e aos desafios dos pantaneiros, principalmente ao “tocar” seus rebanhos e mantê-los a salvo.

No entanto, não é apenas sobre a pecuária que o regime das águas influencia. A autora supracitada faz referência à agricultura, quando os trabalhadores por ela entrevistados relataram que, no período da chuva, que durava cerca de três meses, as atividades desenvolvidas na Fazenda Descalvados⁴¹ (charqueada) mudavam, dando lugar ao plantio. Isso porque, na chuva, não era possível fazer o charque, que dependia do sol, assim, a mão de obra estava liberada para trabalhar nas roças que abasteciam a própria fazenda.

Com isso, percebe-se que o ritmo da natureza marcava (e ainda o faz, como será visto mais adiante) a atividade produtiva e modo de vida das populações do campo. Adaptações são

⁴¹ Sobre essa fazenda já falamos anteriormente, relacionando-a com a história de Cáceres.

necessárias, tanto no deslocamento da mão de obra, como no emprego de técnicas e ferramentas e, por vezes, a substituição total do que era produzido em cada época do ano.

Chioveto (2014) faz uma interessante análise do desenvolvimento rural a partir dos biomas do Mato Grosso, sendo possível identificar como cada um foi estimulado e respondeu de forma diferente aos processos de expansão das atividades agropecuárias. Apesar de sua preocupação ser, principalmente, o agronegócio, é possível compreender como as características naturais e ambientais interferem em todas as atividades realizadas no campo.

A partir de uma visualização geral do espaço natural de Cáceres, se percebe que o município edificado, dentro da Bacia do Rio Paraguai, e possui influência direta desse e de suas características de ambiente pantaneiro. Historicamente, suas águas serviram como rotas comerciais e fonte de renda para a antiga Vila Maria e hoje, com uma nova roupagem, ao atual município.

Naturalmente, as atividades agropecuárias que ali se desenvolvem foram, e ainda são, influenciadas pelos aspectos naturais e suas potencialidades. Somado a isso, uma forte carga política, econômica e cultural que ajudou a configurar seu espaço rural e suas atividades agropecuárias, que podem ser vistas a seguir.

4.2. A produção agropecuária de Cáceres configurando a dimensão econômica

Primeiramente, é necessário compreender as características populacionais do município em questão, e buscamos essas informações diretamente junto o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, além de projeções para os próximos anos. Por esses dados, observa-se que Cáceres possuía, naquele ano, uma população total de 87.942 habitantes, sendo que, desses, 76.568 residiam na área urbana do município e 11.374 na área rural, perfazendo um total de aproximadamente 13% da população.

Na Tabela 2 pode-se observar a distribuição da população cacerense, tanto entre o rural e o urbano, quanto entre homens e mulheres. Apesar de a população feminina ser levemente maior que a população masculina na área urbana, ela é sensivelmente menor na área rural. O IBGE (2010) indica que a população masculina no rural é cerca de 11% maior que a população feminina. Para explicar tal fenômeno, podemos retomar materiais anteriormente discutidos, como Péclat (2011) e Sousa (2013), que demonstram, em seus estudos históricos sobre Cáceres, desde o início da ocupação do município, o desenvolvimento de atividades ligadas principalmente à pecuária. Essa usualmente utiliza mão de obra masculina para o trato e manejo do gado, principalmente pelas planícies

pantaneiras, o que poderia auxiliar na justificativa dessa diferença de homens e mulheres no campo.

Tabela 2 - População residente em Cáceres-MT, 2010

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
População residente	44.098	50,14	43.844	49,86%	87.942	100
População residente rural	6.324	55,60	5.050	44,40	11.374	100
População residente urbana	37.774	49,33	38.794	50,67	76.568	100

Fonte: IBGE (2010) Org.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

Quanto ao reconhecimento da força de trabalho utilizada, também é necessário compreender como essa se caracteriza. Ao realizar a classificação dos estabelecimentos em agricultura familiar ou não familiar, o IBGE levou em consideração a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). Esses dados são apresentados na Tabela 3, onde se demonstra que 79% (1.999) dos estabelecimentos de Cáceres são considerados da agricultura familiar, enquanto 21% (525) não familiar. Percebe-se que, em Mato Grosso, essa proporção não é muito distinta, uma vez que 76% (86.167) dos estabelecimentos são considerados da agricultura familiar e 24% (26.811) não familiar.

No entanto, a área ocupada por cada uma se dá em proporção inversa. Em Cáceres, a agricultura familiar ocupa apenas 7% da área total dos estabelecimentos rurais, enquanto a não familiar ocupa 93%. Mais uma vez, Cáceres reflete localmente o que aparece em escala maior no Mato Grosso, onde 90% da área é ocupada por estabelecimentos da agricultura não familiar e apenas 10% é familiar.

Tabela 3 - Estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar em Mato Grosso e Cáceres, 2006

Unidades da Federação e/ou município	Agricultura familiar*		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área(ha)
Mato Grosso	86 167	4 884 212	26 811	42 921 302
Cáceres	1 999	83 848	525	1 099 088

*Levou em consideração Lei nº11.326

Fonte: IBGE (2006a; 2006b). Org.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

Quanto à estrutura fundiária de Cáceres, utilizando-se de dados do IBGE (2006a), apresenta-se aqui a Tabela 4, adaptada a partir de Silva (2014). Observa-se uma grande concertação de terras, cerca de 83,6%, são de 148 estabelecimentos que possuem mais de 1000 hectares. Já os 241 estabelecimentos, de 200 a 1000 hectares, possuem 9,74% das áreas rurais do município.

Tabela 4 - Número e Área de Estabelecimentos Rurais no Município de Cáceres, 2006

Grupos de Classes (ha)	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos	%
< 10	285	11,29	1.372	0,12
>10 e < 50	1.403	55,59	37.112	3,11
>50 e < 100	294	11,65	20.328	1,71
>100 e < 200	151	5,983	20.907	1,75
>200 e < 1000	241	9,548	116.077	9,74
>1000	148	5,864	996.043	83,6
Sem declaração	2	0,079	-	-
Total	2.524	100	1.191.839	100

Fonte: SILVA (2014) Dados: IBGE (2006a) Adap.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

No entanto, temos que dar relevância aos 2.133 estabelecimentos de até 200 hectares, que possuem apenas 6,69% da área rural total. Isso demonstra uma desigual concentração fundiária em poucos grandes estabelecimentos, semelhante ao que é observado em termos de Mato Grosso, porém, em concentração percentual ainda maior.

A Tabela 5, que apresenta a estrutura fundiária do estado de Mato Grosso, indica uma concentração de terras nos 8.624 estabelecimentos com mais de 1000 hectares. Cerca de 77,51% da área total agrícola está sob controle de apenas 7,63% do número de estabelecimentos rurais do estado. Enquanto isso, 13,73% da área pertencem a 7,63% dos estabelecimentos que possuem entre 200 e 1000 hectares (14.178 unidades). Ao passo que 88.860 estabelecimentos, com menos de 200 hectares, somam juntos apenas 8,76% da área total.

Tabela 5 - Estrutura Fundiária em Mato Grosso, 2006

Grupos de Classes (ha)	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos	%
< 10	14.987	13,27	58.603	0,12
> 10 e < 50	37.874	33,52	1.037.878	2,17
> 50 e <100	23.900	21,15	1.544.379	3,23
>100 e < 200	12.099	10,71	1.549.185	3,24
>200 e < 1000	14.478	12,81	6.560.794	13,73
> 1000	8.624	7,63	37.054.676	77,51
Sem declaração	1.016	0,90	-	-
Total	112.978	100	47.805.514	100

Fonte: IBGE (2006b). Org.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

Como visto anteriormente na história de colonização e ocupação de Mato Grosso, pode-se afirmar que as políticas fundiárias e de distribuição de terras, inclusive a Lei de Terras, acabaram por priorizar grandes estabelecimentos. Isso ocorreu seja por favorecimentos políticos para classes oligárquicas, para uma rápida ocupação e proteção de fronteiras, seja por falta ou falha de critérios para a distribuição ou ainda, como aconteceu em

alguns casos, pelo andar da acumulação de terras nas mãos das mesmas famílias/grupos ao longo das décadas. Apenas na história recente (últimas décadas) ocorreu relativo parcelamento da terra a partir de projetos de ocupação e colonização e implementação de assentamentos da reforma agrária, o que contribuiu para reduzir (ainda que de forma tímida) a concentração fundiária.

Em se tratando da produção pecuária de Cáceres, se observa que a criação bovina é aquela que possui maior incidência, sendo contabilizada pelo Censo Agropecuário de 2006 um total de 1.083.531 animais, conforme observável na Tabela 6. O município possui um dos maiores rebanhos bovinos do Mato Grosso, destinados principalmente para o abate. Em associação a essa atividade, observa-se a criação de equinos (16.636 cabeças), animais bastante utilizados no manejo da criação de bovinos.

É possível reconhecer a existência de outras atividades criatórias no município, no entanto, nenhuma possui a mesma significância dos bovinos. Para tal, novamente, nos remetemos aqui às influências históricas e naturais. As vastas planícies pantaneiras serviram perfeitamente para a criação de grandes animais, como bovinos e equinos e, conseqüentemente, essas foram estimuladas pelas políticas econômicas adotadas pelos diferentes poderes.

Observa-se ainda que o IBGE não realizou a demonstração de dados a respeito da criação e abate de jacarés no Censo Agropecuário de 2006. No entanto, essa atividade tem grande relevância para o município de Cáceres-MT.

Tabela 6 - Produção pecuária de Cáceres – MT, 2006

Efetivo dos rebanhos	Cabeças
Bovino	1.083.531
Bubalino	803
Equino	16.636
Suíno – total	10.882
Suíno – matrizes	1.850
Caprino	438
Ovino	16.015
Galináceos – total	102.764
Galináceos – galinhas	63.713
Codornas	-
Vacas ordenhadas	9.643
Ovinos tosquiados	-

Fonte: IBGE (2006a)

Org.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

Essa produção se dá, segundo a Cooperativa de Criadores de Jacaré do Pantanal Ltda - COOCRIJAPAN (2017), a partir do manejo (coleta) de ovos na natureza e criação, em cativeiro, de animais da espécie *Cayman Yacare*⁴². A atividade tem autorização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e visa, entre outros, o controle da caça predatória desses animais no Pantanal.

A criação com fins comerciais teve início em 2006, com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso e do SEBRAE MT - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso, buscando desenvolver uma atividade que viabilizasse o aproveitamento máximo e a valorização dos produtos e subprodutos de jacaré (carne e couro). Chega-se a uma produção de carne estimada em 400 toneladas ao ano, em diversos cortes, e capacidade de abate de 300 animais por dia (PETROLI, 2017).

As únicas referências que se tem sobre a criação de jacaré no município são os poucos dados disponibilizados pelo IBGE (2016), de maneira superficial, e que aparecem junto à outras atividades de aquicultura (Tabela 7). Nesse levantamento da Produção Pecuária Municipal a criação de jacarés é classificada juntamente com outros produtos de origem na aquicultura (rã, jacaré, siri, caranguejo, lagosta, etc.) como tendo uma rentabilidade de 601 mil reais, assim esse valor poderia ser oriundo de qualquer uma daquelas atividades⁴³. Porém, o conhecimento empírico do município e da existência da criação e abate de jacarés, leva-nos ao entendimento de que, possivelmente, o censo faz referência a esses animais.

Tabela 7 - Produtos de origem animal em Cáceres – MT, 2015

Tipo de produção	Quantidade	Valor (mil reais)
Aquicultura - Pacu e patinga	650*	7
Aquicultura - Piau, piapara, piaçu, piava	100*	1
Aquicultura - Pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim	36.030*	432
Aquicultura - Tambacu, tambatinga	30.720*	307
Aquicultura - Tambaqui	2.200*	22
Aquicultura - Outros peixes	300*	2
Aquicultura - Outros produtos (rã, jacaré, siri, caranguejo, lagosta, etc)	-	601
Mel de abelha	8.000*	184
Ovos de galinha	382.000**	1.720
Leite de vaca	10.694.000***	9.304

*Quantidade em quilos(kg) **Quantidade em dúzias(dz) ***Quantidade em litros(l)

Fonte: IBGE (2016) Org.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

⁴² São identificados e coletados ovos de cerca de 40% dos ninhos na natureza (nas fazendas autorizadas), preferencialmente aqueles que estão mais expostos à ação de predadores. Posteriormente, esses são levados para as fazendas que desenvolvem a atividade, e os animais são criados em galpões com condições sanitárias específicas para não danificar sua saúde e a qualidade da carne e do couro (COOTRIJAPAN, 2017).

⁴³ Os dados apresentados para tal não fazem referência à quantidade em quilos ou cabeças, apenas em reais.

Sobre a produção oriunda da aquicultura, que movimenta aproximadamente 1.372.000,00 reais somando todos seus tipos de produção conforme demonstrado na tabela, pode-se observar a existência de um mercado consumidor local significativo, uma vez que o pescado está presente na alimentação tradicional da população cacerense, inclusive por influência da proximidade com o Rio Paraguai. Essa atividade tem estado presente na geração de renda das famílias locais, não apenas com a comercialização de produto, mas também através da modalidade pesque-pague.

Outras atividades de produção animal identificadas a partir do IBGE (2016) são a produção de mel, que possui contagem de 8.000 kg, e de ovos de galinha, cuja produção fica em torno de 382 mil dúzias. Destaca-se que parte dessa produção é encontrada nos mercados locais e nas feiras de comercialização, juntamente com outros produtos agropecuários produzidos, principalmente, por agricultores familiares (sobre as feiras e os agricultores discutiremos em capítulo próprio).

A produção de leite, em torno de 10.694.000 litros é comercializada (registrando movimentação de 9.304.000 reais), em sua maioria, para empresas de laticínios da região, mas também é processada pelos produtores. Produtos como queijo, requeijão e doce de leite são facilmente encontrados nas feiras locais.

Percebe-se que a coleta de dados do Censo Agropecuário de 2006 não fez jus a muitos cultivos diversificados que existem em Cáceres. A Tabela 8 abaixo demonstra os produtos oriundos de lavouras temporárias no município.

Tabela 8 - Lavouras Temporárias em Cáceres – MT, 2006

	Estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Valor (mil reais)
Cana de açúcar	52	6.156	858
Feijão de cor em grão	32	155	118
Feijão fradinho em grão	39	13	12
Mandioca (aipim, macaxeira)	184	1.355	518
Milho em grão	194	3.602	1.322
Soja em grão	5	13.904	4.818

Fonte: IBGE (2006a)

Org.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

Como observado, ele demonstra a existência de apenas seis tipos de cultivos distintos, não compreendendo outros cultivos temporários como horticultura ou fruticultura, no entanto, identificamos em trabalhos de campo realizados no município a existência dessas atividades.

Diferente do que se observa em outras partes de Mato Grosso (mais propícias a agricultura nos modelos exigidos), a produção de soja encontrava-se presente em apenas 5

estabelecimentos. Apesar de não haver registros da área plantada em hectares no Censo Agropecuário, encontramos essa informação em outras fontes. O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011), utilizando-se de informações do IBGE, indica que a área de soja colhida em Cáceres em 2006 foi 3483 hectares, e que é o arroz que aparece como tendo sido colhido em 3.500 hectares do município (IPEA, 2011). Isso já demonstra a importância desse último, mesmo não constando nos dados divulgados pelo IBGE (2006a).

Obviamente, reconhecemos que as unidades de medidas consideradas pelo IBGE e o IPEA nas informações apresentadas são distintas, toneladas e hectares respectivamente. Mas as utilizamos apenas para demonstrar, o máximo possível, a diversidade da produção em Cáceres e a existência de importantes produtos que, por vezes, não são considerados por um ou outro.

Quanto às lavouras permanentes, a Tabela 9 demonstra apenas quatro tipos distintos de cultivo, sendo que, para dois deles, os dados são incompletos ou inexistentes. O destaque nesse caso se dá sobre a ampla produção de banana, de 1.804 toneladas em 125 estabelecimentos, registrando plantio em 285 hectares. Esse também é um produto que tem ligação cultural com a população de Cáceres, muito presente na sua alimentação, juntamente com o peixe, a carne e a mandioca. O clima tropical também é bastante favorável para essa produção.

A laranja, igualmente, é percebida na tabela, com uma produção de 29 toneladas em 14 estabelecimentos, tendo 13 hectares plantados. Mais uma vez, buscamos dados em outras fontes, como o IPEA (2011), que demonstra que, em 2006, Cáceres teria tido uma produção de 20 toneladas de café em grãos ou beneficiado, sem especificar, no entanto, qual a qualidade.

Tabela 9 - Lavouras Permanentes em Cáceres – MT, 2006

	Estabelecimentos	Toneladas	Valor (reais)	Área plantada (hectares)
Banana	125	1.804	1.700	285
Café <i>arábica</i> em grão (verde)	1	-	-	-
Café <i>canephora</i> (robusta, conilon) em grão (verde)	-	-	-	-
Laranja	14	29	17	13

Fonte: IBGE (2006a)

Org.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

Produtos locais extraídos das matas nativas ou de pequenos pomares também não foram contabilizados pelos institutos citados, mas são facilmente encontrados com os produtores locais. Também são comercializados por esses nas feiras, bancas independentes ou

vendidos no comércio local produtos como pequi, seriguela, araticum, mangaba, tamarindo e outros. Outro fruto que se destaca é o cumbaru, com significativa produção, que incentivou a criação de uma cooperativa de beneficiamento no município, sobre a qual retomaremos posteriormente.

Destaca-se que, em entrevistas realizadas com feirantes e agricultores (não feirantes) locais, descobriu-se que muitos produtos não abrangidos pelo Censo Agropecuário compõem parte significativa de sua renda. Alguns cultivos sazonais como abóbora, melancia, melão e outros, garantem renda familiar em sua época de cultivo; outros, que produzem o ano todo, compõem renda significativa da família, como hortaliças e legumes, além do extrativismo ou da produção dos frutos citados no parágrafo anterior.

Mesmo tendo reconhecido acima alguns índices de produção agropecuária do município em estudo, para compreender a organização de seu espaço rural consideramos importante a identificação dos diferentes usos de suas terras. Vide a Tabela 10.

Tabela 10 - Utilização das terras em Cáceres – MT, 2006

Tipo de utilização das terras	Estabelecimentos	Área (há.)	Percentual (%)
Utilização das terras - Lavouras – permanentes	389	2.118	0,17
Utilização das terras - Lavouras – temporárias	603	7.579	0,63
Utilização das terras - Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	211	11.557	0,96
Utilização das terras - Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	4	78	0,006
Utilização das terras - Pastagens – naturais	672	424.078	35,58
Utilização das terras - Pastagens - plantadas degradadas	391	22.172	1,86
Utilização das terras - Pastagens - plantadas em boas condições	2.171	375.536	31,50
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	1.106	217.980	18,28
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	618	85.726	7,19
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	32	4.587	0,38
Utilização das terras - Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	135	10.443	0,87
Utilização das terras - Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	251	2.242	0,18
Utilização das terras - Construções, benfeitorias ou caminhos	1.268	4.150	0,34
Utilização das terras - Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	74	1.123	0,09
Utilização das terras - Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	426	22.473	1,88
TOTAL	-	1.191.842	100

Fonte: IBGE (2006a)

Org.: OLIVEIRA, A. L. de (2017)

Para tanto, optamos, como fizemos até o momento, por utilizar os dados demonstrados pelo Censo Agropecuário de 2006, o mais recente a disposição. Em linhas gerais, a Tabela 10 demonstra a utilização das terras dos estabelecimentos rurais de Cáceres. Inicialmente, dá-se destaque aqui à área de 424.078 hectares (aproximadamente 35,58% da área considerada), utilizada com pastagens naturais em 672 estabelecimentos. Isso é mais um demonstrativo das potencialidades das grandes áreas pantaneiras, planas e alagadiças, para a pecuária. Além das pastagens naturais, Cáceres ainda conta com 375.536 hectares de pastagens plantadas (31,50%), em boas condições, em 2.171 estabelecimentos, prática que hoje se torna necessária, tanto para não pressionar o sistema natural pantaneiro, como para garantir aos pecuaristas melhor eficiência e rentabilidade de sua atividade.

Claro que nem sempre o manejo dessas áreas é feito de maneira adequada, como visto anteriormente, ao discutir a relação da sociedade com o espaço natural e produtivo de Cáceres. Isso é demonstrado na tabela acima em dois itens: as pastagens plantadas degradadas presentes em 391 estabelecimentos, totalizando 22.172 hectares (1,86%), bem como nas terras degradadas em geral (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.), presentes em 74 estabelecimentos e 1.123 hectares (0,09%).

Quanto a significativa presença de pastagens plantadas Rossetto (2015) explica que é um processo que está ligado a globalização e modernização do setor agropecuário. Também relaciona-se ao atendimento de uma demanda por técnicas mais intensivas criada após a redução do tamanho das propriedades, principalmente pelo desmembramento por herança.

Com a diminuição das áreas, as técnicas de manejo são mais aprimoradas e exigem a melhoria da qualidade nutricional das pastagens que no sistema anterior eram nativas e atualmente são cultivadas. A substituição das pastagens naturais pelas exóticas é o principal indicador da modernização da pecuária no Pantanal brasileiro e implica em impactos positivos e negativos nas múltiplas dimensões da sustentabilidade socioambiental. (ROSSETTO; GIRARDI, 2012, p. 154-155)

Esse processo ao mesmo tempo que permite maior produtividade e rentabilidade, resulta em alterações profundas no Pantanal. Seja em termos de degradação ambiental, ou transformações na sazonalidade do sistemas hídrico e climático.

Em comparação com as áreas destinadas para a pecuária, as áreas de lavouras possuem extensões bastante inferiores. As lavouras permanentes foram identificadas em apenas 389 estabelecimentos em um total de 2.118 hectares (0,17%), enquanto as temporárias (em geral comerciais e mais rentáveis) aparecem em 603 estabelecimentos e 7.579 hectares (0,63%). Já a utilização para cultivo de flores, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação

também aparece, porém em apenas 78 hectares (0,006%) de 4 estabelecimentos. Aquelas que possuem uma área um pouco mais significativa são as lavouras plantadas com forrageiras para corte, identificadas em 11.557 (0,96%) hectares de 211 estabelecimentos.

Faz-se necessário também colocar em destaque aqui a silvicultura e os sistemas agroflorestais presentes no município. Para florestas plantadas com essências florestais há destinados 4.587 (0,38%) hectares de 32 estabelecimentos e, em sistemas agroflorestais, nos quais há a associação da agricultura e da pecuária à silvicultura, são 10.443 hectares (0,87%) de 135 estabelecimentos.

Nos últimos anos, como observado em campo e através de conversas com moradores e pesquisadores locais, as atividades de silvicultura têm crescido no município. Plantações de teca, eucalipto e seringueiras têm se tornado mais significativas. Também, como observado acima, muitos produtores estão optando por sistemas agroflorestais (ou agro-silvo-pastoris), que permitem um manejo mais sustentável dos espaços produtivos, bem como possibilita rentabilidade mesmo no período de crescimento das árvores⁴⁴.

Ainda, o município possui uma ampla extensão de matas e florestas destinadas à preservação permanente ou reserva legal, é o caso de 217.980 hectares (18,28%) de 1.106 estabelecimentos. Isso se dá, entre outros, pela grande insciência de redes de drenagem no município, o que faz com que grandes áreas alagadiças ou os rios do Pantanal possuam (por necessidade e força de Lei⁴⁵) matas ciliares em suas margens. Ainda, a porção oriental do município é recoberta por um relevo acidentado, como visto anteriormente, o que também viabiliza parte da manutenção da cobertura vegetal.

Além desses por definição legal o município apresenta 85.726 hectares (7,19%), em 628 estabelecimentos, de matas ou florestas naturais (que não são de preservação permanente) que podem ser utilizadas para estímulo de outras atividades, como a extração de madeira através de manejo. Outro uso, que também vem crescendo nessas áreas, é o turismo de aventura ou ecoturismo (também realizado em associação ao turismo rural), principalmente através de trilhas para caminhantes, ciclistas ou motociclistas. Sobre o turismo no espaço rural de Cáceres, retomaremos a seguir no Capítulo 6.

⁴⁴ O IFMT Campus Cáceres –Prof. Olegário Baldo, a EMBRAPA e a EMPAER, juntamente com outros parceiros, promovem anualmente o evento Dia de Campo da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e Agricultura de Baixa Emissão de Carbono no Bioma Pantanal Mato-grossense, que visa à divulgação para a comunidade local (principalmente produtores rurais, estudantes e pesquisadores) informações técnicas desse sistema. Ainda, possuem pesquisadores permanentemente dedicados a essa temática.

⁴⁵ A Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, define em seu Art.4º a delimitação das Áreas de Preservação Permanente e especifica a largura mínima a ser preservada nas áreas marginais aos cursos de água, estabelecendo assim a regulamentação de preservação das matas ciliares (BRASIL, 2012).

A tabela considera ainda, em duas categorias, as benfeitorias e a infraestrutura presentes nesses estabelecimentos, porém, de maneira bastante genérica. Apresenta que 2.242 hectares (0,18%) de 251 estabelecimentos foram utilizados para a instalação de tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura; enquanto que 4.150 hectares (0,34%), em 1.268 estabelecimentos, foram utilizados para construções, benfeitorias ou caminhos.

Obviamente, mais uma vez, o IBGE utiliza a tabela padrão às informações coletadas em outras partes do país e, com isso, acaba por não perceber algumas particularidades locais. Também não reconhece individualidades de cada estabelecimento, ou a presença de usos não-agrícolas no espaço rural, como moradia, lazer, agroindústrias (ou indústrias) e outros. Por isso apresentaremos, nos próximos capítulos, algumas dessas particularidades de Cáceres, que demonstram as múltiplas funções em seu espaço rural.

5 O ESPAÇO RURAL DE CÁCERES PELA AGRICULTURA FAMILIAR COMO EXPRESSÃO DA DIMENSÃO SOCIAL

A agricultura familiar configura um bom ponto de vista para discutir e apresentar a diversidade do espaço rural, seja por ela mesma possuir muitas formas de existir, como por permitir, em seus modelos, diversidades de produções, como defendido por Wanderley (2004; 1996). Com isso, buscou-se conhecer a agricultura familiar de Cáceres a partir de seus próprios atores, os agricultores.

Esse capítulo objetiva, assim, apresentar a agricultura familiar de Cáceres a partir do reconhecimento de seus atores principais e de seus pontos de vista sobre o tema. Para tal, preocupamo-nos em encontrar representantes de situações, localidades e produções diversas, o que levou a aplicação de questionários a feirantes e não feirantes, com propriedades localizadas em pontos distintos do município e de produção convencional ou agroecológica, dedicados à agricultura e/ou a pecuária.

Não tivemos como preocupação coletar uma amostragem a partir de rigores estatísticos, mas sim demonstrar a existência da agricultura familiar e da diversidade presentes no espaço rural. Por isso, consideramos que a amostra coletada possibilita demonstrar a existência da agricultura familiar diversificadas no município e suas possibilidades.

5.1 O contato inicial

O primeiro contato com a agricultura familiar de Cáceres se deu em meados de 2015, como consumidora em busca de produtos locais e de qualidade, o que levou a conhecer a principal feira de Cáceres localizada na chamada Praça da Feira. Ao perceber o volume significativo de feirantes e consumidores que passavam pelo local, surgiu a motivação de desenvolver, em 2016, um projeto de pesquisa com um grupo de estudantes do curso de Técnico de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo⁴⁶.

Naquele momento, foram aplicados questionários e visitadas as bancas dos feirantes das três principais feiras reconhecidas no município: a Praça da Feira, o Mercado do Produtor (também conhecido como Mercado do Agricultor) e a FEISOL - Feira de Economia Solidária

⁴⁶ A pesquisa intitulada “A caracterização do agricultor cacerense a partir das feiras do produtor rural” teve seus resultados publicados em: BARROS, João Victor da Silva, et.al. *A caracterização do agricultor cacerense a partir das feiras do produtor rural*. Anais da V Mostra de Iniciação Científica no Pantanal. Cáceres – MT: UNEMAT/IFMT, 2016.

e Agroecologia. Na ocasião, a pesquisa limitou-se a apresentar os dados iniciais e mais simples a respeito das feiras, porém, permitiu também, o reconhecimento de parte da realidade da agricultura familiar do município, motivando pesquisas posteriores.

Um novo estudo foi realizado em 2017, visando aprofundar as informações e dados sobre as feiras e os agricultores, com o intuito de desenvolver a tese. Nesse, se percebeu as mudanças ocorridas nesse local de comercialização, o que permitiu um olhar mais atento sobre as figuras dos feirantes e dos agricultores.

Primeiramente, buscou-se conhecer a realidade da principal feira do município, que é realizada na Praça da Feira às quintas-feiras, sábados e domingos (Figura 21). Ela possui 92 espaços para bancas, porém, nem todos são ocupados por produtos agropecuários, segundo informações passadas pela representante da Afecor – Associação dos Feirantes e Comércio Rotativo de Cáceres⁴⁷.

Figura 21 – Praça da Feira



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2016; 2017)

Estão presentes no local comerciantes de produtos oriundos da Bolívia, como roupas e brinquedos, bancas de utensílios domésticos, como panelas de ferro e barro. Além de pastelarias fixas que atendem 24 horas, todos os dias da semana. Parte dessa variação se dá pelo fato de que algumas das bancas são rotativas e recebem feirantes diaristas, que pagam apenas pelo dia de utilização, o que faz com que uma parcela dos vendedores seja sempre diferente.

Ainda assim, a grande maioria das bancas é de produtos agropecuários, encontrando-se ampla variedade de hortaliças, frutas, leguminosas, tubérculos e transformados artesanais, como pães, queijos, biscoitos, carnes, farinhas e outros como foi vislumbrado em campo e

⁴⁷ Optamos aqui por preservar as identidades dos entrevistados, fazendo referência apenas às instituições a que pertencem.

através de entrevistas e questionários. No entanto, identificou-se que significativa parte desses feirantes é moradora da cidade e atua como atravessadora, apenas revendendo os produtos; outros, que se identificam como produtores, provêm de municípios vizinhos como Curvelândia e Mirassol D'Oeste. Dessa forma, o público-alvo da pesquisa, feirantes oriundos da área rural do município de Cáceres, foi contemplado com a aplicação de 13 questionários.

A segunda feira considerada foi o Mercado do Produtor, localizada às margens da BR 070 em instalações próprias, capazes de abrigar cerca de 100 bancas (Figura 22). O estatuto de seu funcionamento foi elaborado em 2005, no entanto, nunca entrou em pleno funcionamento, conforme informações passadas por um feirante entrevistado e com confirmação da administração municipal. Essa unidade visava a instalação de um amplo mercado para comercialização dos produtos oriundos da agricultura do município e da pesca realizada nas águas do Pantanal.

Figura 22 – Mercado do Produtor



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017, 2016)

Ao conversar com feirantes locais, nos foi informado que, logo quando implementado, o Mercado possuía apoio do poder público local, inclusive na aquisição de uma câmara fria para o armazenamento de carnes e pescados, e de dois caminhões que realizavam o transporte dos produtos das propriedades para a feira. Porém, o recurso teria se tornando escasso, os caminhões “sumiram depois que levaram pra (sic) conserto” e o Mercado ficou abandonado. Sem os caminhões para transporte e pouco respaldo do poder público, a grande maioria dos produtores parou de levar seus produtos e abandonou ou vendeu seus pontos de comercialização.

Segundo outra feirante entrevistada no local, e que possui banca há mais de 10 anos, um dos problemas é a falta de apoio. Em suas palavras, ela demonstra o descaso do poder público e a falta de informações aos feirantes quanto a legitimidade da posse da área: “vamos na prefeitura quando temos problemas e lá dizem que o prédio é do estado, mas agora a

prefeitura pegou uma parte para fazer almoxarifado”. A feirante descreve assim o fato de parte da área das antigas bancas ter sido fechada por uma obra de autoria da Prefeitura Municipal, destinada à construção de um almoxarifado, transformando a antiga função do local de comercialização de produtos rurais e pescados.

Essa situação é visível hoje, ao se deparar com um espaço subutilizado com apenas 8 feirantes, sendo 1 banca que vende peixes, carne suína e ovina, 1 de lanches e pães, 1 de chás e temperos e 5 de produtos agropecuários (hortaliças, frutas, legumes e outros). Percebe-se que parte das bancas já ganhou caráter de pequeno comércio, pois já inseriram em seus estandes produtos destinados à higiene e limpeza, cosméticos, alimentos processados, carvão, lenha e outros.

No Mercado do Produtor foram entrevistados quatro feirantes e todos relataram não haver mais produtores/agricultores no local, e que comercializam como atravessadores, revendendo produtos de outros. Apenas um se identificou como apicultor, porém, ele não comercializa o mel que produz na feira e atua como revendedor, assim como os demais.

Com as visitas realizadas, percebeu-se que de 2016 para 2017 se mantiveram o mesmo número de bancas ativas. Apenas uma delas teve troca de proprietário. Como não foram identificados produtores rurais/agricultores, não houve a aplicação de questionários nessa feira.

A terceira feira considerada no estudo é a já citada FEISOL, também conhecida popularmente como Feira da UNEMAT (Figura 23). Por ser recente, cerca de dois anos de existência, pouco mudou em termos quantitativos de 2016 a 2017.

Figura 23 - FEISOL



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Como se constatou pela observação e por informações dos próprios produtores, ela ficou mais intensa e solidificada quanto ao público que a frequenta e quanto a variedade de

produtos ofertados. Sua origem está ligada a um projeto de Economia Solidária idealizado por professores da UNEMAT, que, inicialmente, realizaram a qualificação de agricultores familiares em produção agroecológica e economia solidária. Esse projeto culminou na feira, que serve como via de comercialização para os produtos desses agricultores e, conseqüentemente, como importante fonte de renda. Nessa feira foram entrevistados 8 produtores.

A composição dos feirantes dessa é fundamentalmente caracterizada por agricultores do próprio município de Cáceres. Apenas uma família que possui banca no local é de outro município, mas, como as demais, está comprometida com a produção agroecológica e com a economia solidária. É possível observar, uma boa variedade de produtos e a preocupação em realizar uma produção livre de agroquímicos. Os produtos vendidos são hortaliças, frutas, legumes, temperos, tubérculos, *in natura* ou com pequeno processamento (descascados, limpos, picados), e ainda produtos como queijos e requeijão, pães, biscoitos, licores, doce de leite e outros.

Percebe-se, na atuação da feira e no discurso dos envolvidos, a preocupação com os princípios da economia solidária, pautados na reciprocidade, democracia, autogestão, cooperação e solidariedade entre os envolvidos em todas as etapas da produção e comercialização (SINGER, 2002; LEITE, 2009). Na feira são observadas, na prática, características como a ajuda mútua, preços inferiores aos encontrados em outros mercados (os participantes chamam de “valores justos”), trocas entre os feirantes e, como explicado por eles nas entrevistas, a tomada coletiva de decisões.

Com esses princípios percebe-se a necessidade de fortalecer a coletividade, tanto em relação às questões econômicas, quanto às sociais. Sobre isso, Leite (2009, p.34) trás que “a razão econômica é acompanhada por uma finalidade social que consiste em produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estariam, assim, no âmago da ação econômica”, pontos observados também no relacionamento entre os agricultores participantes da referida feira.

Considerando as três feiras, foram aplicados 21 questionários a feirantes, que foram identificados como agricultores familiares do município de Cáceres, sendo 13 destes ligados à Praça da Feira e 8 a FEISOL. A partir desse contato inicial com os produtores nas feiras visitadas, teve-se a oportunidade de entrevistá-los e aplicar os questionários, em busca das informações e dados relevantes para esse estudo. Alguns responderam aos questionamentos na própria feira, outros pediram que os visitássemos na propriedade, tanto para conhecê-la, como também por ser lá seu local de segurança, onde sentir-se-iam mais a vontade e teriam

maior tempo para dedicar aos pesquisadores. De todos os entrevistados, apenas um não autorizou visita em sua propriedade, argumentando que atrapalharia o desenvolvimento de suas atividades, e que não gostaria que suas técnicas de produção fossem fotografadas e, posteriormente, acessadas por “concorrentes”, em suas palavras.

As visitas às propriedades permitiram que conhecêssemos a realidade dos agricultores familiares mais de perto, e que visualizássemos o espaço rural em que estão inseridos de maneira mais profunda. Inicialmente, visitamos apenas as propriedades dos feirantes que responderam aos questionários mas, ao fazermos isso, percebemos particularidades significativas nas suas localidades, como diversificação produtiva, situações sociais específicas, descoberta de festas religiosas e outros. Isso fez com que realizássemos a aplicação de questionários a outros agricultores familiares nessas localidades, abrangendo mais 9 agricultores de modo a contemplar da melhor forma possível a diversidade rural.

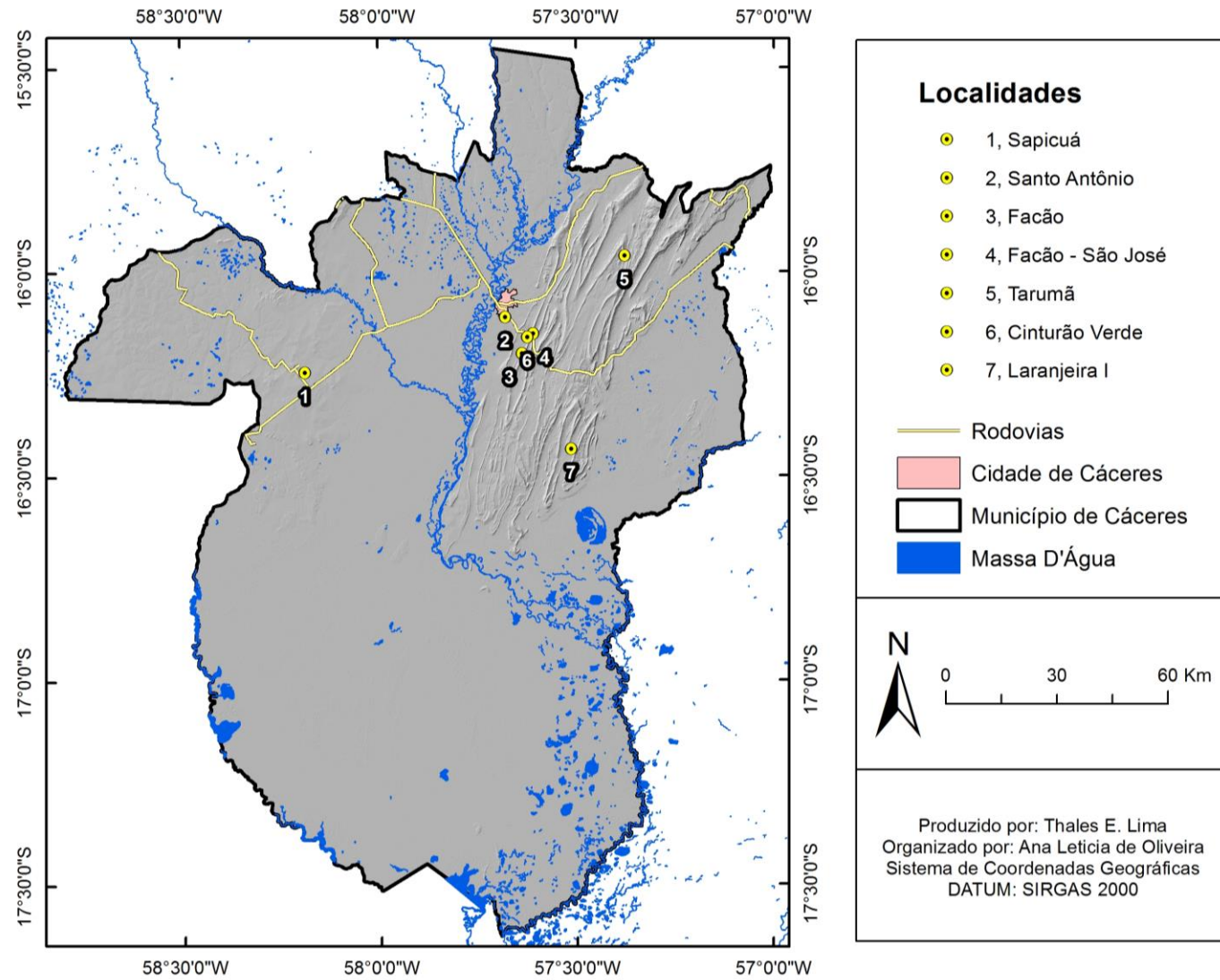
5.2 As localidades visitadas

Foram visitadas propriedades em diferentes localidades do município, tendo a preocupação de garantir que fossem contempladas variadas realidades do espaço natural, o que também permite desenvolver distintas atividades agrícolas. Assim, nos centramos em conhecer as propriedades: na porção nordeste do município, o Assentamento Tarumã; na porção sudeste, o Assentamento Cinturão Verde e, na porção sudoeste, o Assentamento Sapicuá, além de propriedades localizadas nas proximidades da área urbana ou mesmo dentro dessa (Figura 24).

A primeira localidade visitada foi o Assentamento Tarumã, localizada a nordeste da cidade de Cáceres, em uma distância de aproximadamente 20 km de sua região central. Sua localização se dá entre a depressão do Rio Paraguai e a Província Serrana e, por isso, as propriedades possuem partes de suas áreas mais planas e partes na declividade dos morros circundantes.

Apesar da proximidade com a cidade, o acesso ao local é um dos mais difíceis, pelo fato de possuir pelo menos 15km de estradas de terra, que dependem de manutenção constante para manter sua trafegabilidade. Nos períodos de chuva, isso se torna ainda mais difícil, uma vez que formam-se atoleiros e pedras soltas ficam expostas, conforme relatado pelos entrevistados.

Figura 24 - Mapa de localização das áreas visitadas



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Org.: OLIVEIRA, Ana Leticia de (2018).

A partir das informações coletadas e das observações de campo, foram identificados 21 assentados em propriedades com cerca de 12 hectares cada, sendo que, entre esses, há feirantes e não feirantes. Quanto às produções realizadas, há bastante diversidade. Alguns dedicam-se exclusivamente ou principalmente à pecuária, enquanto outros a olericultura e alguns ainda à produções diversas como frutas, mandioca, abóboras e outros. Imagens da paisagem e de uma área de produção de mamão podem ser observadas na Figura 25 abaixo.

Figura 25 – Assentamento Tarumã (paisagem e plantação)



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Já na localidade denominada de Cinturão Verde, cuja saída principal se dá na BR 070, na porção que liga Cáceres à Cuiabá, foram visitadas propriedades individuais e estruturas coletivas, como a sede e a horta da Associação dos Pequenos Produtores Cinturão Verde. As propriedades localizam-se entre 10 e 15 km da área urbana, no entanto, parte significativa desse trajeto é realizada por estrada pavimentada, facilitando o deslocamento. O assentamento está localizado em meio à Província Serrana, e é marcado por áreas de declividade acentuada e outras parcialmente planas.

Nessa localidade estão assentadas 92 famílias, que adquiriram suas propriedades, com cerca de 8 hectares, a partir do Banco da Terra. Mais uma vez, identificamos uma diversidade de situações, sendo a primeira e bastante marcante é que, segundo alguns dos entrevistados, muitas das propriedades já foram revendidas desde o início do projeto. Alguns dos novos adquirentes possuem a propriedade como segunda residência para os finais de semana e, quando muito, criam alguns bovinos.

Observou-se em campo e com as entrevistas que a maior parte dos assentados originais e considerados pelo estudo, desenvolve policultura, e um grupo específico participou do curso de formação de produção agroecológica e economia solidária, promovida pela UNEMAT, e hoje compõe o quadro de feirantes da FEISOL. Parte dos moradores formou a

Associação de Pequenos Produtores Cinturão Verde que, além de apoiarem-se nas atividades individuais, atuam em conjunto, mantendo uma horta coletiva, cujo rendimento é dividido entre eles e parte destinada à manutenção da associação. Além disso, eles realizam eventos promovendo a localidade e aproximando a comunidade local. A paisagem do cinturão Verde e a horta coletiva podem ser observadas na Figura 26 abaixo.

Figura 26 – Assentamento Cinturão Verde



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Também foram visitadas propriedades no assentamento Sapicuá, localizado às margens da BR 070, no trajeto que liga a cidade de Cáceres à fronteira com a Bolívia. Esse assentamento foi criado em 1999, a partir de uma ação do INCRA. Segundo os entrevistados, cada lote possui cerca de 30 hectares.

O relevo dessa região é mais plano que nas demais, uma vez que ela localiza-se na Planície do Pantanal, o que, somado ao tamanho das propriedades, permite aos agricultores ali assentados a dedicação à pecuária. É esse o caso da bovinocultura leiteira, desenvolvida pela maior parte dos 38 assentados, segundo informações dos entrevistados e observações de campo.

Chegamos a esse assentamento a partir de uma família que é feirante na FEISOL e que se caracteriza por desenvolver a policultura e atuar através da agroecologia. Nessa propriedade além de cultivos diversos, ainda são produzidos produtos artesanais a partir do leite como queijos, requeijão e doce de leite.

Após o contato inicial com a localidade, percebemos um perfil diferenciado dos demais agricultores e a necessidade de conhecer mais 2 propriedades que trabalham exclusivamente com a bovinocultura leiteira. Essas duas realidades, a policultura e a bovinocultura, são retratadas a partir da Figura 27.

Figura 27 – Assentamento Sapicuá

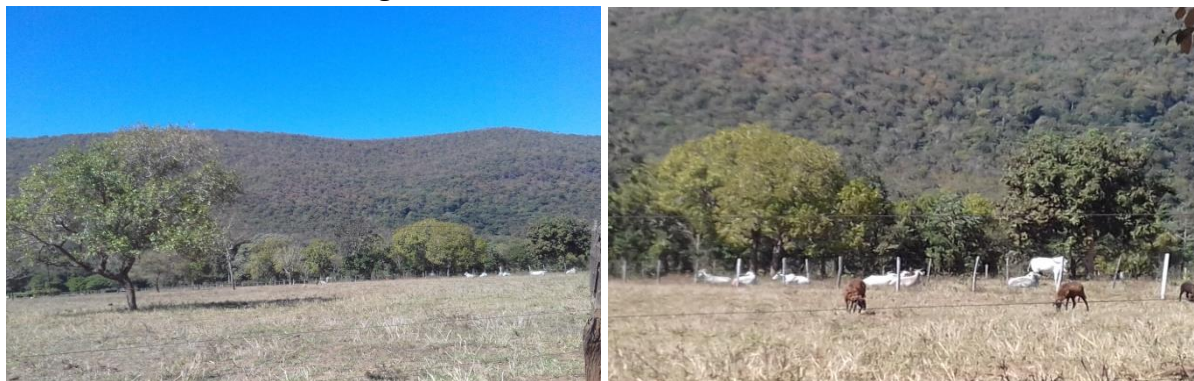


Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Além das localidades acima citadas, foram visitadas propriedades individuais em outras como o Facão e o Facão – São José, além de propriedades nas proximidades da cidade localizadas próximo ao bairro Santo Antônio. No assentamento Facão foi visitada uma propriedade que realiza, todos os anos, uma festa religiosa dedicada a Santos. Nesse, observou-se que o casal, já idoso, tem as aposentadorias como principal renda, possuindo apenas alguns animais para a subsistência da família.

Na localidade Facão - São José, o objetivo principal foi a visita à agroindústria da associação de mulheres Amigas do Cerrado, grupo que realiza a produção de pães, licores, biscoitos e bombons a partir da castanha de cumbaru, fruto extraído do cerrado. Observou-se, nessa localidade, a riqueza paisagística com potencial turístico, uma vez que as propriedades estão encrustadas em um vale, com amplos morros recobertos de mata nativa a sua volta. A Figura 28 retrata essa paisagem e sua utilização para a prática da pecuária.

Figura 28 – Localidade Facão - São José



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Também foram visitadas propriedades nas proximidades da área urbana, e outra já no interior dessa, que fundamentalmente trabalham com olericultura em pequenos espaços. Esses produtores são bastante dinâmicos e atribuem parte disso à essa curta distância com o mercado consumidor. Todos esses estabelecimentos realizam a produção convencional, com o uso de agroquímicos, e atendem, além da feira, restaurantes, bancas de venda espalhadas pela cidade e comercializam diretamente na propriedade quando consumidores ali os procuram. Uma dessas hortas também é retratada aqui a partir da Figura 29.

Figura 29 - Propriedade olericultora próxima à cidade



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

A partir da realização dos campos e das informações prestadas pelos entrevistados, foi possível observar que as localidades mais distantes da cidade de Cáceres são aquelas onde a maior parte dos produtores dedica-se a criação de bovinos. Pode-se usar como explicações para isso o fato dessas normalmente possuir áreas maiores e, conforme os produtores, é difícil e pouco rentável comercializar produtos mais perecíveis a distâncias maiores. Esse é o caso do Sapicuá onde muitos produzem leite, mas são os próprios laticínios que buscam a produção. Já o assentamento Laranjeira que, apesar de não ter sido visitado, teve dois proprietários entrevistados e que relataram que a grande maioria dedica-se a criação de bovinos para corte.

Em contrapartida, as áreas mais próximas à cidade possuem propriedades pequenas, algumas com menos de 1 hectare, e dedicam-se a atividades mais intensivas. Principalmente à olericultura e a produção diversificada. Essa realidade foi verificada através dos questionários aplicados e de visitas *in loco*.

Outro ponto importante que se percebeu ao realizar a pesquisa de campo nas localidades, principalmente Cinturão Verde e Sapicuá, é a proximidade dessas com grandes fazendas de criação de bovinos de corte. Isso se dá nos locais que possuem relevos mais

aplainados ou área suficiente para permitir grandes extensões de pastagens, como podem ser observadas na Figura 30.

Figura 30 - Fazendas próximas ao Cinturão Verde e ao Sapicuá



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

No caso do Cinturão Verde, como as fazendas estão a certa distância, separadas por morros, sua interferência não é muito direta, se dando apenas em relação ao transporte, uma vez que a estrada que liga essas à BR 070 passa pelo assentamento. Em determinados períodos de carregamento dos animais, o trânsito nessa via se intensifica, gerando desconforto conforme relataram alguns dos entrevistados.

Já no Sapicuá, as fazendas fazem limite direto com o assentamento em praticamente toda sua extensão. Segundo uma das entrevistadas, todas as propriedades localizadas à esquerda da estrada (no sentido de entrada no assentamento) fazem limite com uma única fazenda.

A interferência das fazendas nessa localidade é mais direta que no caso anterior, uma vez que parte da mão de obra disponível nas pequenas propriedades próximas é utilizada por estas. Isso faz com que haja a garantia de rendimento às famílias, ao mesmo tempo em que utilizam-se da mão de obra que poderia ser empregada, na propriedade familiar, intensificando sua produtividade.

A partir das visitas realizadas, percebeu-se que a agricultura familiar ainda resiste em um meio predominantemente de grandes propriedades pecuárias, como percebido em diversas falas dos entrevistados que chamaram atenção à isso. Essa resistência se dá, em sua grande maioria, a partir de estratégias de diversificação da produção, garantindo o rendimento financeiro da família ou mesmo para sua subsistência.

5.3 As propriedades visitadas

Nas localidades acima citadas foram visitadas propriedades, buscando o máximo de diversificação da amostra. Por esse motivo, em determinados momentos, visitamos algumas que não estavam no planejamento prévio, mas que, em campo, foi possível perceber sua relevância para a pesquisa. É necessário indicar que as informações aqui descritas foram coletadas a partir dos questionários aplicados (Apêndice A) e das observações realizadas *in loco* ou percebidas em conversas e entrevistas com os agricultores considerados.

Uma das perguntas realizadas diz respeito à localização da propriedade, da distância que essa se encontra da cidade e do tempo gasto para deslocar-se dela até o centro, como observável na Tabela 11, destacando-se que apesar da maior possui a maior parte dos trechos pavimentados, em todos os casos o acesso final à localidade se dá por via não pavimentada. Essa informação permite reconhecer as condições de acesso à área urbana, tanto para a aquisição de suprimentos, quanto para a comercialização de seus produtos.

Tabela 11 - Localização das propriedades visitadas, Cáceres – MT, 2017

Localidade	Distância da cidade	Tempo gasto até o centro da cidade	Nº de entrevistados	Tipo da via (predominante)
Sapicuíá	Aprox. 80 km	Aprox. 1 hora	3	Pavimentado
Laranjeira	Aprox. 70 km	Aprox. 1 hora	1	Pavimentado
Tarumã	Aprox. 20 km	De 45 min a 1 hora	6	Não Pavimentado
Facão	Aprox. 15 km	Aprox. 25 a 30 min	2	Pavimentado
Facão - São José	Aprox. 15 km	Aprox. 20 a 25 min	3	Pavimentado
Cinturão Verde	Aprox. 10 km	Aprox. 20 a 25 min	11	Pavimentado
Urbano ou próximo	Menos de 1 km	Aprox. 10min	4	Pavimentado
TOTAL			30	

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

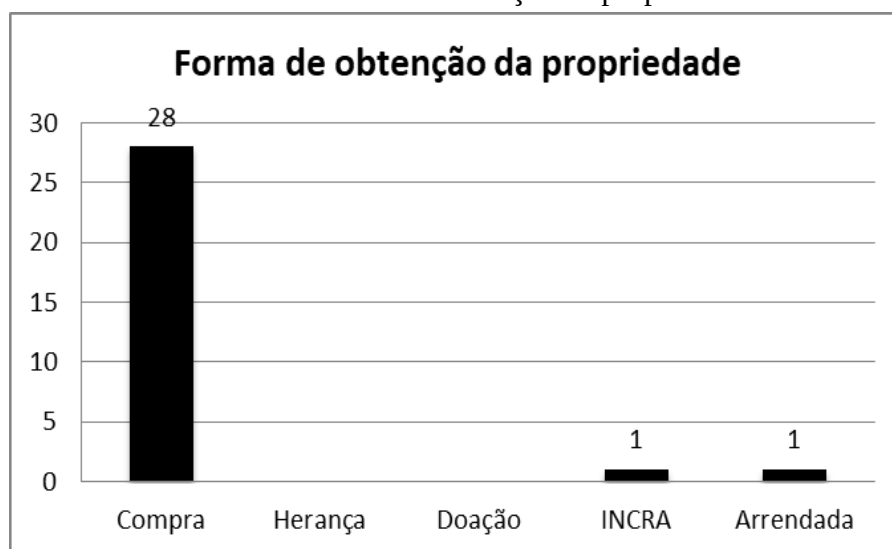
Observa-se que as localidades mais distantes, apontadas pelos agricultores Sapicuíá e Laranjeira, com 80 e 70 quilômetros de distância, são aquelas cujos moradores demoram mais tempo para chegar à cidade. Logo após vem as localidades de Tarumã, Facão, Facão-São José e Cinturão Verde, com 20, 15, 15 e 10 quilômetros respectivamente, destacando que o tempo de deslocamento dos moradores do Tarumã é de pelo menos 30 minutos a mais que os outros entrevistados, em decorrência da condição das estradas. Por fim, mais perto estão os agricultores cujas propriedades localizam-se nas proximidades da área urbana, ou mesmo dentro dessa, que também possuem acesso mais fácil à região central da cidade.

Também percebeu-se que um dos pontos de maior dificuldade de infraestrutura relatado pelos entrevistados é o acesso, uma vez que nenhuma das propriedades possui vias totalmente pavimentadas. Em alguns casos, o trajeto por estrada de terra ultrapassa 20km.

Observando essas vias, nota-se que permanecem mais bem conservadas nos meses de menor pluviosidade, quando os maquinários da Prefeitura Municipal conseguem fazer a manutenção. No entanto, nos meses de chuva, formam-se atoleiros que dificultam o deslocamento da população e da produção rural, o que também é bastante citado pelos agricultores entrevistados como um critério de desvantagem.

No mesmo bloco de questões, foi perguntado aos agricultores a forma de obtenção da terra, cujo resultado é demonstrado no Gráfico 1. Essa informação permite identificar como se deu o acesso a terra, sendo que, inicialmente, a informação que chamou atenção é que nenhum dos entrevistados citou o acesso por herança, situação bastante comum identificada no campo em outras regiões do país.

Gráfico 1 - Forma de obtenção da propriedade



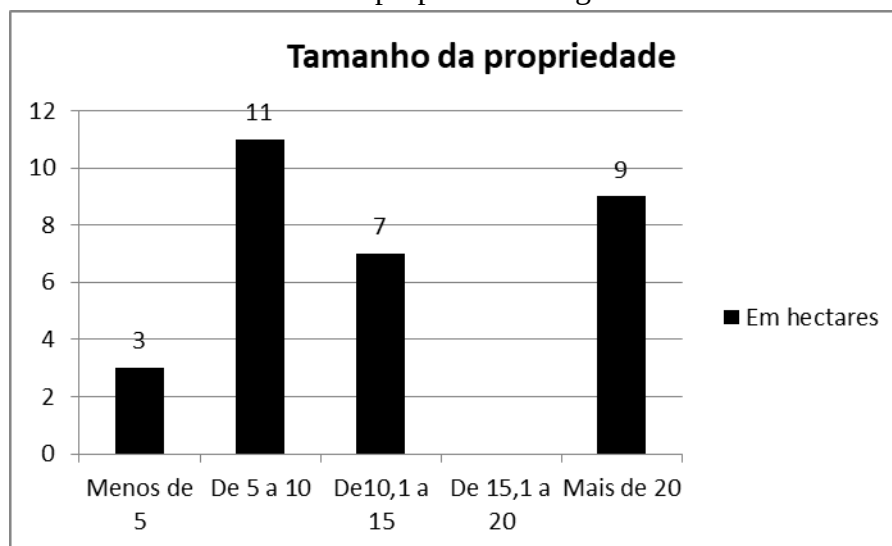
Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Entre os entrevistados 28 relatam compra da propriedade, por capital próprio ou via Banco da Terra (em assentamentos organizados por esse). Apenas um relata ser assentado pelo INCRA e um arrenda as terras onde produz (também possui terra no assentamento Laranjeira).

Para compreender o tamanho das propriedades, foram definidas 4 classes que melhor agrupassem as respostas apresentadas pelos entrevistados e que são apresentados no Gráfico 2: menor que 5 hectares; de 5 a 10 hectares; de 10,1 a 15 hectares; e mais de 20 hectares. Nem

todos responderam a esse questionamento em hectares, muitos se utilizaram da unidade “alqueires”, no entanto, nem todos precisaram da mesma forma a equivalência em hectares.

Gráfico 2 - Tamanho das propriedades segundo os entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Para podermos classificar como uma única unidade de medida foi necessário realizar a conversão de alqueire para hectare, através do uso da tabela de conversões disponível pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2004). Utilizamos como medida padrão o chamado alqueire paulista, que considera cada alqueire como sendo equivalente a 2,42 hectares, por ser a medida considerada na maior parte dos estados brasileiros e que se aproximou do relato dos entrevistados.

A partir da compreensão dada pela Lei 8.629 (BRASIL, 1993) e pela Lei 13.465 (BRASIL, 2017), considera-se pequena propriedade os imóveis rurais cujas áreas são de até 4 módulos fiscais. Para Cáceres, o INCRA (2013) define o módulo fiscal como 80 hectares, sendo assim, todas as propriedades identificadas a partir dos questionários enquadram-se nessa classificação.

Na primeira classe, definida e apresentada no Gráfico 2, as propriedades possuem tamanho menor que 5 hectares e estão localizadas nas proximidades da área urbana ou na periferia, todas oriundas de compra por parte dos produtores. Dois dos entrevistados já possuíam sítios, um em Cáceres e outro em Mirassol D'Oeste, porém, optaram em vender por não serem rentáveis, e adquirir chácaras menores perto da cidade e de seu amplo mercado consumidor. Passaram a se dedicar, assim, ao cultivo de hortaliças.

O terceiro vinculado a essa classe relatou ser morador de uma cidade no estado de São Paulo, tendo migrado para Cáceres na década de 1980. Optou por investir em uma chácara próxima a cidade e aprender uma nova profissão. Esse produtor, em diversos momentos da entrevista, se qualificou como sendo empresário e não agricultor, pois, segundo ele, “não basta produzir, tem que agir como empresário e entender de tocar bem o negócio”. Ao ser perguntado se suas terras são suficientes para a manutenção da família, sua resposta foi “com a técnica que sei hoje, meio hectare é o suficiente”, demonstrando segurança com sua produtividade.

Na segunda classe, que corresponde a de 5 a 10 hectares, foram identificadas as propriedades de 11 entrevistados. Analisando as informações coletadas, percebe-se que todas fazem parte da aquisição por compra junto ao Banco da Terra. Já a terceira classe agrupa 7 propriedades que possuem 10,1 a 15 hectares. Assim como na classe anterior, as propriedades aqui representadas também foram adquiridas a partir do Banco da Terra.

Na última classe, que considera propriedades maiores que 20 hectares, foram identificadas 9 unidades. Elas equivalem, em sua maioria, a áreas relativamente mais distantes da cidade, como Sapicuá, Laranjeira e Facão, e também são áreas próximas às planícies, tornando-se mais propícias à pecuária.

Em termos de infraestrutura de água e energia elétrica, foi perguntado se as propriedades tem a disponibilidade desses recursos e de que forma isso ocorre, sendo apresentado os resultados na Tabela 12. Foi identificado que todos os entrevistados possuem, em suas unidades, energia elétrica fornecida pela concessionária responsável pelo estado de Mato Grosso.

Quanto à água, apenas dois dos entrevistados indicaram possuir mais de um tipo de fornecimento, indicando a rede de água fornecida pela concessionária local e um poço artesiano. Outros 17 entrevistados apontaram possuir exclusivamente o poço artesiano e, para acessar a água nesse, utilizam-se de motores movidos à energia elétrica.

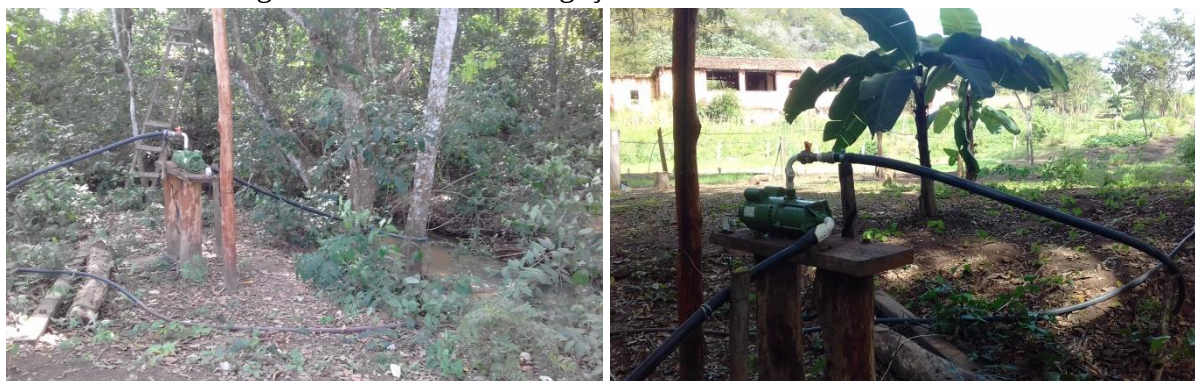
Tabela 12 - Disponibilidade de água e energia elétrica nas propriedades

	Água				Energia	
	Rede	Rio	Poço Artesiano	Fonte/Mina	Concessionária	Gerador próprio
Número de propriedades	2	-	19	11	30	-

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Ainda, 11 dos entrevistados que possuem suas propriedades localizadas no assentamento Tarumã e Cinturão Verde, afirmaram utilizar água de fontes locais, às quais denominam também de nascentes ou minas. Nesses casos, o acesso à água se dá de duas formas: alguns possuem canalizações, que levam por gravidade a água até suas residências, enquanto outros precisam buscar com galões e outras embalagens no local de origem. Apesar de nenhum dos entrevistados citar nos questionários os rios como fonte de água, em conversa informal e observação de campo foi possível identificar, em pelo menos 7 propriedades e 1 horta coletiva, o uso desse recurso para irrigação de cultivos e consumo de animais. Na Figura 31 abaixo, são observadas imagens do sistema que capta água de um córrego para irrigar a horta coletiva dos agricultores do Cinturão Verde.

Figura 31- Sistema de irrigação de horta no Cinturão Verde



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Em se tratando de comunicação, a Tabela 13, elaborada a partir das informações prestadas através dos questionários, demonstra que a grande maioria (90%) dos entrevistados possui aparelho celular. Esse fato se dá pela facilidade de acesso a esse recursos e pela possibilidade da instalação de antenas, mesmo nos lugares nos quais o sinal das operadoras chega com dificuldade.

Tabela 13 - Recursos de comunicação utilizados pelos entrevistados, 2017

	Telefone fixo	Celular	Internet
Sim	2	27	13
Não	28	3	17
Total	30	30	30

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

O oposto se observa com o telefone fixo, que apenas dois entrevistados afirmaram possuir; um que tem a propriedade próxima ao limite da área urbana, e outro que chamou de fixo o telefone via satélite que possui em sua propriedade. Esses baixos índices ocorrem por esse recurso depender de uma vasta infraestrutura de postes e fiações, o que não está disponível no espaço rural do município.

Outro dado que chamou a atenção é o fato de apenas 13 entrevistados, ou 43%, possuir acesso à internet, enquanto 17 (57%) não utilizam essa tecnologia em suas propriedades. Isso faz pensar que mesmo aqueles que possuem acesso ao celular, e que hoje facilmente podem acessar a rede de internet móvel, não utilizam esse recurso, que poderia ser uma fonte de acesso a informações e mesmo qualificação técnica.

Quanto à estrutura das residências, pôde-se observar que todas são de alvenaria, porém, algumas não possuem reboco ou pintura. Outras casas possuem aspecto fragilizado, sendo 4 delas bastante simples e com piso de “chão batido”, sem qualquer tipo revestimento. Isso se dá, pois, segundo um dos moradores, “não sobra pra arrumar”(sic), referindo-se a falta de capital para realizar as melhorias.

A Tabela 14 demonstra o tamanho das residências a partir da quantidade de cômodos. Predominam residências de 4 cômodos, essas sendo indicadas por 9 dos entrevistados. A maioria dessas casas está localizada no assentamento Tarumã, onde alguns dos moradores afirmaram terem sido construídas casas padronizadas, com recursos oriundos do Banco da Terra.

Tabela 14 - Número de cômodos nas residências dos entrevistados, 2017

Número de cômodos	Propriedades
Quatro	9
Cinco	6
Seis	3
Sete	8
Oito ou mais	4
TOTAL	30

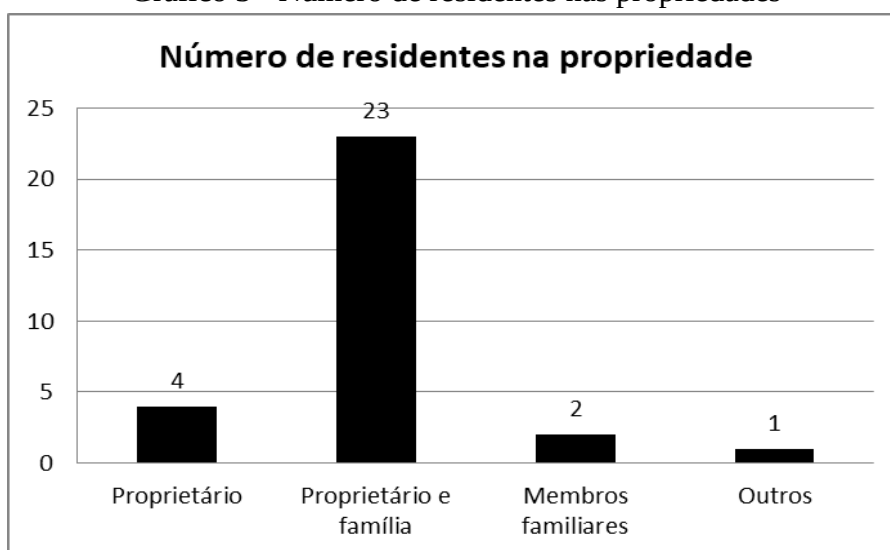
Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Já os entrevistados que possuem residências com sete e oito cômodos ou mais, correspondem a 8 e 4 famílias respectivamente. Em geral, pôde-se observar que esses condizem com os entrevistados, que possuem produção mais dinâmica e integrada aos mercados, maior renda e propriedades mais próximas à área urbana.

Esse dinamismo do rural próximo à cidade já foi discutido por Delgado et. al. (2013, p.273), após análises de estudos sobre a ruralidade em várias áreas do mundo, concluindo que “as áreas rurais que se mostraram mais dinâmicas normalmente apresentam uma maior proximidade com os centros urbanos, sendo influenciadas assim pelas dinâmicas com eles estabelecidas”. Com isso, nota-se que esse é um fenômeno recorrente.

Também procurou-se traçar o perfil das famílias que vivem nessas residências, a partir das relações com o proprietário do imóvel. Com isso gerou-se o Gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 - Número de residentes nas propriedades



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Entre as propriedades consideradas, predomina a vivência familiar, sendo observado que 23 dos entrevistados, cerca de 77% da amostra considerada, apontam como estarem vivendo juntos o proprietário e sua família. Enquanto isso, em 4 vivem apenas os proprietários, sendo que, em 3 dessas, a família vive na cidade e os proprietários moram e trabalham sozinhos em suas terras. Já o quarto entrevistado nessa situação, é um idoso que vive sozinho na propriedade e disse não ter família.

Observa-se que, em 2 propriedades, vivem membros da família sem a presença do proprietário, sendo que, em um dos casos, são os pais do proprietário que, em suas palavras, “moram e cuidam” das terras; em outro estabelecimento, o filho do proprietário vive com sua família, enquanto os pais moram na cidade. Na última situação, encontra-se o único entrevistado que mora e trabalha em terra arrendada, não configurando como proprietário ou familiar do proprietário.

A partir disso, observa-se que a maioria dos casos pode ser considerada como sendo propriedade familiar ou de agricultura familiar, uma vez que o proprietário e sua família possuem, administram e produzem em suas terras. Isso faz com que se enquadrem no perfil traçado nessa tese, a partir de Abramovay (1998; 1999) e Wanderley (1996; 2004) e definido legalmente por Brasil (2006).

Esse entendimento reforça-se ainda mais quando analisado o uso da força de trabalho nas propriedades e o responsável por elas, como demonstrado na Tabela 15 abaixo.

Tabela 15 - Caráter da administração e mão de obra das propriedades, 2017

Administração		Mão de obra	
Tipo	Nº	Tipo	Nº
Proprietário	29	Família	26
Administrador	0	Família e outros	4
Arrendatário	1	Outros	0
TOTAL	30		30

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Predominantemente, a direção ou administração da propriedade é realizada pelo proprietário e/ou a família, como relatado por alguns dos entrevistados. Isso porque, a maioria demonstrou não haver separação dos trabalhos entre o homem e a mulher, ou mesmo com os demais membros familiares, assim, tanto a administração quanto o trabalho é compartilhado entre todos. Apenas em um dos casos o proprietário não se envolve na direção do estabelecimento, uma vez que a terra é arrendada, sendo administrada e trabalhada pelo arrendatário.

O trabalho é basicamente realizado pela família, sendo essa a situação predominante em todas as propriedades. Porém, 4 dos entrevistados afirmaram que, junto da mão de obra familiar, utilizam-se também de outras forças, apenas 1 garantiu valer-se também de dois assalariados permanentes. Já os outros 3 entrevistados afirmam utilizar-se de empregados temporários apenas quando necessário. Nesses casos, lê-se por temporários os trabalhadores que realizam atividades por diária, geralmente empregados para roçar algumas áreas, auxiliar no preparo da terra ou realização de algum reparo nas benfeitorias.

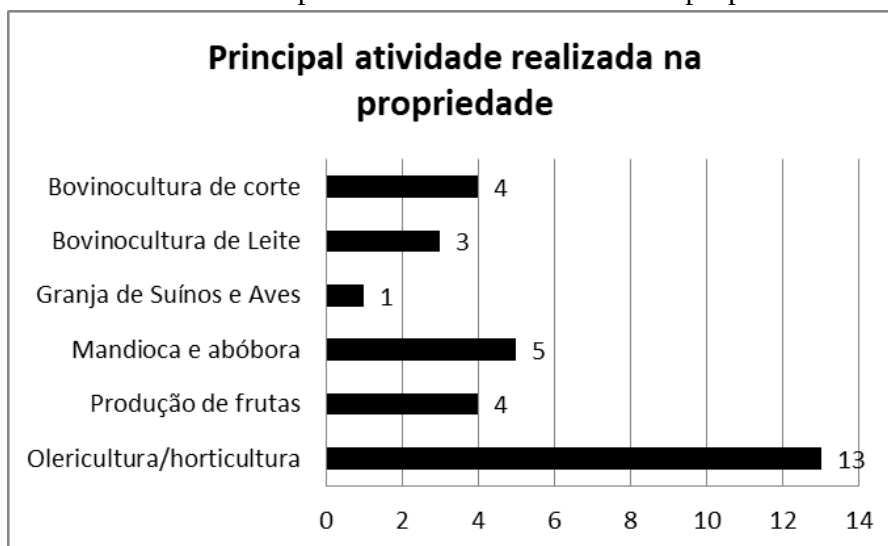
5.4 Dimensão técnica e produtiva

Após conhecer as características infraestruturais das propriedades a partir das informações prestadas pelos entrevistados, procurou-se identificar as atividades que são

desenvolvidas, bem como as técnicas empregadas. Pôde-se perceber uma grande variedade de opções desenvolvidas pelos pequenos produtores locais, que perpassam a realização de atividades agrícolas e não-agrícolas e diferentes tipos de escoamento como fornecimento para órgãos públicos e a comercialização direta através das feiras. Também se percebeu a necessidade, apontada pelos próprios, de receber apoio técnico e político em prol da agricultura familiar.

Ao questionar e analisar qual a principal atividade desenvolvida nas propriedades, percebeu-se a dificuldade da maior parte dos entrevistados em eleger apenas uma, sendo que como a maioria se caracteriza como sendo policultora, todas são igualmente importantes. No entanto, após suas respostas finais foi possível elaborar o Gráfico 4 que segue.

Gráfico 4 - Principal atividade desenvolvida na propriedade



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Observa-se que a maior parte dos entrevistados, um total de 13, identificou a olericultura ou a horticultura como principal atividade desenvolvida, seguido de 5 entrevistados que indicaram a produção de mandioca e abóbora. Esse fenômeno também poder ser identificado visivelmente, uma vez que esses são os gêneros mais ofertados nas feiras.

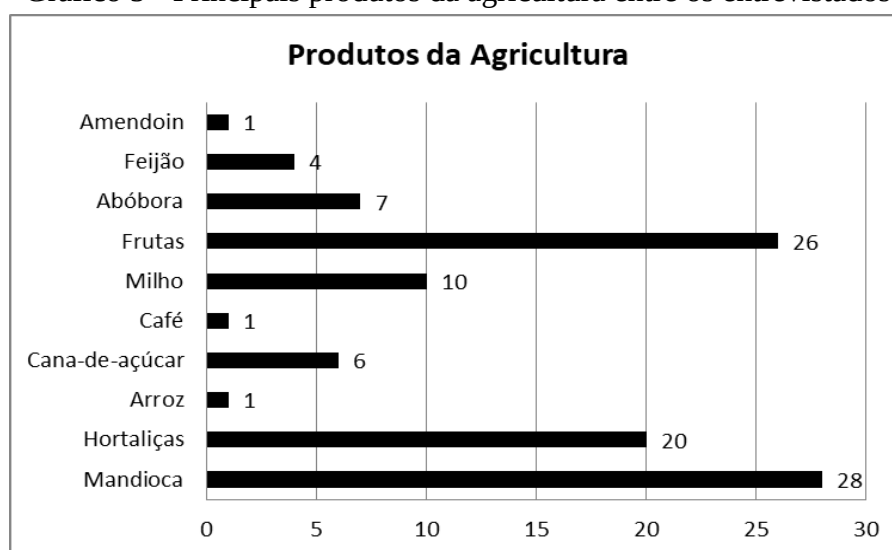
Ainda, 4 entrevistados apontaram a produção de frutas como a mais significativa e que, se for tipificada, encontram-se em destaque o mamão e a banana. Outros 4 indicaram a bovinocultura de corte como principal atividade, o que não exclui de suas propriedades o caráter policultor.

Quanto à bovinocultura de leite, 3 entrevistados apontaram-na como aquela mais relevante. É importante destacar que o assentamento Sapicuá tem essa como sendo a principal atividade da grande maioria das propriedades, o que foi apontado pelos entrevistados daquela localidade e observado nas visitas em campo.

Por fim, apenas 1 dos entrevistados apontou como sua principal atividade a criação de suínos e aves. Essa propriedade localiza-se imediatamente próxima da cidade, o que permite acesso mais fácil ao mercado consumidor e lhe gera uma das maiores rendas identificadas entre os entrevistados.

Quando questionados especificamente sobre a agricultura, as respostas dos produtores demonstraram haver uma produção mais diversificada que aquela demonstrada pelos dados do IBGE no Censo Agropecuário 2006, discutidos no capítulo anterior. Pela estrutura do questionário, foram apresentados alguns cultivos pré-definidos e foi aberta a possibilidade de se inserir aqueles não contemplados inicialmente e, assim, após as entrevistas, foi identificada a relevância de constarem ali o feijão e a abóbora, que podem ser observados no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Principais produtos da agricultura entre os entrevistados



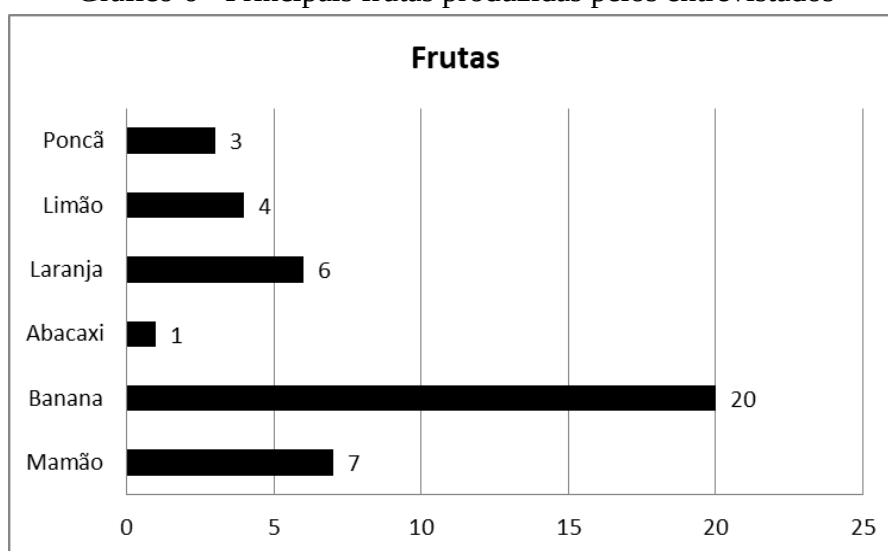
Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Primeiramente, é necessário dar destaque para os produtos mais citados. A mandioca é destacada por 28 dos 30 entrevistados, seguido das frutas variadas com 26 indicações e das hortaliças com 20 respostas. A mandioca é um produto muito consumido pela população da região, sendo encontrada em supermercados e muitas bancas das feiras visitadas, além de ser utilizada na complementação da alimentação animal, principalmente suínos e bovinos.

Outros gêneros apontados pelos entrevistados são: abóbora (7), cana de açúcar (6), feijão (4), café (1) e arroz (1). Os produtores que indicaram esses últimos apontaram sua produção como sendo destinada para o consumo da família, e que, quando há um excedente, como no caso do feijão, vendem ou trocam por outro gênero com algum vizinho.

Já as frutas tiveram destaque para 26 dos entrevistados, sendo a banana⁴⁸ a espécie mais produzida, apontada por 20 entrevistados (Gráfico 6). Após ela, aparecem o mamão produzido por 7 entrevistados e a laranja por 6. Em menor proporção, são apontados o limão (4 entrevistados), a poncã (3 entrevistados) e o abacaxi indicado apenas por 1 produtor.

Gráfico 6 - Principais frutas produzidas pelos entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Nem sempre a produção agrícola é destinada para a comercialização, atendendo também as necessidades alimentares da família, como pode ser observado na Tabela 16. Em geral, a maior parte dos entrevistados afirmou usar seus produtos na alimentação da família, mesmo quando esses são cultivados visando a comercialização.

Observa-se que os produtos mais recorrentes são a mandioca, as hortaliças e as frutas utilizadas pela maioria das famílias para a comercialização e consumo. Enquanto isso, o arroz e o café aparecem exclusivamente para o consumo.

Com o gráfico e a tabela acima citados, se percebe que a produção agrícola realizada pelos pequenos produtores é mais diversificada do que aquela apresentada pelos dados do Censo Agropecuário do município (IBGE, 2006a). Isso por si só demonstra a necessidade de

⁴⁸ A importância da fruta pode ser identificada pela realização da tradicional Festa da Banana realizada no distrito rural de Vila Aparecida desde 2010. Em junho de 2017 foi realizada a 8ª edição do evento (SABINO, 2017).

se adequar a metodologia de coleta e apresentação de dados, de modo a contemplar, ao máximo, a ampla realidade local.

Tabela 16 - Produção oriunda a agricultura e principal destino, 2017

Produto	Produtores	Destino da produção	Produtores
Mandioca	28	Comercialização	0
		Autoconsumo	5
		Ambos	23
Hortaliças	20	Comercialização	1
		Autoconsumo	4
		Ambos	15
Arroz	1	Comercialização	0
		Autoconsumo	1
		Ambos	0
Cana de açúcar	6	Comercialização	2
		Autoconsumo	2
		Ambos	2
Café	1	Comercialização	0
		Autoconsumo	1
		Ambos	0
Milho	10	Comercialização	3
		Autoconsumo	3
		Ambos	4
Frutas	26	Comercialização	3
		Autoconsumo	4
		Ambos	19
Abóbora	7	Comercialização	0
		Autoconsumo	0
		Ambos	7
Feijão	4	Comercialização	0
		Autoconsumo	3
		Ambos	2

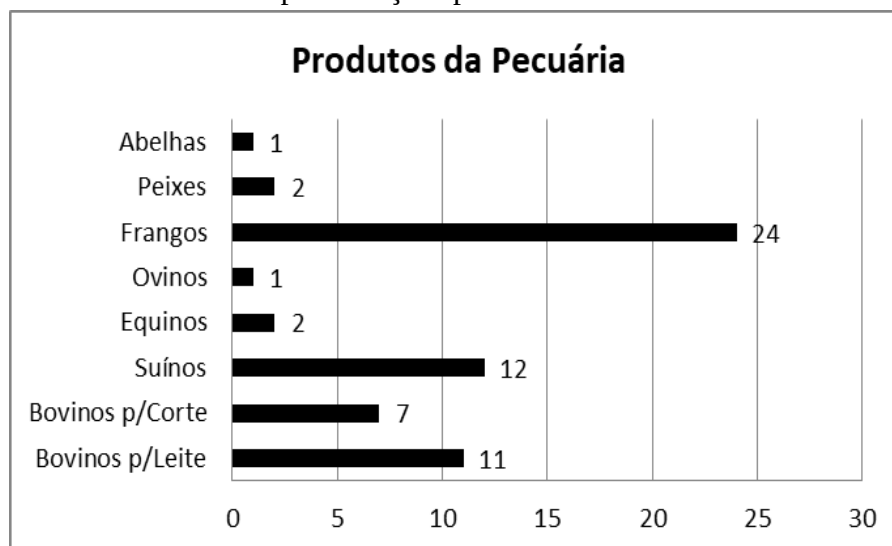
Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

De forma semelhante, procurou-se a identificação dos produtos oriundos da pecuária, dando origem ao Gráfico 7. Foi verificado que a maior parte dos produtores, 24 dos entrevistados, realiza a criação de frangos. Isso se dá tanto para o abate dos animais quanto para a produção de ovos. Segue, como a segunda maior, a criação de suínos, havendo 12 criadores desses.

Identificou-se um produtor específico, que aponta a criação de suínos e frangos como a principal atividade da propriedade. Trata-se de um agricultor que arrenda terras na proximidade da área urbana de Cáceres e possui granja de criação de suínos e aves em escala

comercial, como já identificado no Gráfico 4. Além disso, possui terra própria, afastada da cidade, onde realiza a criação de bovinos de corte.

Gráfico 7 - Principais criações pecuárias entre os entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Os bovinos para leite também são significativos, estando presentes nas propriedades de 11 dos entrevistados. Alguns desses relataram que a produção é vendida para laticínios, enquanto outros afirmam utilizar o leite para consumo da família e produção de queijos, doce de leite, requeijão e outros, tanto para autoconsumo como para ser comercializado nas feiras.

Quanto os bovinos destinados ao corte, são 7 os entrevistados que dizem dedicar-se a essa atividade. Foi identificado que a maioria dos produtores que efetiva esse tipo de produção o faz em propriedades maiores, com mais de 20 hectares, em áreas mais planas e mais afastadas da cidade, como a região dominada pelo Pantanal.

Outro ponto que chama atenção em relação aos bovinos de corte é o fato de que alguns dos entrevistados relataram o desejo de possuir áreas maiores, para dedicar-se exclusivamente a criação desses animais. Isso se dá porque eles acreditam tratar-se de uma atividade que não exige trabalho tão intenso por parte da família. Foram comuns frases como “quando fica velho, nós não damos conta do serviço na roça” ou “mato-grossense gosta é de cria (sic) boi”.

Também foi citada a criação de outros animais, em menor incidência. Os equinos e os peixes foram citados por 2 entrevistados e os ovinos e as abelhas por 1 entrevistado cada. Destaca-se que esses animais e seus produtos são destinados principalmente para consumo ou uso da própria família, como demonstrado na Tabela 17.

Tabela 17 - Produção oriunda da pecuária e principal destino, 2017

Produto	Produtores	Destino da produção	Produtores
Bovinos p/Leite	12	Comercialização	6
		Autoconsumo	2
		Ambos	4
Bovinos p/Corte	7	Comercialização	0
		Autoconsumo	1
		Ambos	6
Suínos	12	Comercialização	1
		Autoconsumo	8
		Ambos	3
Equinos	2	Comercialização	0
		Autoconsumo	2
		Ambos	0
Ovinos	1	Comercialização	0
		Autoconsumo	1
		Ambos	0
Frangos	24	Comercialização	1
		Autoconsumo	3
		Ambos	20
Peixes	2	Comercialização	0
		Autoconsumo	1
		Ambos	1
Abelhas	1	Comercialização	0
		Autoconsumo	1
		Ambos	0

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Pela tabela se percebe que a maior parte das criações, principalmente de bovinos, suínos e frangos são destinadas tanto para o consumo, quanto para a comercialização. Os bovinos de corte são frequentemente vendidos para abatedouros locais. Já os suínos e frangos, costumam ser vendidos na feira ou para determinados clientes, assim como os ovos produzidos.

No entanto, esses e outros tipos de criação, como peixes, abelhas e ovinos, são produzidos também para o autoconsumo, garantindo a segurança alimentar das famílias. Já os equinos citados são utilizados como tração animal no trabalho das propriedades.

Mais uma vez, se percebe uma das características marcantes da agricultura familiar: o uso da produção para atender tanto a necessidade da família, quanto a comercialização para o mercado a que atende (GOMEZ, 2001). Observa-se também que as atividades desenvolvidas são proporcionais ao tamanho das propriedades, pois enquanto as maiores conseguem criar

alguns bovinos, a maior parte das pequenas propriedades dedica-se a pequenos e médios animais, como frangos e suínos.

Para classificar as técnicas produtivas, foram identificados dois sistemas distintos de produção, identificados pelo Gráfico 8. Do total dos entrevistados, 19 ou 63% afirmaram produzir em sistema convencional, com o uso de adubos químicos, corretivos, sementes modificadas, inseticidas e pesticidas. Enquanto 11 entrevistados (37%) responderam produzir de maneira orgânica ou agroecológica, através de insumos e adubos orgânicos, e alguns, ainda, com o uso de sementes crioulas.

Gráfico 8 - Sistemas de produção indicados pelos entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Dos 11 entrevistados que responderam produzir com técnicas orgânicas ou agroecológicas, 8 pertencem a FEISOL e passaram por qualificação através de curso ofertado em 2015, pela UNEMAT. Percebe-se, até mesmo em seus discursos, a preocupação e o comprometimento com uma produção sustentável e de produtos saudáveis. Outros 3 entrevistados afirmaram optar por esse tipo de produção por vontade própria, ou por não possuir capital para a compra de agroquímicos.

Para realizar as produções nas propriedades dos entrevistados, percebe-se a pouca tecnologia ao alcance desses produtores. Isso porque, ao analisar a disponibilidade de equipamentos para realização das atividades nas propriedades, percebe-se o quão escassos são os recursos técnicos, como pode ser observado no Gráfico 9. Foi identificado que 20 dos entrevistados não possuem nenhum equipamento mecânico ou maquinário que auxilia no trabalho diário, ressaltando sempre o uso de enxada e outros instrumentos manuais. Também,

nenhum respondeu possuir trator, colheitadeira, semeadeira ou ensilhadeira, equipamentos que costumam ser bastante utilizados nas atividades agrícolas.

Gráfico 9 - Equipamentos mecânicos disponíveis nas propriedades



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

A tração animal, técnica bastante rudimentar, foi apontada como sendo utilizada por 6 entrevistados, principalmente ao ser necessário arar as áreas de plantio e pastagem. Essa técnica, apesar de não ser preferida pelos agricultores, como demonstraram em suas falas, é muito utilizada por ser o único recurso disponível e economicamente viável.

Outros 5 agricultores apontaram possuir o que denominaram como cultivador ou mini-arador⁴⁹. Esses produtores, que possuem esse instrumento, dedicam-se fundamentalmente a atividades de olericultura, ou seja, produções que exigem técnicas mais intensivas em pequenas áreas, sendo muito bem atendidas pelo respectivo equipamento.

Em comum, 27 entrevistados apontaram que, quando precisam de serviços de algum outro tipo de equipamento ou maquinário em suas propriedades, fazem a contratação, enquanto 1 afirmou nunca precisar desses serviços e outros 2 que trabalham somente de forma manual, tendo a enxada como principal equipamento. A referida contratação se dá, normalmente, através de diárias de serviço, de maneira particular, nas quais cada propriedade faz a contratação específica, ou mesmo conjunta entre vizinhos, objetivando reduzir os custos.

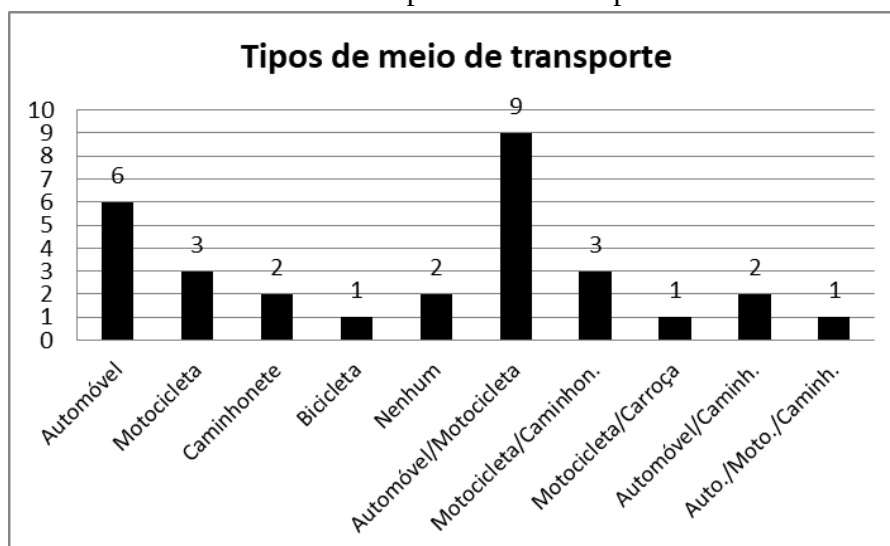
Em dois momentos, grupo diferentes de produtores, domiciliados no Cinturão Verde e no assentamento Tarumã, relataram ter interesse em formar associações fortes entre os

⁴⁹ Tecnicamente é chamado de motocultivador, um equipamento mecânico de pequeno porte cuja função é arar pequenas áreas como hortas e pomares.

agricultores daquelas áreas, pretendendo, entre outros, adquirir um trator ou outros equipamentos, que podem atender a vários produtores. Eles reconhecem não haver viabilidade econômica da aquisição de forma individual, assim como também não há essa necessidade, pois, como as propriedades são pequenas, esses equipamentos ficariam ociosos por muito tempo.

Também foi questionado quanto ao meio de transporte utilizado pela família ou bens móveis, obtendo respostas bastante plurais, que podem ser observadas no Gráfico 10. Do total de entrevistados, 16 possuem mais de uma opção de transporte, enquanto 12 possuem apenas 1. No entanto, nem todos possuem esses recursos, uma vez que 2 responderam não possuir nenhum meio próprio e, ao serem questionados sobre como fazem para se locomover, responderam depender da carona de algum vizinho ou parente.

Gráfico 10 - Meios de transporte utilizados pelos entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Os meios de transporte indicados são utilizados tanto para o deslocamento da família, quanto para o escoamento da produção. Se observa que apenas 8 possuem caminhonete, que pode ser considerado um veículo propício tanto para transportar o que foi produzido na propriedade, quanto para levar até ela insumos e equipamentos necessários para a produção. Ressalta-se ainda que as caminhonetes referidas são de pequeno porte, do tipo utilitário.

Outra questão que pode ser levantada em torno disso é a falta de transporte coletivo até as áreas onde se localizam as propriedades. Todos os agricultores entrevistados afirmaram passar por suas propriedades ou proximidades os ônibus escolares, que levam as crianças aos

estabelecimentos de ensino na cidade, porém, não passam por ali outros coletivos que podem ser utilizados pelos moradores não escolares.

Entendendo a importância do acesso ao apoio técnico e financeiro para desenvolver as atividades na propriedade, foi questionado sobre o relacionamento com órgãos de apoio e financiamento de atividades agrícolas. A questão deu destaque à Secretaria Municipal de Agricultura, órgão público destinado a apoio e organização da atividade agrícola no município, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que busca dar apoio e representar os agricultores do município, e os bancos, que costumam dar ao produtor acesso ao crédito e financiamentos. Os resultados são apresentados na Tabela 18.

Tabela 18 - Relação dos entrevistados com órgãos de apoio e financiamento, 2017

RESPOSTAS	ORGÃOS		
	Secretaria Mun. da Agric.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Bancos
Ótima	-	-	-
Boa	7	16	18
Regular	8	6	7
Ruim	8	2	1
Não soube responder	7	6	4
TOTAL	30	30	30

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Percebeu-se que os entrevistados indicaram ter um relacionamento melhor com o sindicato rural e com os bancos do que com a Secretaria Municipal de Agricultura. Observa-se que a maioria, 16 e 18 entrevistados, possuem relação boa com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os bancos, enquanto apenas 7 possuem esse nível de relação com a secretaria. Em contrapartida, 8 produtores indicaram uma relação ruim com a secretaria, enquanto 2 com o sindicato e 1 com os bancos. O relacionamento apontado como regular aos três órgãos permaneceu relativamente equilibrado, com 8 respostas para a secretaria e 6 para o sindicato e banco.

Vale lembrar que cada órgão ou instituição acima apontado possui seus próprios objetivos. Naturalmente, o interesse das instituições bancárias e de crédito é oferecer seus produtos e atrair clientes, o que auxilia para o bom relacionamento com os entrevistados.

Alguns entrevistados afirmaram não saber responder, sendo que isso foi indicado por 7 em relação à Secretaria Municipal de Agricultura, 6 para o Sindicato e 4 para os bancos. A maioria dessas respostas se deu pelo entrevistado não possuir relações ou contato com esses

órgãos, ou por não saber demonstrar seu nível de relacionamento. Dos entrevistados, 6 não pertencem ao Sindicato dos Trabalhadores Rural.

Percebe-se que, quanto ao poder público municipal, há certo distanciamento ou insatisfação por parte dos agricultores. Foi comum ouvir comentários como “Serve pra quê? Pra (sic) nada” ou “Hoje é ruim. Já foi boa, mas agora não”. Isso faz com que, muitas vezes, esses produtores procurem sanar suas necessidades ou demandas por conta própria, buscando crédito, infraestrutura ou qualificação da forma como lhes é possível.

Em complementação a essa pergunta, se questionou o acesso à assistência técnica e se possuem ou não financiamentos correntes, podendo observar as respostas na Tabela 19. Quanto à assistência técnica, apenas 5 entrevistados responderam recebê-la, sendo que 1 disse ser apoiado por professores e alunos da UNEMAT, 2 da Empaer – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, 1 realizou cursos de suporte técnico por essa última e 1 afirmou pagar por esse serviço sempre que necessita. Pôde-se observar que, quando feita essa pergunta, 8 entrevistados afirmaram já ter recebido algum tipo de assistência técnica por parte da própria Empaer, Unemat, IFMT e Prefeitura Municipal, mas hoje isso não ocorre mais.

Tabela 19 - Assistência técnica e financiamento recebidos pelos entrevistados, 2017

Respostas	Assistência Técnica	Financiamento
Sim	5	12
Não	25	18
Total	30	30

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Já sobre o financiamento, 18 entrevistados afirmaram não os possuir e 12 responderam possuí-los e, desses, 9 disseram ser para a aquisição das terras e 3 de equipamentos das atividades agrícolas, como coberturas e sistemas de irrigação. O que chama atenção é o conhecimento de que 15 entrevistados se localizam em áreas de terras financiadas do Banco da Terra, mas nem todos reconhecem esse como um financiamento corrente. No total, 3 entrevistados confidenciaram que não realizam (e não farão) o pagamento das parcelas do referido, com frases como “Vamos deixando como está” ou “Não sobra pra pagá(sic)”.

Um dos entrevistados que trabalha com olericultura nas proximidades da cidade, contou que conseguiu aprovar um crédito de 150 mil reais junto a um banco para realizar um projeto de cobertura e construção de estufas em sua propriedade. Porém, não sabe se utilizará esse recurso, já que está “pensando se vale a pena e compensa pegar o dinheiro”. Sua

preocupação é a rentabilidade da atividade não compensar o investimento já que, segundo ele, o mercado consumidor está “muito pequeno” no município.

Após o entendimento da dinâmica das propriedades, sente-se a necessidade de conhecer a realidade social e econômica das famílias do campo, os principais atores da agricultura familiar.

5.5 Dimensão social e econômica

Buscando compreender as famílias entrevistadas e conhecer um pouco do perfil de parte dos agricultores familiares de Cáceres, procurou-se o entendimento da composição familiar, o tempo e as condições de desenvolvimento das atividades na propriedade, as condições econômicas da família e do relacionamento entre os vizinhos.

Para demonstrar melhor a realidade do tempo em que os agricultores possuem suas propriedades e que se dedicam às atividades agropecuárias, optou-se por unir essas duas informações em uma mesma tabela, permitindo a comparação de ambas. Para tal, a partir dos questionários respondidos, foram definidas classes que podem ser observadas na Tabela 20 e possibilitam agrupar melhor as informações.

Tabela 20 - Tempo de propriedade e dedicação à agropecuária pelos entrevistados, 2017

Intervalo de tempo	Que possui a propriedade	Que se dedica a atividades agropecuárias
Até 10 anos	3	1
De 10 a 15 anos	17	2
De 15,1 a 20 anos	4	3
De 20,1 a 30 anos	2	8
Mais de 30 anos	3	16
Não pertence	1	-
TOTAL	30	30

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Ao se observar os dados, percebe-se que o tempo que os entrevistados possuem a terra e a que se dedicam às atividades agropecuárias não são proporcionais. Isso pode ser facilmente observado ao comparar os dois extremos máximos, enquanto a maior parte dos entrevistados (57%) relata possuir a propriedade entre 10 e 15 anos, o tempo que a maioria (53%) se dedica às atividades agropecuárias é de mais de 30 anos. Isso ocorre pelo fato de a maioria dos entrevistados ter conseguido adquirir sua terra própria nas últimas duas décadas,

principalmente considerando que esse também é o período em que foram realizados os principais projetos de reforma agrária no município.

Ainda assim, grande parte deles é oriunda de famílias do campo e dedicaram a vida toda às atividades realizadas no espaço rural. Isso pode ser observado em seus discursos, repletos de nostalgia, referindo-se a tempos pretéritos, sendo muito comum frases como “sempre trabalhei na roça” ou ainda “minha vida inteira só fiz isso”. Apenas 3 dos entrevistados afirmaram não ter origem no campo, adaptando-se a “essa vida” mais tarde.

Enquanto alguns relataram ter aprendido a profissão com os pais ou avós, outros falaram ter saído muito cedo da casa de suas famílias para trabalhar em grandes fazendas na região, ou mesmo fora. E esse é um fato determinante para alguns dos entrevistados pender a dedicar-se a pecuária, ou ainda ao gosto de possuir mais terras para poder criar bovinos.

A atividade apontada como sendo a principal geradora de renda para a família é a agrícola, tendo destaque para 20 das famílias entrevistadas, como demonstrado na Tabela 21. Ainda, as atividades agrícolas são o carro-chefe das propriedades conhecidas, o que não nega a existência de atividades não-agrícolas, mas sim reconhece que sua expressão econômica não é tão significativa quanto à primeira.

Tabela 21 - Principal atividade geradora de renda para as famílias entrevistadas, 2017

Principal renda da família	Famílias
Atividade agrícola	20
Atividade não-agrícola	0
Aposentadoria	6
Outro - trabalho fora	4
TOTAL	30

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Após a atividade agrícola, destaca-se a aposentadoria como sendo a principal fonte de renda para 6 famílias. Isso se dá como consequência do elevado número de idosos ou pessoas aposentadas por invalidez, como foi identificado na pesquisa.

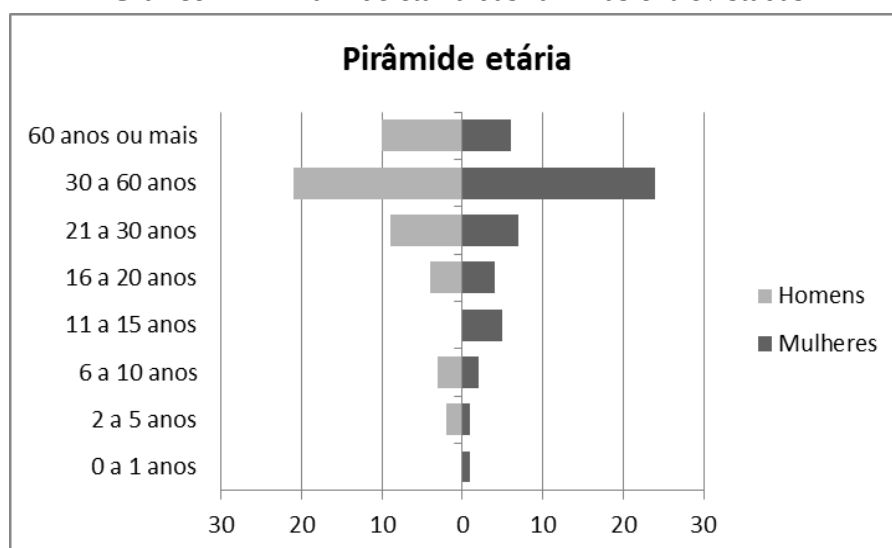
Por fim, ainda foi indicado o trabalho realizado fora da propriedade como sendo a principal fonte de renda para 4 famílias. Trabalho esse concretizado principalmente na cidade. Essa fonte de renda tem, segundo os entrevistados, importância semelhante à aposentadoria: ser uma renda fixa, que não depende das condições climáticas ou do tempo e trabalho dedicados dentro da propriedade.

A população total contemplada pela pesquisa, composta pelas famílias dos entrevistados, é de 99 pessoas, sendo 50 mulheres e 49 homens, demonstrando certo

equilíbrio entre os sexos. Esse equilíbrio foi observado também nas respostas quanto à diferenciação do trabalho masculino e feminino na propriedade, uma vez que a maioria dos entrevistados afirmou não haver distinção entre atividades desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres. Apenas 5 afirmaram que a mulher se dedica primeiramente às atividades domésticas e, posteriormente, às atividades no campo.

Observando o gráfico de pirâmide etária da referida população no Gráfico 11, se constata um formato piramidal invertido, o que se dá pela caracterização do envelhecimento populacional. Os membros das famílias contempladas pela pesquisa possuem concentração maior nas faixas etárias acima de 30 anos.

Gráfico 11 - Pirâmide etária das famílias entrevistadas



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

No extremo oposto, a base do gráfico, percebe-se que a população com idade relativa à juventude, até 16 anos é pouco expressiva. Isso concebe que, em poucas gerações, a mão de obra disponível será reduzida nessas famílias, o que poderá acarretar no decréscimo da renda familiar, o que, por sua vez, pode ocasionar o esvaziamento do campo, ou um uso maior de equipamentos, quando isso for necessário e possível.

Há jovens nas famílias consideradas na pesquisa, mas que já não são contados como mão de obra disponível na propriedade, uma vez que estudam ou trabalham na cidade. Parte desse processo é explicado por Carneiro (2001, p.41) quando discorre que “a oferta de emprego urbano e a valorização do estudo como meio de ascensão social têm efeitos sobre a desvalorização do trabalho agrícola”.

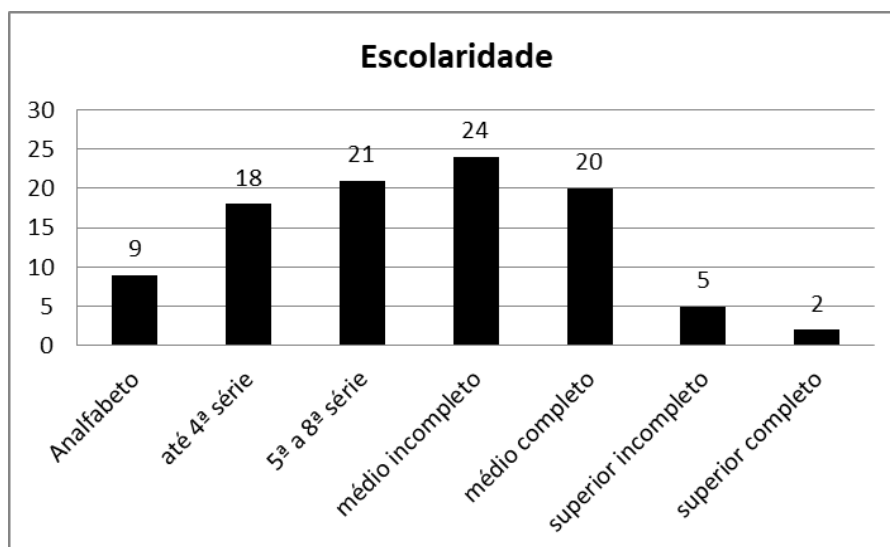
Já o envelhecimento da população no campo é um fenômeno amplamente discutido por Camarano e Abramovay e (1999), que chegam a se referir a esse como um risco de declínio do rural.

O envelhecimento e a masculinização do meio rural são, talvez, a expressão mais flagrante de seu declínio. É bem verdade que, nos últimos anos, as migrações de retorno de populações aposentadas e com um bom nível de renda têm contribuído para inverter processos de desagregação que pareciam irreversíveis [Cromartie e Calvin (1997)]. Mas é claro que a ausência de jovens e a desproporção entre os sexos acabam por comprometer as próprias chances desta retomada. (Ibid., p.15)

No caso dos dados levantados pelo questionário, não se observa uma masculinização entre as famílias analisadas, uma vez que demonstraram proporcionalidade, com 51% de mulheres e 49% de homens, em uma amostra de 99 pessoas. Todavia, quanto ao processo de envelhecimento da população, esse é evidente, como apresentado na pirâmide etária, o que, com o passar dos anos, tende a comprometer o trabalho nas propriedades.

Quanto à escolaridade, apresentada no Gráfico 12, observa-se que a maior parte da população concentra-se no nível de ensino médio incompleto (24 pessoas), no ensino médio completo (20 pessoas) e entre a 5ª e 8ª série (21 pessoas).

Gráfico 12 - Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Essas classes são seguidas por aquela que concentra 18 pessoas que ingressaram na escola e a seguiram apenas até a 4ª série. Quanto ao ensino superior apenas 7 pessoas

ingressaram nesse nível, sendo que 2 pessoas concluíram e 5 ainda cursam. Por fim, considera-se a população declarada como analfabeta, que corresponde a 9 pessoas.

Apesar do gráfico considerar, apenas, os números absolutos de escolaridade e não identificar as faixas etárias dessa população, essa análise pode ser feita diretamente sobre cada questionário respondido. Com isso, pode-se observar algumas particularidades

No caso das 9 pessoas declaradas como analfabetas. Levando em consideração que há entre as pessoas consideradas 4 crianças em idade pré-escolar, passamos a ter 5 (todas adultas) sem escolarização, ou seja, adultos que declaram não saber ler ou escrever. Percebeu-se ainda que isso ocorre principalmente entre idosos.

Em geral, reconheceu-se que as crianças e jovens em idade escolar estão regulares em seu tempo de estudo. Vários foram os entrevistados que demonstraram preocupação em permitir que os filhos e netos frequentem e concluam a escola. Alguns, ainda complementaram, afirmando almejar que os seus descendentes tenham outras oportunidades de emprego e formação fora da vida rural.

Observou-se ainda, uma relativa concertação em se tratando do ensino superior. Isso porque, das 7 pessoas que declaram matriculadas ou concluintes em graduações, 3 pertencem a mesma família. Seu patriarca no momento de responder ao questionário mencionou que apesar de ser analfabeto, sabe da importância da formação e qualificação da família para o trabalho na propriedade, por isso estimulou a esposa, filho e nora a seguir os estudos.

Esses dados demonstram a baixa escolaridade, principalmente entre os adultos que são a principal força de trabalho dos estabelecimentos rurais. Muitos afirmaram aprender o ofício e a técnica empregada através da prática, principalmente aquela passada de pai para filho. Em poucos casos, afirmaram participar de cursos ou atividade de formação e aperfeiçoamento profissional.

Quanto à renda total das famílias, percebe-se que 50% (15 dos entrevistados) indicaram obter 2 a 3 salários mínimos mensais, como pode ser visualizado na Tabela 22. Enquanto isso, 9 entrevistados apontaram renda entre 3,1 a 5 salários mínimos.

Tabela 22 - Renda mensal das famílias entrevistadas, 2017

Classes de renda	Famílias
Até 1 salário mínimo	4
De 2 a 3 salários mínimos	15
De 3,1 a 5 salários mínimos	9
Mais de 5 salários mínimos	2
TOTAL	30

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Já na classe correspondente até 1 salário mínimo observam-se 4 famílias, que em geral, atribuem o baixo rendimento à dificuldade de realizar trabalhos mais intensos na propriedade, como no caso de idosos ou adoentados. Em geral, esses possuem renda oriunda de aposentadoria.

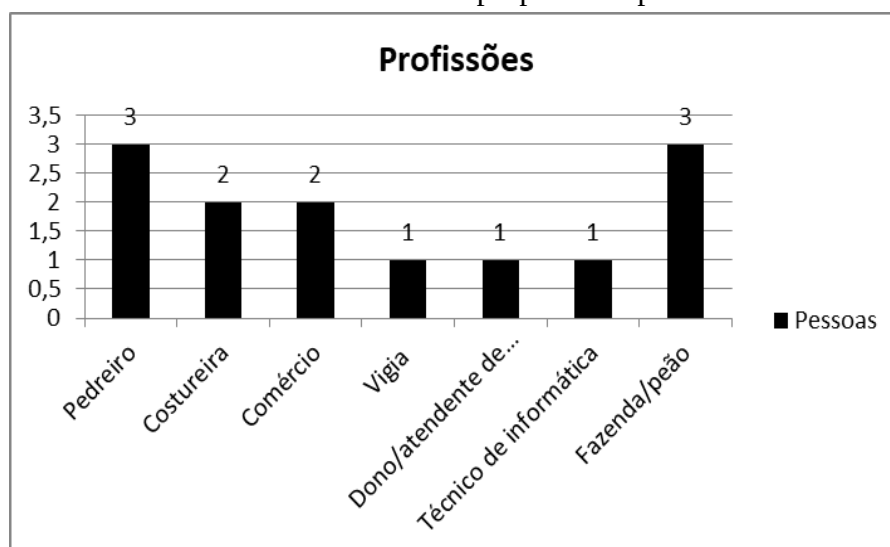
Em polo oposto encontram-se 2 famílias que obtém acima de 5 salários mínimos, sendo esses casos bem específicos. Em um deles, a família é um dos participantes dos programas de fornecimento de alimentação para a rede escolar e as forças armadas, que “pagam um valor acima do preço do mercado e da feira”; o outro entrevistado nessa classe trabalha, fundamentalmente, com granjas de criação de suínos e galináceos e consegue bons mercados para sua produção. Essas situações demonstram a variação de condições econômicas e rendimentos apresentados entre os entrevistados, identificando que isso se dá pelas diferentes condições técnicas, de qualificação profissional, capital próprio ou acesso a crédito, disponibilidade de mão de obra na propriedade e acesso a mercados consumidores favoráveis.

Outra questão identificada em relação à renda mensal, é a dificuldade que muitos tiveram em fornecer essa informação, por não possuir um controle rígido de seus ganhos e gastos mensais, geralmente calculando o que ganham em cada feira ou entrega para os programas e cooperativas. Um segundo ponto também deve ser considerado, a não regularidade dos ganhos, pois alguns produtos são vendidos apenas em determinadas épocas e de maneira bem específica, como o gado de corte, que exige anos de engorda antes da comercialização. Certamente a falta de controle sobre ganhos e gastos pode prejudicar esses agricultores quanto às possibilidades de novos investimentos e substituição de atividades produtivas por outras mais rentáveis, ou seja, impacta sobre sua dinâmica financeira.

Com os questionários aplicados também foi verificada a existência de trabalho não-agrícola fora da propriedade. Identificaram-se 13 membros das famílias consideradas que, além das atividades agrícolas, também dedicam-se a outras profissões, conforme demonstrado no Gráfico 13.

As duas profissões mais recorrentes são a construção civil através do trabalho de pedreiro, e a atuação em grandes fazendas locais como peão, sendo 3 trabalhadores em cada uma delas. Aparecem também duas mulheres que trabalham como costureiras e outras duas como vendedoras em lojas no comércio local. Ressata-se que 3 delas também são identificadas como mão de obra atuante na propriedade da família.

Gráfico 13 - Profissões exercidas fora da propriedade por membros das famílias



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Ainda, foi reconhecido 1 técnico de informática que, apesar de morar na propriedade, não compõe sua mão de obra. Também foi identificado 1 homem que atua, no horário noturno, como vigia de um órgão público e, durante o dia e finais de semana, trabalha na propriedade da família.

Por fim, foi identificada uma propriedade que, além das atividades agrícolas, possui um bar em seu espaço. Esse empreendimento utiliza-se do trabalho familiar e é apontado como importante fonte de renda. Segundo o proprietário, o bar possibilitou a manutenção da família nos primeiros anos em que se instalaram naquela terra e ela ainda não era produtiva.

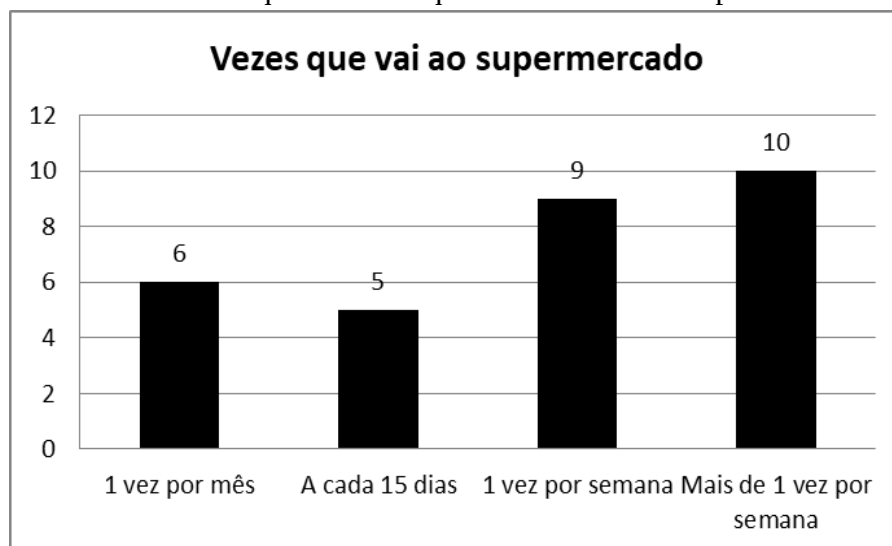
Não foram identificadas diferenças significativas do uso da mão de obra familiar em períodos determinados. Apenas aqueles que atuam como pedreiros afirmaram possuir mais trabalho na construção civil nos períodos de seca, uma vez que a chuva prejudica essa atividade. Em contrapartida, na estação chuvosa conseguem dedicar-se mais as atividades na propriedade.

Por conta da configuração da força de trabalho, do tamanho da propriedade e dos recursos técnicos disponíveis, nem sempre é possível que a família produza todo o necessário para seu consumo. Daí, a necessidade de deslocamento até os supermercados localizados na cidade para comprar aquilo que não se pôde produzir ou o que não se consegue fazer em suficiência.

No Gráfico 14 observa-se que a família de 10 dos entrevistados vai ao supermercado mais de 1 vez por semana, enquanto 9 desloca-se a esses locais 1 vez por semana. Em geral,

nessas duas situações, suas propriedades localizam-se em áreas não tão distantes da cidade, com distância máxima em torno de 20km.

Gráfico 14 - Frequência com que a família vai ao supermercado



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Já em se tratando das opções a cada 15 dias ou 1 vez por mês, essas foram escolhidas por 5 e 6 entrevistados, respectivamente. Em situação oposta à relatada nas opções anteriores, as propriedades desses entrevistados situam-se em áreas um pouco mais distantes da cidade, acima de 20 ou 30 km, o que dificulta seu deslocamento. Chama-se atenção também para dois casos de entrevistados que não possuem veículos, o que faz com que dependam de parentes ou vizinhos, por isso tendem a ir ao supermercado uma única vez no mês.

Os produtos adquiridos nos supermercados ou demais pontos de comércio local são os mais diversos, compreendendo gêneros industrializados e *in natura*, como pode ser observado na Tabela 23. Nessa, procurou-se apresentar também quantas famílias compram ou não cada gênero alimentício, uma vez que com essa informação pode-se relacionar os itens produzidos nas propriedades ou comprados e trocados entre os vizinhos.

Em geral, os produtos mais indicados pelos agricultores são os grãos e cereais, tendo como destaque o arroz, o feijão e as farinhas diversas, sendo apontados por 29, 28 e 29 entrevistados, respectivamente. Esses gêneros são de produção mais difícil e de consumo frequente, o que faz com que, mesmo que os agricultores os produzam, normalmente precisam adquirir para complementar a alimentação da família ao longo do ano todo. As bebidas, principalmente o refrigerante, também possuem compra frequente, sendo apontados por 28 dos 30 entrevistados.

Tabela 23 - Tipos de produtos adquiridos pelas famílias no supermercado, 2017

Grande grupo	Gêneros específicos	Compra	Não compra	TOTAL
Carnes	Frango	11	19	30
	Porco	12	18	30
	Boi	16	14	30
Laticínios	Peixes	12	18	30
	Leite/queijo	13	17	30
Grãos e cereais	Arroz	29	1	30
	Feijão	28	2	30
	Farinhas	29	1	30
	Pães e bolachas	16	14	30
Bebidas	Sucos	11	19	30
	Refrigerantes	28	2	30
	Bebidas alcoólicas	17	13	30
<i>In natura</i>	Frutas, verduras e legumes	6	24	30

Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Já os produtos que são menos adquiridos pelos entrevistados são as frutas, verduras e legumes, sendo apontadas apenas por 6 dos entrevistados. Ainda assim, alguns deles falam que comprem apenas aqueles gêneros que não são produzidas na propriedade, obtidas de vizinhos ou na feira. Muitos atribuem esse fato à preferência em plantar sua horta ou comprar produtos de procedência conhecida, de modo a garantir sua qualidade.

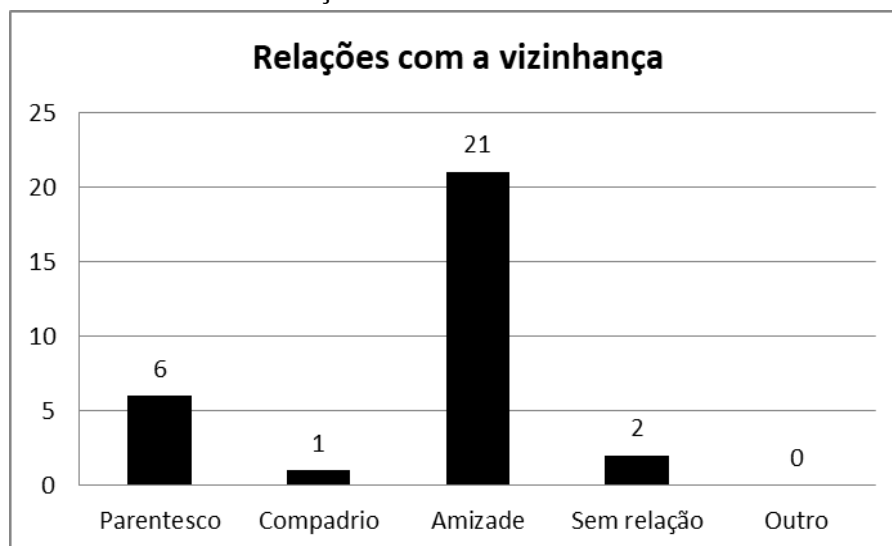
Segundo os entrevistados, é comum que determinados gêneros sejam permutados ou comercializados entre vizinhos, principalmente em se tratando de gêneros produzidos apenas por uma das partes. Essa é uma das práticas que permite a aproximação dos membros das comunidades, garantindo ajuda mútua em situações diversas, incluindo a segurança alimentar. Foi possível presenciar uma troca de produtos entre feirantes da FEISOL, ao término de uma das feiras semanais, prática que inclusive é incentivada pela economia solidária. Uma das agricultoras entrevistadas na ocasião afirmou ser “melhor trocar com os companheiros do que jogar fora, todo mundo sai ganhando”.

Conforme as informações levantadas, o relacionamento entre os vizinhos é harmonioso, como pode ser verificado no Gráfico 15, uma vez que 21 entrevistados relataram ter uma relação de amizade com as famílias vizinhas. Enquanto isso, 6 possuem relações de parentesco, sendo que esses foram verificados nos assentamentos Tarumã e Sapicuá, onde irmãos, pais e filhos estão próximos uns aos outros.

Um caso que chama atenção é o de 3 irmãos entrevistados, que possuem seus sítios contínuos no assentamento Tarumã. Eles relatam que costumam realizar todo o trabalho

juntos, desde o plantio, colheita, manutenção das propriedades e a comercialização na feira. Pelas entrevistas realizadas com os mesmos, percebe-se a dependência existente entre eles, tanto nas relações familiares, quanto nas atividades profissionais.

Gráfico 15 - Relações dos entrevistados com os vizinhos



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Entre os demais entrevistados, apenas 1 respondeu possuir relações de compadrio com uma família vizinha. Por fim, 2 entrevistados relataram não possuir relações mais estreitas com os vizinhos. Esses dados permitem observar uma marca comum entre famílias rurais, a estreita relação com a comunidade local, sendo esse aspecto reconhecido na caracterização do espaço rural. Wanderley (2003) destaca que isso está ligado ao fato de morar e trabalhar no campo, atividades que compõem a totalidade da propriedade rural.

Sobre isso, Wanderley e Favareto (2013, p.439) trazem que “nada é mais valorizado do que a vida entre vizinhos, que se conhecem e estabelecem entre si relações de interdependência e formas de solidariedade que viabilizam a sobrevivência de todos e que dão conteúdo ao espaço rural como lugar de vida e de trabalho”. Essas relações podem ser observadas na prática a partir da realização de atividades coletivas, quando os vizinhos se auxiliam. Na Figura 32, pode-se observar o trabalho coletivo no abate de um suíno e na realização de festa religiosa.

Com isso, demonstra-se também a existência de um forte senso social e comunitário e do estabelecimento de laços identitários, defendidos por Gomez (2001) como características marcantes do espaço rural. Esses fenômenos são ainda mais intensos nas áreas de predominância da agricultura familiar e das pequenas propriedades.

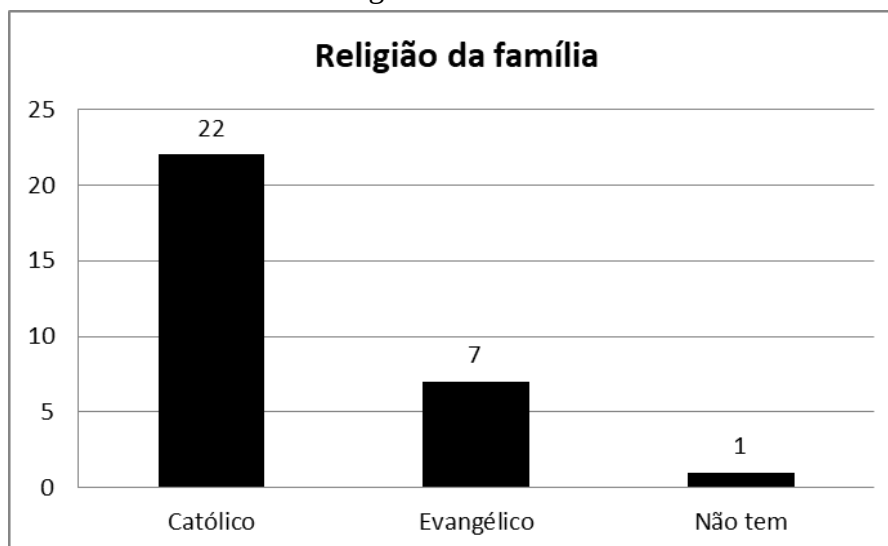
Figura 32 – Trabalho coletivo entre vizinhos



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Quanto à religião da família, as respostas foram bastante polarizadas, sendo apontadas apenas a católica e a evangélica, além de um único entrevistado, que disse não ter religião. Do total de entrevistados, 22 apontaram o catolicismo como sendo sua religião e 7 se disseram evangélicos, não especificando a qual igreja pertencem. Esses resultados podem ser visualizados no Gráfico 16, abaixo.

Gráfico 16 - Religião das famílias entrevistadas



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Nas visitas de campo realizadas, percebeu-se a presença de igrejas ou capelas na maioria das localidades, o que pode indicar a influência religiosa nos locais. Também, muitos dos entrevistados comentaram haver reuniões e encontros entre famílias de crenças semelhantes para ritos religiosos. Na Figura 33 é possível observar a presença de templos religiosos católico e evangélico no espaço rural de Cáceres.

Figura 33 – Igrejas presentes no espaço rural



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

As famílias evangélicas de algumas comunidades como Tarumã e Facão-São José, costumam se reunir, de tempos em tempos, para fazer orações e realizar cultos em suas residências. Também costumam frequentar igrejas nas localidades onde essas se fazem presentes, ou deslocam-se para a cidade.

Já famílias católicas costumam se reunir para realizar novenas dedicadas a determinados santos⁵⁰. Também costumam realizar festas religiosas que, além da demonstração da devoção religiosa, são instrumentos sociais que permitem o estreitamento de laços entre os vizinhos e o encontro dos familiares.

Segundo Oliveira e Calvent (2012, p. 87) as festas religiosas podem ser entendidas como “práticas sociais que unem dimensões de ordens diversas, como promessas, trabalho e lazer. O lazer existente durante as festas é percebido tanto na participação dos responsáveis pela organização, quanto na dos visitantes”. Essas práticas ainda “refletem satisfação em ver o resultado do desafio assumido perante o ‘santo’. Assim a festa, além da liberação momentânea, também apresenta um caráter ideológico, pois comemorar é também conservar algo que está na memória coletiva, principalmente quando relacionado à religiosidade”.

Exatamente essa realidade foi observada nas comunidades visitadas. No Cinturão Verde, Tarumã e Facão, foi possível identificar festas promovidas por famílias locais com o intuito de agradecer a graças atendidas e demonstrar devoção a certos santos. Foram relatadas pelos entrevistados ao menos 07 festas realizadas nessas comunidades, sendo elas: de São Sebastião, São Gonçalo e Santa Catarina, duas dedicadas a Nossa Senhora Aparecida, de São Luís, de São Miguel e, ao menos 2, de São João.

⁵⁰ A religiosidade, principalmente católica, está presente em vários momentos da vida de Cáceres. Parte disso é demonstrado por Garcia (2011), quando atribui a não invasão de Vila Maria por tropas inimigas durante a Guerra do Paraguai, à uma reza fervorosa pedindo a intercessão de Santo Antonio.

Pôde-se acompanhar a festa ofertada a São Sebastião, São Gonçalo e Santa Catarina, realizada por uma das famílias na localidade do Facão, no mês de junho. A festa é oferecida e custeada pela própria família e recebe vizinhos próximos, famílias mais distantes e até mesmo membros familiares que moram na cidade, sendo marcada pelas rezas tradicionais e pela comida farta (Figura 34).

Dois foram os pontos que chamaram a atenção na referida festa. O primeiro foi o fato de haver um forte apelo religioso, com a prece sendo realizada em latim, que já havia sido referido pela proprietária da casa como sendo tradicional, “aqui a gente reza da forma antiga, é reza antiga, fia(sic)”. A reza foi realizada por um membro da comunidade local, referido como “rezeiro” e, praticamente toda a comunidade presente no local, participou da oração, demonstrando inclusive familiaridade por já ter participado de outros eventos semelhantes.

Figura 34 – Festa religiosa no espaço rural



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

O segundo ponto foi à participação de outras famílias na preparação e no trabalho da festa. O senso coletivo do trabalho esteve presente em todos os momentos, desde o abate do bovino servido na festa, ao preparo dos pratos e a limpeza final. Isso demonstra a importância das festas realizadas no espaço rural, sejam religiosas ou não, para a manutenção e reprodução dos laços entre as famílias, ou seja, a coletividade.

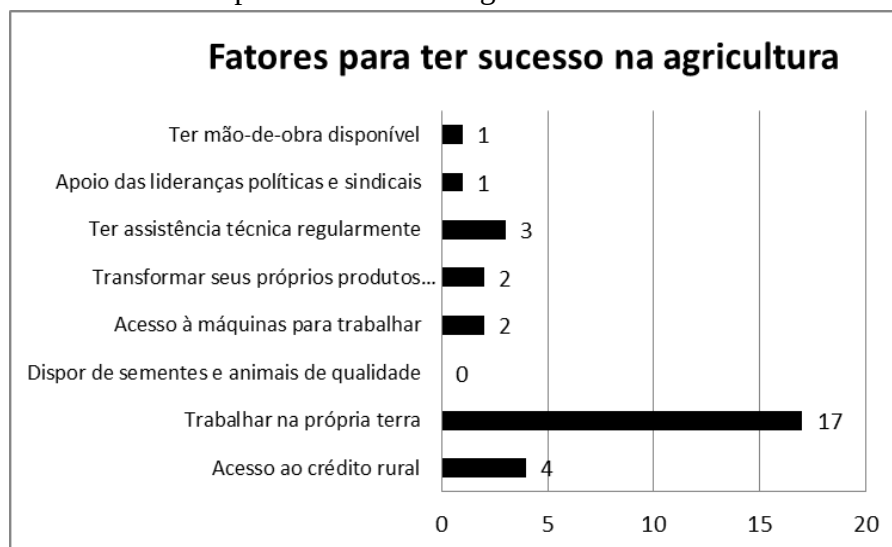
Sobre isso, Oliveira (2003, p. 241) traz que “as relações familiares, as relações vicinais e as relações de trabalho continuam semelhantes às dos bairros tradicionais e se expressam na importância da ajuda mútua, do compadrio, das festas religiosas”. Esses pontos apresentados pela referida autora são especificamente a respeito dos bairros rurais paulistas, no entanto, se percebe comportamento semelhante no rural de Cáceres. Isso porque a ajuda mútua, o trabalho coletivo, o parentesco, o senso de comunidade e pertencimento à localidade se fazem presentes.

5.6 A visão dos produtores

A pesquisa também buscou compreender a visão que os agricultores têm sobre determinados assuntos, como os fatores que condicionam o sucesso ou não na agricultura, as dificuldades da vida no campo, o papel da agricultura para a sociedade e viabilidade de permanência ou venda da terra. Acredita-se que esses pontos permitem visualizar, em parte, a clareza que esses atores têm sobre sua relevância e função.

Foi perguntado aos agricultores sobre qual o fator que consideram como o mais importante para se ter sucesso nas atividades ligadas ao rural, como uma forma de considerarmos quais os elementos mais relevantes na sua opinião. Com larga maioria das respostas, o quesito “trabalhar na própria terra” foi apontado por 17 dos entrevistados como pode ser observado no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Fatores para o sucesso na agricultura na visão dos entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Considerando que a maior parte dos entrevistados obtiveram suas terras nos últimos 10 ou 15 anos, pode-se compreender a importância que esse recurso exerce sobre suas vidas, principalmente considerando que muitos já viveram a experiência de ser empregados em outros estabelecimentos rurais, ou mesmo fora do campo. Em conversa informal, muitos apontaram o quanto o acesso a terra através de assentamento do INCRA, ou programas de financiamento do Banco da Terra, mudaram suas vidas e permitiram o sustento de suas famílias.

A visão da necessidade de ser o proprietário da terra é apontada por Wanderley e Favareto (2013, p.439) que, após levantar a situação de diversos países, afirmam que “no Brasil, o ideal de quem vive no campo é ser proprietário – ou dispor sem ameaças – de uma área que lhe permita assegurar a sobrevivência familiar”. Com isso, se identifica que é recorrente no país a necessidade de possuir a terra patrimônio e meio de trabalho fundamental aos agricultores.

Em proporção menor, com 4 respostas favoráveis, aparece o segundo fator mais citado, o crédito rural. Os entrevistados apontaram, ao longo das respostas, o crédito para aquisição das terras, o PRONAF e o crédito bancário. Logo após, com 3 respostas, aparece o acesso regular à assistência técnica, sendo que os entrevistados comentaram bastante sobre a falta que ela faz. Essa discussão já apareceu anteriormente na Tabela 19 ao se questionar os trabalhadores sobre o acesso assistência técnica.

Os fatores “transformar seus próprios produtos, agregando-lhes valor” e “ter acesso a máquinas para trabalhar a terra” foram apontados por 2 entrevistados cada um. As duas entrevistadas que citaram o primeiro já realizam atividades de processamento de sua produção, sendo que ambas processam a castanha de cumbaru, produzindo bolachas, licores e pães, e apontam essa técnica como sendo fundamental na agregação de valor e na possibilidade de ampliação da renda familiar. Já os entrevistados que apontaram a necessidade de máquinas, possuem áreas de terras um pouco maiores (acima de 20 hectares) e precisam do uso constante desses serviços. Um deles comentou que gostaria de possuir maquinário próprio, mas “se a associação tivesse, já ajudava bastante”, referindo-se à associação dos produtores de sua localidade.

Por fim, com apenas 1 indicação cada, aparecem os fatores “ter mão de obra disponível” e “apoio das lideranças políticas e sindicais” que, originalmente, não constavam no questionário e, no entanto, foram apontados pelos entrevistados e são importantes quesitos a se considerar. O primeiro, a mão de obra disponível, foi apontado por um entrevistado que vive em sua propriedade com a esposa, ambos idosos, e as netas crianças. Ele assinala que, apesar de possuir área suficiente para o sustento da família, não consegue mais trabalhar na terra, uma vez que, a idade avançada e problemas de saúde são limitadores. Disse sentir muita falta de mão de obra disponível na família.

Já fator “apoio das lideranças políticas e sociais” foi apontado por um líder de um dos assentamentos visitados e membro do COMDERS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ele comentou a falta que faz a atuação das lideranças da

agricultura familiar como um todo, na defesa da causa e da pouca expressividade com que essa é discutida pela política local.

Percebe-se, pelas respostas, que há certa consonância entre os fatores que os agricultores consideram fundamentais para o sucesso da agricultura, centrando-se principalmente na propriedade da terra. No entanto, percebe-se a diversidade existente em opiniões a partir das necessidades (já atendidas ou não) de cada um dos entrevistados.

Também foi questionado a respeito do principal problema que se tem ao residir no campo, cujo resultado é apresentado no Gráfico 18. Primeiramente, é importante destacar que 5 dos entrevistados não souberam responder ou consideraram não haver problemas, o que indica sua satisfação em residir no espaço rural. Inclusive, 2 deles responderam a esse questionamento comparando o campo à cidade, apontando as qualidades do primeiro e problemas do segundo. Em suas falas: “aqui a gente planta tudo, na cidade tem que compra (sic) tudo que come”, ainda, “na rua é muito perigoso, assalto, movimento de carro e aqui é tranquilo”⁵¹.

Gráfico 18 - Dificuldades em residir no campo na visão dos entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

O principal problema em residir no campo, citado nos questionário, é a falta de infraestrutura, apontado 13 deles. Essa indicação se deu basicamente por duas questões bastante recorrentes, a primeira delas é a situação das estradas de acesso às propriedades, uma vez que não há pavimentação e a conservação ao longo do ano todo é deficitária,

⁵¹ A expressão “rua” é muito utilizada por habitantes do espaço rural de Mato Grosso para referir-se à cidade. Por exemplo: “vou para a rua toda semana”, significa “vou para a cidade toda semana”.

principalmente nos meses de maior incidência de chuvas. Já o segundo ponto é a falta de rede de água ou poços, principalmente nas localidades Cinturão Verde e Tarumã, que ainda dependem de fontes que secam em determinadas épocas, e/ou precisam buscar água com galões, dificultado o acesso a esse recurso básico e dispendendo de um tempo significativo da mão de obra da propriedade.

Em segundo lugar está indicada a dificuldade de acesso à cidade, listada por 8 dos entrevistados. Mais uma vez, a conservação das estradas é apontada como fator primordial para a ligação da propriedade com a cidade. Juntamente dela, listam a distância da propriedade até a área urbana (foi apontado por moradores do assentamento Sapicuá, a 80 km da cidade e do Laranjeira a 70 km) e o valor dos combustíveis, o que torna o deslocamento dispendioso.

A importância do fator distância/deslocamento pode ser evidenciada por relatos de moradores do assentamento Sapicuá de que chegaram a ser 7 as famílias desse que participavam de feiras na cidade. No entanto, seis abandonaram essa prática pela distância e gastos com o transporte dos produtos da propriedade até os locais de comercialização.

Já a violência é apontada por 3 dos entrevistados como um fator problema de se viver no campo ou na propriedade especificamente, pois todos moram nas proximidades da cidade. Segundo um dos entrevistados, “os marginais descobriram a roça” ou, referindo-se a plantação de mandioca, exemplifica os furtos, “nós plantamo uma parte pra nós e outra pra eles [ladrões], eu vo colhendo de um lado e eles pegando do outro”(sic).

Como a situação da violência não foi citada por agricultores de outras áreas, inclusive das proximidades da fronteira com a Bolívia, tida pelos moradores de Cáceres como uma área perigosa, indagamos diretamente sobre a questão. As respostas, em sua maioria, foram de que as localidades onde moram são muito tranquilas, sendo comuns falas como: “os vizinhos se ajudam”, “aqui a gente deixa a casa sempre aberta”, ou ainda “as coisa ficam tudo pra(sic) fora e nunca levaram nada”.

Isso nos remete a sensação de tranquilidade que o campo passa a seus moradores, ou àqueles que buscam esse espaço, como lembrado por Bezerra e Bacelar (2013) e Gomez (2001). O campo de Cáceres ainda é tido, por seus habitantes, como tranquilo, com apenas as áreas mais próximas à cidade a serem consideradas pelos entrevistados como propícias à criminalidade, principalmente com ações de furtos no interior das residências ou da produção.

Por fim, apesar de não constar no questionário original, 1 dos entrevistados apontou a falta de valorização do agricultor e do produtor de alimentos. Segundo ele, é difícil sustentar-se produzindo alimentos quando não há valorização e apoio do poder público no

desenvolvimento das atividades, e mesmo na manutenção do homem no campo. Ele comenta que gosta de trabalhar na atividade e morar no campo, mas que produzir está cada vez mais difícil, uma vez que os custos aumentam e não se pode passar proporcionalmente esses valores ao consumidor, para não perder vendas.

Mais uma vez, as repostas indicam uma relativa convergência na opinião dos agricultores que sentem a falta de infraestrutura, normalmente apontada por eles junto da omissão ou da pouca atuação do poder público. Para conhecer essa realidade, foram percorridas as vias de acesso, constatando-se que, no período da seca (abril a outubro), quando a maior parte dos trabalhos de campos foi realizada, as vias possuíam, em sua maioria, condições de tráfego razoáveis a boas. Porém, acredita-se que, nos meses mais chuvosos, essas vias devam ficar em condições de difícil trafegabilidade em decorrência do excesso de terra e falta de cascalho na maioria das localidades, o que também foi apontado pelos agricultores.

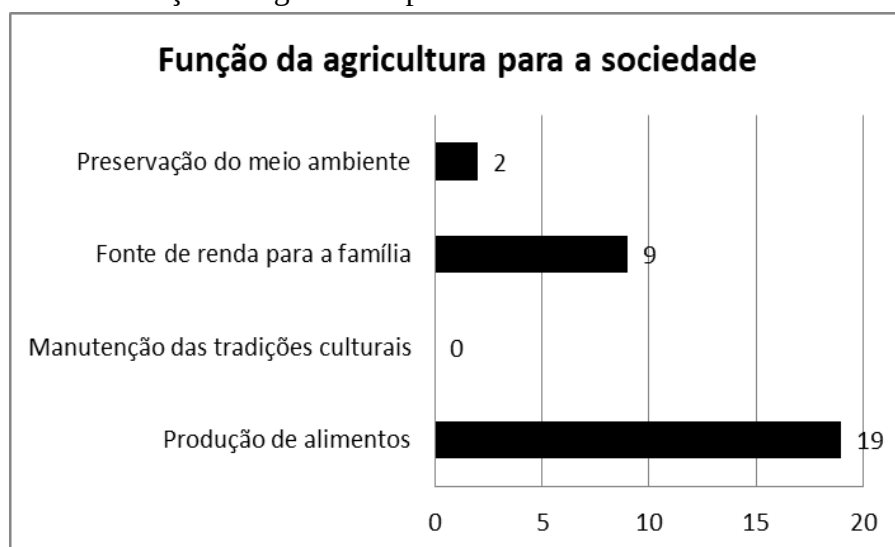
Nos demais apontamentos, percebe-se, mais uma vez, a diversidade quanto a opinião dos entrevistados em se tratando dos problemas de viver no campo que, em geral, estão ligados às necessidades de cada um. A falta de infraestrutura, a má condição de estradas, a falta de água, a violência ou a ausência de valorização do trabalho na agricultura demonstram que cada localidade e cada agricultor têm suas particularidades.

Ainda assim, mesmo com dificuldades ou problemas, os produtores reconhecem a importância da atividade que desenvolvem, como foi perceptível quando perguntados sobre a função da agricultura/agricultor na sociedade hoje, conforme demonstrado no Gráfico 19 abaixo. Do total dos entrevistados, 19 responderam que a principal função da agricultura ou do agricultor é produzir alimentos para a sociedade, muitos dos quais, no momento, complementaram indicando “produzir alimentos de qualidade”.

A resposta que indicava a agricultura como tendo a função de gerar a renda da família foi escolhida por 9 dos entrevistados. Já a preservação do meio ambiente foi apontada por 2 dos entrevistados. Nenhum indicou a função de manutenção das tradições culturais e, em suas respostas, chegaram a afirmar que é importante para isso também, mas não tanto quanto para produção de alimentos ou geração de renda.

Mesmo aqueles que optaram por outras respostas, em um momento ou outro de diálogo, reconhecem que a agricultura familiar é importante para o fornecimento de alimentos. Nenhum fez alusão a outras formas de agricultura como em larga escala, empresarial ou monocultora, como sendo importantes para a soberania alimentar. Referenciaram especificamente a produção familiar.

Gráfico 19 - Função da agricultura para a sociedade na visão dos entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Percebeu-se que os agricultores ligados à agroecologia costumam complementar suas respostas referindo-se a produtos de qualidade e com preços justos, ou, ainda, que cuidam do meio ambiente para que possam continuar produzindo. Com isso, identifica-se um acentuado senso de responsabilidade social e ambiental quanto à qualidade dos produtos ofertados ao consumidor e os cuidados com o meio que lhes fornece os recursos para a produção.

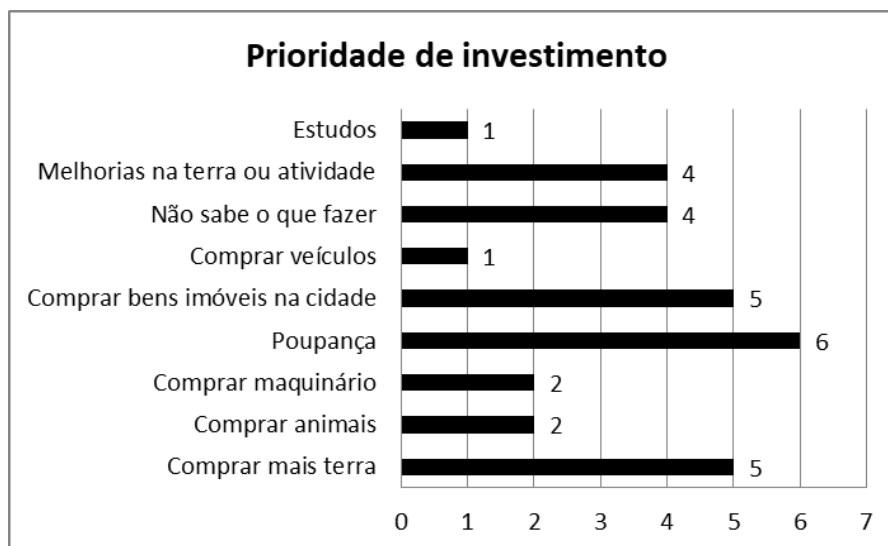
Também foi perguntado aos entrevistados qual seria sua prioridade de investimento em situação de lucratividade, sobra de dinheiro, e as respostas indicaram diversidade de entendimentos e necessidades, conforme apresentado no Gráfico 20. Primeiramente, é importante salientar que, enquanto parte dos agricultores reconhece a expressão “lucro”, aqueles ligados à agroecologia e economia solidária utilizam a expressão “sobra” para referir-se ao excedente de dinheiro gerado por suas atividades. Esses últimos incorporam, em seus discursos e práticas, os ideais da economia solidária.

Ao analisar os dados levantados, se observou um relativo equilíbrio do número de respostas entre algumas opções. Enquanto 6 entrevistados apontaram que aplicariam o dinheiro em poupança, 5 apontaram que comprariam bens e imóveis na cidade e outros 5 comprariam mais terras.

Nota-se que, nos três casos, o pensamento dos agricultores é realizar investimentos pensando no “futuro”, como foi ressaltado por alguns ao complementar as respostas. Sua preocupação é garantir propriedades como investimento ou como capitais futuros. Em geral, aqueles que focalizaram em comprar mais terras falam em investir na pecuária, por

considerarem essa uma atividade que demanda menos trabalho, sendo que um deles ressaltou que “é bom para quando a gente fica mais velho e não pode mais trabalhar na horta”.

Gráfico 20 - Prioridade de Investimento em caso de lucratividade



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Em relação a bens de móveis e animais, 1 entrevistado afirmou que compraria um veículo, salientando ser necessária uma caminhonete para transportar melhor sua mercadoria. Quanto ao investimento em maquinário, 2 entrevistados disseram que fariam essa aquisição para melhorar a execução das atividades em sua propriedade, enquanto outros 2 assinalaram que comprariam animais, dando destaque para gado bovino.

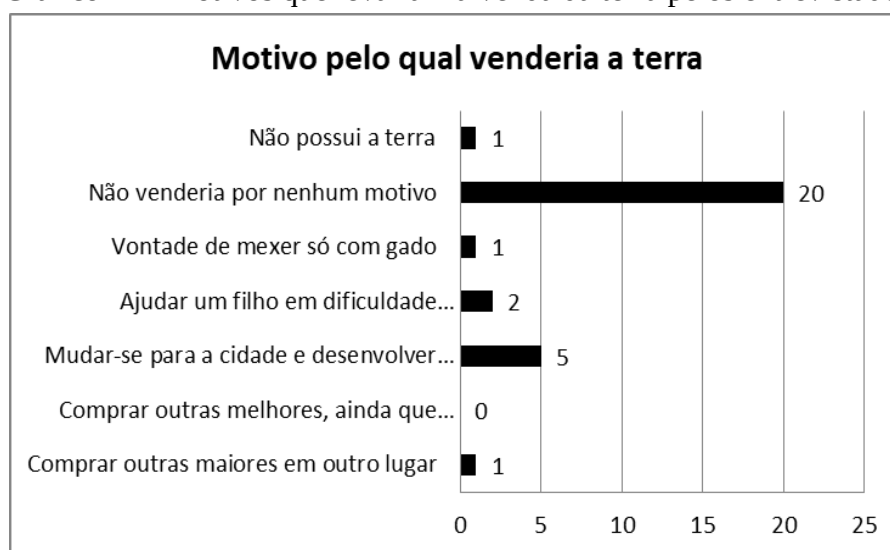
Houve 4 entrevistados que afirmaram não saber no que investiriam e optaram por não assinalar nenhuma resposta. Também chamou atenção a indicação de dois tipos de investimentos que, em um primeiro momento, não constavam no questionário, sendo o primeiro deles apontado por 1 entrevistado que falou que investiria em estudos próprios e da esposa, para que possam melhorar suas atividades. Ainda quanto a isso, 4 entrevistados expressaram que investiriam em melhorias da terra ou das atividades que desenvolvem, de modo que ficassem mais adequadas para a produção.

Com isso, se percebe o quanto são plurais as necessidades e preocupações das famílias. Enquanto uns preocupam-se em investir no próprio espaço rural e suas atividades, outros pensam em diversificar ou expandir seus investimentos, garantindo melhor situação econômica fora daquele.

Em complementação a essa questão, foi perguntado aos entrevistados se venderiam ou não suas terras e por quais motivos, como resultado foi elaborado o Gráfico 21.

Primeiramente, deve-se ressaltar que é de gritante expressividade a alternativa que indica que os proprietários não venderiam por motivo algum suas terras, sendo essa a escolhida por 20 entrevistados. Em complementação, alguns deles informaram não poder vender por possuir financiamento pelo Banco da Terra ou ser assentamento do INCRA, porém, a maioria expressou a ligação que criou com sua terra e a satisfação em possuí-la, além de expressar o desejo de “envelhecer” sobre ela.

Gráfico 21 - Motivos que levariam à venda da terra pelos entrevistados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Em segundo lugar, aparece a opção “mudar-se para a cidade e desenvolver outra atividade”, escolhida por 5 dos entrevistados. Destaca-se que, desses, 4 falaram que venderiam caso aparecesse uma proposta muito boa para suas terras, mas que, no momento, não estão procurando compradores, enquanto 1 afirmou já ter colocado a venda e que aguarda comprador. Quase todos relatam gostar do campo, mas o fato desse exigir muito trabalho e ser uma vida difícil a do agricultor, faz com que eles decidam que não negariam uma proposta satisfatória.

A opção de “ajudar um filho em dificuldade financeira” foi assinalada por 2 entrevistados, sendo que 1 do sexo feminino afirmou que já fez isso anteriormente, quando vendeu um sítio no município de Mirassol D'Oeste para ajudar um filho com dívidas. Já o outro respondeu que venderia porque “não deixaria um filho passar necessidade nunca”.

Pensando em trabalhar em terras maiores, 1 dos entrevistados apontou que venderia suas terras para comprar outras maiores, em outro lugar. Disse gostar de suas terras, mas que aceitaria morar longe da cidade para possuir terras maiores e dedicar-se à pecuária bovina de

corte. Resposta semelhante foi fornecida por outro entrevistado que, apesar de não constar no questionário original, apontou que tem vontade de vender sua pequena chácara nas proximidades da cidade porque “tem vontade de mexer apenas com gado”, no entanto, a esposa não está de acordo e, por isso, adia os planos.

Nenhum dos entrevistados escolheu a opção “comprar outras melhores, ainda que menores”, o que pode ser explicado pelo fato de já possuírem terras pequenas e que, por vezes, torna-se limitada para determinados tipos de atividades. Também é necessário destacar que um dos entrevistados afirmou que não poderia responder a essa questão, uma vez que a terra onde trabalha é arrendada, ou seja, não possui a propriedade para determinar sobre a venda da área.

Não apenas com essa questão, mas em vários momentos das entrevistas e visitas às propriedades, os agricultores demonstraram grande satisfação em possuir a própria terra, utilizando para ela expressões como “muito linda”, “muito boa”, “suficiente”, “não saio dela por dinheiro nenhum”. Também ficou saliente o fato de que muitos demoraram bastante tempo de suas vidas para possuir uma terra própria o que estimula sua valorização.

Observou-se também, na maior parte dos entrevistados, a satisfação em ser agricultor, produzir alimentos e viver no campo. Muitos afirmam que são felizes e sempre levaram “essa vida” ou que isso passou de “pai para filho”, outros marcam que escolheram fazer isso e que não pensam em trabalhar em outra profissão ou morar na cidade. Igualmente, percebeu-se sua compreensão a respeito da importância da agricultura para a sociedade, ao mesmo tempo como sendo algo fundamental para o sustento de sua família.

Enfim, o posicionamento dos agricultores nas conversas, suas respostas ao questionário e as observações realizadas nas localidades e nas propriedades permitiu o reconhecimento de uma agricultura familiar diversificada. Embora ainda emergente, ela possui grande potencial para desenvolver-se mais, garantir a autonomia das famílias e atender as necessidades do mercado local.

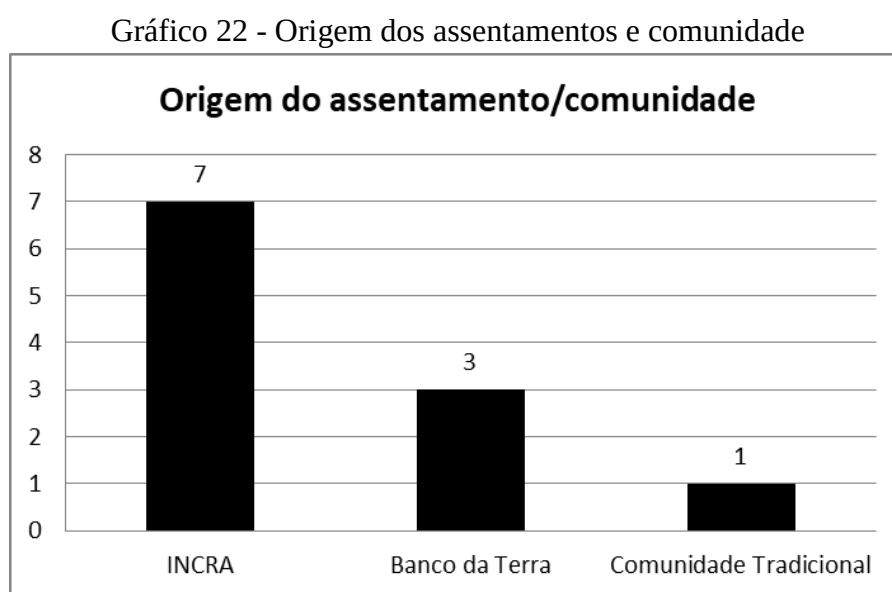
5.7 A diversidade local pelas representações

Na busca de uma visão mais ampla, além da percepção individualizada dos agricultores entrevistados, procurou-se conhecer a realidade de diferentes localidades e

organizações através de representantes. Alguns líderes de associações ou assentamentos, outros moradores antigos ou de grande expressão em sua comunidade⁵².

Foram entrevistados 11 representantes, alguns dos quais contatados em uma reunião do COMDERS e outros diretamente nos assentamentos. Como ferramenta foi utilizado questionário apresentado no Apêndice B que visou levantar particularidades de cada comunidade e sua diversificação produtiva, ele também permitiu conduzir entrevistas e comentários que forma além das questões iniciais.

Através dos entrevistados constatou-se que 7 dos assentamentos representados tiveram origem de projetos de reforma agrária do INCRA, enquanto outros 3 foram oriundos do Banco da Terra, todos instalados entre 1998 e 2012. Enquanto 1 dos entrevistados indicou que sua comunidade é tradicional, constituída à muitas décadas através de ocupações (grilagem), heranças e aquisições. Esses dados são expressos pelo Gráfico 22.

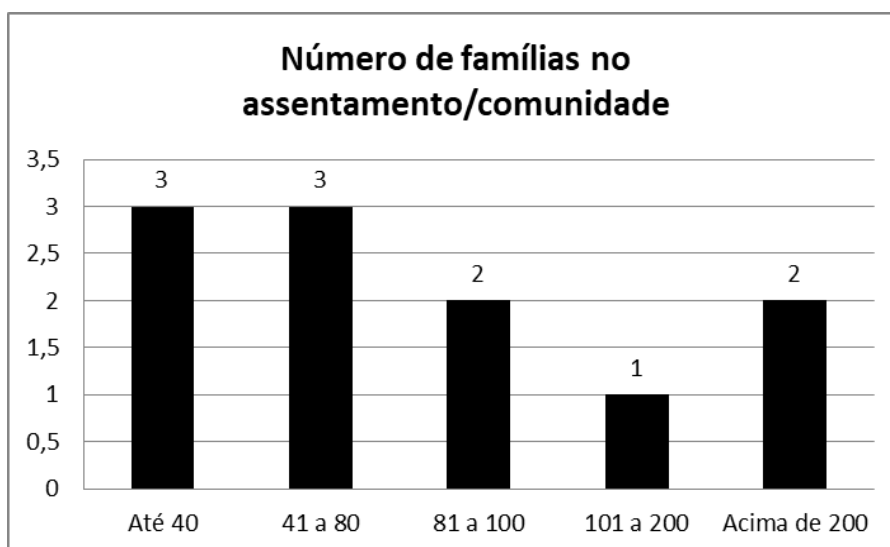


Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017; 2018)

Percebe-se com isso, que parte significativa dos assentamentos entrevistados estão ligados ao processo recente da expansão da reforma agrária no município. O número de famílias envolvidas também é significativo uma vez que em 11 assentamentos e comunidade abrangidos por esse levantamento, somam-se aproximadamente 1000 famílias, como pode ser observado no Gráfico 23.

⁵² Serão utilizadas as expressões “assentamento” para fazer referência aos assentamentos cuja origem foi via INCRA ou Banco da Terra; e “comunidade” para fazer referência às comunidades tradicionais. Tais expressões foram retiradas da fala dos próprios entrevistados e de materiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura de Cáceres.

Gráfico 23 - Número de famílias nos assentamentos e comunidade



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017; 2018)

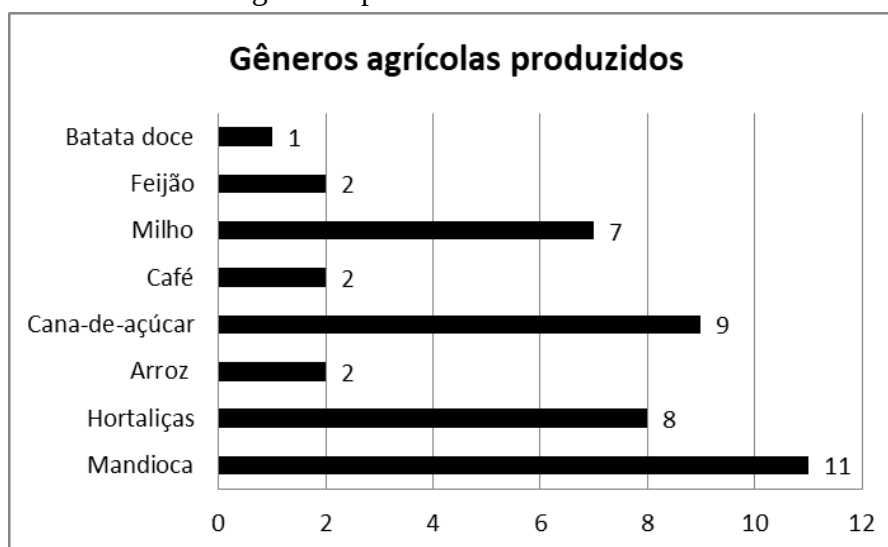
Quanto à discriminação dos dados, percebe-se que: a primeira classe demonstra que 3 localidades possuem até 40 famílias cada, sendo que uma delas é a comunidade tradicional considerada; já na segunda classe encontram-se 3 assentamentos onde estão instaladas de 41 a 80 famílias; a terceira classe representa 2 assentamentos que possuem entre 81 a 100 famílias. As últimas classes consideram os assentamentos mais populosos, sendo que 1 está classificado como possuindo de 101 a 200 famílias; e outros 2 assentamentos possuem mais de 200 famílias.

Com o questionário procurou-se levantar também a diversidade de sua produção, através do entendimento de quais gêneros são produzidos nos assentamentos e na comunidade tradicional considerada. Nessa questão os entrevistados deveriam indicar todos os gêneros que possuem uma produção significativa em suas comunidades, seja para o consumo das famílias ou destinados à comercialização.

Os gêneros agrícolas produzidos podem ser observados no Gráfico 24 onde percebe-se a grande incidência da mandioca, gênero produzido em todos os assentamentos representados, amplamente utilizado para o consumo próprio e em alguns casos também sendo comercializada. A mandioca é seguida, em ordem decrescente, pela produção de cana-de-açúcar, hortaliças e milho que aparecem respectivamente em 9, 8 e 7 localidades.

Com relevância menor são citados o café e o arroz, considerados por 2 entrevistados cada. Por fim, destaca-se o feijão e a batata doce, que apesar de não constarem no questionário original foram inseridos após serem apontados respectivamente por 2 e 1 representantes.

Gráfico 24 - Gêneros agrícolas produzidos nos assentamentos e comunidade

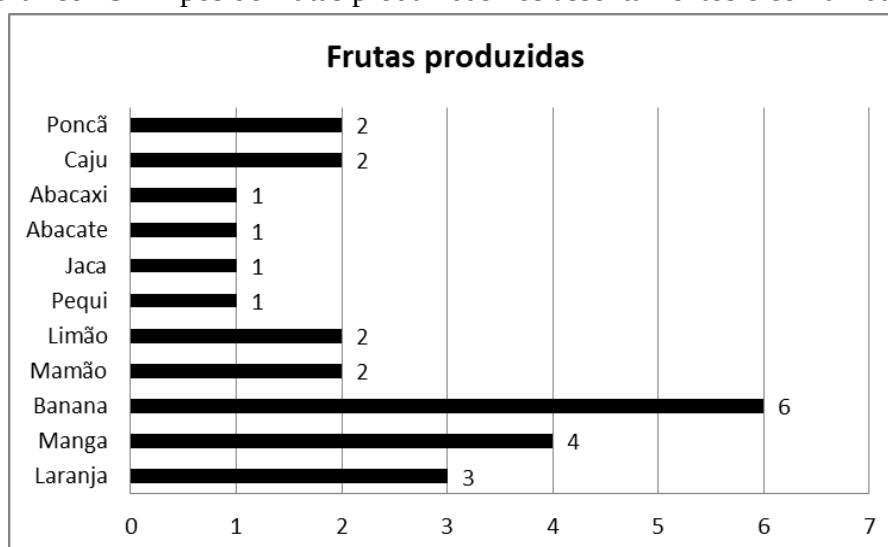


Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017; 2018)

Dos gêneros apontados pela pesquisa a cana-de-açúcar, o arroz e o café foram indicados como sendo apenas para o consumo próprio das famílias. Todos os demais, foram assinalados como sendo utilizados para consumo no estabelecimento rural, bem como para comercialização em diferentes meios.

Quanto à produção e coleta de frutas, inicialmente seriam consideradas junto aos gêneros agrícolas, mas dada complexidade das informações pensou-se por bem apresentar um novo gráfico (Gráfico 25). Cada tipo de fruta foi indicado pelos entrevistados de forma espontânea e, por vezes, indicaram mais de um gênero.

Gráfico 25 - Tipos de frutas produzidas nos assentamentos e comunidade



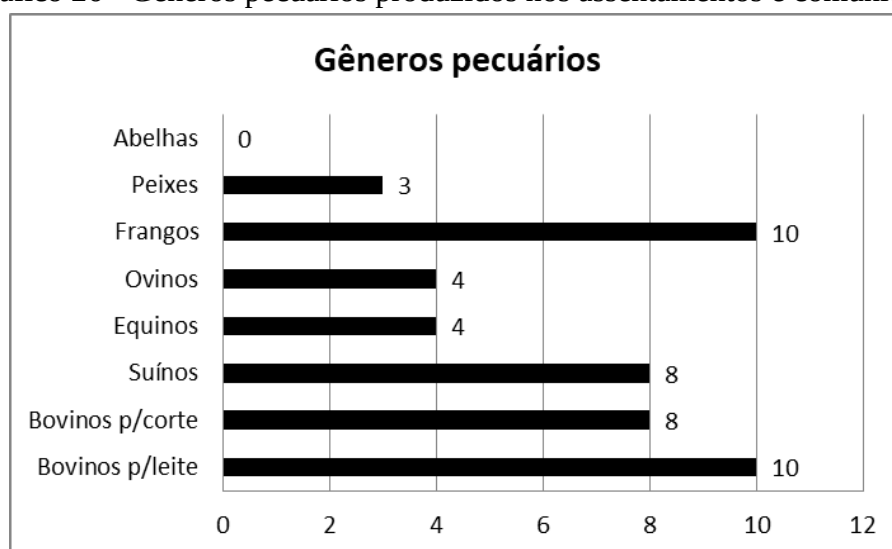
Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017; 2018)

A banana foi a fruta mais recordada, aparecendo 6 vezes, seguida da manga e da laranja indicadas 4 e 3 vezes, respectivamente. Já os gêneros poncã, caju, limão e mamão foram lembrados por 2 entrevistados cada um, enquanto o abacaxi, abacate, jaca e pequi foram apontados 1 vez cada.

Quanto ao destino dessa produção os gêneros poncã, limão, mamão, laranja e abacaxi foram apontados como sendo designados para comercialização. O pequi, a jaca e o abacate são consumidos apenas pelas famílias, enquanto os demais são destinados à ambas finalidades.

Também foi levantada a produção de gêneros oriundos da pecuária nos assentamentos e comunidade, sendo representados no Gráfico 26. A criação de bovinos para leite e de frangos foram as que mais apareceram, 10 vezes cada, sendo seguidos da criação de bovinos para corte e suínos, 8 vezes cada. A forte presença da pecuária bovina pode ser vinculada as raízes das atividades pecuárias em Cáceres e laços culturais dos produtores como vimos anteriormente.

Gráfico 26 - Gêneros pecuários produzidos nos assentamentos e comunidade



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017; 2018)

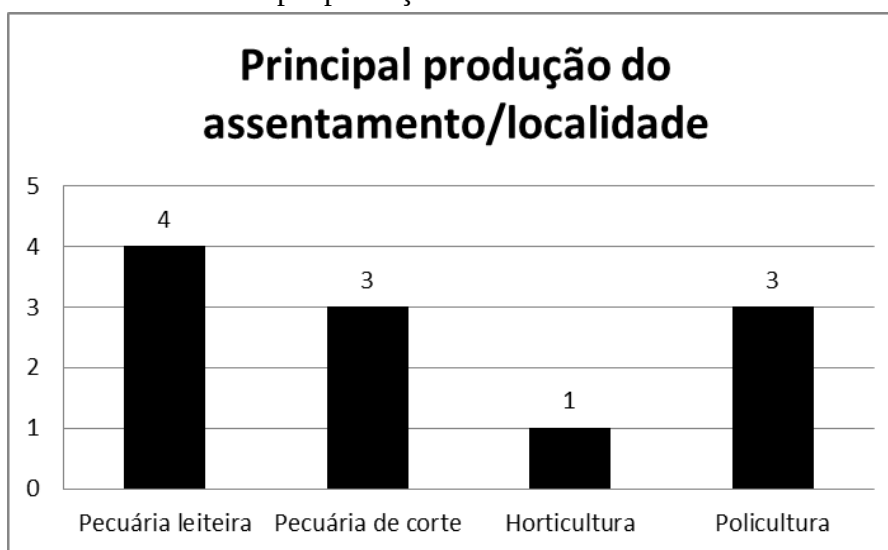
Com a terceira maior incidência aparecem os ovinos e equinos, que foram lembrados por 4 entrevistados cada, seguidos logo após por 3 indicações para a criação de peixes. Apesar da criação e manejo de abelhas não ter sido indicada por nenhum representante como já

estando presente, dois deles comentaram ter interesse em iniciar a atividade em seus assentamentos.

A criação de peixes foi apontada como sendo destinada apenas para o consumo das famílias, enquanto de equinos para uso como tração animal nos próprios estabelecimentos rurais. Os demais itens foram apontados como tendo a finalidade de comércio ao mesmo tempo em que são utilizados dentro da unidade.

Dá-se destaque à pecuária leiteira cuja maior parte da produção é destinada à laticínios da região de Cáceres, que buscam o produto diretamente nas localidades. Também a pecuária de corte é voltada principalmente para a comercialização à abatedouros do município. Por vezes essas atividades aparecem como sendo a principal produção dos assentamentos, sendo a produção de leite apontada por 4 representantes e os bovinos de corte por outros 3, como consta no Gráfico 27 abaixo

Gráfico 27 - Principal produção dos assentamentos e comunidade



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017; 2018)

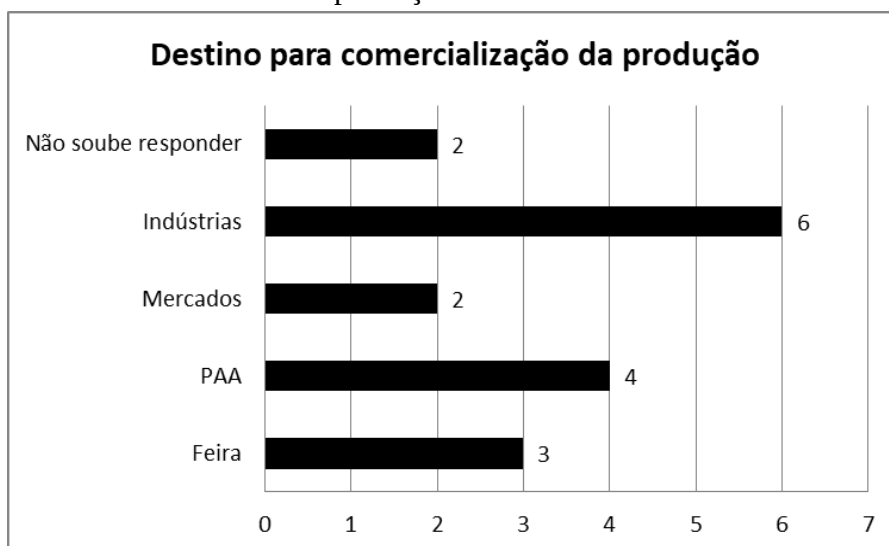
Também com 3 indicações aparece a policultura, que segundo os entrevistados abrangem muitos cultivos diferentes presentes em seus assentamentos. Por fim, a horticultura é apontada por um representante como sendo a principal atividade. De qualquer forma, a maior parte dos entrevistados destacou ser difícil definir uma única atividade, uma vez que varia de família para família e em diferentes épocas do ano

Com a demonstração dos gráficos e dados acima, percebe-se mais uma vez a diversidade produtiva presente no espaço rural de Cáceres, principalmente estando

relacionada com os pequenos estabelecimentos e com a agricultura familiar. Variados também são os destinos dados à produção.

O Gráfico 28 demonstra onde são comercializadas as produções. Inicialmente se questionou qual o principal destino, no entanto ao perceber as dificuldades dos entrevistados em elencarem apenas um item, deixou-se em aberto para indicarem mais de um. Dos entrevistados, 6 apontaram as indústrias locais e regionais como um dos principais destinos da produção, sendo essas representadas especificamente por laticínios e frigoríficos. Outros 4 indicaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como comprador significativo da produção de seus assentamentos.

Gráfico 28 - Destino da produção dos assentamentos e comunidade



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017; 2018)

Já as feiras foram apontadas por 3 entrevistados, enquanto 2 indicaram os mercados locais como destino. Em outros dois casos específicos, os representantes afirmaram que seus assentamentos ainda não possuem produção para comercialização e utilizam os produtos para o autoconsumo. Sua justificativa pauta-se no fato de que, a instalação das famílias foi recente apesar dos assentamentos datarem de 2012, sendo que um deles ainda não possui infraestrutura básica, como energia elétrica.

Pensando na relação que os entrevistados possuem com os órgãos públicos foi questionado se possuem algum tipo de apoio. Quatro deles foram enfáticos ao dizer que não possuem qualquer tipo de apoio, sendo que um chegou a afirmar “os agricultores são procurados apenas na eleição”, fazendo referência ao período eleitoral quando recebem visitas de candidatos políticos.

Outros 7 afirmaram possuir apoio, sendo que 2 deles indicaram como entidade apoiadora a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Seu auxílio se dá principalmente na qualificação e organização de grupos de mulheres extrativistas e que se dedicam a transformação dos produtos oriundos da agricultura familiar. Enquanto isso, outros 5 indicaram que a Prefeitura Municipal auxilia principalmente através da manutenção das estradas, mas indicaram também (com menos ênfase) auxílio técnico e de insumos na inseminação artificial de bovinos leiteiros. Ainda, um dos entrevistados apontou que o órgão administrativo municipal forneceu para seu assentamento um resfriador de leite e *kits* de irrigação.

Muitas vezes, uma das alternativas de apoio que os agricultores familiares encontram são os sindicatos. Quando perguntados se a maior parte dos agricultores dos assentamentos e comunidade são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município, 7 afirmaram que sim e 4 que não. Desses últimos, 2 argumentaram que parte das famílias descredita dos sindicatos e outros 2 que muitos optaram participar apenas das associações de produtores de suas localidades.

Em todos os casos, os entrevistados apontaram que sua comunidade possui uma associação que a representa ou ao menos, parte dos agricultores dessa. A maioria citou a existência dessas associações para facilitar o contato dos produtores com órgãos públicos e para participar de programas que exigem a formalização das organizações.

Dá-se destaque aqui a duas associações em especial uma vez que, além de serem citadas pelos representantes, elas foram individualmente pesquisadas por serem vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimento desde 2012 (ASSESSORIA/PMC, 2012). Para tal, os presidentes foram contatados a partir de uma entrevista semidirigida (Apêndice C) e informações prestadas são aqui relatadas.

De acordo com Oliveira (2015, p. 46) “o PAA exige a organização dos agricultores familiares em cooperativas ou associações, com objetivo de fortalecer as articulações entre produtores”. Esse requisito visaria “promover a organização política, social e econômica dos agricultores familiares, sobretudo, atuando na organização de documentos para elaboração de projetos coletivos, reduzindo custos de processamentos e comercialização dos produtos da agricultura familiar”.

Uma das associações possui hoje 31 produtores de diferentes localidades, enquanto a outra possui 54 produtores vinculados. Ao todo os associados fornecem mais de 30 gêneros de frutas, verduras, legumes e raízes, predominando banana, mamão, abacaxi, alface, couve, cheiro verde, mandioca. O fornecimento é variado e se adequa a disponibilidade dos itens em

cada época do ano. Também é importante destacar que as duas associações atuam como parceiras, auxiliando-se na entrega dos produtos em caso de falta em uma ou outra.

A comercialização dos alimentos se dá em duas frentes principais: instituições de ensino e as Forças Armadas. Com isso, as associações participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fornecendo alimentos para a merenda das escolas municipais e estaduais; e desde 2017 fornecem também, via PAA, produtos para unidades do Exército Brasileiro instaladas no município.

A renda gerada com essas modalidades de comercialização se tornou uma das principais fontes de sustento das famílias. No entanto, segundo os presidentes, há atrasos nos pagamentos que deveriam ser realizados pelo município. Chegaram a relatar seis meses de atraso, o que comprometeu significativamente a manutenção das associações e a renda familiar de seus membros.

A perspectiva das associações é a ampliação das compras pelos órgãos públicos e consequentemente, o número de agricultores participantes do programa e a quantidade de produtos fornecidos. Para isso, já estão em negociação direta com os órgãos e autoridades do município para elevar o percentual de aquisição de alimentos da agricultura familiar de 30% para 50%.

Hoje um fator limitante para as associações é o fato de trabalharem sem recursos fundamentais. Os dois principais pontos é não possuírem sedes próprias mantendo seus depósitos em prédios alugados; e não possuírem caminhões para o transporte dos produtos, tendo que utilizar veículos particulares de seus associados. Esses custos poderiam ser reduzidos e a logística melhorada, o que permitiria mais rendimentos e profissionalização nas entregas realizadas.

Por fim, se entende que os levantamentos realizados junto aos representantes dos assentamentos e comunidade e das associações permitiu reconhecer a realidade de cada localidade de forma geral, além de confirmar a compreensão da presença de diferentes realidades no espaço rural de Cáceres.

6 CÁCERES: UM RURAL DIVERSIFICADO E A BUSCA POR POLÍTICAS CONSISTENTES

Este capítulo busca a apresentação das principais atividades não-agrícolas presentes no espaço rural de Cáceres. Discorre-se então sobre as atividades turísticas presentes nesse, bem como as potencialidades para novas explorações ligadas ao lazer, descanso e alimentação. Também se procura elencar as atividades industriais estabelecidas no espaço rural, bem como aquelas localizadas na cidade, mas que estão intimamente ligadas ao campo. Entende-se que a discussão sobre essas é validada, pois estão vinculadas as discussões recentes que apontam o rural não mais como exclusivamente agrícola, mas como cenário a outras possibilidades econômicas, produtivas e de construção de vivências.

Também se traz aqui uma reflexão sobre a atuação do poder público e participação dos produtores rurais, em especial os agricultores familiares, nas tomadas de decisões. Uma vez que não é possível pensar o desenvolvimento de um espaço, sem que seus personagens principais tenham participação apresentando suas características, anseios e demandas, orientando assim as políticas públicas a atenderem suas necessidades.

6.1 As atividades não-agrícolas como novas possibilidades do rural

Como já visto ao longo desse texto, o entendimento do espaço rural na atualidade reconhece a existência e a intensificação das atividades não-agrícolas no campo. Percebe-se que esse espaço vem servindo de cenário para atuações que não estão diretamente ao rural agrícola, entendido aqui como aquele rural ligado apenas as atividades agropecuárias. Essas atividades tem como finalidade reforçar a renda da família rural, dar uma nova significação a vida dos cidadãos que procuram esse espaço ou mesmo ofertar um novo nicho de investimentos à empresários interessados.

Dentre as diversificações identificadas no espaço rural de Cáceres, destaca-se, entre outros, a existência de atividades turísticas e agroindustriais, que serão aqui discutidas. Também trar-se-á aqui uma discussão final dos anseios dos atores considerados na pesquisa, bem como possibilidades e potencialidades do espaço estudado.

Dentre as múltiplas possibilidades de desenvolvimento de atividades econômicas existentes no mundo hoje, o turismo rural vem ganhando destaque. Isso porque consegue agregar ao mesmo tempo a contemplação de belas paisagens, a vivência bucólica, o respeito

ao gênero de vida campesino e a sobrevivência ou reprodução econômica da família rural (ALMEIDA, RIEDL, 2000).

6.1.1 Turismo rural

Inicialmente é importante salientar que se reconhece a ocorrência de muitas terminologias e conceituações que refletem sobre as atividades turísticas no espaço rural. No entanto, não se têm aqui a preocupação de discutir ou aprofundar sobre esses conceitos, mas sim, designar e exemplificar sua existência em Cáceres. Para isso utiliza-se aqui o turismo rural.

Essa modalidade de turismo é desenvolvida no espaço rural e possibilita a integração da atividade turística com atividades tradicionalmente desenvolvidas nesse espaço, como a agricultura e a pecuária. Em geral, seu público alvo é aquele que busca reencontrar-se com suas origens, afastar-se da agitada vida urbana ou ainda estar mais próximo da natureza (NARDI; MIORIN, 2008)⁵³.

Ele aproveita a propriedade rural como atrativo turístico, indo ao encontro com o interesse do turista em estar em contato com o ambiente natural ou mesmo o de resgatar raízes culturais, ou ainda, contemplar o cotidiano daqueles que trabalham no sistema de produção agropecuária. Essa atividade também visa ser uma nova fonte de renda ao agricultor, complementando os rendimentos das atividades tipicamente agrícolas (SILVA; MOURA, 2010).

Em entendimento semelhante, Geraldo (2012, p.15) discorre que o turismo rural possui dupla função ao “atender aos anseios das populações urbanas ávidas por relaxamento e vida salutar e às necessidades de sustento das famílias rurais”. Complementar a isso “proporcionar sustento na forma de rendimento extra, muitas dessas famílias se utilizam da atividade turística como maneira de permanecer ligadas às suas terras, sem ter de vendê-las.”.

No que se refere à oferta turística em Cáceres, essa está fundamentalmente ligada ao rio Paraguai, sobre os formatos do turismo ecológico e da pesca esportiva. O Pantanal Mato-grossense além do potencial como estoque pesqueiro, tem beleza única em suas águas, áreas inundáveis e riqueza biológica (SUDRÉ, 2012). Também possui um forte apelo cultural e simbólico sobre a figura do pantaneiro e que não é valorizada como um atributo ligado a

⁵³ Os autores utilizam do conceito de Turismo no Meio Rural (TRM) que apesar de diferenciações conceituais, assim como o turismo rural reconhece essa atividade como potencial para a aproximação do cidadão às atividades/vida do campo.

paisagem. Esses aspectos estão abrindo as portas para a visitação das belezas naturais da paisagem pantaneira e poderiam ser amplamente vinculados ao potencial turístico existente em seu espaço rural.

O turismo rural ainda não se firmou completamente no município de Cáceres, mas reconhece-se que existem muitas potencialidades já conhecidas que merecem ser mais bem exploradas e outras que ainda estão sendo descobertas. Parte das informações aqui apresentadas foi coletada em pesquisa realizada entre 2017 e 2018 junto ao IFMT.⁵⁴ Ao pesquisar no site da Prefeitura Municipal (CÁCERES, 2015) em busca de informações sobre o turismo rural em Cáceres observou-se que parte dos atrativos rurais estão listados junto à hotéis, pousadas e outros. Esses são apresentados no Quadro 05, demonstrado no Apêndice F.

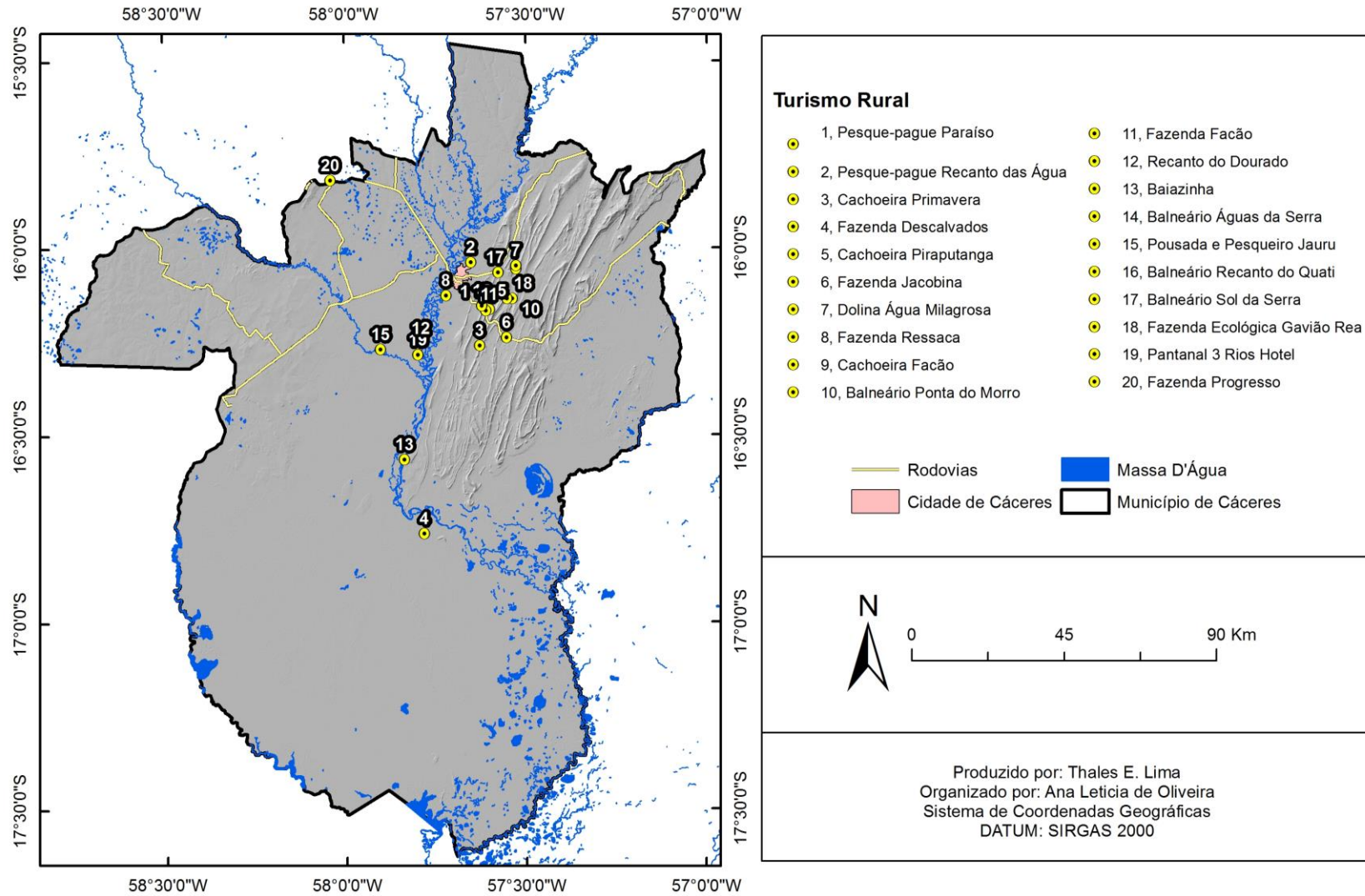
O fato de tal publicação datar de 2015 pode explicar a desatualização dos dados. Isso porque, ao realizar visitas a campo, teve-se o conhecimento de mais atrações e estabelecimentos localizados no espaço rural e que não constam no material consultado. Foram observados pesqueiros, pesque-pague, balneários, pousadas e restaurantes no espaço rural de Cáceres.

Foi identificada a existência do turismo realizado no espaço rural do município em estudo através de duas frentes distintas: aquele realizado pelas famílias do campo como uma atividade complementar à agricultura, e aquele realizado no espaço rural como um empreendimento empresarial. A Figura 35 apresenta um mapa de localização dos 20 principais estabelecimentos turísticos ou áreas com atrativos, identificados na área de estudo, e que foram levantados através de fontes oficiais e estudos *in loco*. Esses foram escolhidos para representação, pela recorrente incidência com que aparecem nas fontes consultadas, e de modo que exemplificassem ao máximo as potencialidades do município.

Foram identificados na pesquisa e apontados no mapa os seguintes estabelecimentos ou atrativos: dois pesque-pague localizados em pequenas chácaras próximas à área urbana (indicados no mapa pelos números 1 e 2); três cachoeiras localizadas em áreas públicas ou privadas, que são abertas à visitação gratuita (indicados no mapa pelos números 3, 5 e 9); quatro balneários que oferecem aos visitantes áreas de banho em rios ou piscinas e bar ou restaurante (indicados no mapa pelos números 10, 14, 16, 17 e 20); quatro grandes empreendimentos de hotéis ou pousadas que, em geral, ainda oferecem estrutura completa de turismo de pesca e alimentação (indicados no mapa pelos números 12, 13, 15 e 19).

⁵⁴ A pesquisa intitulada “Possibilidades e Potencialidades do Turismo Rural em Cáceres” teve seus resultados publicados em: ALMEIDA, Ana Paula Arruda de, et.al. **Possibilidades e Potencialidades do Turismo Rural em Cáceres**. Anais da VI Mostra de Iniciação Científica no Pantanal. Cáceres – MT: UNEMAT/IFMT, 2017.

Figura 35 - Mapa de localização de estabelecimento de turismo no espaço rural de Cáceres – MT



Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018). Org.: OLIVEIRA, Ana Leticia de (2018)

Também foram identificados: um estabelecimento que se destina ao turismo ecológico através de trilhas e observação da natureza (indicado no mapa pelo número 18); e um estabelecimento familiar que possui atrativos naturais, pousada e restaurante (indicado no mapa pelo número 7). Ainda, reconheceram 4 fazendas históricas (indicadas no mapa pelos números 4, 6, 8 e 11) datadas do início do final do século XVIII e início do século XX. Duas delas já são exploradas turisticamente, Jacobina e Descalvados. As outras duas podem ser tratadas como potencialidades turísticas, mas que não são amplamente exploradas, como a Fazenda Ressaca e a Fazenda Facão, esta última hoje em ruínas.

O turismo na Fazenda Jacobina é realizado pela família que ali reside, em complementação às atividades agrícolas. Ela recebe turistas para visita às construções antigas, que remetem ao Brasil escravista dos séculos XVIII e XIX hoje sendo revitalizadas, como o casarão e a capela presentes na Figura 36. Além de possuir um restaurante que serve comidas típicas do pantanal, piscina, área para descanso em redes e passeios a cavalo

Figura 36 – Edificações da Fazenda Jacobina



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

As fazendas Ressaca e Facão também são exemplos históricos com potenciais turísticos e aparecem na Figura 37, respectivamente. A Fazenda Ressaca, datada do século XIX, hoje pertence a um grande grupo empresarial, não é explorada diretamente pela visita turística. No entanto, ela realiza periodicamente leilões e acaba por receber a hospedar aqueles interessados em participar dessa atividade, o que a enquadra em uma modalidade específica, o turismo de negócios⁵⁵.

⁵⁵ O turismo de negócios pode ser entendido como “o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social” (SEBRAE, 2015, p.1)

Figura 37 – Edificações nas fazendas Ressaca e Facão



Fontes: BARROS (2016); OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Já a Fazenda Facão, também oriunda do século XIX, cujas terras já pertenceram à Fazenda Jacobina (SILVA, 2011), possui construções do período como casas, casarões e capela. Parte das edificações está em bom estado de conservação inclusive servindo como moradia, outra parte encontra-se abandonada e em ruínas. Essa fazenda, apesar de não se constituir em um estabelecimento turístico, possui potencial para tal, uma vez que já recebe visitas de grupos escolares e outros interessados, segundo moradores das proximidades.

Também são encontradas em Cáceres dezenas de pousadas no espaço rural e que possuem como única ou principal fonte de renda o turismo. Em sua maioria, elas são próximas aos rios Paraguai e Jauru, utilizando-se a pesca esportiva ou o turismo ecológico como atrativos.

Belezas naturais são amplamente utilizadas como potenciais turísticos, tanto nas regiões serranas, como nas pantaneiras do município. A principal formação é justamente explorada em uma propriedade familiar, trata-se de uma dolina⁵⁷, a única que pode ser explorada para fins turísticos com atividades de flutuação e mergulho no Brasil, segundo o proprietário. A família ainda possui uma pequena estrutura de pousada, além de um restaurante aberto aos finais de semana e piscina, sendo que as atividades turísticas são conciliadas com as atividades agrícolas e pecuárias na propriedade. Na Figura 38 pode ser observada a dolina Água Milagrosa e parte da estrutura turística da pousada.

Além dessa, outras propriedades rurais utilizam-se de trilhas ecológicas e da construção de piscinas e balneários para atrair visitantes. Também é comum a ocorrência de restaurantes nesses estabelecimentos, que normalmente valem-se de mão de obra familiar e produtos cultivados ali mesmo.

⁵⁷ A dolina é uma formação geológica em depressão cônica, com formato circular, geralmente encontrada em terrenos calcários cársicos, cujas rochas sofrem dissolução química ou mesmo, a partir de erosão subterrânea (KARMANN, 2009)

Figura 38 – Atrações e instalações da Dolina Água Milagrosa



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2016; 2017)

Com o desenvolver da pesquisa, notou-se a potencialidade das festas locais se tornarem (algumas já o são) fontes alternativas de renda junto ao turismo rural. Foram encontradas festas religiosas não comerciais, ofertadas por famílias devotas e que recebem em sua casa, visitantes de diferentes partes dos municípios. Destaca-se que esses nem sempre são convidados ou conhecidos da família, já que ocorre ampla a divulgação “boca a boca” pelas mais diversas comunidades.

Em um caso específico a anfitriã confidencializou que as festas, sob custo da família que a oferta, estão se tornando caras, e caso houvessem contribuições ou mesmo alguma forma de arrecadação facilitaria continuar realizando. Ressalva, entre risos, que o “os santo não iam gostar[...] mas, hoje o povo só vem pra festa mesmo”(sic). Isso indica, a reflexão por parte dos realizadores em tornar uma festa como um atrativo comercial, ou ao menos, de custos partilhados entre a família anfitriã e os visitantes.

Também foram identificadas festas comerciais, que por vezes já integram calendários de eventos em Cáceres. São churrascos, bailes, festas temáticas como a Festa do Frango e Festa da Banana, festas juninas, e outras realizadas por associações e grupos comunitários ou mesmo famílias.

Na Figura 39 abaixo, podem ser visualizados cartazes de divulgação de duas festas realizadas por agricultores. A primeira delas é realizada no espaço rural e visa levar visitantes, até o assentamento Cinturão Verde, localidade onde é realizada a festa com churrasco e baile, e a renda é destinada à associação de pequenos produtores dessa. Já a segunda, é realizada anualmente no espaço urbano, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e visa promover a agricultura familiar no município, expondo e comercializando produtos oriundos dela.

Figura 39 – Cartazes de divulgação de festas rurais



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2016; 2017)

Uma festa significativa reconhecida é a Festa do Frango, realizada por uma das famílias entrevistadas e que também ocorre no Cinturão Verde. Segundo a anfitriã, a festa começou a ser realizada para integração de vizinhos, no entanto hoje tomou proporções maiores e já representa uma significativa fonte de renda adicional para a família. Isso porque, a festa, já tradicional no município, recebe mais de mil visitantes por dia no final de semana em que ocorre, oferecendo pratos variados a base de frango, doces, brincadeiras infantis, campeonato de futebol e baile.

Outras potencialidades foram sendo reveladas com os questionários aplicados, uma vez que se observou que cerca de 10 dos entrevistados consideram possuir em suas propriedades ou proximidades, atrativos naturais, arquitetônicos, culturais e religiosos que poderiam ser estímulos ao turismo. Alguns, inclusive, já recebem visitantes, principalmente nos finais de semana.

Em meio a essas informações coletadas, duas chamaram a atenção mais especificamente. A primeira diz respeito a uma propriedade no assentamento Sapicuá, que realiza a produção agroecológica e recebe, regularmente, alunos e professores de universidades para aulas práticas sobre essa modalidade produtiva. Para tal, a família fornece almoço aos visitantes, o que permite um rendimento extra. Em entrevista, a agricultora

responsável disse interessar-se em ampliar a atividade, realizando-a de maneira mais constante.

A segunda informação é oriunda dos moradores do assentamento Cinturão Verde. Parte desse assentamento foi instituída em antigas áreas pertencentes à Fazenda Facão, cuja fundação remete ao Século XIX, e ainda há, no local, antigas construções que hoje estão em estado de total abandono. No entanto, os agricultores locais já tentaram propor ao poder público a recuperação das mesmas, de modo a permitir um turismo mais intenso no local. A ideia seria a revitalização do prédio e a construção de uma cozinha para a instalação de um restaurante, o que garantiria um rendimento complementar às famílias, que já possuem a horta comunitária no local. Ainda assim, visitantes e grupos escolares frequentam o lugar e acabam encontrando nas suas proximidades pequenas bancas de gêneros agropecuários e artesanais produzidos por agricultores locais.

Na Figura 40 podem ser observadas as duas situações apresentadas: a propriedade agroecológica no assentamento Sapicuá e as ruínas do antigo casarão da Fazenda Facão no assentamento Cinturão Verde.

Através das informações apresentadas pode-se partir para o entendimento da existência do turismo no espaço rural de Cáceres. Identificaram-se também agricultores que reconhecem as potencialidade de exploração turística de sua propriedade ou áreas vizinhas, no entanto não conhecem suas reais possibilidades de exploração. Por vezes, também não possuem a atenção necessária por parte do poder público ou mesmo de empresas que poderiam tornar-se parceiras.

Figura 40 – Potencialidades turísticas no espaço rural



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2016; 2017)

São recursos hídricos, morrarias, fazendas históricas, festas comunitárias e religiosas, balneários, cozinhas e restaurantes, lavouras agroecológicas, cooperativas e associações de

agricultores familiares e extrativistas, florestas e cerrado, que muitas vezes são esquecidos por aqueles que deveriam incentivar esse setor.

Buscando sanar a pouca atenção que o setor possui, o Governo de Mato Grosso tem começado a agir. Em 2017 foi sancionada Lei Estadual Nº 10.612/17 que especifica as atividades que podem ser definidas como "Turismo Rural na Agricultura Familiar - Traf" (FIGUEIREDO, 2017). Essa objetiva o fomento da atividade turística como possibilidade econômica entre os pequenos produtores e famílias rurais do estado e da valorização das atividades rurais e do patrimônio cultural e natural presentes nesses espaços rurais.

Entre outras ações a Lei propõe a elaboração do Programa Estadual de Turismo Rural na Agricultura Familiar, cujas diretrizes estabelecerão estratégias para elaboração e comercialização de destinos e roteiros turísticos rurais do estado (PIMENTA, 2018). Para tal, buscará integrar a atuação da Secretaria de Agricultura Familiar (Seaf) e a Secretaria Adjunta de Turismo, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec) de Mato Grosso. Basta agora aguardar como serão seus desdobramentos junto aos municípios.

Tanto o entendimento governamental, quanto a realidade encontrada em campo demonstram a relevância do turismo rural para a dinamização de determinados espaços, tal como sua economia e realidade social. Cáceres possui esse potencial e já investe de maneira tímida no setor. Contudo, ainda requer expandir mais seu olhar para além do Rio Paraguai, receber mais atenção do poder público e o construir um maior entendimento e comprometimento junto aos agricultores interessados.

6.1.2 O rural como potencialidade (agro)industrial

Dada à produção local, seja pelos pequenos agricultores ou pelos maiores, se percebe a potencialidade de desenvolvimento de um forte setor agroindustrial, que processe ali mesmo seus produtos, agregando-lhes valor. Já existem grandes agroindústrias, que se instalaram em Cáceres para o processamento de produtos agropecuários e florestais, mas que não atingem diretamente os pequenos agricultores.

Pelo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) pode-se ter acesso às informações relativas às empresas registradas no município de Cáceres no ano de 2015, os dados mais atualizados encontrados (IBGE, 2017a). No total o município possuía 1544 empresas e outras organizações que desempenhavam atividades econômicas nos mais variados ramos e níveis

identificados através do sistema de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)⁵⁸.

Após observar a listagem completa, que demonstra as seções, divisões, grupos e classes de atividades econômicas, optou-se por separar apenas aquelas que se desenvolvem em espaço rural ou que possuem ligação com esse (por exemplo, que utilizem matéria-prima oriunda do campo) a partir do entendimento de que essas atividades podem impactar de alguma forma a produção rural. Isso permitiu a construção da tabela demonstrada no Apêndice G e em complementação, a página Econodata (2016) permitiu o acesso a detalhes dessas empresas como nome, nicho de atuação, endereço e o capital social.

Pelo CEMPRE é possível visualizar que Cáceres possui uma gama significativa de atividades econômicas ligadas ao rural, direta ou indiretamente. São atividades que contemplam desde a agropecuária e extrativismo até a indústria de transformação, o lazer e os serviços. Algumas destas instaladas no campo, outras mesmo na cidade, processam matérias-primas oriundas daquele.

Observa-se que na seção A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura somam 27 empresas ou organizações, sendo 16 nas atividades de produção primária e 7 de atividades pós-colheita; outras 4 são ligadas a atividade de produção florestal (plantio e apoio à produção). Essas atividades são diretamente ligadas ao espaço rural principalmente por caracterizarem-se como típicas desse.

Já nas atividades de indústrias extrativas (seção B), possui 4 empresas ligadas à extração de minerais não-metálicos como pedra e areia. Essas atividades, apesar de realizarem-se no espaço rural se dão de maneira industrial e não possuem ligação com as demais atividades daquele espaço ou com sua população, no entanto reforçam o entendimento de um rural com ampla variedade atividades econômicas.

Quanto à seção C Indústrias de Transformação, com um total de 88 empresas, nota-se que a variedade é significativa, por isso detém-se aqui somente nos itens de maior interesse, aqueles ligados ao rural. Quanto à divisão “fabricação de produtos alimentícios” (possui 14 empresas) dá-se destaque ao grupo “abate e fabricação de produtos de carne” com 2 empresas de abate de reses (exceto suínos). Essas são importantes, pois realizam a compra de parte dos animais criados no município, lembrando que pelos dados do IBGE (2016) Cáceres possui um dos maiores rebanhos de bovinos do país. Dados estes que foram reforçados na pesquisa

⁵⁸ Segundo o IBGE (2017b, p.25) o “CNAE 2.0 é uma classificação estruturada de forma hierarquizada em quatro níveis, com 21 seções (nível mais alto de agregação), 87 divisões, 285 grupos e 673 classes”.

realizada, uma vez que verificou-se a recorrente e significativa incidência dessa atividade nos estabelecimentos e localidades estudados.

A divisão “Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados” possui 4 empresas, sendo 2 dessas de curtimento e outras preparações de couro e 2 de fabricação de calçados. Nesse nível da classificação, pode ser considerado de maneira semelhante ao observado no tópico anterior, uma vez que utiliza-se de um subproduto oriundo do abate, o couro.

Já o grupo “laticínios” considera 2 empresas na fabricação de laticínios e 2 na fabricação de sorvetes. Destaca-se aqui que em diversos momentos da pesquisa foram identificados produtores rurais que trabalham com a criação de bovinos para leite, sendo que a maioria vende seu produto para laticínios de fora do município. Poderia haver uma parceria melhor trabalhada com os laticínios locais ou mesmo o estímulo da abertura de novas empresas individuais ou através de cooperativas e grupos dos próprios produtores de leite.

O grupo “Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais”, considera 1 empresa no beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz e 1 empresa na Fabricação de farinha de mandioca e derivados. No primeiro caso, lembra-se que a produção de arroz é bastante tímida e pouco citado nas pesquisas realizadas, poderia ser esse um mercado a ser melhor explorado. Já na segunda situação, a fabricação de derivados de mandioca, trata-se do beneficiamento de um dos principais gêneros cultivados em Cáceres. Muitas famílias já realizam o beneficiamento de maneira artesanal, poderia essa se tornar uma atividade relevante para geração ou complementação de renda se bem estimulada.

O grupo “torrefação e moagem de café” possui 2 empresas. Observou-se com a pesquisa que poucos são os agricultores que dedicam-se a atividade e quando o fazem se dá principalmente para consumo próprio. No entanto, esse poderia ser um nicho a ser estimulado para a produção e processamento no próprio município.

A divisão “Fabricação de produtos de madeira” considera 2 empresas de desdobramento de madeira e 4 de produtos de madeira. Algumas dessas empresas englobam todos os processos produtivos da plantação florestal ao beneficiamento final da madeira, e complementam sua matéria-prima com aquisições de outros produtores.

A importância desse setor para o município é significativa e pode ser observada a partir de um *ranking* de empresas do Econodata (2016). Nele, 4 delas encontram-se entre as 20 principais do município, ocupando inclusive o primeiro lugar e possuindo o maior capital social (mais de 31 milhões de reais).

Ao analisar a Seção I alojamento e alimentação, não é possível distinguir quais empresas estão no campo e quais na cidade. No entanto sabemos da existência da atividade no espaço rural de Cáceres, por termos identificado *in loco* a ocorrência de hotéis e restaurantes.

No total, Cáceres possui 35 hotéis e similares. E quanto à divisão de alimentação, mais especificamente na classe “Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas”, possui 58 empresas.

O mesmo corre junto à seção R (artes, cultura, esporte e recreação). Ao considerar o grupo “atividades esportivas” com suas classes “Clubes sociais, esportivos e similares” e “Atividades esportivas não especificadas anteriormente” identifica-se 2 empresas. Já o grupo “atividades de recreação e lazer” com suas classes “Parques de diversão e parques temáticos” e “Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente”, listam-se 1 e 4 empresas, respectivamente. Essas também foram identificadas em campo através do reconhecimento de balneários e outras áreas de lazer que podem estar cadastrados nessas especificações.

A classificação acima apresentada demonstra a existência de empresas ligadas ao espaço rural de alguma maneira. Elas podem instigar a dinamização daquele espaço, através da transformação de produtos de origem rural e se tornar um significativo receptor da produção e estimular ainda mais aquelas atividades, ou mesmo um local de lazer.

Além das atuações de empresas privadas, capitalizadas e com produção em escalas maiores, também há no rural cacerense a presença de pequenas agroindústrias familiares com suas produções artesanais e cooperativas de pequenos produtores. Assim, o processamento de alguns produtos já é realizado pelos agricultores, mas de maneira pouco profissional e sem seguir, necessariamente, os procedimentos técnicos e sanitários adequados. São produções artesanais realizadas em casa, como a fabricação de pães e queijos, bolachas e doces, mas que poderiam agregar maior valor com o incentivo e a profissionalização da atividade.

Foi identificado um produtor que, ao perceber as demandas do mercado consumidor, passou a descascar, cortar e embalar pequenas porções de cana de açúcar, abóbora, pimenta, temperos diversos e outros. Porém, uma cena ainda mais comum de observar nas bancas é a comercialização de pães e derivados de leite, como queijos, doce de leite e requeijão (Figura 41).

Também existem pequenas agroindústrias, constituídas a partir da associação de produtores locais, criadas principalmente a partir de projetos e programas governamentais. Essas, por vezes, apresentam sucesso em suas atividades e agregam, coletivamente, as mulheres de algumas comunidades. Citamos aqui, como exemplo, a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), que une grupos de mulheres agroextrativistas

de Cáceres e Mirassol d'Oeste e que processam o cumbaru, o babaçu e o pequi, agregando-lhes valor. A ARPEP é vinculada ao Grupo de Intercâmbio em Agroecologia de Mato Grosso (GIAS).

Figura 41 - Bancas com produtos artesanalmente transformados



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

O estudo aqui presente englobou duas situações específicas: as produtoras da ARPEP, que possuem uma banca na Praça da Feira e o grupo Amigas do Cerrado, que possui banca na FEISOL. Ambas associações produzem licores, pães, bombons, óleos e outros a partir do babaçu e do cumbaru. Na Figura 42 é possível observar a banca na Praça da Feira com a produção do GIAS e da ARPEP, e a sede da agroindústria do grupo Amigas do Cerrado, na localidade Facão São-José.

Figura 42 – Banca de produtos e sede de projeto de produtoras agroindustriais



Fonte: OLIVEIRA, Ana Leticia de, trabalho de campo (2017)

Ao entrevistar mulheres envolvidas nesses projetos, suas exclamações são unânimes ao destacar que essas atividades permitiram melhorias financeiras e alimentares para as

famílias, além de maior independência para as mulheres em relação às atividades desenvolvidas na propriedade.

Maria José Carneiro escreveu como a produção agroindustrial artesanal vincula-se ao papel da mulher e à outras atividades realizadas.

[...] a diversificação de uso da terra promovida por um processo de complexificação do mercado de produtos agrícolas e de valorização da natureza tem aberto novas perspectivas de trabalho para as mulheres. Instalação de pousadas voltadas pra o lazer de camadas média urbanas ou de pequenas oficinas de “produtos da fazenda” (queijos, geléias e doces de fruta, massas caseiras...) atuam o sentido de contribuir para a construção de uma identidade feminina não mais sustentada na simbiose entre mulher e esposa de agricultor. (CARNEIRO, 2001, p.43)

Também foram reconhecidos com prévia da pesquisa outros agricultores, que processam produtos, mas que possuem suas agroindústrias localizadas na cidade, como é o caso de uma pequena agroindústria de processamento da banana e de um abatedouro de suínos e ovinos, produtos vendidos nas feiras e no Mercado do Produtor.

Percebe-se que há potencialidade de agregação de valor à produção agropecuária local, utilizando-se inclusive procedimentos passados de geração para geração, desde que se adequem as normas sanitárias. Para tal, mais uma vez, se remete ao entendimento da necessidade de apoio técnico e financeiro dos órgãos competentes e interesse dos agricultores locais.

6.2 A garantia da soberania do rural a partir do apoio ao pequeno produtor

Os pequenos produtores entrevistados neste estudo, por diversas vezes, demonstraram descontentamento com as mais diversas esferas políticas e organizacionais. Em suas palavras, sentem-se “abandonados” desde a hora de buscar crédito, ter acesso à assistência técnica, ou ainda apoio na comercialização dos produtos.

Isso motivou a busca junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Cáceres sobre o entendimento do poder público acerca do espaço rural do município. Nessa, foram entrevistados dois profissionais da pasta, um gestor e um técnico, que prontamente repassaram as informações. Para tal, foi utilizada entrevista semidirigida, Apêndice D, como fio condutor para a conversa a ser delineada permitindo que novos questionamentos fossem inseridos conforme o andamento do diálogo.

Segundo eles, a Secretaria atua basicamente com os pequenos produtores do município. E quando perguntados sobre o atendimento às grandes propriedades ou produtores responderam que “eles não nos procuram, não precisam. Caminham com as próprias pernas. Tem dinheiro próprio”, com isso indicaram a autonomia e independência dos médios e grandes produtores, em relação aos serviços públicos.

Quando perguntados quais ações são as mais realizadas, eles apontaram que estão ligados ao incentivo e insumos para inseminação artificial de bovinos e piscicultura. Esses dois setores possuem projetos específicos e recursos financeiros para compra de sêmen bovino e alevinos, que são distribuídos aos produtores cadastrados no programa. Também destacaram um projeto para implementação futura de atividades ligadas a apicultura, inclusive salientando a participação de profissionais da Secretaria em cursos e encontros em outros estados brasileiros, porém sem data para implantação.

Além desses, citaram também a realização de assistência técnica diretamente nos estabelecimentos rurais. Porém, relataram a dificuldade em atender a todos, uma vez que a secretaria possui apenas dois técnicos para a atividade e algumas comunidades estão localizadas a mais de 100 km da sede do município.

Pontualmente outras ações também são realizadas, principalmente quando dispõem de verbas complementares ou emendas parlamentares. Exemplificaram com a compra de viaturas (carros para as visitas técnicas), tratores, ensilhadeiras, resfriadores de leite, *kits* para irrigação e ou outros equipamentos para prestar serviços à comunidade.

Em diversos momentos um dos profissionais demonstrou a angústia de não conseguir realizar mais pela agricultura, principalmente, no município. Atribui isso aos baixos recursos financeiros, dificuldades de logística dadas pelas grandes distâncias existentes dentro do município e principalmente pela falta de pessoal, uma vez que a pasta conta com poucos técnicos capacitados para o atendimento prático na área.

Ao indagá-los sobre a contribuição dos agricultores na tomada das decisões, responderam que as “portas da secretaria estão sempre abertas, para quem quiser”. Porém, afirmaram que a maior participação se dá através do COMDERS. Também estenderam o convite a participar das reuniões desse conselho municipal, sendo que uma seria realizada nos próximos dias.

Os conselhos municipais de desenvolvimento rural são apresentados por Marques e Flexor (2007, p.45) como espaços propícios “à tomada de decisões coletivas capazes de traduzir as múltiplas funções desempenhadas pelos agricultores”, sendo oriundos de “inovações em torno da concepção das políticas públicas de desenvolvimento rural”. Assim,

são espaços democráticos destinados à participação daqueles atores mais interessados nas políticas públicas destinadas a tais finalidades.

Os autores ainda chamam atenção aos riscos de centralizar, dentro dos conselhos, a força decisória sobre poder público e de este canalizar as ações conforme seus interesses. Também discorrem sobre a necessidade de real participação dos agricultores, de modo que suas necessidades sejam de fato atendidas e o conselho não se torne um mero instrumento político de captação de recursos.

Para participação na reunião foi enviada solicitação para a própria secretaria que a reencaminhou para a presidência do conselho, nela constava pedido para acompanhamento da sessão e entrevista com os líderes das comunidades. Foi prontamente atendida e na sessão (22 de novembro de 2017) fui apresentada como pesquisadora e o presidente do conselho pediu que os presentes me atendessem e respondessem aos questionamentos sobre os quais já se discutiu (Apêndice B).

A COMDERS de Cáceres é composta por representantes dos assentamentos e comunidades rurais, representantes do executivo municipal, instituições de pesquisa, extensão rural, assistência técnica e fiscalização (EMPAER, FASE, INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso), instituições de ensino e pesquisa (UNEMAT; IFMT); empresas do ramo de planejamento técnico e geoprocessamento (AGROPLAN e PLANTEC); sindicatos (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Sindicato Rural de Cáceres) e cooperativas e associações de produtores rurais (CÁCERES, 201-). Tem como atribuições discutir, recomendar, aprovar e deliberar sobre assuntos pertinentes às políticas agrícolas do município (CÁCERES, 1996).

No entanto, apesar de ser um importante espaço conquistado pela agricultura familiar, poucos representantes de comunidades rurais estavam presentes (12 pessoas), além dos representantes de outros segmentos. Após a sessão, em entrevista um deles confessou “o pessoal não vem, acha que não é importante. Acha que só se fala bobagem. Eu mesmo acho que tinha que ser diferente. Tinha que trazer mais coisa que a gente precisa”.

Em geral, as pautas discutidas giraram em torno de aprovações de projetos individuais de DAP, Declaração de Aptidão ao PRONAF, para o acesso ao crédito rural desse programa, sendo esses votados em blocos ou nominal. Também, levantou-se uma discussão sobre o entendimento se aqueles agricultores cujas propriedades localizam-se na área urbana devem ser contemplados ou não.

Esse momento não se estendeu, uma vez que alguns dos presentes demonstraram que de acordo com o Manual do Agente Emissor de Declaração de Aptidão ao PRONAF (MDA,

2014, p.3) “a DAP passou a recepcionar a Agricultura Familiar localizada em área urbana”. Esse ponto foi importante ao ser levantado e esclarecido uma vez que, há produtores próximos à área urbana, ou inseridos nessa, que possuem uma produção significativa, como foi lembrado na sessão.

Após um intervalo durante o qual foram ofertados produtos da agricultura familiar local, foi ponto de debate a importância da verticalização da produção através da transformação dos produtos e apresentação destes ao mercado consumidor. Isso demonstra que os agricultores do município reconhecem a importância de agregar valor à sua produção e expandir suas possibilidades, assim como levantado por essa pesquisa.

Outro ponto importante foi o ingresso de um vereador do município no recinto para informar aos presentes que iria se ausentar, pois naquele momento estava acontecendo votação sobre o orçamento municipal para o período de 2018 a 2021 na Câmara Municipal de Vereadores. Destacou a importância de comparecer uma vez que estava em pauta, em suas palavras, “uma proposta vergonhosa para a agricultura”, uma vez que diminuiria ainda mais o “recurso da pasta, que já é pequeno”.

Isso levantou discussão na sessão sobre os pequenos recursos, segundo os presentes, que já não supriam as necessidades, quanto mais se houver a redução. Alguns defenderam a participação do COMDERS no estudo da proposta, isso deu a entender que o mesmo não foi consultado para essa tomada de decisão.

Nos meses seguintes, novas reorganizações do poder público municipal levaram a mais um desgaste para a agricultura do município. No ano de 2018 a Secretaria da Agricultura deixou de existir como uma pasta própria, sendo fundida com outras secretarias do município (Indústria e Comércio) dando origem a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Sobre tal decisão, vereadores do município e representantes do COMDERS fizeram críticas públicas nas sessões da Câmara e na mídia local. Os argumentos apresentados citam que a união das secretarias acumula funções sobre um mesmo secretário que não poderá dar a devida atenção à agricultura municipal, citam o risco de pulverização dos recursos para outros destinos que não a agropecuária e por fim, criticam a mudança de sede da secretaria que antes se encontrava em prédio próprio próximo a importantes órgão e empresas (sede principal da Prefeitura Municipal de Cáceres; EMPAER; INDEA e outros)⁵⁹.

⁵⁹ JORNAL OESTE. Conselho e vereadores criticam extinção da Secretaria de Agricultura de Cáceres. **Jornal Oeste**. Cáceres-MT: 2018a. Disponível em: <<http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=44034>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

Para líderes de assentamentos entrevistados, eventos como esses contribuem para o desmonte da agricultura familiar do município. Uma vez que, diferente dos grandes produtores capitalizados, ela precisa diretamente do apoio do poder público e outros órgãos. No entanto, os reais impactos dessas mudanças, somente poderão ser analisados nos próximos anos.

Percebe-se que ações têm sido propostas e implementadas para o desenvolvimento rural local. Igualmente, reconhecemos que há certa preocupação do poder público local em dar visibilidade à agricultura familiar através de ações, como disponibilizar espaço no principal evento do município, o FIPE – Festival Internacional de Pesca ou em realizar eventos específicos do setor. No entanto, sente-se a necessidade de políticas mais efetivas e permanentes, destinadas especificamente ao fortalecimento do pequeno agricultor como um todo e não apenas em atividades específicas e pontuais.

Além disso, os agricultores familiares do município necessitam fortemente de apoio técnico. Mesmo reconhecendo as dificuldades de levar profissionais técnicos e extensionistas a cada estabelecimento ou comunidade, soluções simples podem trazer benefícios, como a divulgação de manuais, cartilhas técnicas ou outras publicações. Recentemente a Embrapa do Mato Grosso do Sul lançou livro com instruções técnicas para diversas atividades ligadas à agricultura familiar utilizando-se de linguagem simples e prática acessíveis à diversos tipos de leitores e com dicas de vídeos disponíveis na internet (PEZARICO; RETORE, 2018).

Por fim, também é de fundamental necessidade construir junto aos agricultores locais o entendimento da importância da atuação coletiva entre os pares e de sua participação política nas tomadas de decisões, além de cobranças sobre a efetivação na prática. Essas são fundamentais para a construção de uma política que atenda suas reais necessidades e consequentemente que possibilite o desenvolvimento do espaço rural de Cáceres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou a elaboração do projeto de pesquisa, se acreditava que seria observado em Cáceres um espaço rural relativamente homogêneo, com uma presença ínfima de diversidade produtiva e com a hegemonia soberana da pecuária e de grandes estabelecimentos ligados às famílias tradicionais. E, em parte, essas características foram visualizadas, mas não como uma realidade una.

No entanto, ao conhecer de perto a realidade do espaço rural de Cáceres, já se percebeu existência da diversidade e a presença de uma agricultura familiar ativa. Pouco a pouco, a cada momento em que a pesquisa adentrava mais na realidade do município, se observava um rural diversificado, que foi aparecendo e ganhando espaço, até se tornar um importante objeto de estudo.

Primeiramente, deve-se reconhecer o papel que o processo de ocupação e apropriação de terras teve na construção e organização do espaço rural. A distribuição de sesmarias, leis reguladoras de terras, a influência da oligarquia agrária nas políticas locais, entre outros, promoveram fatores que permitiram historicamente a concentração fundiária permanentemente em destaque, principalmente sob o controle de poucas famílias e para a produção pecuária. Enquanto isso, as pequenas propriedades rurais foram confinadas em áreas não interessantes para o modelo dominante ou próximas à cidade, uma vez que sua função era apenas fornecer-lhe alimentos atendendo suas demandas.

Somente nas últimas décadas, a desconcentração passa a tornar-se política pública em Cáceres e outros municípios de Mato Grosso e, a partir da década de 1990, assentamentos rurais são criados pelo INCRA e pelo Banco da Terra, ampliando a incidência das pequenas propriedades. Isso permitiu certa ascensão para a agricultura familiar, que passou a ser vista pelo seu comprometimento social e pelo fornecimento de alimentos.

A agricultura familiar é fundamental para marcar a diversidade do espaço rural, uma vez que estrutura-se em diversos modelos e permite grande amplitude de situações econômicas, sociais e produtivas. Isso pôde ser visualizado ao identificarmos: agricultores feirantes e não feirantes; atividades agrícolas e não-agrícolas; existência da agricultura e da pecuária; famílias em situação econômica mais confortável e outras de risco; atores comprometidos politicamente com a causa e outros se vendo apenas como empresários. Enfim, infinidades de situações.

Dentre as conjecturas que chamaram a atenção está o fato de a maioria dos entrevistados relatar que sempre viveram da agricultura, mas que, em sua maioria, somente

tiveram acesso à terra própria a partir dos programas de reforma agrária recentes. Isso expõe importância social que os assentamentos tiveram para a população local.

Também ficou evidente nas localidades visitadas, o senso de comunidade existente entre os moradores. Aspectos de relações de vizinhança ou parentesco, ajuda mútua e trabalhos coletivos, além de comemorações ou ritos religiosos que estão presentes, solidificando as relações e a construção de uma identidade de localidade e pertencimento.

Percebemos ainda que, em relação à agricultura familiar contemplada na pesquisa, a distância da cidade, o tamanho das propriedades e as condições ambientais do espaço em que estão inseridas influenciam nos tipos de atividades que ali se desenvolvem. As propriedades com menos de 10 hectares (algumas com até 1 hectare) localizadas próximas à cidade, trabalham com olericultura em hortas convencionais e possuem intensas relações com o mercado consumidor; as propriedades de cerca de 10 a 20 hectares localizadas próximo à Província Serrana, em distâncias médias (10 a 15 km) da cidade, costumam trabalhar com policultura, vendendo seus produtos em feiras ou para órgãos públicos, aos quais entregam a produção uma vez por semana ou a cada 15 dias; e as propriedades maiores (mais de 20 hectares), mais distantes (acima de 20 km), localizadas em áreas mais planas, como a Planície do Pantanal, costumam dedicar-se, fundamentalmente, à pecuária bovina de corte e leite.

Em linhas gerais, a partir de observações realizadas nos trabalhos de campo, a agricultura familiar policultora está presente nas áreas mais acidentadas e próximas da cidade, enquanto as grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva ocupam extensas áreas mais planas. São dois modelos antagônicos, mas que se complementam na constituição do espaço rural cacerense.

Além das propriedades dedicadas à agricultura, existem também aquelas que destinam-se à atividades de turismo e lazer, como pousadas, balneários, restaurantes, trilhas ecológicas e outros; e aquelas que servem hoje para fins residenciais, transformadas em condomínios, sítios e chácaras, cuja função é a de residência principal ou secundária. Sobre essas situações, já temos conhecimento de situações como o turismo rural, que é desenvolvido por famílias do campo.

A partir do que foi levantado e interpretado, entende-se que há a inserção de novas atividades (ou reorientação das antigas) no espaço rural estudado, no entanto, não existe um processo de urbanização desse campo. O próprio movimento de busca pelo campo, através do lazer ou de residências rurais, faz com que se mantenham as características típicas rurais, uma vez que o público que busca esse espaço o faz justamente por valorizar isso.

Concordamos com Wanderley (2000, p. 107) quando pensamos sobre o rural de Cáceres a partir do entendimento de que “evidentemente, a transformação do meio rural, longe de ser um processo homogeneizador, resulta em uma profunda diferenciação dos espaços rurais”. Isso se refere tanto “aos espaços urbanos, quanto internamente, constituindo uma rede de relações que se desenham entre situações urbanas e situações rurais, ambas bastante heterogêneas”. O rural não está se homogeneizando, pelo contrário, está ampliando suas possibilidades.

O que antes era destinado apenas a atividades agrícolas ou ao baixo processamento de seus produtos, recebe agora uma ampla gama de possibilidades, como turismo, residenciais, proteção ambiental, serviços e pesquisas. Isso não quer dizer que há uma desvalorização do rural, o oposto pode ser visto e isso possibilita sua permanência e dinamização.

O desenvolvimento rural do município não está consolidado e para que ocorra, precisa haver uma força conjunta entre todos os atores e poderes envolvidos. Isso, poderia se dar através do incentivo à inovação e diversificação das atividades sobre esse espaço.

Apesar de haver ações por parte do poder público, percebeu-se que a Secretaria da Agricultura atua quase que de forma isolada. Faltam ações mais efetivas e articuladas entre diferentes setores. Isso poderia se dar para o fomento de atividades não agrícolas, pela articulação entre a agricultura e o turismo; incentivo para projetos ambientais atuando junto aos órgãos ligados ao meio ambiente; também através da busca e disseminação de novas técnicas, tecnologias e melhoramentos através de parcerias com as instituições de ensino e pesquisa do município.

Procurando contribuir para o desenvolvimento local através do reconhecimento da diversidade em Cáceres, realizamos os estudos descritos nessa tese. Entendemos que foi possível trazer uma discussão sobre esse espaço e a demonstrar sua heterogeneidade e a potencialidade para uma ampla gama de atividade e novas situações.

Ao final dessa pesquisa, reconhece-se que muitas novas problemáticas e indagações emergiram, temáticas essas que podem vir a tornarem-se novas investigações. Dentre as quais listam-se abaixo sugestões para estudos futuros:

1. Estudo específico sobre as festas rurais, principalmente as religiosas.
2. Estudo sobre a modernização do campo de Cáceres, principalmente ligado ao agronegócio.
3. Estudo das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, em especial os Programas de Aquisição de Alimentos.

4. Estudo detalhado sobre os processos artesanais de transformação de produtos oriundos da agricultura, bem como dos mercados potenciais.
5. Estudo sobre as novas funções do rural cacerense, principalmente, envolvendo o setor imobiliário através da função residencial dos condomínios fechados, sítios e chácaras de final de semana.

Enfim, apesar de um texto ser concluído, a pesquisa científica que deu origem a ele dificilmente será. Ela sempre deixa margens para novos estudos através de suas lacunas, contestações, críticas e atualizações. E que seja isso que ocorra com esta tese, que sirva de contribuição para novos estudos sobre as temáticas aqui trabalhadas ou sobre o espaço rural de Cáceres.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, vols.2,8 nºs 1,2 3 e 29, nº1 jan/ago 1999. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**. n. 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso: dez. 2016.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense**. Contexto, propósitos e contradições. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ABREU, Silvana de. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. **Terra Livre**. São Paulo, ano 19, v.2, n.21, p. 169-181, Jul/dez. 2003. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/475>>. Acesso em: 02 maio 2018.

ABREU, Urbano Gomes Pinto de; MORAES, André Steffens; SEIDL, Andrew Frederick. Tecnologias Apropriadas para o Desenvolvimento Sustentado da Bovinocultura de Corte no Pantanal. **Documentos 24**. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2001.

ALMEIDA, Ana Paula Arruda de, et.al. **Possibilidades e Potencialidades do Turismo Rural em Cáceres**. Anais da VI Mostra de Iniciação Científica no Pantanal. Cáceres – MT: UNEMAT/IFMT, 2017.

ALMEIDA, Joaquin Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

ARRUDA, Elmar Figueiredo de. Coletoria de Cáceres: fontes de um olhar imposto. In.: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (org.). **História e Memória de Cáceres**. Cáceres – MT: Editora UNEMAT, 2011. p.131-146

ARRUDA, Zuleika Alves de. Onde está o agro deste negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. 253 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

ASSESSORIA/PMC - Prefeitura Municipal de Cáceres. **Prefeitura de Cáceres entregará nesta quinta-feira, alimentos a 200 famílias carentes**. Cáceres: 2012. Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br/Noticia/1347/prefeitura-de-caceres-entregara-nesta-quinta-feira-alimentos-a-200-familias-carentes#.WqcOV-jwbIU>>. Acesso em: mar. 2018.

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Tradução: Maria Juraci Zani dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BARROS, João Victor da Silva et.al. A caracterização do agricultor cacerense a partir das feiras do produtor rural. **Anais da V Mostra de Iniciação Científica no Pantanal**. Cáceres – MT: UNEMAT/IFMT, 2017.

BARROS, Ronivon. Ilustração: sede da antiga Usina Ressaca. In.: ASSESORIA. Aniversário de Cáceres terá caminhada na Ressaca. **Jornal Oeste**. Cáceres: 2016. Disponível em: <<http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=38511#prettyPhoto>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BEZERRA, Maria Lucila; BACELAR, Tânia. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Org.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. 476 p. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017. P.35-76

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 jul. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 1981. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86029-27-maio-1981-435354-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp93.htm>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.696 de 2 de julho 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 jul. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_>

tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI>. Acesso em: 7 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 25 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal [...]. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 8 set. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art2>. Acesso em: jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 10 dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: nov. 2017

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: jun. 2017.

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

CÁCERES. Governo Municipal. **Cáceres: Princesinha do Pantanal**. Cáceres-MT: 2015. Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br/Especial/3685/caceres-princesinha-do-pantanal#.WorvkajwbIU>>. Acesso em 19 fev. 2018.

CÁCERES. Governo Municipal. **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – COMDERS**. Cáceres–MT: 201-. Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br/Conselho/4/conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-comders>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CÁCERES. Prefeitura Municipal de Cáceres. **Lei nº1.347, de 03 de setembro de 1996**. Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER e dá outras providências. Cáceres-MT: 1996.

CAMARANO, Ana Maria; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Textos para Discussão. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

CANDIDO, Luciana de Fátima. **Expedição Langsdorff: a [re]construção do conhecimento através dos relatos de viagens**. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. São Paulo: USP, 2017. <<https://www.bbm.usp.br/node/80>>. Acesso em: mar. 2017.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998a.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 22-55, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/S0104-026X2001000100003/8892>>. Acesso em: 26 nov. 2017

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, vol. 2 , n.1, p. 9-38, mar. 2008. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/661/528>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 11, p.53-75, out. 1998b. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. **O governo local na fronteira oeste do Brasil: a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo; COSTA, Maurim Rodrigues. **Mato Grosso e sua História**. Cuiabá: Edição dos autores, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, México D.F n. 5, p.15-31, julio-septiembre 1975. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/CHAYANOVAlexander-V-_Sobre-la-teoria-de-los-sistemas-economicos-no-capitalistas-.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Império Português: o Marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, Século XVIII. In.: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (org.). **História e Memória de Cáceres**. Cáceres – MT: Editora UNEMAT, 2011. P.50-64.

CHIOVETO, Marines Orlandi Taveira. **Desenvolvimento Rural nos Biomas Mato-Grossenses**. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2014.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. A significância da teoria de sistemas em geografia física. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v.16-17, n.31-34, 1986-1987, p.119-128 (I Encontro de Geografia da América Latina).

COOCRIJAPAN - Cooperativa de Criadores de Jacaré do Pantanal Ltda. **Portal da COOCRIJAPAN**. Cáceres: 2017. Disponível em: <http://coocrijapan.com.br/index_br.asp>. Acesso em: fev. 2017.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito de bioma. **Acta Botânica Brasilica**, Feira de Santana - Bahia, v. 20. n.1, p. 13-23, jan./fev.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062006000100002>. Acesso em: 31 maio 2018.

COUTINHO, Maria Auxiliadora de Azevedo. “**Como se de ventre livre tivesse nascido**” - alforrias em Vila Maria do Paraguai/ São Luiz de Cáceres, fronteira entre Brasil Bolívia -1860 á 1877. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Catia Nunes da; PIEDADE, Maria Teresa Fernandes; JUNK, Wolfgang J.. **Classificação e delineamento das Áreas Úmidas brasileiras e seus macrohabitats**. Cuiabá: edUFMT, 2015.

DAN, Vívian Lara Cáceres. **O acesso à cidade: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira**. 2010. 241f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon - PR, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano et. al. Concepções de ruralidade e políticas públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In.: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Org.) **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. 476 p. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

ECONODATA. **Lista de empresas em Cáceres, MT**. São Paulo: Econodata, 2016. Disponível em: <<http://www.econodata.com.br/lista-empresas/MATO-GROSSO/CACERES>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos fiscais**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: nov. 2017.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; Hespanhol, Rosângela Aparecida de Medeiros; SALAMONI, Giancarla. Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. **Revista da Anpege**, São Gonçalo-RJ, v.12, n.18, p.25-42, 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6391/3343>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; MAIA; Adriano Corrêa. Contribuições da ciência geográfica para as discussões sobre a relação multifuncionalidade do rural e turismo.

2010. In.: Anais. **Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Presidente Prudente: 2010. p. 1-16.

FERREIRA, Evaldo. **Cáceres: capital regional no contexto de Mato Grosso**. 2014. 275f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2014.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá: Buriti, 2001.

FIGUEIREDO, Itimara Souza de. **Governo sanciona lei que define Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/governo-sanciona-lei-que-define-turismo-rural-na-agricultura-familiar/visualizar>>. Cuiabá: 2017. Acesso em: 18 fev.2018.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. Santo Antônio nos protegeu e a “tapagem” impediu os paraguaios de invadir Vila Maria. In.: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (org.). **História e Memória de Cáceres**. Cáceres – MT: Editora UNEMAT, 2011. P.50-64.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócio na “era dos impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil**. 2005. 250f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2005.

GERALDO, João Carlos. **Contribuição para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande porte nas cuestas do Estado de São Paulo**. 2012. 190f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, no 8, pp. 73-98, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/157/157>>. Acesso em: fev. 2018.

GÓMEZ, Sérgio E. Nueva ruralidad? Um aporte al debate. **Estudios sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFPR, n. 17, p. 5-32, out de 2001. Disponível em: <<https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.1/index.php/esa/article/download/196/192/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

GOOGLE EARTH. **Imagem de satélite do município de Cáceres, MT**. Software Google Earth. Google, 2017.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em: abril de 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas 2015**. Tabela 6449 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado em 31.12, salários e outras remunerações, por seção, divisão, grupo e classe da classificação de atividades. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Cáceres. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: jan. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Mato Grosso. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: jan. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2M62>>. Acesso em: jan. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. **Tipos e Aspectos do Brasil**. 10º Ed. Atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100618.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1KHD8>>. Acesso em: mar. 2017.

IMEA - Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária. **Pesquisa sobre mecanização agrícola no Mato Grosso**. Cuiabá: IMEA, 2015. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/estudos-customizados/ApresentacaoMecanizacaoAgricultora-2015.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. SR-13 Mato Grosso. **Painel dos Assentamentos**. Brasília: INCRA, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=13&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. Brasília, INCRA, 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: jun. 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA. **Área colhida soja**: Cáceres. 2011. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: mar. 2017.

ISNARD, H. O espaço do Geógrafo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 36, nº258/259, p.5-16, 1978.

KARMANN, Ivo. Ciclo da água, água subterrânea e sua ação geológica. In: TEIXEIRA, Wilson et. al. (Org.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. p.113-138.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.

LEITE, Marcia de Paula A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 24, núm. 69, fevereiro, p. 31-51, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/107/10713664003.pdf>>. Acesso em: jun 2017.

MARIANI, Alba. **Una aventura industrial**. Los negocios de estancia y saladero de Jaime Cibils Buxareo en Mato Grosso, 1881. In: Terceras Jornadas de História Económica. Montevideu. Anais das Terceras Jornadas de História Econômica. Montevideu: AUDHE, 2003, p. 1-25.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; FLEXOR, Georges. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. In.: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). **Estudos Rurais II**. Brasília: UNB/CEAM, 2007. p.45 – 65. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eric_Sabourin/publication/235891445_Renovacao_dos_instrumentos_de_desenvolvimento_e_extensao_rural_que_metodos_e_politicas_publicas/links/0c96053178f83869b8000000.pdf#page=45>. Acesso em: 28 maio 2018.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual do agente emissor de Declaração de Aptidão ao PRONAF**. Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/3-dap-manual-do-agente-emissor.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2018.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Tabela de Medidas Agrárias não decimais**. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões da qualidade agrária: um olhar a partir dos assentamentos rurais. **Reforma Agrária**. Vol. 32, n.2, p. 125-134, jul/dez 2007.

MENDES, Natalino Ferreira. Carro de Bois. **Anhuma do Pantanal (Poesia da Terra)**. Cáceres-MT: Academia Mato-grossense de Letras, 1993.

MENEZHINI, Ailton José; MIORIN, Vera Maria Favila. Refletindo a produção familiar. **Geografia Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, n.8 – 9, p. 25-41, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/24015/pdf>>. Acesso em: maio 2017.

MIRANDA, Leodete; AMORIM, Lenice. **Mato Grosso: Atlas Geográfico**. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. **Geografia de Mato Grosso: seleção de conteúdos para concurso público do Governo de Mato Grosso**, 2009. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**. Florianópolis, v.14, n.27, p.67-90, jan./jun.1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/18833>>. Acesso em: 31 maio 2018.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

MORMONT, Marc. Who is rural? Or, How to be rural? Towards a Sociology of the Rural. In.: MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (eds.). **Rural Restructuring: global process and their responses**. London: David Fulton Publishers, 1990. Disponível em: <https://www.academia.edu/2386649/Who_is_rural_or_how_to_be_rural_towards_a_sociology_of_the_rural>. Acesso em: jan. 2017.

MORO, Dalton Aureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

MULTIRIO. Empresa Municipal de Multimeios Ltda. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Escravidão: negociação e conflito**. Rio de Janeiro: Multirio, 2017. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/tema314.html>>. Acesso em: nov. 2017.

NARDI, Oni; MIORIN, Vera Maria Favila. Turismo no meio rural (TMR). In.: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano**. Uberlândia: Assis, 2008. p. 249 -278

NEVES, Ronaldo José; CRUZ, Carla Bernadete Madureira. O uso de representações gráficas geradas a partir de ferramentas de geoprocessamento nos estudos em sala de aula - Pantanal de Cáceres, MT. **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 59/01, p.45-53, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/88>>. Acesso em: 31 maio 2018.

NEVES, Ronaldo José. **Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais – Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www2.unemat.br/atlascaceres/index.php>>. Acesso em: abril 2017.

NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NUNES, Maria Cândida Moitinho; NEVES, Ronaldo José. Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídio às atividades agropecuárias e turísticas municipais. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 55-68, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/16845>> . Acesso em: 31 maio 2018.

OLIVEIRA, Alini Nunes de; CALVENT, Maria Del Carmen Matilde Huertas. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 81-92,

jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/306>>. Acesso: 08 abr. 2018.

OLIVEIRA, Ana Leticia de. **Complexos Agroindustriais e ações na organização sócio-espacial: uma análise em Geografia rural**. 2011. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de. **Políticas públicas pra agricultura familiar: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo**. Rio Claro, Brasil. 2015. 103f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. **Revista USP**, São Paulo, n.59, p. 232-257, setembro/novembro 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13291/15109>>. Acesso em: jun. 2017.

ORTEGA, Emiliano. La ruralidad y el futuro de los jóvenes rurales en Chile. In: CEPAL. **Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 1996. P. 241-247.

PARCHEN. Portal Flickr. **Fotografia da Fazenda Descalvados**. 2017. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/parchen/15856964001/sizes/l/>>. Acesso em: mar. 2017.

PÉCLAT, Gláucia Taxis da Silva Campos. **Descalvados: a carne de charque em projetos de memória e de identificação de um grupo de trabalhadores (Pantanal, MT, 1945-1990)**. 2011. 198f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Pantanal. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. **Tipos e Aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. P. 433-440.

PETROLI, Viviane. Exótica, carne de jacaré tem ganhado espaço em restaurantes e supermercados de Cuiabá. **Agro Olhar**. Cuiabá-MT: 2017. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=24964¬icia=exotica-carne-de-jacare-tem-ganhado-espaco-em-restaurantes-e-supermercados-de-cuiaba-veja-fotos>>. Acesso em: abril 2017.

PEZARICO, Carmen Regina; RETORE, Marciana (org.). **Tecnologias para a Agricultura Familiar**. Documentos 122. 3ed. Dourados-MS: Embrapa Agropecuária Oeste, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2vPq0aL>>. Acesso em 01 maio 2018.

PIAIA, Ivaneide Inês. **Geografia de Mato Grosso**. 3 ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PIMENTA, Henrique. **Governo incentiva o turismo rural na agricultura familiar**. Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários. Governo de Mato Grosso. Cuiabá: SEAF, 2018. <<http://www.seaf.mt.gov.br/-/9222058-governo-incentiva-o-turismo-rural-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 40, n. 03, p. 411-424, jul-set. 2009. Disponível em: < <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/367>>. Acesso em: 31 maio 2018.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geomorfologia Ambiental. In.: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia do Brasil**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 351 – 388.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; VASCONCELOS, Tereza Neide Nunes; CASTRO JÚNIOR, Prudêncio Rodrigues de. Estruturas e formas de relevo. In.: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (org.). **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade e Natureza**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p.218-237.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente – SP, ano 15, n. 21, p. 135-161, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2115>>. Acesso em: 4 set. 2018.

ROSSETTO, Onélia Carmem. Produção do Espaço Agrário no Estado de Mato Grosso e o Processo de Concentração de Terras no Pantanal Norte Mato-grossense. In.: ROSSETTO, Onélia Carmem; TOCANTINS, Nely (Org.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: socioeconomia e conservação da biodiversidade**. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, Compasso Lugar Cultura, 2015. p.29-80.

ROSSETTO, Onélia Carmem. Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização. **Revista NERA**, Presidente Prudente – SP, ano 12, n. 15, p. 88-105, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1376/1358>>. Acesso em: 4 set. 2018.

SABINO, Thaís. É nesse final de semana 29 e 30, a grandiosa 8ª Festa da Banana. **Cáceres Governo Municipal**. Cáceres: 2017. Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br/Noticia/5262/e-neste-final-de-semana-29-e-30-a-grandiosa-8-festa-da-banana/#.Wi1Kr9-nHIU>>. Acesso em: dez. 2017.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar integrada ao CAI brasileiro** – A produção de pêssego no município de Pelotas. 1992. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1992.

SANTORI, Raquel. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário** – PNCF. Brasília: maio 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2017/audiencia-publica-16-de-maio-de-2017-casa-civil>>. Acesso em: 26 fev.2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. O Espaço como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n.5, p.9-20, 1988. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/67/0>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. Society and Space: social formations theory and method. **Antípode**, Worcester, n. 9, v.1, p. 3-13, 1977. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1467-8330.1977.tb00077.x>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCHEUER, Junior Miranda; BOTTI, Nicolcy Seabra; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. Análise sócio-produtiva dos assentamentos em Cáceres, Mato Grosso: políticas públicas para o desenvolvimento territorial. **Revista Geográfica Acadêmica**, Boa Vista – Roraima, v.9, n.2, p. 141-152, 2015. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/rga/article/view/3033>>. Acesso em: fev. 2018

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In.: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 84-109p.

SCHNEIDER, Sérgio. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108. Disponível em: <<http://www.ufgrs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-territorio-ruralidade-e-desenvolvimento-in-velasquez-lozano-fabio-medina-juan-guillermo-ferro-editores-org-las-configuraciones-de-los-territorios-rurales-en-el-siglo-xxi-1-ed-bogota-colombia-editorial-pontificia-universidad-javeriana-2009-v-1>>. Acesso em: fev. 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p.99-121, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: fev. 2017.

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. Brasília: SEAD/MDA, 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio Micro e Pequenas Empresas. Turismo de negócios e eventos: oportunidades para os pequenos empresários. **Boletim de Inteligência**. Dez. 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/fc664c6f5670e0c36bd14c8831dc659a/\\$File/5848.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/fc664c6f5670e0c36bd14c8831dc659a/$File/5848.pdf)>. Acesso em: 10 abril 2018.

SILVA, Leila Castro da. O processo de nomeação das fazendas-engenhos de Cáceres-MT. **Avepalavra**, Alto Araguaia - Mato Grosso, ed. 11, p.1-9, 1º sem. 2011. Disponível em: <<http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/11/artigos/O%20processo%20de%20nomeacao%20das%20fazendas%20engenhos%20de%20Caceres%20%20MT.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SILVA, Odair Vieira da; MOURA, Larissa Perez Marcondes de. Turismo rural como vetor de desenvolvimento econômico. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, Garça- São Paulo, ano VII, n. 13, p.1-5, Junho de 2010. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/u7DD3y2lYAZAdRZ_2013-5-23-12-34-59.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

SILVA, Tânia Paula da. **Territórios de esperança: o processo de recriação camponesa em Cáceres - MT**. 2014. 213f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2014.

SILVA, Vanda da. **Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)**. 2008. 184f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

SILVA, Vanda da. **Engenhos: produção e abastecimento do termo do Cuiabá (1751-1822)**. 2015. 218f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2015.

SILVA, Vanda da. Da forma que me convém: a ocupação dos espaços rurais na capitania de Mato Grosso. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal-RN: 22 a 26 de junho 2013.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <<http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>>. Acesso em: jun. 2017.

SMA – Secretaria Municipal de Agricultura. **Relação das comunidades rurais de Cáceres**. <agricultura.prefeituracaceres.gov@hotmail.com> em 27 nov. 2017.

SOARES, Maria do Socorro Castro. **O Governo Provisório de Mato Grosso e a questão da anexação da Província de Chiquitos ao Império Brasileiro (1821- 1825)**. 2003. 151f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

SOUSA, José Maria de. **Manuscritos de Vila Maria: Edições Fac-Similar e Semidiplomática**. 2013. 726f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SOUSA, Silvio Braz de; ARANTES, Arielle Elias; FERREIRA, Laerte Guimarães. Modelagem e estimativa dos tipos de relevo das pastagens brasileiras. **Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR**. João Pessoa-PB, Brasil: INPE, 2015. p.1090-1096. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2015/files/p0201.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva. **O turismo no Rio Paraguai em Cáceres, Pantanal mato-grossense, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Cáceres: UNEMAT, 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona - Espanha, n. 93, 15 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: maio 2017.

SZUBRIS, Elisandra Benedita. **Cáceres e região: nomes que fazem história**. Cáceres/MT: UNEMAT, 2014. 92f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2014.

TEIXEIRA, Vagner Aniceto. **Memória Cultural e Propagação de Ipeca [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stoves] em Cáceres-MT**. 2008. 58 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fJYfinNJYlsJ:https://edisciplinas.u.br/pluginfile.php/1244945/mod_resource/content/1/Wanderley%2520-%2520A%2520emerge%25CC%2582ncia%2520de%2520uma%2520nova%2520ruralidade%2520nas%2520sociedades%2520modernas%2520avanc%25CC%25A7adas%2520%25281%2529.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 31 maio 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 21, p. 42-62, 2004. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: jun. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. (estudo de caso no Nordeste). IN: MARTINS, José de Souza (coord.) **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre, UFRGS, 2003, p. 203-246.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG. Outubro 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: abril 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In.: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Org.) **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. 476 p. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

APÊNDICE A



N° Questionário

Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Pós-graduação em Geografia

GPS

QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA “OS MÚLTIPLOS RURAIS DE CÁCERES-MT: EM MEIO À APARENTE HOMOGENEIZAÇÃO, UM DIVERSO RURAL TRANSPARECE”

DATA ____/____/____ Entrevistador: _____

I – IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPRIEDADE
ENTREVISTADO (A) _____

Situação do entrevistado

() proprietário () membro da família () outras

Qual? _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Naturalidade: _____

1- TAMANHO E LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

1.1- Tamanho da propriedade em hectares ou alqueires: _____

1.2- Localização: _____

1.3- Nome: _____

1.4- A propriedade foi obtida por

() compra () herança () doação () parte herança/parte compra () outros Qual? _____

1.5- Há quanto tempo a propriedade pertence à família? _____

1.6- Qual a principal atividade do proprietário? _____

1.7- Quem reside na propriedade?

() proprietário () proprietário e família () membros familiares () outros

Quais? _____

1.8- Distância da cidade de Cáceres em km: _____

1.9- Tempo gasto para ir da propriedade até o centro da cidade utilizando-se automóvel: _____

1.10- A principal estrada que liga a propriedade à cidade é: () pavimentada () não pavimentada

1.11- Há alguma linha de ônibus urbano ou interurbano que circula próximo da propriedade?

() sim () não Qual? _____

2- RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS E COMUNICAÇÃO DA PROPRIEDADE

2.1- Recursos hídricos - Na propriedade há:

Respostas	Rio	Lagoa	Represa	Nascente	Cachoeira
Sim					
Não					
Utilização					
Atividade					
Técnicas de Manutenção*					

*Algum cuidado com a manutenção dos recursos hídricos

2.1.1- O abastecimento de água é feito por:

Respostas	Água				
	Concessionária	Rio	Poço artesiano	Fonte	Outros

2.2- Recursos energéticos - Na propriedade há:

Respostas	Energia elétrica	Gerador próprio	Outros	ENERGISA	Outra concessionária

2.3- Recursos de comunicação - Na propriedade há:

Respostas	Telefone fixo	Telefone Celular	Outros	Operadora	Internet
Sim		quantos?			

3- **EXPLORAÇÃO DA PROPRIEDADE**

3.1- A propriedade é dirigida por: () proprietário () administrador () Outro Qual? _____

3.2- A propriedade é explorada: () apenas pela família () pela família e outras pessoas () outras. Qual? _____

3.3- Quantos hectares (alqueires) são explorados pela família? _____

3.4- Quem explora o restante? () arrendatário () parceiro () posseiro Com o que?

4 - **CARÁTER DA MÃO DE OBRA UTILIZADA NA PROPRIEDADE**

Quantidade, tempo e custo	Familiar	Assalariada		Outra
		TEMPORÁRIA	PERMANENTE	
Quantos				
Período				
Custo				

5 - **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RENTABILIDADE:**

5.1- As atividades desenvolvidas na propriedade são de tipo:

() agricultura e pecuária () não-agrícolas () as duas anteriores

5.2- Qual a atividade principal? _____

5.3- A atividade que gera maior renda é: _____

5.4- Há quanto tempo se dedica a essa atividade? () – de 5 anos () + de 5 anos () + de 10 anos () + de 30 anos

() + 50 anos

5.5- O total da renda familiar mensal é de:

() até 1 salário mínimo () de 2 a 3 salários mínimos () de 3,1 a 5 salários mínimos () mais de 5 salários mínimos

5.6 Qual a importância da feira para a renda familiar? _____

6- **EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS QUE PERMITEM DIVERSIFICAR E AUMENTAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA:**

6.1- A família possui:

Respostas	Trator	Colheitadeira	Semeadeira	Ensilhadeira	Arado tração animal	Outros	Nenhum
Sim						Se sim, qual?	
Não							
Utilização							

6.1.2- Em caso de não possuir nenhum desses equipamentos a família:

() aluga de quem os possui () toma emprestado () paga pelos serviços

() executa ela mesma todos os serviços de forma manual

6.2- Utilização de adubos, corretivos e inseticidas na lavoura:

Adubos	Sim	Não	Qtde. anual	Custo	Produção própria
Químicos					
Orgânicos					
Corretivos					
Sementes					
Inseticida/herbicida/fungicida					

7- ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCIAMENTOS:**7.1- A família conta com:**

Respostas	Assistência técnica	Financiamento	Atividade financiada	
			Agrícola	Não-agrícola
Sim				
Não				
Custo				
Quem*				
Frequência				

*Secretaria Municipal da Agricultura, Casa da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa e outro (quais?)

7.2- Como você avalia a atuação dos seguintes órgãos junto ao pequeno produtor rural

RESPOSTAS	ÓRGÃOS			
	Secretaria Munic. da Agric.	Casa da Agricultura	Sindicato T. Rural	Bancos
Ótima				
Boa				
Regular				
Ruim				
Não sabe responder				

II- PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ÁREA OCUPADA* E RENTABILIDADE*

* área em hectares ou alqueires; valor da produção em R\$.

8. Agricultura

Produtos vegetais	Área cultivada	Produção	Valor da produção	Destino da Produção
Mandioca				
Hortaliças				
Arroz				
Cana de açúcar				
Café				
Milho				
Frutas Quais?				
Outros Quais?				

9. Pecuária:

Produtos animais	Nº	Área Ocupada	Produtividade /ano	Valor da Produção (R\$)	Destino da Produção
Bovinos p/leite					
Bovinos p/corte					
Suínos					
Equinos					
Ovinos					
Frangos					
Peixes					
Abelhas					
Outros					

III- CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR - aspectos demográficos, grau de instrução, infraestrutura e bens da família agricultora – aquela que efetivamente produz como proprietária ou não**10 Aspectos Demográficos e Sociais**

10.1 - Por quantas pessoas a família é composta? _____

10.2- Número de pessoas da família por idade, sexo e atividade praticada

Número de pessoas da família por idade, sexo e atividade praticada			
Idade	Feminino	Masculino	Atividade praticada
0-1			
1-5			
5-10			
10-15			
15-20			
20-30			
30-60			
60 Ou +			

10.3- Das atividades desenvolvidas na propriedade o que é tarefa:

Do homem

Da mulher

Das crianças

10.4 - Tem algum membro da Família que recebe aposentadoria? () Sim () Não

0.5A renda proveniente da aposentadoria é destinada para?

() manutenção da propriedade () manutenção da família (lazer, compra de remédios, alimentação) ()

Outros. Qual? _____

10.6 tamanho da propriedade é, hoje, suficiente para a manutenção/reprodução da família?

() sim () não

Por quê? _____

11 - Grau de escolaridade e religião dos membros da família

Grau de escolaridade e religião dos membros da família												
Membros da Família	Analfabeto	fundamental		Médio		Superior		Religião				
		Até 4ª série	Até 8ª série	2º grau comp.	2º grau incompl.	Completo	Incompleto	Cat.	Evang.	Esp.	Cand./ Umb.	Outra

* Outros membros da família - exemplos: noras, genros, netos e agregados.

11.1 Qual sua relação com a vizinhança?

() parentesco () compadrio () amizade () sem relação () outras Qual?

12- Caráter e infraestrutura da habitação e bens da família

12.1 Tipo de construção e eletrodomésticos:

Resposta	Casa			Vaso sanitário		Cômodos	Eletrodomésticos			
	Alvenaria	Madeira	Barro	C/água encanada	S/água encanada		Tv	Rádio	Geladeira	Computador
Sim (quantos)										
Não										

12.2- Transporte:

A família possui:

Respostas	Automóvel	Motocicleta	Caminhonete	Caminhão	Carroça	Bicicleta

13- Saúde

13.1- A família procura o médico:

() regularmente () só quando algum membro adoece

13.2- A família possui plano de saúde?

() sim () não () somente um ou alguns membros possuem

13.3- Quando alguém da família adoece, procura-se primeiro:

() médico () farmácia () curar a doença tomando remédios caseiros

14. - Alimentação

14.1 Quantas vezes a família vai ao supermercado: () 1x por semana () + de uma vez por semana () a cada 15 dias

() 1x por mês

14.2 Que tipos de produtos compra no supermercado:

	Sim	Não		Sim	Não
Carnes					
Frango			Farinha (trigo, mandioca, milho)		
Porco			Pães e bolachas		
Boi			Bebidas		
			Sucos		
Peixes			Refrigerantes		
Leites e Laticínios			Bebidas alcoólicas		
Grãos e cereais			Frutas, verduras e legumes		
Arroz					

14.3 Das atividades desenvolvidas na propriedade. Qual a mais recente?

IV- ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS:

15- Você acompanha regularmente o noticiário sobre o meio rural?

() sim () não () de vez em quando

16- Você é associado a:

() sindicato () clube () partido político () nenhuma instituição () outros Qual? _____

17- O que você acha necessário para ter sucesso na agricultura?

- () Acesso ao crédito rural
 () trabalhar na própria terra
 () dispor de sementes e animais de boa qualidade
 () ter acesso à máquinas para trabalhar
 () transformar seus próprios produtos agregando-lhes mais valor
 () ter assistência técnica regularmente () outros Quais? _____

18 – Em sua opinião, qual é a função da agricultura/agricultor na sociedade hoje?

- () produção de alimentos () preservação do meio ambiente
 () manutenção das tradições culturais
 () fonte de renda para família () Outras Quais? _____

19- Em sua opinião qual o problema em se residir no campo hoje?

- () dificuldade de acesso à cidade () violência () falta de infraestrutura
 () outros Qual? _____

20- Em uma situação de lucratividade (sobra de dinheiro) qual seria sua prioridade de investimento?

- () comprar mais terras () comprar animais () comprar maquinário () poupança () comprar bens imóveis na cidade () compra veículos () outros Quais? _____

21- Você venderia suas terras para:

- () comprar outras maiores em outro lugar
 () comprar outras melhores, ainda que menores
 () mudar-se para a cidade e desenvolver outra atividade
 () ajudar um filho em dificuldade financeira
 () outros Qual? _____
 () não venderia suas terras por nenhum motivo

V – POTENCIAL E CARÁTER DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

22. Na propriedade há lugares que possam atrair visitantes/turistas para passear e/ou praticar esportes?

() sim () não

Quais? _____

22.1 Quais dias da semana são preferidos pelos visitantes/turistas? _____

22.2- Estas pessoas pagam para ter acesso aos lugares? () sim () não Quanto? _____

22.3 É realizada na propriedade alguma festa religiosa ou cultural que atrai pessoas da vizinhança, da cidade e/ou de outros lugares? () sim () não Qual? _____

22.4- Quem organiza a festa? () a família () a comunidade

22.5 - A festa gera renda para a família? () sim () não Quanto? _____

23. ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS: RENTABILIDADE E GRAU DE IMPORTÂNCIA

Atividade Desenvolvida	Local de trabalho		Membro que desenvolve				Caráter de mão de obra		Renda Em salários	Tempo ocupado		Destino da renda		
	Dentro	Fora	Chefe	Cônj.	Filho	Filha	Própria	Assalariado		Parcial	Integral	Investir na lavoura	Consumo familiar	Consumo individual
Pedreiro														
Doméstica/Diarista														
Comércio														
Motorista														
Professor														
Artesanato														
Turismo														
Outros														

23.1 - Época do ano em que se ocupa com as atividades não-agrícolas: _____

24 Análise da paisagem, arquitetura e cultura

24.1 Existe alguma construção antiga ou religiosa na sua propriedade?

() sim () não Qual? _____

24.2 Existe algum atrativo natural ou paisagístico na sua propriedade?

() sim () não Qual? _____

24.3 Existe algum atrativo de culinária tradicional na sua propriedade?

() sim () não Qual? _____

24.4 Existe algum atrativo de artesanato tradicional na sua propriedade?

() sim () não Qual? _____

24.5 – Há algum produto, prática ou atividade tradicional em sua propriedade?

() sim () não Qual? _____

24.6 – As estações da chuva e seca afetam/alteram a produção/atividades?

() sim () não Como? _____

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA “OS MÚLTIPLOS RURAIS DE CÁCERES-MT: EM MEIO À APARENTE HOMOGENEIZAÇÃO, UM DIVERSO RURAL TRANSPARECE”, APLICADO AOS LÍDERES DE ASSENTAMENTOS OU COMUNIDADES.

1. Nome do Assentamento: _____
2. Nome do líder/presidente/representante: _____
3. Ano de fundação do assentamento: _____
4. O assentamento teve origem com: () INCRA () Banco da Terra () Outro.
Qual? _____
5. Qual a distância até o centro de Cáceres? _____
6. Quanto tempo leva de automóvel até o centro de Cáceres? _____
7. Número de famílias: _____
8. Qual o principal produto do assentamento? _____
9. Qual o principal destino de comercialização da produção?
() Feira () Programas de Aquisição de Alimentos () Mercados () Outro.
Qual? _____
10. O que é produzido pela agricultura e pecuária no assentamento? (marque todas as opções existentes)

Produtos vegetais	Produção	Destino da Produção (consumo próprio ou comercialização)	Produtos animais	Produção	Destino da Produção (consumo próprio ou comercialização)
Mandioca			Bovinos p/leite		
Hortaliças			Bovinos p/corte		
Arroz			Suínos		
Cana de açúcar			Equinos		
Café			Ovinos		
Milho			Frangos		
Frutas Quais?			Peixes		
			Abelhas		
			Outros. Quais		
Outros Quais?					

11. Possuem associação própria? Sim () Qual? _____ Não
()
12. A maior parte das famílias pertencem ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais? Sim () Não ()
13. O assentamento tem apoio da prefeitura ou outro órgão? Sim () Qual? _____
Não ()
14. Como é esse apoio? Através de que ele acontece? _____

APÊNDICE C

“OS MÚLTIPLOS RURAIS DE CÁCERES-MT: EM MEIO À APARENTE HOMOGENEIZAÇÃO, UM DIVERSO RURAL TRANSPARECE”

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA COM PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES VINCULADAS AO PAA

- 1. Nome da associação.**
- 2. Presidente.**
- 3. Número de famílias.**
- 4. Órgãos/entidades para os quais entrega a produção.**
- 5. Gêneros comercializados.**
- 6. Valor da comercialização.**
- 7. Forma/período de pagamento.**
- 8. Relação com os órgãos/entidades compradores.**
- 9. Perspectivas para o futuro da associação e dos programas.**

APÊNDICE D

“OS MÚLTIPLOS RURAIS DE CÁCERES-MT: EM MEIO À APARENTE HOMOGENEIZAÇÃO, UM DIVERSO RURAL TRANSPARECE”

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- 1. Entrevistado e formação**
- 2. Função e tempo de serviço**
- 3. Estrutura da Secretaria (pessoal, infra-estrutura, localização, etc.)**
- 4. Como a administração pública caracteriza (vê) o rural de Cáceres?**
- 5. Qual o perfil do público atendido pela secretaria?**
- 6. Como é a relação com os agricultores familiares do município? Como é a participação desse público nas decisões?**
- 7. Possui contato com representantes de assentamentos ou localidades? Quais as principais demandas desses?**
- 8. Quais as principais ações que a Secretaria desenvolve?**
- 9. Quais são as políticas públicas que a prefeitura desenvolve junto à agricultura familiar?**
- 10. Quais as principais dificuldades de atuação?**
- 11. Possui articulação com outras secretarias?**
- 12. Possui articulação para o turismo rural no município?**
- 13. Quais as perspectivas para o futuro do setor no município?**
- 14. Pode disponibilizar algum tipo de material/documentos para a pesquisa?**

APÊNDICE E

Quadro 4 – Classificação dos solos de Cáceres-MT

CLASSIFICAÇÃO	Caracterização						Ocorrência
Solos	Horizonte	Origem	Cor	Textura	Profundida	Drenagem	Classe de Relevo
GLEISSOLOS	Ausência de horizonte B, e presença de horizonte glei, solos pouco desenvolvidos	Solos minerais hidromórficos	Acinzentado, azulado e esverdeado	Arenosa a muito argilosa	Pouco profundo	Mal ou muito mal drenado (encharcados)	Plano (terraços fluviais de grandes rios, áreas abaciadas e depressões)
NEOSSOLOS	Ausência de horizonte B, solos pouco desenvolvidos	Solos minerais e orgânicos, hidromórficos ou não	Vermelho, amarelo ou mais claras	Arenosa a média	Raso a muito profundo	Excessivamente a mal drenado	Ondulado, forte ondulado
LUVISSOLOS	Horizonte B textural, distinta individualização dos horizontes	Solos minerais não hidromórficos	Do vermelho ao amarelo, às vezes brunado ou acinzentado	Média a argilosa	Pouco profundo a profundo	Bem a imperfeitamente drenado	Plano a forte ondulado
PLINTOSSOLOS	Presença de horizonte plântico logo após o horizonte A	Solos minerais hidromórficos	Pálidas mosqueadas com coresalaranjadas e avermelhadas	Arenosa a argilosa	Raso a pouco profundo	Imperfeitamente mal drenado	Plano, suave ondulado e ondulado (alagamento periódico)
PLANOSSOLOS	Horizonte nátrico, diferença acentuada entre horizontes A ou E, e o B	Solos minerais hidromórficos ou não	Bruno-acinzentado claro	Argilosa	Pouco profundo	Imperfeitamente mal drenado	Plano, suave ondulado (alagamento periódico)

Fonte: Adp. de Miranda e Amorim (2000, p.17)

APÊNDICE F

Quadro 5 – Atrações e estabelecimentos turísticos de Cáceres - MT

ÁREAS PARA DESCANSO E LAZER (Urbano e Rural)	
Balneário “Ponta do Morro” Peraputanga a 21 km, MT 343 Barra do Bugre (Rural).	
Balneário “Baia da Caiçara” a 16 km, BR 070 Rodovia p/ Bolívia (Rural).	
Pça Barrão do Rio Branco e o Cais do Porto. Por do Sol	
Pça Major João Carlos, Avenida Padre Cassimiro com a Cel, José Dulce (Urbano).	
Pça Duque de Caxias, Cmt. Balduino com Avenida Tiradentes e Cel. Farias (Urbano).	
Pça Avenida 7 de Setembro, Polícia Militar (Urbano).	
Inúmeras Chácaras, Hotéis e Pousadas à Beira do rio Paraguai com suas lindas praias para descanso e lazer (Área Urbana e Rural).	
ÁREAS PARA PRÁTICA DE MONTANHISMO	
Ponta do Morro do Quilombo Acesso pela Dolina Água Milagrosa 25 Km MT 343 B.Bugres	
Morro da Faz. Facão, a 12 km BR. 364 para Cuiabá.	
Morro da Dolina Água milagrosa a 23 km MT 343 para Barra do Bugre	
Morro do Boi Morto Faz. Jacobina 26 Km BR 364 para Cuiabá.	
Outras Áreas em fase de reconhecimento e cadastramento.	
TRILHAS PARA CAMINHADA RÚSTICA	
Trilha do “Novateiro” morro da Faz. Facão a 12 km BR 364 para Cuiabá.	
Trilha do Balneário “Ponta do Morro” a 21 km MT 343 para Barra do Bugre	
Trilha da Dolina “Água Milagrosa” a 23 km MT 343 Córrego das Peraputanga para Barra do Bugre.	
CACHOEIRAS	
Da Peraputanga a 16 km MT 343 para Barra do Bugre	
Da Faz. Facão a 12 Km BR 364 para Cuiabá	

Da Faz. Primavera a 20 Km BR 364 estrada Velha para Cuiabá (Particular)lab. Pesquisa
PRAIAS PARA BANHOS, PESCARIA E ACAMPAMENTOS (PRINCIPAIS)
Praia do “Daveron” (banho), acesso pela SEMATUR centro da cidade.
Praia do “Julião” (banho, acampamento e pescaria). Acesso pela BR 070 km 05 ou pelo Rio acima + ou - 5min. de barco.
Praia da “Chimbuva” (banho, acampamento e pescaria). Acesso pelo Rio acima + ou - 30 min, de barco.
Praia da “Baia da Palha” (banho, acampamento e pescaria). Acesso pelo Rio abaixo + ou - 15min, de barco.
Praia do “Renato” (banho, acampamento e pescaria). Acesso pelo Rio abaixo + ou - 30min, de Barco.
Inúmeras Praias, rio abaixo e rio acima, para todos os gostos, enamorados e apaixonados pela natureza.
GRUTAS E CAVERNAS
Gruta e Caverna “Dolina Água Milagrosa”. Acesso MT 343 para Barra do Bugre 12km, + estrada vicinal 10km. (Liberada pelo IBAMA para mergulho e observação).
Cavernas “Complexo da Faz. Facão”. Acesso BR 364 12 Km estrada velha para Cuiabá.
Cavernas: “Pita Canudo e Barreiro Preto”, Complexo da morraria da Peraputanga. Acesso MT 343 para Barra do Bugre 16 km +ou - estrada Vicinal 14km.
Várias outras em fase de reconhecimento e cadastramento.
PATRIMÔNIO NATURAL
Pantanal/ Rio Paraguai e seus afluentes: Rio Sepotuba, Rio Cabaçal e Rio Jaurú na Região de Cáceres -MT. Acesso por Rodovias e estradas vicinais, pôr meios Hidroviários, através de Barcos e Chalanas.
Reserva “Ecológica Taiamã” considerado Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO, viveiro natural do Pantanal com 11.200 km2 de extensão territorial a 170 km rio abaixo.

MONUMENTOS HISTÓRICOS
Marco do Jaurú “Tratado de Madri”, divisor de terras entre Portugal e Espanha, foi assentado na foz do Rio Jaurú a margem direita em 18 de janeiro de 1754 e trasladado para Cáceres e 02 de Fevereiro de 1883, assentado na frente da Igreja Matriz São Luiz (de estilo Neogótico), Pça Barrão do Rio Branco, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES
É composta por um conjunto de bens e imóveis de Arquitetura majestosa do século XVIII, destacando entre os estilos: Colonial e Neoclássico na maioria dos Casarões (antigos), encontra-se resquícios do Neogótico, ArtDecô e Eclético representado em suas fachadas, frontões e beirais. Tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual, protegido pela CEPTh Comissão Especial de Preservação e Tombamento Histórico.
Compõe a área do Centro Histórico as seguintes ruas com suas intercessões: Cel. José Dulce até a Cel. Faria até a Quintino Bocaiúva (antiga rua da Manga), até a General Osório Até a 13 de junho seguindo por esta até a Padre Cassimiro fechando com a Cel. José Dulce. (Sugiro que faça um Roteiro, City Tour).
Esta, situada nessa área o Museu Histórico de Cáceres, com suas salas representativas que retrata a Cultura e a Historia do povo Pantaneiro e a Sala de Arqueologia. Para visitas de 2º a 6º Feiras das 7:00 às 18:00Hs. Também esta localizado a Biblioteca Publica Municipal, Arquivo Publico Municipal e o centro Municipal de Cultura.
FAZENDAS HISTÓRICAS
<u>Fazenda Jacobina</u>, no passado foi a Célula-Mater de Cáceres (Vila Maria), pois era a mais rica fazenda da Província, dos Coronéis, dos Escravos e de Sabino Vieira, da Guerra das Sabinadas que ali ficou exilado, hoje um marco Histórico com seus Casarões de estilo Colonial do século XVIII, hoje tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual, propicia p/ o Turismo Rural.

Fazenda Facão, no passado Indústria de produtos derivados da Cana de Açúcar em especial a aguardente e o açúcar e todos os cereais, inclusive a farinha de mandioca muito consumida pelos pantaneiros e chikitanos, hoje com suas Histórias, Lendas, Sítios Arqueológicos, Grutas, Cavernas, Trilhas, Ecoturismo e Cachoeira com água de bica.

Fazenda Ressaca, no passado Indústria Açucareira e Aguardente de grande produção anual, na média de 180.500 Kg., de Açúcar e 90.000 litros de aguardente (cachaça), possuía também uma Fábrica de Farinha de mandioca e uma Fundição de Bronze. Às margens do Rio Paraguai possuía um excelente Porto de embarque e desembarque para os navios a vapores, um marco histórico regional com suas Monumentais construções de Arquitetura Colonial, suas estórias e Sítios Arqueológicos das antigas civilizações indígenas do Pantanal (Índios Guatós), hoje um grande produtor da pecuária de corte.

Fazenda Barranco Vermelho, com Arquitetura (ecléctica) imponente e majestosa da década de 30 a margem esquerda do Rio Paraguai, antiga Indústria Saladeira, ou seja, Charqueada (fardos de carne seca). Hoje a serviço da História, berço das antigas civilizações indígenas em seus Sítios Arqueológicos e funcionando como uma pousada para Turismo, com belíssimas paisagens naturais, Fauna e Flora exuberante, local ideal para a prática da Pesca Esportiva (Pesque Solte), com Pousada turística.

Fazenda Descalvados, no passado uma grande “Fábrica que distribuía fumaça na Planície Pantaneira”, Indústria que extraía produtos derivados da carne bovina, organizada por uma Companhia Belga denominado de “Produits Cibilis” que era exportada para os Hospitais da Bélgica. Possuía um rebanho de “Gado Vacum” estimado em 300 mil cabeças. Teve o primeiro CEP e sistema de Correios e Telégrafos, com mais de 200 famílias ali residindo, com um Porto para embarque e desembarque, para os navios a vapores. Hoje a serviço da História, da Arqueologia, do Meio Ambiente e diversas modalidades do Turismo, com suas belas construções de Arquitetura Colonial, majestosa em Pleno Pantanal, Tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual, hoje uma Pousada a serviço do Turismo.

ESPORTES AQUÁTICOS

Os principais pontos são as Baías que formam os grandes lagos próximos à cidade de excelente qualidade para a prática de esportes como: Canoagem, Ski, Jet Ski, Natação e outros...

PESCA ESPORTIVA

Alguns dos principais pontos pesqueiros no Rio Paraguai para a prática da Pesca Esportiva(Pesque Solte):

Barra do Sepotuba, rio acima + ou – 01h00minhs de Barco dependendo do HP do motor.

Barra do Rio Jaurú, rio abaixo +ou – 01h30minhs de Barco (ver HP do motor).

Morro Pelado, rio abaixo + ou – 02h00minhs de Barco (ver HP do motor).

Uma variedade de lugares exuberantes para a prática do Turismo contemplativos, como as Baías, Coríxos e Lagoas, com seus Aguapés, Vitórias Regias, recanto nobre dos viveiros de peixes, ninhais de aves, descanso dos jacarés e capivaras, as áreas citadas tem acesso possibilitados através de roteiros programados e contatos antecipados com os Guias de Turismo e Agencias.

Fonte: Adp. de Cáceres (2015)

APÊNDICE G

Tabela 24 - Empresas e outras organizações por seção, divisão, grupo e classe da classificação de atividades (CNAE 2.0), 2015

Tabela 6449 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado em 31.12, salários e outras remunerações, por seção, divisão, grupo e classe da classificação de atividades (CNAE 2.0)	
Ano – 2015	
Variável - Número de empresas e outras organizações (Unidades)	
Município - Cáceres (MT)	
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)*	
Total	1544
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	27
01 Agricultura, pecuária e serviços relacionados	23
01.1 Produção de lavouras temporárias	1
01.15-6 Cultivo de soja	1
01.3 Produção de lavouras permanentes	1
01.39-3 Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	1
01.5 Pecuária	14
01.51-2 Criação de bovinos	13
01.59-8 Criação de animais não especificados anteriormente	1
01.6 Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita	7
01.61-0 Atividades de apoio à agricultura	4
01.62-8 Atividades de apoio à pecuária	2
01.63-6 Atividades de pós-colheita	1
02 Produção florestal	4
02.1 Produção florestal - florestas plantadas	1
02.10-1 Produção florestal - florestas plantadas	1
02.2 Produção florestal - florestas nativas	1
02.20-9 Produção florestal - florestas nativas	1
02.3 Atividades de apoio à produção florestal	2
02.30-6 Atividades de apoio à produção florestal	2
B Indústrias extrativas	4
08 Extração de minerais não-metálicos	4
08.1 Extração de pedra, areia e argila	4
08.10-0 Extração de pedra, areia e argila	4
C Indústrias de transformação	88
10 Fabricação de produtos alimentícios	14
10.1 Abate e fabricação de produtos de carne	2
10.11-2 Abate de reses, exceto suínos	2
10.5 Laticínios	4
10.52-0 Fabricação de laticínios	2
10.53-8 Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2

10.6 Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	2
10.61-9 Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	1
10.63-5 Fabricação de farinha de mandioca e derivados	1
10.8 Torrefação e moagem de café	2
10.81-3 Torrefação e moagem de café	2
10.9 Fabricação de outros produtos alimentícios	4
10.91-1 Fabricação de produtos de panificação	1
10.99-6 Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	3
15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	4
15.1 Curtimento e outras preparações de couro	2
15.10-6 Curtimento e outras preparações de couro	2
15.3 Fabricação de calçados	2
15.31-9 Fabricação de calçados de couro	2
16 Fabricação de produtos de madeira	6
16.1 Desdobramento de madeira	2
16.10-2 Desdobramento de madeira	2
16.2 Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	4
16.22-6 Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	3
16.29-3 Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	1
23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	16
23.3 Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	1
23.30-3 Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	1
23.4 Fabricação de produtos cerâmicos	15
23.42-7 Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção	14
23.49-4 Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	1
I Alojamento e alimentação	99
55 Alojamento	35
55.1 Hotéis e similares	35
55.10-8 Hotéis e similares	35
56 Alimentação	64
56.1 Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	59
56.11-2 Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	58
56.12-1 Serviços ambulantes de alimentação	1

R Artes, cultura, esporte e recreação	22
93 Atividades esportivas e de recreação e lazer	20
93.1 Atividades esportivas	15
93.12-3 Clubes sociais, esportivos e similares	2
93.19-1 Atividades esportivas não especificadas anteriormente	2
93.2 Atividades de recreação e lazer	5
93.21-2 Parques de diversão e parques temáticos	1
93.29-8 Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	4

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

*Para a leitura utiliza-se a legenda de cores:

SEÇÃO

DIVISÃO

GRUPO

CLASSE

Fonte: IBGE, 2017a. Org.: OLIVEIRA, Ana Leticia de (2018).

ANEXO A

Quadro 6 - Assentamentos do INCRA em Cáceres – MT



CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DE
COORDENAÇÃO-GERAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO - DEA

Superintendência Regional Mato Grosso - SR 13
Assentamentos - Informações Gerais

SR 13 - Mato Grosso	MT0107000	PA SÃO LUIZ	5102504	CÁCERES	29	26	4033.7352	14/12/1995
SR 13 - Mato Grosso	MT0162000	PA LARANJEIRA I	5102504	CÁCERES	243	126	10944	24/02/1997
SR 13 - Mato Grosso	MT0163000	PA LARANJEIRA II	5102504	CÁCERES	46	33	1210	03/03/1997
SR 13 - Mato Grosso	MT0166000	PA PAIOL	5102504	CÁCERES	449	229	16067.41	24/02/1997
SR 13 - Mato Grosso	MT0183000	PA NOVA ESPERANÇA	5102504	CÁCERES	51	50	1695.286	15/12/1997
SR 13 - Mato Grosso	MT0197000	PA JATOBÁ	5102504	CÁCERES	30	27	906.884	24/10/1997
SR 13 - Mato Grosso	MT0198000	PA RANCHO DA SAUDADE	5102504	CÁCERES	47	45	2407.4621	19/12/1997
SR 13 - Mato Grosso	MT0274000	PA BARRANQUEIRA	5102504	CÁCERES	80	72	2326.0482	20/01/1999
SR 13 - Mato Grosso	MT0282000	PA IPÊ ROXO	5102504	CÁCERES	30	26	1247	31/12/1998
SR 13 - Mato Grosso	MT0313000	PA CORIXO	5102504	CÁCERES	73	73	3413.1808	05/04/2001
SR 13 - Mato Grosso	MT0314000	PA SAPICUÁ	5102504	CÁCERES	40	39	1249.7748	30/08/1999

SR 13 - Mato Grosso	MT0315000	PA LIMOEIRO	5102504	CÁCERES	172	161	8649.39	02/02/2000
SR 13 - Mato Grosso	MT0483000	PE FACÃO	5102504	CÁCERES	102	79	1639.9576	21/11/2001
SR 13 - Mato Grosso	MT0627000	PA BOM SUCESSO	5102504	CÁCERES	14	13	433.2607	18/12/2002
SR 13 - Mato Grosso	MT0629000	PA FLEXAS	5102504	CÁCERES	12	7	309	18/12/2002
SR 13 - Mato Grosso	MT0634000	PA SADIA VALE VERDE	5102504	CÁCERES	439	420	13666.9052	24/04/2003
SR 13 - Mato Grosso	MT0668000	PA KATIRA	5102504	CÁCERES	48	46	1886.3684	27/09/2003
SR 13 - Mato Grosso	MT0719000	PA FLOR DA MATA	5102504	CÁCERES	30	22	1187.0743	02/08/2004
SR 13 - Mato Grosso	MT0755000	PA FACÃO/BOM JARDIM	5102504	CÁCERES	170	169	4782.4698	27/03/2006
SR 13 - Mato Grosso	MT0835000	PA RECOMPENSA II	5102504	CÁCERES	20	20	1225.4376	19/03/2012

Fonte.: INCRA (2017, p.4-5)

ANEXO B

Quadro 7 - Relação de comunidades rurais em Cáceres - MT

Município de Cáceres / MT		
Nº de Famílias Atendidas		Nº de Pessoas Atendidas
ASSENTAMENTOS INCRA / nº de famílias		Nº de pessoas
PA Vida Nova/Mata Cumprida (Posse_não regularizada)	68	150
PA São Luiz:	29	116
PA Laranjeira I:	120	- - 520
PA Laranjeira II:	46	184
PA Paiol:	290	1120
PA Ipê Roxo:	30	60
PA Limoeiro:	172	688
PA Sadia/ Vale Verde:	440	1760
PA Flor da Mata:	20	80
PA Bom Sucesso	14	60
PA Nova Esperança	51	200
PA Jatobá	30	120
PA Rancho da Saudade	47	180
PA Barranqueira	80	250
PA Corixo	74	250
PA Katira	47	150
PA Sapicuá	40	150
Facão Intermat	102	408
PA Facão/Bom Jardim	170	460
PA Recompensa	20	80
TOTAL	1890	
CREDITO FUNDIÁRIO/BCO TERRA		
Vale do Mangaval	120	360
Alegria	36	140
Tarumã	19	60
São Lucas	19	60

Cinturão Verde	98	403
Água Boa	35	140
TRADICIONAIS		
Roça velha	180	750
Monjolo	75	300
Clarínópolis	80	320
Vila Aparecida	400	1600
Bezerro Branco	60	240
Lagoa da Onça	75	300
Exú	20	40
Guanandí	68	265
Santana	32	124
Taquaral	30	120
Chapadinha	18	75
Boi Branco	25	100
Flexas	50	200
Ponta do Morro	50	200
Piraputanga	70	280
Limão	80	320
Salobra	12	48
Mata Escura	40	160
Piuval	37	150
Caiçara	40	160
Santa Luzia	50	200
São Geraldo	33	124
São Francisco	53	212
Distrito de Caramujo	500	2000
Nossa Senhora da Guia	25	100
Itiquira	28	80
TOTAL	4.493	

Fonte: SMA (2017)